



HIPPOS BR:

ESPORTE HÍPICO OLÍMPICO
E PARALÍMPICO NO BRASIL



HIPPOS BR:

**ESPORTE HÍPICO OLÍMPICO
E PARALÍMPICO NO BRASIL**

©Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago

Reitor

Dalton Caldeira Rocha

Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello

Pró-Reitora de Ensino

Marlon Cristian Toledo Pereira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Maria das Dores Magalhães Veloso

Pró-Reitora de Pesquisa

Pablo Peron de Paula

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Rogério Othon Teixeira Alves

Pró-Reitor de Extensão

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Editora Geral

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Royo



HIPPOS BR:

ESPORTE HÍPICO OLÍMPICO E PARALÍMPICO NO BRASIL

Ester Liberato Pereira
Janice Zarpellon Mazo
Alex Titan Lima da Silva
Guilherme Carvalho Vieira
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Organizadores

EDITORA

Unimontes

EXPEDIENTE

Projeto gráfico, capa e diagramação

Laura Silveira Fahel

Revisão linguística

Angela Heloisa Benedito Buxton

Equipe Editorial

Maria Clara Maciel de A. Ribeiro

Maria Gabriela de Souza

Luana Pereira Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hippos br [livro eletrônico] : esporte hípico olímpico e paralímpico no Brasil / organizadores Ester Liberato Pereira...[et al.]. -- Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2026.
PDF

Outros organizadores: Janice Zarpellon Mazo, Alex Titan Lima da Silva, Guilherme Carvalho Vieira, Lucas Matheus Araújo Bicalho

Bibliografia.

ISBN 978-85-7739-797-6

1. Bem-estar animal 2. Equitação 3. Esportes - História 4. Esportes olímpicos
5. Hipismo 6. Paralimpíadas I. Pereira, Ester Liberato. II. Mazo, Janice Zarpellon.
III. Silva, Alex Titan Lima da. IV. Vieira, Guilherme Carvalho. V. Bicalho, Lucas
Matheus Araújo.

26-356354.0

CDD-798.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Equitação : Esporte 798.2

Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482



O conteúdo desta obra, quando não houver indicação específica em contrário, é disponibilizado sob a Licença Creative Commons 4.0 Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações. Os direitos desta edição pertencem à Editora Unimontes.

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.

www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à





SUMÁRIO

Prefácio 7

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Apresentação 21

Ester Liberato Pereira, Guilherme Carvalho Vieira, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Alex Titan Lima da Silva, Janice Zarpellon Mazo.

01

Cansado con los que van a pie, ¿cómo competirás con los caballos? 25

Luís Fernando de Souza Alves, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Guilherme Carvalho Vieira, Stefany Reis Marquioli, Ester Liberato Pereira

02

A história e a importância da Escola de Equitação do Exército para o desenvolvimento do hipismo nacional 47

Alex Titan Lima da Silva, Rodrigo Barros de Oliveira, Renato Pereira Gomes, Alysson Carlos Ribeiro Gomes, Gislane Ferreira de Melo

03

Nos passos do cavalo: representações equestres na cultura brasileira 55

Lucas Matheus Araújo Bicalho, Luís Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho Vieira, Stefany Reis Marquioli

04

“Porque o cavalo é a maior Barbie do mundo”: impactos do papel feminino de cuidadora no mundo do esporte equestre contemporâneo 75

Daniely Santos Ramos Costa, Tuany Defaveri Begossi

05

“Mas hipismo é esporte para moça, perguntamos?”: desigualdade de gênero no hipismo 91

Stefany Reis Marquioli, Guilherme Carvalho Vieira, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Luís Fernando de Souza Alves

06

Sobre mulheres e hipismo: cavalgando pelas reportagens da Revista do Globo (1929-1965) 105

Andréia Luciana Ribeiro de Freitas, Ester Liberato Pereira, Joana Rosa Belloli, Janice Zarpellon Mazo

- 07** Um galope aos jogos olímpicos: dos militares às páginas das revistas cariocas 127
Guilherme Carvalho Vieira, Luís Fernando de Souza Alves, Stefany Reis Marquioli, Lucas Matheus Araújo Bicalho
- 08** Cultura do “não vai acontecer” no hipismo brasileiro: a urgência da formalização jurídica para a profissionalização do esporte 147
Nágila Zomer Mereles, Janice Zarpellon Mazo
- 09** A dor que não vemos: o bem-estar animal nos bastidores do hipismo 165
Jéssica Fagundes Sales, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Ana Paula Oliveira Lopes
- 10** Hipismo paralímpico: uma análise da produção científica 193
Ruth Eugênia Cidade, Elke Lima Trigo, Ciro Winckler
- 11** Equoterapia no Amazonas: notas a partir de fontes do Regimento de Policiamento Montado – Coronel Wilde de Azevedo Bentes 209
Rodrigo Naranjo de Oliveira, Giandra Anceski Bataglion
- 12** Relatos de estudantes de Educação Física sobre a trajetória paradesportiva de Itano Figueiredo no paraequestre 221
Kimberly Dias da Rosa, Maria Eduarda Oliveira Tavares, José Denisson dos Santos Olimpio, Vitória Crivellaro Sanchotene
- 13** Cavaleiros e amazonas invisíveis: hipismo paralímpico a partir de lentes midiáticas 233
Lucas Matheus Araújo Bicalho, Luís Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho Vieira, Stefany Reis Marquioli
- 14** Minha vida com cavalos: memórias no hipismo 245
Juliana Macedo Ribas
- 15** Grandes eventos e o Complexo Hípico de Deodoro 259
Alex Titan Lima da Silva, Rodrigo Barros, Telmo Santiago Borges, Márcio da Silva Finamor, Gislane Ferreira de Melo
- 16** Linha do tempo: o Brasil no hipismo olímpico – das primeiras rédeas às grandes conquistas 269
Marco Osório, Alex Titan Lima da Silva

Organizadores 279

Autores 281

PREFÁCIO

“A América por Um Cavalo!” (ou “Daqui saíram e para cá voltaram!”)

*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso
Pelos corcéis quando relinçam,
E lançam faíscas de fogo
E pela manhã,
Levantando nuvens de poeira
E abrindo fenda nas colunas inimigas*
Os Corcéis (100.^a Surata do Alcorão Sagrado)¹

*Pajens! Ou arreiem o meu ginete murzelo; e vós dai-me o meu lorigão
de malha de ferro e a minha boa toledana*
A Morte do Lidador (Alexandre Herculano)²

À caballo de la Gineta [...] con que se ganó aquella nuestra Tierra
Historia General del Perú (Inca Garcilaso de la Vega)³

*El gaucho más infeliz
Tenía tropilla de un pelo*
El Gaucho Martín Fierro (José Hernández)⁴

*Era um dia..., um dia, um gaúcho pobre, Blau, de nome, guasca de
bom porte, mas que só tinha de seu um cavalo gordo, o facão afiado e
as estradas reais [...]*
A Salamanca do Jarau (João Simões Lopes Neto)⁵

1 ALCORÃO. *Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado*. Tradução de Samir El Hayek. São Paulo: FAMBRAS, 2001. p. 523.

2 HERCULANO, A. A morte do lidador. In: *Lendas e narrativas*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1887. p. 77.

3 VEJA, G. *Historia general del Perú*. Madrid: Oficina Real, 1722. p. 439.

4 HERNÁNDEZ, J. *El Gaucho Martín Fierro*. 15. ed. Buenos Aires: Martin Biedma, 1894. p. xxv.

5 LOPES NETO, J. S. *Contos gauchescos & lendas do sul*. Porto Alegre: L&PM, 2014. p. 157.

Parece estranho um Prefácio com título e epígrafes. Ou talvez mais estranho ainda um historiador prefaciando um livro intitulado *Hippos BR: esporte hípico olímpico e paralímpico no Brasil*, produzido e escrito por adeptos da Equitação e do Hipismo, ou profissionais e professores de Educação Física relacionados aos esportes. Pois, então, que faço aqui? Um historiador de ofício que se dedica à História da América, pesquisador das relações fronteiriças do continente na formação dos Estados nacionais, que fundamentos teria para o mister encomendado de um Prefácio para um livro complexo, com visões e matizes diversos, sobre uma temática tão significativa como a proposta aqui desenhada?

E daquele processo de ocupação da América e construção dos seus espaços produtivos, destilaram aquelas personagens mal afamadas, perseguidas e marginalizadas, que viriam a ser chamadas pejorativamente de *gauchos*, *llaneros*, *huasos* ou *charros*, mais tarde forçadas aos trabalhos na pecuária, recebendo já adjetivos mais qualificados, como *campeiros*, *reseros*, *vaqueros* ou *cowboys*. E estes tantos homens não existiriam não fosse uma condição que atravessava a todos eles, desde seus tempos de marginais até trabalhadores rurais dedicados: eram – e ainda são! – extraordinários cavaleiros. Ginetes ou *jinetes*!⁶ Quando vieram os homens para a América eles trouxeram os cavalos.⁷

Mas a América começara antes da América, e na Península Ibérica tanto espanhóis quanto portugueses tinham desenvolvido as artes equestres a partir de duas tradições: a visigótica e a arábica. A primeira delas resultara da conquista da antiga Hispânia pelos visigodos, liderados por Teodorico II, em 456. Como nos outros reinos bárbaros, o Reino Visigodo impôs aos antigos habitantes a dominação férrea, e os membros desta

⁶ Palavra castelhana que se atribui aos cavaleiros muito hábeis. Mais raramente se aplica também a cavalos de excelente qualidade. Ver: jinete (Del ár. *zanáti* o *zanéti*, individuo perteneciente a uma tribo berberisco famosa por su destreza en la equitación) 3. El que es diestro en la equitación. In: *Diccionario de la Lengua Española*. Madrid: Real Academia Española, 1992, Tomo II, p. 1205. 5. Caballo castizo y generoso.

⁷ Os antepassados do cavalo moderno – *Eohippus*, *Mesohippus*, *Proterohippus*, *Pliohippus* e outros – eram originários da América do Norte, onde foram extintos. O gênero *Equus* emigrou pelo Estreito de Behring e se disseminou pela Ásia, Europa e África, mas só “voltou” à América com os conquistadores.

corte estrangeira se garantiam pela força das armas, no caso uma cavalaria pesada: grandes cavalos, com 400-500 quilos, montados por cavaleiros fortemente equipados com armaduras que, quando completas, poderiam alcançar 30-40 quilos. Portanto, o conjunto cavalo-cavaleiro poderia pesar até 600 quilos, no limite.

Esse estilo europeu da cavalaria, baseado em muita força, chamou-se *a la brida*: exigia selas apropriadas para sustentação e equilíbrio do cavaleiro, portanto com as partes dianteira e traseira elevadas, combinadas a um assento profundo; estribos longos, adequados a pernas esticadas, fundamentais para a estabilidade do conjunto; finalmente, o nome se deve ao uso de um tipo especial de freio, o bridão, adequado a rédeas também longas e manejadas com as duas mãos. Um cavaleiro assim preparado, usando como arma uma lança, um machado de guerra, um martelo ou até uma espada, faria um grande estrago em fileiras inimigas de infantaria, que poucos danos poderiam causar. Os cavalos, oriundos de cruzamentos de muitas raças europeias, devidamente selecionados, viriam a consistir na Pura Raça Espanhola.

O poderoso Reino Visigótico foi invadido, em 711, pelas tropas árabe-berberes vindas do Magreb⁸ sob o comando de Tariq ibn Ziyad, ele próprio um berbere. A conquista da Península Ibérica visava mais uma etapa da expansão do Califado Omíada, sediado em Damasco, que, em pouco tempo, ocupara o norte da África e ali preparara a travessia do Mediterrâneo. As forças visigóticas eram superiores, ao redor de 33.000 homens; apesar de uma cavalaria pesada bastante imponente, os infantess eram quase todos camponeses, vítimas de três séculos de opressão e muito mal treinados para uma guerra inesperada. Já os invasores, muito unidos pelo islamismo, viam na *jihad*⁹ uma obrigação, como crentes na

8 Por Magreb se chama a região noroeste da África, entre o Mediterrâneo e o Sahara. Berberes são os habitantes originários do Magreb, à época divididos em muitas tribos, convertidos ao Islã pelos árabes em sua expansão, a partir da Península Arábica.

9 Não há uma tradução literal do árabe. Significa luta, mais simbolicamente pela afirmação da fé muçulmana, por isso a chamada muitas vezes, de Guerra Santa.

verdadeira fé. Em número de não mais que 15.000, formavam uma cavalaria de maioria berbere. Na batalha decisiva de Guadalete, a derrota fragorosa dos visigodos se deveu a uma revolução na arte da guerra, fundamentalmente pela forma de montar.

A cavalaria árabe-berbere era ligeira, fundamentada nos movimentos rápidos, perfeitamente controlados pelos cavaleiros, permitindo agilidade e eficiência no ataque, e rapidez nas retiradas, quando os inimigos estivessem em vantagem. Em vez de armaduras, escudos leves e resistentes; em vez de armamento pesado, as lâminas flexíveis e as afiadíssimas das cimitarras curvas da artesanaria damasquina. Mais, num estilo que se chamaria *a la jineta*, caracterizada por assentos pouco profundos, dando mais liberdade para controlar manobras rápidas. Para maior controle da montaria, os estribos eram curtos, e as pernas dobradas favoreciam as mudanças rápidas de direção e da velocidade dos ataques e fintas aos inimigos. A cavalaria ligeira tinha suficiência para liquidar a precária infantaria ibérica, ao tempo em que destroçava os gigantescos cavaleiros visigodos.

E, como bem escreveu Garcilaso de la Vega¹⁰, a América foi conquistada *a la jineta*! Decerto não se tratava de uma cavalaria aos modos daquela da ocupação da Península Ibérica! À medida que houve convívios e confrontos entre os conquistadores e os reinos cristãos que se organizavam e tratavam da Reconquista da península, características de uns e outros se adaptavam. Os cruzamentos dos ágeis cavalos árabes com os robustos europeus resultariam na raça Andaluz¹¹, e foram andaluzas as montarias da Conquista da América. Também os cavaleiros receberam mais equipamento, sem diminuição das vantagens da cavalaria ligeira: um elmo leve, sem viseira, um peitoral metálico, de pouco peso, algumas proteções de metal para joelhos, os escudos redondos. Como armas de ataque, as afiadas

10 Inca Garcilaso de la Vega era filho de um conquistador espanhol com uma princesa inca, sendo o primeiro grande cronista da cultura indígena. DE LA VEGA, Inca Garcilaso. *Comentarios Reales* (1606). Buenos Aires: Plus Ultra, 1980).

11 *Al Andalus* foi o nome dado pelos árabes à Península Ibérica. A palavra Andalus, provavelmente se referindo a Vândalos, bárbaros germânicos que criaram um reino no norte da África, com incursões na então Hispânia romana.

espadas, atualmente fabricadas em Toledo, com a mesma qualidade daquelas de Damasco. Um cavaleiro espanhol assim disposto, numa velocidade de uns 40-50 km/hora, desbaratava facilmente uma defesa de indígenas desmontados e em linha.¹² O cavalo, a besta-fera involuntária da Conquista.

Antes dos homens, os cavalos se espalharam pelo novo grande espaço; fugados de criadores menos atentos – incluíam-se aqui padres missionários Jesuítas e Dominicanos, de aventureiros da Conquista, tais como *Cabeza de Vaca* ou *Coronado* – disseminaram-se por campinas sem fim: assim como os bovinos, não tinham predadores capazes de grandes danos: manadas com garanhões fortes, protetores, eram capazes de espantar jaguares e pumas – popularmente conhecidos como *tigres* e *leões baios* – felinos grandes e temidos. Por outro lado, espantaram das pastagens cervídeos e outros herbívoros nativos, alterando as pastagens nativas: pastando gramíneas e disseminando pastos europeus trazidos pelos conquistadores. Manadas com animais não castrados¹³ reproduziram-se com facilidade pela América de Sul a Norte. *Yeguarizos* ou *egüadas*, muitas vezes, foram vítimas de campanhas de extermínio para “limpar” os campos em benefício dos bovinos, estes, sim, destinados às, cada vez mais, lucrativas criações para os negócios com os países europeus.

Os cavalos andaluzes extraviados pelos colonizadores adaptaram-se às condições ambientais por toda a América, o que paulatinamente trouxe modificações físicas e comportamentais próprias, importantes ao ponto de consistirem em uma raça “americana”. Na América do Sul tais animais foram chamados de *Criollos*, ou Crioulos, em português¹⁴. No México a instituição que regulava as relações entre os criadores era uma

12 É comum associar a rápida conquista do continente ao uso das armas de fogo. Na verdade, elas eram pouco eficientes, demoradas para municiar, pouco precisas e pesadas para carregar. Vantagens mais óbvias eram as montarias andaluzas e o aço toledano. E a crueldade dos conquistadores, por óbvio!

13 Os machos oriundos das missões tinham sempre reprodutores; já os pioneiros das primeiras investidas para conhecer ou rapinar áreas desconhecidas, e com místicas famas de tesouros fabulosos, só montavam em cavalos não capados, como mostra de valor como ginetes.

14 A palavra era usada para plantas e animais de origem europeia, mas criadas em terras americanas. Quando usada em referência a humanos, tinha também um caráter pejorativo que os diferenciava daqueles nascidos e criados nas metrópoles ibéricas.

réplica daquela que existia na Espanha, a *Mesta*. Por consequência, todos os animais fugidos eram chamados de *Mestengos*. A pronúncia errada dos americanos de fala inglesa derivou na palavra *Mustang*¹⁵.

Por outra parte, além da catástrofe ambiental provocada pela ocupação do espaço, também das populações autóctones avessas à dominação dos conquistadores, rapidamente aprenderam e melhoraram as capacidades bélicas dos equinos. Algumas tribos que viviam da caça e coleta passaram a criar cavalos e a comerciá-los com outras, além de homens brancos. *Charruas* e *minuanos*, nos campos a oriente do Rio Uruguai; *Abipones*, *Mocovís* e *Tobas*, no Chaco; *Teuelches Mapuches*, na Patagônia, são exemplos ao Sul da América. No Norte, *Nez-percés*, *Shoshones*, *Flat-heads*; *Crows*, nas Montanhas Rochosas¹⁶; *Comanches*, nas Grandes Planícies, entre tantos, criavam e comerciavam equinos. Isso lhes dava muitas vantagens na caça e, sobretudo, nas guerras entre tribos, mas principalmente contra os conquistadores. Nos pampas mostraram aos colonizadores, a galopar escondidos pelos corpos dos cavalos, feitos escudos vivos, com a lança a postos, o uso das mortíferas boleadeiras, e a controlar os cavalos apenas com as pernas¹⁷; nas grandes planícies usavam arcos e flechas montados, viravam de costas para defender-se de perseguidores... Foram, no seu tempo, os cavaleiros mais hábeis do mundo, quem sabe!

No espaço platino, também o gado bovino que se extraviou das pelas campinas voltou a um estado selvagem. Eram reses trazidas de Espanha e de Portugal, oriundas de cruzamentos de bovinos africanos e europeus, já bastante rudes. Fortes e corpulentos, caracterizavam-se por chifres enormes, alguns com até dois metros, muito perigosos. Na

15 Dentre os *Mustangs* das Rochosas, os *Nez-percés* selecionaram uma sub-raça peculiar de cavalos malhados, muito apreciados pela sua beleza; mais tarde os brancos os chamaram *Appaloosa*.

16 A expedição de reconhecimento de Lewis e Clark mapeou o continente do Missouri até o Pacífico. Num momento crucial souberam da inesperada existência de cavalos entre os Shoshones. (LEWIS Meriwether; CLARK Lewis. Among the Mandans. In: VOTO, Bernard de (ed). *The Journals of Lewis and Clark: A Historical Account of the Voyage of Discovery from the Louisiana Purchase to the Pacific*. Boston (MS): Mariner Books, 1997. p. 57-86.

17 ASSUNCAO, Fernando. La tierra y sus habitantes. In: *El Gaucho*. Montevideo: Imprenta Oficial, 1963.

América espanhola do século XVIII esse gado era chamado de *cimarrón*; no português falado no Rio Grande do Sul, de *chimarrão*, ou até mesmo de *cimarrão*¹⁸. Na América espanhola esse gado era chamado de *Criollo Español*; no Rio Grande do Sul, de *Franqueiro*, e mais tarde, no Texas – após sua incorporação pelos Estados Unidos –, de *Longhorn*. Para lidar com tais reses, os donos das terras contratavam homens que viviam nos campos, sem patrões ou trabalhos fixos, conhecidos por *gaudérios* – por estarem “ao gáudio”, desocupados – ou *changadores* – por viverem de *changas*, trabalhos eventuais. Só no final do século apareceria a palavra *gaucho*, até hoje de origem obscura. Quando foram empregados formalmente nas *estancias* – estâncias no Rio Grande do Sul –, esses campeiros mantiveram suas habilidades equestres; mesmo com um jeito de montar diferente dos primeiros povoadores, o estilo remetia diretamente a *la jineta*. No México, as fazendas de criação eram chamadas de *ranchos*, e seus *vaqueros* também tinham origem em habitantes que viviam soltos pelos campos, pejorativamente chamados de *charros*.

No século XIX, nos processos de descolonização e formação dos Estados nacionais, *gauchos* e *charros* formaram tropas de cavalaria ligeira, a serviço de seus patrões, virados em comandantes, caudilhos ou chefias locais. Essa tradição bélica se inspirou muito nas hostes indígenas já referidas, com grande domínio das montarias, e tendo, nas lanças, as armas por excelência, na falta daquelas de fogo. Pelotões de lanceiros tinham grande eficiência ao desbaratar exércitos profissionais, pela intensidade de suas cargas, mas não serviam para ocupação de terreno. Assim, a principal condição da cavalaria era a guerra dita *de movimiento*, uma guerrilha a cavalo. No espaço platino essa forma de combate ganhou o nome específico de *guerra gaúcha*¹⁹.

18 Cimarrón. Dícese del animal doméstico que huye al campo y se vuelve montaraz. 3. Dícese del animal salvaje no domesticado. In: *Diccionario de la Lengua Española* op. cit. Tomo I, p.475. CHIMARRÃO. Dito do animal alçado, esquivo e selvagem. In: SCHLEE, Aldyr García Schlee. *Dicionário da Cultura Pampeana Rio-Grandense*. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019. v. I. p. 239.

19 LUGONES, Leopoldo. *La Guerra Gaucha*. Buenos Aires: Losada, 2009.

Assim, em tempos de paz ou de guerra, lá estiveram as cavalhadas crioulas, montarias de indígenas e dos homens também crioulos, todos descendentes dos conquistadores e colonizadores ibéricos. Os intelectuais do século XIX se referiam a eles como bárbaros a serem combatidos, por dificultarem a adoção dos modos europeus de civilização. A contrapartida foi, no caso do espaço platino, da criação de uma literatura muito original, a gauchesca, que teve seus grandes nomes na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul.²⁰ E nela os cavalos são atores de primeira grandeza!

A América por um cavalo!

Permanece meu compromisso quanto ao livro sobre o Hipismo no Brasil. Como historiador de ofício que sou, tenho a humildade acadêmica de deixar explícito meu desconhecimento sobre o esporte enquanto tal, o que me tornou um leitor atento e que apreciou demais o resultado alcançado pelo livro. Dele faço um apanhado geral, pois!

Na Apresentação os autores mostram o livro como resultado do *Projeto de Pesquisa Interinstitucional de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil* (HIPPOS BR), iniciado em 2023 pelo grupo formado pela *Universidade Estadual de Montes Claros* (Unimontes), Minas Gerais, pela *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), Rio Grande do Sul, e pela *Confederação Brasileira de Hipismo* (CBH).

O texto em tela busca um levantamento das práticas equestres no Brasil, abordando desde a influência militar, desde os seus começos, passando pelas questões envolvendo a prática do hipismo olímpico e paralímpico, as conquistas internacionais brasileiras, os problemas associados à participação feminina, voltando-se ainda para temas relacionados aos cavalos, desde sua inserção cultural até seu bem-estar. O livro é composto por quinze capítulos, dos quais faço uma breve apresentação.

20 Entre muitos, saliento: HERNÁNDEZ, José. *Martin Fierro*. Buenos Aires: Estrada, 1945. GÜIRALDES, Ricardo. *Don Segundo Sombra*. Buenos Aires: Losada, 1974. LUSICH, Antonio. *Los Tres Gauchos Orientales y otras poesías*. Montevideo: Claudio García, 1937. LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1960.

Cansado con los que van a pie. ¿Cómo competirás con los caballos?, escrito em espanhol, é de autoria de Luís Fernando de Souza Alves, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Guilherme Carvalho Vieira, Stefany Reis Marquioli e Ester Liberato Pereira. Nele se descortina um interessante painel sobre o passado do esporte, aos tempos clássicos greco-romanos das arenas e estádios, onde a paixão pelos cavalos era partilhada por elites e camadas populares. Desde sempre essa cultura social estava relacionada à paixão pelos cavalos.

A história e a importância da Escola de Equitação do Exército para o desenvolvimento do hipismo nacional, escrito por Alex Titan Lima da Silva, Rodrigo Barros de Oliveira, Renato Pereira Gomes, Alysson Carlos Ribeiro Gomes e Gislane Ferreira de Melo, trata da ligação umbilical do hipismo nacional com a criação da Escola de Equitação do Exército. Ela teve papel fundamental na sistematização da prática do esporte e na sua profissionalização, dando um expressivo apoio institucional.

No Brasil, a história da equitação está intrinsecamente ligada à atuação do Exército, sendo um importante marco a criação da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx), instituição responsável por sistematizar o ensino e a prática da equitação militar e esportiva no Exército Brasileiro. A EsEqEx desempenhou um papel central na profissionalização do hipismo brasileiro, formando cavaleiros de excelência, promovendo a difusão de técnicas de montaria e contribuindo para o fortalecimento das bases institucionais do esporte. O histórico da cavalaria militar no País entregou sua tradição como esteio para as práticas contemporâneas.

Lucas Matheus Araújo Bicalho, Luís Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho Vieira e Stefany Reis Marquioli são os autores de *Nos passos do cavalo: representações equestres na cultura brasileira*. De início, a partir de uma epígrafe de João Guimarães Rosa, eles observam que outros escritores, como Euclides da Cunha, Raquel de Queiroz e Érico Veríssimo, foram alguns exemplos que destacaram o papel simbólico dos animais para os brasileiros. Nesse sentido, cavalo se consolidou como elemento fundamental na memória coletiva e no imaginário social, transparecendo

em diversas manifestações socioculturais. Aqui foram importantes os aportes da Nova História Cultural, com base nos trabalhos de Stuart Hall e Sabdra Jatahy Pesavento.

O capítulo que leva o chamativo título *Porque o cavalo é a maior Barbie do mundo*: *impactos do papel feminino de cuidadora no mundo do esporte equestre contemporâneo* é de autoria de Daniely Santos Ramos Costa e Ester Liberato Pereira. Nele as autoras debatem a entrada das mulheres num universo marcado pela hegemonia masculina, mais acentuada pela importância da arma da Cavalaria. Nesse sentido, o papel de cuidadoras, que tem relação com atividades atribuídas às mulheres desde muito tempo, partindo daquelas atenções mais evidentes de tratamento e busca de bem-estar dos cavalos, abriu caminho para a transposição das desigualdades de gênero.

O capítulo *“Mas hipismo é esporte para moça, perguntamos?”: desigualdade de gênero no hipismo*, de Stefany Reis Marquioli, Guilherme Carvalho Vieira, Lucas Matheus Araújo Bicalho e Luís Fernando de Souza Alves, também trata das questões de gênero. Os autores fazem um importante destaque dado pela mídia às cavaleiras, enfatizando nelas os aspectos corporais e emotivos, enquanto nos homens priorizava as qualidades técnicas. Tal condição restringia a valorização e o desenvolvimento técnico delas.

Sobre mulheres e hipismo: cavalgando pelas reportagens da Revista do Globo (1929-1965) é de autoria de Andréia Luciana Ribeiro de Freitas, Ester Liberato Pereira, Joana Rosa Belloli e Janice Zarpellon Mazo. Examinando as matérias da Revista do Globo, perceberam que, na divulgação das participações e conquistas dos aficionados ao hipismo, minimizavam-se as diferenças socialmente construídas entre gêneros. Nesse sentido, as reportagens diminuía a importância das mulheres no esporte, reproduzindo a subordinação do feminino ao masculino.

O capítulo *Um galope aos jogos olímpicos: dos militares às páginas das revistas cariocas* foi escrito por Guilherme Carvalho Vieira, Luís Fernando de Souza Alves, Stefany Reis Marquioli, Lucas Matheus Araújo Bicalho. Os autores salientam a importância inaugural da Missão Militar

Francesa, em 1919, para a modernização e sistematização do hipismo, sendo diretamente responsável pela ascensão do esporte no Exército, até a criação da sua Escola de Equitação. Foi especial o papel das revistas, que não apenas documentavam o hipismo, mas contribuíram para sua disseminação como esporte, em consonância com os ideais de saúde corporal e mental ensejados pelo Estado Novo.

Em *Cultura do “não vai acontecer” no hipismo brasileiro: a urgência da formalização jurídica para a profissionalização do esporte*, as autoras Nágila Zomer Mereles e Janice Zarpellon Mazo salientam que o hipismo no Brasil se caracteriza pela improvisação e informalidade nas relações jurídicas, o que compromete os investimentos e a profissionalização adequados ao esporte, numa lógica falsa de “sempre foi assim”. Nesse sentido, observa que a formalização das questões jurídicas não deveria ser pensada como barreira, mas sim como fundamento para o desenvolvimento pleno do hipismo.

A dor que não vemos: o bem-estar animal nos bastidores do hipismo, de Jéssica Fagundes Sales, Lucas Matheus Araújo Bicalho e Ana Paula Oliveira Lopes, procura salientar a importância de garantir o bem-estar dos equinos, com comprometimento que ultrapasse as eventuais denúncias, mas que divulgue o respeito por eles. O bem-estar, desde muito tempo, foi negligenciado, tornando-se chamativa uma atuação jurídico-social e, em relação a isso, a busca por uma normatização específica.

O capítulo escrito por Ruth Eugênia Cidade, Elke Lima Trigo e Ciro Winckler se intitula *Hipismo paralímpico: uma análise da produção científica* lida com os desafios da modalidade, que passam pelas questões de segurança dos competidores, envolvendo a adequação das pistas, a adequação às deficiências, as condições dos cavalos, desde seus temperamentos até sua saúde física. Foram analisadas 93 publicações especializadas, evidenciando um campo em expansão, cujo foco principal diz respeito aos benefícios terapêuticos da equoterapia. Os trabalhos priorizam algumas condições específicas coma paralisia cerebral, autismo e síndrome de Down.

Também tratando desse campo, está o capítulo *Equoterapia no Amazonas: notas a partir de fontes do Regimento de Policiamento Montado – Coronel Wilde de Azevedo Bentes*, de Rodrigo Naranjo de Oliveira e Giandra Anceski Bataglion. O texto dá conta da equoterapia no estado do Amazonas. De acordo com os dados obtidos no site da associação, existem 409 Núcleos de Equoterapia agregados e filiados à ANDE-BRASIL, dois deles no estado do Amazonas e localizados na cidade de Manaus. Com base nesses apontamentos iniciais, esse estudo tem como objetivo mapear dados acerca das composições históricas da Equoterapia no estado do Amazonas, já com 33 anos, registrando-se a sua consolidação e o número já significativo de profissionais.

Também sobre o tema, segue-se o capítulo “*Relatos de estudantes de Educação Física sobre a trajetória paradesportiva de Itano Figueiredo no paraequestre*”, autoria de Kimberly Dias da Rosa, Maria Eduarda Oliveira Tavares, José Denisson dos Santos Olimpio e Vitória Crivellaro Sanhotene. O texto trata de um trabalho envolvendo professora e três alunos do curso de Educação Física Bacharelado, da disciplina de Educação Física Adaptada, na Faculdade SOGIPA, em Porto Alegre. Na avaliação o grupo de estudantes propôs conhecer pessoalmente o atleta campeão de paraequestre brasileiro Itano Figueiredo e sua história de vida.

Cavaleiros e amazonas invisíveis: hipismo paralímpico a partir de lentes midiáticas, de Lucas Matheus Araújo Bicalho, Luís Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho Vieira e Stefany Reis Marquioli, discute os desafios que os esportes paralímpicos enfrentam em relação à visibilidade e reconhecimento social, especialmente em modalidades menos populares nas mídias. O trabalho evidenciou que as matérias jornalísticas sobre o hipismo paralímpico pendulam entre o silêncio e a construção de heroísmos ou tragédias.

Minha vida com cavalos: memórias no hipismo é o relato de Juliana Macedo Ribas sobre sua própria história com os cavalos, iniciada ainda na infância de filha de fazendeiros. Também relata que foi o pai que a levou a frequentar clubes de hipismo desde cedo. Seu depoimento final é de

amor aos cavalos e à escola, que, para ela, foi o hipismo, onde aprendeu técnica, disciplina e superação. Salienta, entretanto, que foram os cavalos que deram sentido a tudo.

Grandes eventos e o Complexo Hípico de Deodoro foi escrito por Alex Titan Lima da Silva, Rodrigo Barros, Telmo Santiago Borges, Márcio da Silva Finamor e Gislane Ferreira de Melo. O capítulo aborda a presença do Complexo Hípico de Deodoro, no Rio de Janeiro, como sede de três eventos marcantes: os Jogos Panamericanos – Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares/2011 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016. Tais acontecimentos mostram que a Escola de Equitação do Exército ainda permanece muito associada ao patrimônio esportivo nacional.

O último capítulo, de autoria de Marco Osório, intitula-se *Linha do tempo: o Brasil no hipismo olímpico – das primeiras rédeas às grandes conquistas*. Nele há um relato sumário e cronológico das participações do hipismo brasileiro nas Olimpíadas: Londres, 1948; Helsinque, 1952; Estocolmo, 1956; Roma, 1960; sessenta anos depois de Londres, Pequim (Hong Kong), 2008; Rio de Janeiro, 2016; Tóquio, 2021. Para o autor, o legado das participações foi positivo e promissor.

É um conjunto instigante de temas, com textos enxutos e objetivos, reunindo muitos pesquisadores, no mais das vezes em coautoria. Nesse sentido, o livro é uma obra que traduz um trabalho em equipe, mas que, cada parte, dialogando com as demais, assume também vida própria. O professor de História da América parabeniza os autores deste *Projeto de Pesquisa Interinstitucional de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil* (HIPPOS BR)!

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

APRESENTAÇÃO

Este e-book é um dos produtos do *Projeto de Pesquisa Interinstitucional de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil* (HIPPOS BR), composto pela *Universidade Estadual de Montes Claros* (Unimontes), Minas Gerais, pela *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), Rio Grande do Sul, e pela *Confederação Brasileira de Hipismo* (CBH). O HIPPOS BR iniciou-se em 2023, após ser contemplado com financiamento da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (Fapemig), por meio do Processo: APQ-03240-22, Edital n.º 009/2022 – Fortalecimento e Consolidação da Pesquisa na UEMG e Unimontes. Desde então, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como professoras das referidas universidades e um representante da CBH, juntamente com pesquisadores de outras instituições brasileiras, dedicam-se ao mapeamento e à elaboração de estudos de viés sociocultural e histórico acerca das práticas esportivas equestres no Brasil.

O esporte hípico se desenvolveu, no Brasil, por meio da atuação de militares e civis. A influência militar nas práticas equestres, em particular, após a presença da *Missão Militar Francesa no País*, em 1920, foi basilar para a organização do esporte em solo brasileiro. Ressaltamos que tanto militares quanto civis contribuíram para a fundação da *Confederação Brasileira de Hipismo* (CBH), em 1941. A instauração dessa entidade esportiva impulsionou a propagação das práticas equestres, a disposição de competições nacionais e a participação de atletas no cenário internacional. Em meados da década de 1990, nos Jogos Olímpicos de 1996, realizados em Atlanta, nos Estados Unidos, o Brasil conquistou a primeira

medalha olímpica: bronze por equipes no esporte hípico. A segunda medalha olímpica, ouro individual, foi alcançada pelo atleta Rodrigo Pessoa, nos Jogos Olímpicos de 2004, em Atenas, na Grécia.

No caso das práticas paraequestres, no Brasil, dentre os primeiros passos, deparamo-nos com a equitação terapêutica, que passou a ser praticada na década de 1970. Dentre os precursores, estavam a fisioterapeuta Gabriele Brigitte Walter e o *Centro Equestre do Torto*, na Granja do Torto, em Brasília (DF), onde surgiu a *Associação Nacional de Equoterapia* – ANDE-Brasil. Mas, a concepção esportiva só se consolidou a partir de 2000, quando Gabriele Walter tornou-se uma das pioneiras na aplicação de estudos, na realização de cursos e na busca de suporte da CBH – que passou a regulamentar este esporte a partir de 2002.

No que diz respeito à participação em *Jogos Paralímpicos*, o Brasil conquistou o total de cinco medalhas. Nos Jogos de Pequim, em 2008, o brasileiro Marcos Fernandes Alves, conhecido pelo apelido de Joca, competiu no Grau II e obteve duas medalhas de bronze, sendo uma na prova individual e outra na prova estilo livre. Nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, foi a vez de outro atleta de Brasília, Sérgio Oliva, que compete no Grau I, também conquistar duas medalhas de bronze (prova individual e prova estilo livre). Nos Jogos de Tóquio 2020, realizados em 2021, em decorrência da pandemia de Covid-19, Rodolpho Riskalla, ao competir no Grau IV, conquistou a inédita medalha de prata na prova Individual.

Diante de tais considerações, emergem questionamentos: como o Brasil conquistou destaque olímpico e paralímpico no esporte hípico? Os cavalos que participam das competições de esportes hípicos, no Brasil, são bem cuidados e tratados? Há preocupações com a saúde e bem-estar dos animais? Quais desafios estão presentes nas competições de hipismo olímpico e paralímpico? E, nessas disputas, homens e mulheres competem entre si em condições iguais? Qual a importância do cavalo para a formação cultural do Brasil?

Possíveis respostas a essas e outras perguntas sobre o tema estão presentes nas páginas deste livro. O *e-book* reúne estudos que dialogam,

a partir de uma perspectiva sócio-histórica, acerca do hipismo olímpico e paralímpico brasileiro. Então, esperamos que o(a) leitor(a) possa conhecer um pouco mais acerca do universo deste esporte, bem como de suas competições olímpicas e paralímpicas, entidades, atletas e praticantes, além de outros aspectos relacionados ao tema em questão.

O *e-book* estrutura-se como uma coletânea abrangente, composta por 15 capítulos distribuídos em três grandes eixos temáticos, os quais apresentam indícios acerca da complexidade do universo hípico brasileiro. Inicialmente, os capítulos dedicam-se a contextualizar o esporte em sua dimensão histórica e social, investigando as raízes militares e as representações culturais do cavalo no Brasil, além de abordar as urgentes questões de profissionalização e formalização jurídica, essenciais para o desenvolvimento futuro da modalidade. Este bloco inicial oferece um panorama que vai da formação histórica da equitação nacional, com o papel da *Escola de Equitação do Exército*, até uma análise de barreiras estruturais contemporâneas.

Em seguida, os capítulos se aprofundam nas discussões mais sensíveis e atuais, dedicando um foco especial à participação das mulheres (hipismo feminino) e às questões de bem-estar animal e inclusão. Os capítulos sobre gênero trazem à luz a desigualdade, mas também o protagonismo das amazonas ao longo da história, enquanto o olhar sobre o sofrimento animal nos bastidores do hipismo confronta o(a) leitor(a) com a dimensão ética do esporte. A seção é complementada por estudos sobre o cenário paraquestre, explorando a Equoterapia e a visibilidade midiática de atletas paralímpicos. Ainda conta com relatos de experiência de atletas e uma linha do tempo sobre a participação do Brasil no hipismo olímpico, que oferece um fechamento em perspectiva histórica, ao mapear as conquistas e o desenvolvimento do País nas principais competições internacionais, desde as primeiras manifestações da prática até os grandes resultados.

O livro apresenta-se com a diversidade dos formatos textuais que o compõem, ao reunir uma ampla gama de vozes, perspectivas e

abordagens acerca do universo hípico. A coletânea integra trabalhos acadêmicos, resultantes de pesquisas consistentes sobre as temáticas com um olhar histórico e sociocultural, também com a formalização jurídica do esporte e o bem-estar animal, assegurando a densidade teórica e a relevância científica da obra. Paralelamente, leitores(as) encontrarão valiosos relatos de experiência e textos de memorialistas.

Por fim, cabe ressaltar que a organização do livro se pautou pela liberdade concedida a cada autor(a) na exposição de suas ideias, bem como das diferentes versões, concepções de história e leituras históricas. Nessa direção, a autoria de cada capítulo é inteiramente responsável pelo conteúdo apresentado em seu texto.

Vamos lá, então: pé no estribo e uma excelente leitura a todos(as)!

Ester Liberato Pereira

Guilherme Carvalho Vieira

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Alex Titan Lima da Silva

Janice Zarpellon Mazo

Organizadores

01

Cansado con los que van a pie, ¿cómo competirás con los caballos?²¹

Luís Fernando de Souza Alves
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Guilherme Carvalho Vieira
Stefany Reis Marquioli
Ester Liberato Pereira

1 CORRIENDO CONTRA CABALLOS

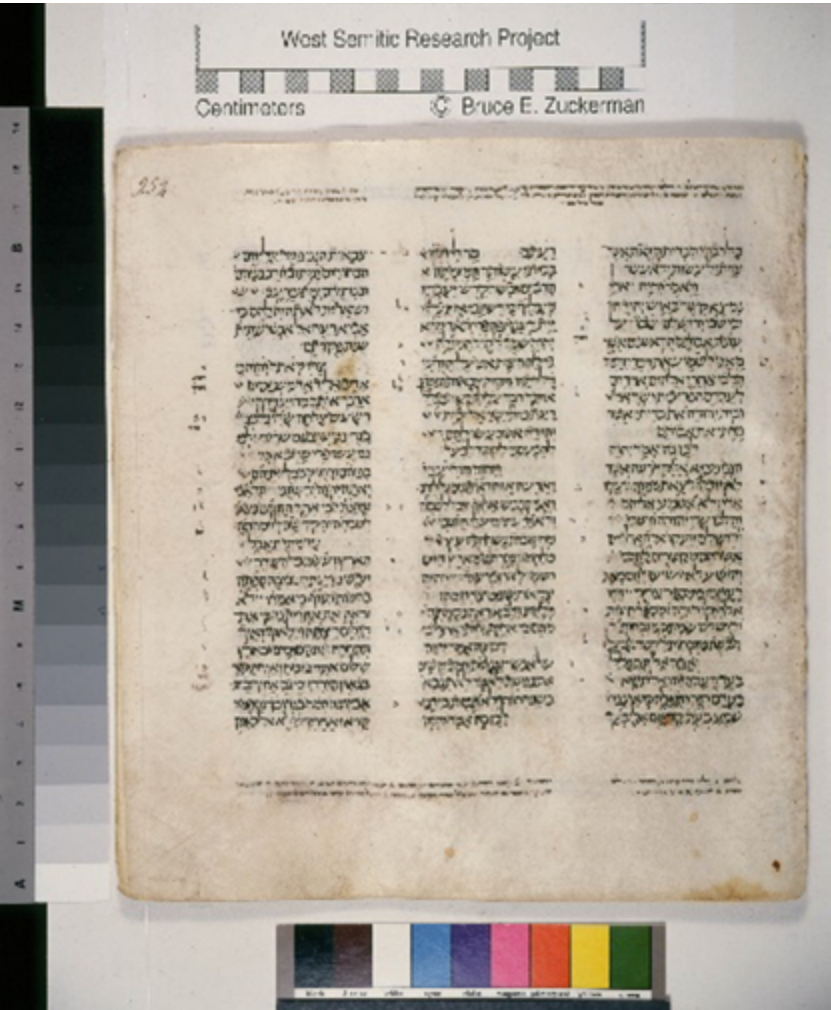
Un antiguo dicho hebreo, que data aproximadamente del 605-520 a. C. (Harrison, 1973), presenta la siguiente frase: “[...] **הַתָּצַר מִלִּגְרָתָא יָכֹחַ**” (Figura 1). Transliterada, se lee “*kí ʔēt-raq̄līm raštā wayyal’ûk ā wʔêk tʔtaḥarē ʔēt-hassûsîm* [...]”, que, traducida, significa: “Si corriste a pie con los hombres y ellos te fatigaron, ¿cómo podrás competir ferozmente con los caballos? [...]” (לְהִימָרִי, 1008, p. 252, traducción nuestra).

Los caballos están presentes en el escenario de la historia a lo largo de los siglos. Esos animales se utilizan para diversos propósitos, que van desde fines retóricos y didácticos, como en la frase anterior, hasta como compañeros de los emperadores. También presente en momentos

21 Los autores agradecen el apoyo de la *Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de Minas Gerais* (Fapemig) para el desarrollo de este capítulo.

históricos. Ante eso, el objetivo de este capítulo es discutir la presencia de los equinos en la historia antigua. Para que ese objetivo se concrete, se parte de una metodología cualitativa y esta producción se clasifica bajo la nomenclatura de *revisión bibliográfica* (Gil, 2002).

Figura 1: Códice de Leningrado



Fuente: ״והימר״ (1008, p. 252).

2 UNA HISTORIA CABALLAR

2.1 Regalo de los griegos

Los caballos acompañan a los seres humanos desde la antigüedad. En la obra *Las Troyanas*, de Eurípides, escrita en el año 415 a. C., el dios Poseidón proclama:

POSEIDÓN: Yo soy Poseidón. Vengo de las profundas aguas saladas
Del Egeo, donde las nereidas bailan
En coros circulares, con pies impecables.
Desde el día en que Febo Apolo
Y yo, con regla directa, establecimos las circundantes
Torres y murallas de piedra en esta tierra troyana,
Mi corazón amó a esos frigios y su ciudad.
Pero ahora la ciudad arde, derribada, saqueada
Por las lanzas argivas [griegas]. Palas Atenea quiso
Lo que Epeo planeó, el hombre de Fócida
Donde se eleva el Parnaso – una gran yegua reproductora con
armas
Para enviarla para dentro de las murallas de la ciudad, cargada
Con la muerte, que los hombres de tiempos posteriores llamarán
El caballo de madera cuyo vientre ocultaba las lanzas.
Los bosques sagrados están ahora desiertos y la sangre
Corre de los templos de los dioses.
Príamo yace cortado por los escalones que suben
Al altar de Zeus, protector del hogar.
Pila tras pila de oro y el saqueo de Troya
Están siendo arrastrados a los navíos griegos.
Y ahora, después de diez largos años, los griegos que aplastaron
Esa ciudad solo esperan el viento adecuado,
Un viento favorable que los lleve finalmente a casa,
Para la gran alegría de tener a sus esposas e hijos
En sus brazos, de ver esos rostros tan deseados.
Hera, la diosa argiva [griega], y Atenea
Unieron sus fuerzas para destruir a los troyanos y
Derrotarme también a mí, por lo que abandono Troya,
Dejando esta famosa ciudad y mis altares aquí.
Porque cuando la desolación se apodera de una ciudad,
La religión vacila, los dioses no reciben honor.
Ecos de llanto resuenan por el arroyo de Escamandro,
El llanto de las mujeres súbitamente esclavizadas,
Que pronto serán repartidas entre los señores: algunas
Para los arcadios, algunas para los tesalios,
Y otras para los hijos de Teseo,
La realeza de Atenas. Aquí, en esta tienda,
Las mujeres troyanas aún no elegidas esperan,
Aquellas que los generales han separado

Solo para ellos, y entre ellas se encuentra una
Tratada justamente como una esclava cautiva,
La hija de Tíndaro, Helena de Esparta [también conocida como
Helena de Troya] (Eurípides, 2009, p. 31-32, traducción nuestra).

Se hace referencia a un *caballo de madera*, también citado como una *gran yegua reproductora*, que lleva armas y muerte, listo para ser enviado dentro de las murallas de una ciudad. Se trata de una referencia a la guerra de Troya, cuando los griegos utilizaron un caballo construido en madera para entrar en dicha ciudad y ganar la guerra. Según Virgilio (Virgil, 2008), en la obra *Eneida*, tras un infructuoso asedio de diez años, los griegos construyeron ese caballo de madera bajo las órdenes de Odiseo, guerrero que se escondió dentro del animal construido, junto con un selecto grupo de hombres. Los griegos fingieron retirarse de la guerra y los troyanos llevaron el caballo al interior de su ciudad como trofeo de victoria. Aquella noche, la fuerza griega bajó del caballo y abrió las puertas de la ciudad al resto del ejército, que había regresado en secreto durante la noche. Así, esos hombres destruyeron Troya y pusieron fin a la guerra. En el segundo libro de la *Eneida*, se informa al lector de que,

Destrozados por la guerra y rechazados por el destino, los líderes de los dánaos [griegos], tras tantos años transcurridos, construyen un caballo del tamaño de una montaña; la obra es de la diosa Palas, y tejen abetos cortados en sus lados. Fingen que [el arte] es una oferta por su regreso y esa es la historia que se difunde. En él se introducen secretamente en sus impenetrables lados, llevando consigo a muchos, bien elegidos, héroes *corpulentos*, y en su interior llenan sus vastos espacios y el vientre con guerreros armados. La isla de Ténedos está a la vista: aunque el reino de Príamo florecía, era rico en recursos, pero ahora es una mera bahía y un fondeadero indigno de confianza para los navíos. Navegaron hacia Ténedos y se escondieron en la costa solitaria. Pensábamos que se habían ido y se habían trasladado a Micenas con un viento favorable. Así, toda la tierra de Troya emerge de su larga tristeza. Se abren los portones y la gente se alegra de ir a ver el campamento de los dorios y los lugares que abandonaron, las costas que abandonaron. Aquí el contingente dolopiano, aquí el cruel Aquiles acampó; aquí era el lugar de las escuadras, y aquí la infantería solía luchar. Algunos troyanos están deslumbrados por el regalo fatal de la soltera Minerva y maravillados ante el *corpulento* caballo. En primer lugar, Timetes propone que [el arte] sea llevado al interior de las murallas y colocado en la ciudadela, ya sea como una trampa o porque ese sea el destino de Troya. Pero Capis y aquellos

que tenían opiniones más sensatas en mente proponen lanzar al mar el sospechoso regalo de la trampa de los dánaos [griegos], o prenderle fuego por debajo y consumirlo, o penetrar en los recónditos lugares cavernosos de su vientre y explorarlo. La gente común no está segura y está dividida en causas conflictivas.

Al frente, delante de todos, con muchos siguiéndole los pasos, Laocoonte bajó corriendo desde lo alto de la ciudadela y gritó desde lejos: ‘¡Mis pobres conciudadanos, qué insensatez es esta! ¿Creéis que el enemigo se ha ido? ¿O que los regalos de los dánaos [griegos] están libres de engaños? ¿Es esa la fama de Ulises? O los aqueos [griegos] están escondidos, encerrados dentro de esa cosa de madera, o es un artilugio construido contra nuestras murallas, para ver nuestras casas y venir sobre nuestra ciudad. O hay algún truco escondido dentro. Troyanos, no confíen en el caballo. Sea lo que sea, temo a los griegos, incluso cuando traen regalos’. Así él habló, y lanzó una enorme lanza con gran fuerza al lado del caballo, a la estructura redondeada de su vientre. Ella se quedó allí temblando y las cavidades del caballo resonaron cuando su vientre fue golpeado y soltó un gemido. Si el destino divino, si la intención de los dioses no hubiera sido contraria, él los habría llevado a cubrir los escondites de los argivos [griegos] con el acero, y Troya estaría ahora en pie, y tú, alta ciudadela de Príamo, sobrevivirías (Virgil, 2008, p. 2-5, traducción nuestra).

Es en este libro donde aparece la célebre frase latina de Laocoonte, “[...] equo ne credite, Teucri. Quidquid id est, timeo Danaos et dona ferentes [...]”, es decir, “[...] Troyanos, no confiéis en el caballo. Sea lo que sea, temo a los griegos incluso cuando traen regalos’ [...]” (Virgil, 2008, p. 4, traducción nuestra). Es esa frase la que dio origen a la expresión *regalo de los griegos*²². Comentando sobre Odiseo y aquel caballo, Homero, en la *Odisea*, afirma: “[...] Odiseo, de corazón firme. ¿Qué fue también lo que aquel hombre poderoso hizo y soportó en el caballo esculpido, donde todos nosotros, jefes de los argivos [griegos], estábamos sentados, llevando a los troyanos a la muerte y el destino? [...]” (Homer, 1945, p. 126, traducción nuestra).

En otra parte, el autor registra: “[...] Pero ahora cambia de tema y canta sobre la construcción del caballo de madera que Epeo hizo con la ayuda de Atenea, el caballo que Odiseo llevó una vez al interior de la

22 Un regalo envenenado, es decir, un regalo en apariencia beneficioso, pero que, en realidad, encierra un daño oculto.

ciudadela como una astucia, cuando lo llenó con los hombres que saquearon Ilios [Troya] [...]” (Homer, 1945, p. 292, 294, traducción nuestra). En la tradición griega, el caballo se llama “δουράτεος ἵππος” (*douráteos hippos*), es decir, “caballo de madera” (Wittich, 1843, p. 95). En el relato de Dictis de Creta, la idea de construir el colosal animal proviene de Héleno, quien profetizó que los griegos debían dedicar un caballo de madera a Atenea:

[...] Nosotros debemos, dijo él [Héleno], ofrecer un caballo de madera a Minerva [Atenea]; ese regalo resultaría fatal para Troya. El caballo debe ser tan grande que los troyanos tendrían que abrir brechas en sus murallas; Antenor los incitaría y aconsejaría a hacerlo. Mientras Héleno hablaba, el pensamiento de su padre, Príamo, y de sus hermanos que aún vivían, le hizo romper en llanto; su dolor fue tan fuerte que él perdió todo el control de sí mismo y colapsó (Crete, 1996, p. 110, traducción nuestra).

Además de Laocoonte, Homero informa en la *Odisea* que Helena de Troya también alerta sobre la trama de los griegos dentro del caballo. Ella llega a imitar las voces de las esposas de los soldados, y un individuo, Anticlo, intenta responder desde el interior del gran caballo, pero Odiseo le tapa la boca con la mano:

[...] Tres veces diste vueltas [Helena] alrededor de la emboscada hueca, probándola con las manos, y nombraste en voz alta a los jefes de los dánaos [griegos] por sus nombres, comparando tu voz con las voces de las esposas de todos los argivos [griegos]. Ahora, yo, el hijo de Tideo, y el gran Odiseo nos sentamos allí en medio y escuchamos cómo llamabas, y los dos estábamos ansiosos por levantarnos y salir, o bien responder inmediatamente desde dentro, pero Odiseo nos contuvo y nos detuvo, a pesar de nuestra ansiedad. Entonces todos los demás hijos de los aqueos [griegos] mantuvieron la calma, pero solo Anticlo tuvo ganas de hablar y responderte; pero Odiseo le cerró firmemente la boca con sus fuertes manos y salvó a todos los aqueos [griegos], y lo mantuvo así hasta que Palas Atenea te alejó (Homer, 1945, p. 127, traducción nuestra).

La hija del rey Príamo, Casandra, adivina de Troya, también insiste en la idea de que el caballo sería la ruina de la ciudad y de su familia real. De manera similar, ella también es ignorada, lo que llevó a la destrucción de Troya y a la derrota de los troyanos en la guerra:

[...] Desatentos, sin embargo, y ciegos en nuestro frenesí, continuamos y colocamos al infeliz monstruo [caballo] en lo alto de la ciudadela. Entonces, también, Casandra abrió los labios en revelaciones del futuro, labios destinados por orden de la divinidad a no ser creídos nunca por los troyanos. Nosotros, pobres desventurados, aunque ese era nuestro último día, adornamos los santuarios de los dioses con guirnaldas conmemorativas por toda la ciudad (Virgil, 2008, p. 15, traducción nuestra).

La historia sobre ese caballo también está atestiguada en una antigua producción, conocida como el *Vaso de Miconos* (Figura 2). Según Michael Wood (1985), el objeto data del siglo VIII a. C., antes de los relatos escritos que la tradición atribuye a Homero, lo que sirve para evidenciar que la historia del caballo de Troya ya existía antes de que se escribieran los relatos homéricos. Por lo tanto, se trata de una de las primeras versiones conocidas del caballo de Troya. El vaso fue encontrado por un residente en 1961 en la isla griega de Miconos, y en su interior había huesos humanos.

Figura 2: Vaso de Miconos



Fuente: Vasiloudis (2022).

Actualmente, la pieza se encuentra en el *Museo Arqueológico de Miconos* (Paipetis, 2010), mide 1,34 metros de altura y muestra la representación de rostros de guerreros ocultos, que aparecen en el lateral del caballo. El vaso ilustra el saqueo de Troya, centrándose en el engañoso caballo y la masacre que siguió. El hallazgo arqueológico alude a historias dentro de historias y juega con el punto de vista, incitando al espectador a mirar por las vigías del caballo, además de presentar el saqueo de Troya como una masacre de indefensos, evocando simpatía por las víctimas de la guerra, a pesar del robo troyano que motivó la guerra (Osborne, 1998).

A diferencia de las escenas típicas de batalla, no hay guerreros troyanos, solo mujeres y niños vulnerables, lo que sugiere una crítica a las tácticas despiadadas de los griegos. La separación de las escenas en masacre y engaño enfatiza la brutalidad del saqueo, evidenciada en los gestos expresivos de las personas indefensas. Cabe destacar tres figuras aisladas en las metopas centrales, a saber, un guerrero desenvainando su espada, una mujer con las manos juntas en señal de desesperación y un guerrero caído junto a su escudo. Esos individuos solitarios apuntan al costo personal del conflicto, destacando el sufrimiento individual en medio de la violencia generalizada.

El guerrero muerto en el centro, independientemente de si es griego o troyano, sirve como símbolo de la futilidad universal y la devastación de la guerra. El pithos (vaso grande) tiene una historia compleja, que resiste a una narrativa cronológica simple, además de desafiar la visión de quien contempla el objeto, al yuxtaponer la visión interna de las escotillas del caballo con la devastación externa. Esta estrategia artística atrae al espectador a la experiencia troyana y evoca empatía por las víctimas, reflexionando sobre las trágicas consecuencias de la guerra. A través de retratos y representaciones simbólicas, el hallazgo ofrece un comentario sobre la naturaleza del conflicto humano, el engaño que puede preceder a la destrucción y las vidas que sufrieron las consecuencias (Vasiloudis, 2022).

2.2 OLIMPIADAS, CARRERAS E HIPÓDROMOS...

Otro aspecto relacionado con la presencia de los caballos en la historia es el de las carreras, en las que los caballos movían bigas con su fuerza. El testimonio material de ello proviene de fragmentos cerámicos de la Grecia micénica, que indican que las carreras como deporte existían desde el siglo XIII a. C. (Bennett, 1997) (Figura 3, parte superior del vaso, como ejemplo iconográfico antiguo de una carrera posterior en cerámica).

Figura 3: Hidria ática (siglo VI a. C.)



Fuente: Staatliche Museen zu Berlin (1831).

Una de las referencias literarias más antiguas sobre una carrera de bigas aparece en el relato de Homero sobre los juegos fúnebres de Patroclo, en la *Ilíada*:

[...] Hay un tocón de árbol muerto [...] de roble o pino, no podrido por las lluvias, y es sostenido por dos piedras blancas a cada lado. Esa es la marca de la mitad del camino, donde comienza la recta final [...] ¡solo ten cuidado de no rozarla! Mutilarás tu equipo, destruirás tu biga en pedazos. Una alegría para tus rivales, una vergüenza para ti mismo [...] (Homer, 1991, p. 569-570, traducción nuestra).

Los participantes en esta carrera fueron Diomedes, Eumelo, Antíloco, Menelao y Meriones (Willcock, 1973). La carrera, que consistía en dar una vuelta alrededor del tronco de un árbol (Figura 4, donde las bigas antiguas rodean una columna), la ganó Diomedes, que recibió como premio una mujer y un caldero: “[...] una mujer para llevar [como premio], impecable, hábil en los trabajos manuales, y un trípode de dos asas, con veintidós medidas de profundidad – todo eso para el primer premio [...]” (Homero, 1991, p. 568, traducción nuestra).

Figura 4: Díptico de Lampadii (fragmento del siglo V d. C.)



Fuente: Fondazione Brescia Musei (2020).

Otra historia, sobre un rey llamado Enómao de Pisa, ciudad cercana a Olimpia, que presenta una de las versiones²³ que remiten a los orígenes de los antiguos Juegos Olímpicos, relata lo siguiente:

Él le dijo: ‘Si los amorosos regalos de Kypris [Afrodita] cuentan para la gratitud, Poseidón, ¡ven! Toma la lanza de bronce de Enómao y llévame en el más veloz de los carros a Elis [región donde se encuentran Olimpia y Pisa] y tráeme el poder victorioso, pues, habiendo matado a trece pretendientes, él pospone el matrimonio de su hija. Un gran riesgo no se apodera de un hombre cobarde. Pero, dado que los hombres deben morir, ¿por qué alguien se sentaría en la oscuridad y se abrazaría a una vejez sin nombre y sin utilidad, privado de todos los hechos nobles? ¡No! Esa competición será mía para llevarla a cabo; tú concedes el éxito que deseo’. Así habló y no dejó sin cumplir sus palabras. El dios lo honró con el regalo de una biga dorada y caballos alados que nunca se cansan. Derrotó al poderoso Enómao y ganó a la doncella como su esposa. Él fue padre de seis hijos, líderes ávidos de conquistas. Y ahora participa en espléndidos sacrificios de sangre mientras se recuesta en el curso del Alfeo, teniendo su tumba muy frecuentada junto al altar [de Zeus], llena de visitantes extranjeros. Y brilla mucho aquella fama de los festivales olímpicos conquistados en las pistas de carreras de Pélope, donde se compite por la agilidad de los pies y por hazañas de fuerza valiente (Píndar, 1997, p. 55-57, traducción nuestra).

Según el relato, para conquistar la mano de su hija, Hipodamía, el pretendiente tenía que vencerlo en una carrera de bigas. Si perdía, el competidor tendría que sufrir la muerte a manos de Enómao. Ese rey fue derrotado por el engaño del héroe Pélope (que dio su nombre al *Peloponeso*,

23 Otra versión conocida es la de Hércules como fundador de los antiguos Juegos Olímpicos (Bell; Davies, 2004; cf. Estrabón, 2001, 8.3.30).

literalmente la *isla de Pélope*). Este sobornó al sirviente de Enómao, llamado Mítilo, para que él sustituyera los clavos de bronce de la biga del rey por clavos de cera. Cuando Enómao estaba a punto de adelantar a Pélope, la cera se derritió y él fue arrojado de la biga hacia la muerte. Así, Pélope se casó con Hipodamía e instituyó los Juegos Olímpicos, tal vez como juegos fúnebres en memoria de Enómao (Renshaw, 2015). Independientemente de las diferentes historias sobre la fundación de los Juegos Olímpicos, se sabe que en el año 776 a. C. el festival olímpico ya figuraba como una fecha auténtica en la cronología griega (Montgomery, 1936).

Figura 5: Estatuilla de un caballo (750-730 a. C.)



Fuente: Art Institute Chicago (2016).

A partir de la cultura material, hay arqueólogos que asumen la presencia de juegos competitivos antes del 800 a. C. Entre las ofrendas votivas encontradas en Olimpia, datadas por algunos en el siglo X y por otros no después del 800 a. C. (Mouratidis, 1985; Gardiner, 1910), hay figuras que representan caballos, bigas y conductores. Esas producciones de bronce y terracota eran ofrendas de agradecimiento de atletas victoriosos de nacimiento noble que participaban en los juegos (Mouratidis, 1985).

Esas ofrendas votivas apuntan a la existencia de un culto, además de indicar que los juegos, especialmente las carreras, ya se celebraban en Olimpia en aquella época (Ridington, 1935), siendo signos de riqueza (Benge, 2024) (Figura 5, cuya estatuilla mide 9,2 centímetros de alto, 8,2 de ancho y 2,6 de profundidad).

Las carreras de caballos, aunque eran comunes en los festivales competitivos griegos, eran poco comunes entre los etruscos y los romanos, quienes preferían las carreras de bigas. En las Olimpiadas antiguas, las carreras con los animales comenzaron a celebrarse, según algunos estudiosos, solo en el 648 a. C., treinta y un años después de las de bigas, que se disputaban con dos o cuatro caballos. Las carreras con cuatro caballos tenían más prestigio entre los griegos y los romanos. En Olimpia, por ejemplo, los equipos corrían doce vueltas en el hipódromo, cada una de aproximadamente 823-914 metros. Además, para los griegos, las yeguas eran las mejores para las carreras de bigas. En aquella época, los animales no llevaban herraduras y quienes los guiaban iban descalzos (Golden, 2004; Adkins; Adkins, 1997).

Figura 6: Base para una dedicatoria con representación de una carrera de *apobates* (IV-III a. C.)



Fonte: Acropolis Museum (2025).

Utilizando un longo quitón blanco, el conductor se ponía de pie en la biga y sostenía un látigo en una mano y las riendas en la otra. El mayor número registrado de bigas inscritas en una carrera fue de 41, de las cuales solo una terminó y probablemente hubo muchos accidentes en las curvas. El propietario de la biga ganadora, y no el conductor, recibía la gloria. En las Grandes Panateneas²⁴, las carreras de bigas incluían acrobacias, como conductores desnudos, con escudo y casco, saltando de sus bigas y volviendo a subirse a ellas (Adkins; Adkins, 1997) (Figura 6). Pausanias, en el siglo II a. C., al referirse al hipódromo de Olimpia, en la región de Élide, Grecia, presenta una descripción con la siguiente información:

Después de pasar por el estadio, en el punto donde se sientan los árbitros, hay un lugar separado para las carreras de caballos y también el punto de salida para los caballos [...] con forma de proa de navío [...] En el punto en que la proa se une al pórtico de Agnaptus, se ensancha y se ha colocado un delfín de bronce en un palo en el punto exacto del espolón [punta] [...] Ante las bigas o los caballos de carreras se extiende una cuerda como barrera. En cada festival se construye un altar de ladrillos sin cocer, enlucido por fuera, lo más cerca posible del centro de la proa, y sobre el altar se coloca un águila de bronce con las alas extendidas al máximo. El hombre designado para iniciar la carrera acciona el mecanismo del altar y, a continuación, el águila salta hacia arriba, de modo que sea visible para los espectadores, mientras que el delfín cae al suelo. Primero, a ambos lados, las barreras son retiradas por el pórtico de Agnaptus, y los caballos que están allí posicionados corren primero. Mientras corren, ellos alcanzan a aquellos a quienes se les asignó la segunda estación y, entonces, se retiran las barreras de la segunda estación. Lo mismo ocurre con todos los caballos sucesivamente, hasta que en la espuela de proa están todos, uno al lado del otro. Después de eso, corresponde a los conductores de bigas demostrar su habilidad y a los caballos su velocidad. Fue Cleotas quien desarrolló originalmente el método de salida y parece que él se enorgullecía de su descubrimiento, ya que en la estatua de Atenas escribió la inscripción:

Aquel que primero inventó el método de salida para los caballos en Olimpia,
Yo, Cleotas, hijo de Aristocles.

Se dice que, después de Cleotas, Arístides añadió un dispositivo adicional al mecanismo.

²⁴ Festival de varios días celebrado en Atenas, en la Antigua Grecia, cada cuatro años. Uno de sus objetivos era rendir homenaje a la diosa Atenea y renovar el manto de la estatua de madera de Atenea en el antiguo templo (Erecteion) (Mikalson, 1976; Stamatopoulou, 2012).

La pista de carreras tiene un lado más largo que el otro y, en el lado más largo, que es una elevación, se encuentra Taraxipo, el terror de los caballos. Tiene la forma de un altar redondo y, mientras corren, los caballos son invadidos, tan pronto llegan a ese punto, por un gran miedo, sin razón aparente. El miedo provoca el desorden; las bigas suelen chocar y los conductores resultan heridos. En consecuencia, los conductores ofrecen sacrificios y súplicas para que Taraxipo se muestre favorable hacia ellos. Los griegos difieren en su visión sobre Taraxipo. Algunos sostienen que es la tumba de un habitante, hábil en el arte de montar a caballo; lo llaman Olenio y dicen que, en su honor, se bautizó la roca Olenia en la tierra de Elis. Otros dicen que Dameón, hijo de Fliunte, que participó en la expedición de Heracles contra Augias y los eleos, fue asesinado junto con su caballo por Ctéato, hijo de Áctor, y que ese hombre y el caballo fueron enterrados en la misma tumba. También hay una historia que cuenta que Pélope hizo aquí un montículo [túmulo] vacío en honor a Mírtilo y le sacrificó, en un intento por calmar la ira del hombre asesinado, nombrándolo Taraxipo (aterrador de caballos), porque las yeguas de Enómao se asustaron con el engaño de Mírtilo. Algunos dicen que es el propio Enómao quien perjudica a los corredores en el recorrido. También he oído a algunos atribuir la culpa a Alcátoo, hijo de Portaón. Muerto por Enómao por haber cortejado a Hipodamía, Alcátoo, dicen, recibió aquí su porción de tierra; al no haber tenido éxito en la carrera, es una deidad rencorosa y hostil hacia los conductores de bigas. Un hombre de Egipto dijo que Pelope recibió algo de Anfión, el tebano, y lo enterró donde está lo que llaman Taraxipo, añadiendo que fue lo enterrado lo que asustó a las yeguas de Enómao, así como a las de todos los conductores desde entonces. Ese egipcio creía que Anfión y el tracio Orfeo eran magos inteligentes y que fue gracias a sus encantamientos que las fieras venían a Orfeo y las piedras a Anfión para la construcción de la muralla. En mi opinión, la historia más probable es que Taraxipo es un epíteto de Poseidón Caballo. Hay otro Taraxipo en el Istmo, llamado Glauco, el hijo de Sísifo. Se dice que fue asesinado por sus caballos cuando Acasto celebró sus competiciones en honor a su padre. En la Nemea de los argivos, no hay ningún héroe que haya causado daño a los caballos, pero sobre el punto de giro de las bigas se alzaba una roca de color rojo y su brillo aterrorizaba a los caballos, como si fuera fuego. Pero el Taraxipo en Olimpia es mucho peor, porque aterroriza verdaderamente a los caballos. En uno de los puntos de giro, hay una estatua de bronce de Hipodamía llevando una cinta y a punto de coronar a Pélope con ella por su victoria (Pausanias, 1961, p. 123, 125, 127, 129, traducción nuestra).

La descripción de Pausanias aborda una cuestión religiosa y ritual relacionada con las carreras de caballos en los antiguos Juegos Olímpicos; existe una conexión entre el deporte y la religiosidad. Cuando menciona a Taraxipo, lo asocia con Poseidón, la deidad de los caballos y las carreras con esos animales. Él autor menciona una parte del circuito, el punto de curva,

conocido por su peligro y dificultad. También habla de mecanismos destinados a proporcionar un inicio de carrera justo, sin salidas falsas ni atropellos, reduciendo las posibilidades de error. Además, se observa un contexto heroico y de imágenes votivas, que transforman las carreras de bigas en un ritual de trascendencia y memoria colectiva (Humphrey, 1986; Adkins; Adkins, 1997).

En el mundo romano, el hipódromo o estadio más grande conocido para carreras de bigas y caballos era el *Circus Máximus*, en Roma (Figura 7). Se cree que ese circo romano (estadio para carreras de bigas) se inspiró en el hipódromo griego, por lo que nos da una idea de cómo eran los hipódromos griegos. El circo romano tenía forma de U, con una barrera en el centro y gradas para los espectadores. La línea de salida se encontraba en el extremo abierto de la U y las carreras consistían en varias vueltas alrededor de la mencionada barrera central (Adkins; Adkins, 1997). Fue ese *Circus Maximus* el que sirvió de modelo para otros espacios deportivos de su género y época (Jackson, 2000).

Figura 7: Carrera de bigas



Fuente: Gérôme (1876).

Ese modelo de hipódromo, que incluía carreras con caballos, también ha modelado paralelismos en el mundo contemporáneo, de modo

que, incluso con la distancia entre el tiempo y el espacio, existe una misma esencia de la práctica deportiva y un mismo espíritu que une diferentes épocas. En tiempos más recientes, por ejemplo, está el caso brasileño del hipódromo de Gávea, en Río de Janeiro.

Figura 8: Carrera en el hipódromo de Gávea



Fuente: Adaptado de Feira de vaidades (1933).

El 12 de agosto de 1933, en un periódico titulado *Fon Fon*, hay una noticia relacionada con el turf y la disputa del *Gran Premio de Brasil*, ocasión que reunió a la élite de la sociedad carioca y a las figuras más representativas del turf brasileño (Figura 8). El texto del reportaje informa que asistió una multitud de turistas de Europa y de repúblicas sudamericanas, y que el gran premio lo ganó el valiente caballo *Mossoró*. Las carreras también contaron con la presencia del jefe del gobierno provisional (Getúlio Vargas), junto con sus casas civil y militar (Feira de vaidades, 1933).

3 CONSIDERACIONES

Ante eso, a modo de conclusión, es posible trazar algunos contrastes y similitudes, permanencias y transformaciones, que indican que el mundo antiguo y el mundo contemporáneo están conectados. A juzgar por el formato del circuito, la idea es básicamente la misma. Los conductores de caballos y una multitud se hacen presentes en torno al espectáculo. Hay una señal de salida y el conductor no merece crédito en el mundo antiguo, ni tampoco en el caso de Río de Janeiro, ya que el vencedor mencionado de manera enfática es el caballo Mossoró. Se trata de un deporte considerado caro, fuertemente relacionado con las élites de ambas épocas.

Es una actividad humana cuyo propósito es entretener al público. Es algo que tiene una dimensión social y política, y puede ser utilizado por los gobernantes para obtener apoyo popular. Se trata de un espacio que permite el encuentro entre élites y clases populares, un lugar donde los intereses económicos y sociales pueden cruzarse. A pesar de las similitudes en aspectos de las carreras y la estructura de las arenas, en la antigüedad se tendía más al uso de dos o cuatro caballos, con el empleo de bigas. También se observa un énfasis sacro y ritual, orientado a aspectos religiosos, comerciales y deportivos. Es un rito que se repite con los elementos que lo componen.

Las diferencias en el público de ambas épocas también apuntan a la distinción social existente, las diferencias se observan entre los espectadores. A pesar de la separación por siglos y culturas, los hipódromos antiguos y contemporáneos son paisajes culturales de espectáculo, sociabilidad y pasión por los caballos. Las carreras con esos animales cautivan el imaginario colectivo. Son momentos para demostrar poder, con figuras y símbolos que apuntan a la presencia física y simbólica de individuos sociales importantes. Cuestiones así muestran que el mundo antiguo y el mundo contemporáneo están más cerca de lo que se imagina. Por lo tanto, hablar del ayer es hablar del hoy. Hablar del hoy es hablar del ayer.

REFERÊNCIAS

ACROPOLIS MUSEUM. *Base for a dedication depicting an apobates race*. Disponível em: <https://www.theacropolismuseum.gr/en/base-dedication-depicting-apobates-race>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ADKINS, L.; ADKINS, R. *Handbook to life in ancient Greece*. New York: Facts on file, 1997.

ART Institute of Chicago. *Statuette of a Horse*. 2016. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.artic.edu/artworks/237363/statuette-of-a-horse>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BELL, S.; DAVIES, G. *Games and festivals in classical antiquity*. Oxford: BAR, 2004.

BENGE, E. Horses in ancient art. *Art Institute of Chicago*, 17 dec. 2024. Disponível em: <https://www.artic.edu/articles/1169/horses-in-ancient-art>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BENNETT, D. Chariot racing in the ancient world. *History today*, v. 47, n. 12, p. 41-48, 1997.

CRETE, D. A journal of the Trojan war. In: FRAZER JR., R. M. (trad.). *The Trojan war: the chronicles of Dictys of Crete and Dares the Phrygian*. Bloomington: Indiana University, 1966.

EURIPEDES. Trojan women. In: BURIAN, P.; SHAPIRO, A. (ed.). *Greek tragedy in new translations*. Oxford: Oxford University, 2009.

FEIRA de vaidades: o Jockey Club no domingo. *Fon fon*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 32, 12 ago. 1933.

FONDAZIONE BRESCIA MUSEI. *Dittico dei Lampadi*. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3120501808005696&id=557219011000668&set=a.557312257658010>. Acesso em: 2 mayo 2025.

HARRISON, Roland Kenneth. *Jeremiah and Lamentations: an introduction and commentary*. Nottingham: Inter-Varsity, 1973.

- HOMER. *The Iliad*. New York: Penguin Books, 1991.
- HOMER. *The Odyssey*. London: Harvard University, 1945. v. 1.
- HUMPHREY, J. H. *Roman Circuses: arenas for chariot racing*. Los Angeles: University of California, 1986.
- GARDINER, E. N. *Greek athletic sports and festivals*. London: Macmillan, 1910.
- GÉRÔME, J. L. *Chariot race*. 1876. Óleo sobre lienzo. 86.3 x 156 cm.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDEN, M. *Sport in the Ancient World from A to Z*. New York: Routledge, 2004.
- JACKSON, R. *Gladiators and Caesars: the power of spectacle in ancient Rome*. Los Angeles: University of California, 2000.
- MIKALSON, J. Erechtheus and the Panathenaia. *The American journal of philology*, v. 97, n. 2, p. 141-153, 1976.
- MONTGOMERY, H. C. The controversy about the origin of the Olympic Games: did they originate in 776 B.C.? *The classical weekly*, v. 29, n. 22, p. 169-174, 1936.
- MOURATIDIS, J. The 776 B.C. date and some problems connected with it. *Canadian Journal of History of Sport*, v. 16, n. 2, p. 1-14, 1985.
- OSBORNE, R. *Archaic and classical Greek art*. Oxford: Oxford University, 1998.
- PAIPETIS, A. *The unknown technology in Homer*. Dordrecht: Springer, 2010.
- PAUSANIAS. *Description of Greece*. Cambridge: Harvard University, 1961.
- PINDAR. *Olympian odes, Pythian odes*. London: Harvard University, 1997.
- RENSHAW, J. *In search of the Greeks*. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2015.

RIDINGTON, W. R. *The Minoan-Mycenaean background of Greek athletics*. 1935. Tesis (Doctorado). University of Pennsylvania, Philadelphia, 1935.

STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN. *Attische Hydria*. [1831]. Disponible en: <https://id.smb.museum/object/686128/attische-hydria>. Acceso en 2 mayo 2025.

STAMATOPOULOU, Z. Weaving titans for Athena: Euripides and the Panathenaic peplos. *The classical quarterly*, v. 62, n. 1, p. 72-80, 2012.

STRABO. *Geography*: books 8-9. Cambridge: Harvard University, 2001. v. 4.

VASILOUDIS, D. The Mykonos vase: this is the oldest depiction of the Trojan horse. *The Archaeologist: civilizations of the world*, 17 ago. 2022. Disponible en: <https://www.thearchaeologist.org/blog/mykonos-vase-this-is-the-oldest-depiction-of-the-trojan-horse>. Acceso en: 1 mayo 2025.

VIRGIL. Aeneid. In: HORSFALL, Nicholas. *Aeneid 2: a commentary*. Leiden: Brill, 2008.

WILLCOCK, M. M. The funeral games of Patroclus. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 20, p. 1-11, 1973.

WITTICH, W. *A lexicon to Homer*. London: Simpkin, Marshall, and Co., 1843.

WOOD, M. *In search of the Trojan War*. London: BBC, 1985.

והימרי. In: CODEX LENINGRADENSIS. Cairo, 1008. 1 manuscrito.

02

A história e a importância da Escola de Equitação do Exército para o desenvolvimento do hipismo nacional

Alex Titan Lima da Silva
Rodrigo Barros de Oliveira
Renato Pereira Gomes
Alysson Carlos Ribeiro Gomes
Gislane Ferreira de Melo

1 INTRODUÇÃO

A equitação é uma das mais antigas formas de relação entre o ser humano e os animais, tendo sido desenvolvida inicialmente com fins utilitários, militares e de transporte. Com o passar dos séculos, a prática evoluiu para além de sua função bélica, tornando-se também uma atividade esportiva, artística e de formação de valores como disciplina, coragem e domínio técnico.

No Brasil, a história da equitação está intrinsecamente ligada à atuação do Exército, sendo um importante marco a criação da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx), instituição responsável por sistematizar o ensino e a prática da equitação militar e esportiva no Exército Brasileiro. A

EsEqEx desempenhou um papel central na profissionalização do hipismo brasileiro, formando cavaleiros de excelência, promovendo a difusão de técnicas de montaria e contribuindo para o fortalecimento das bases institucionais do esporte.

Este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama histórico da *Escola de Equitação do Exército*, destacando sua fundação, seu desenvolvimento e suas contribuições ao hipismo nacional. Também serão analisadas as transformações da escola ao longo do tempo, sua relevância atual e os desafios enfrentados em um contexto de mudanças na sociedade e na prática esportiva.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A chegada dos equinos no continente americano é controversa. Crê-se que a equitação tenha chegado ao Brasil com os colonizadores portugueses, sendo inicialmente utilizada como meio de transporte e apoio às atividades agropecuárias. No entanto, sua consolidação como prática organizada e estratégica ocorreu com o desenvolvimento das forças militares, especialmente a partir da criação do Exército Imperial, no século XIX.

Durante o Império Brasileiro (1822 – 1889), face às grandes extensões territoriais e inexistência de ameaças por mar, a cavalaria era uma das principais armas do Exército, exigindo dos soldados habilidades específicas de montaria e domínio dos animais. A equitação militar não era apenas uma técnica de combate, mas também um instrumento de distinção social, já que os oficiais cavaleiros gozavam de prestígio e eram formados segundo rígidas normas de conduta e treinamento.

Com a Proclamação da República, em 1889, e o consequente processo de modernização das Forças Armadas, o Exército Brasileiro passou a buscar referências internacionais, especialmente na Europa (estado da arte devido à sua tradição militar e cultura equestre), para aprimorar sua doutrina e capacitação. Nesse contexto, a equitação ganhou novo impulso, sendo concebida não apenas como prática bélica, mas como elemento

fundamental na formação física, moral e técnica do militar.

Foi nesse ambiente de transformações institucionais e modernização doutrinária que surgiu a ideia de criar uma escola dedicada exclusivamente ao ensino da equitação, nos moldes das tradicionais instituições europeias. A criação da Escola de Equitação do Exército representou, portanto, a convergência entre as necessidades militares, a valorização do cavalo como instrumento de formação e combate, e a emergência de um novo paradigma que enxergava a equitação também como prática esportiva e formadora de valores.

3 FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE EQUITACÃO DO EXÉRCITO

A Escola de Equitação do Exército (EsEqEx) tem sua origem na Missão Militar Francesa no Brasil (1919 – 1940), com a criação do Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, de 1922, seu precursor. Com o insucesso da equipe brasileira no Concurso Hípico Internacional Centenário da Independência, o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, estabeleceu o Núcleo de Adestramento de Equitação, em 1923, nas dependências da Escola de Estado-Maior do Exército (atual quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército), assessorado pelo Major Euclydes de Oliveira Figueiredo, que cursara a Escola de Cavalaria de Hannover, na Alemanha, e sob coordenação do Capitão francês Armand Gloriá, consagrado cavaleiro. Em 1928, transformou-se em Curso Especial de Equitação, sob a chefia do Major Robert Batistelli, o qual regressou à França em 1933. A partir daí, os oficiais brasileiros, Capitão Armando de Moraes Âncora, Capitão Oswaldo Borba e Capitão Manoel Garcia de Souza, como instrutores-chefes, foram incumbidos de difundir os conhecimentos equestres desenvolvidos na Europa (Amaral, 2001).

3.1 A sede em Realengo

Interrompido em 1938, em virtude da Segunda Guerra Mundial, o Curso foi retomado em 1946, nas dependências do Departamento de

Equitação e de Educação Física da Escola Militar do Realengo. Em 1954, foi estabelecida a denominação atual da EsEqEx. A partir de 1995, a Escola ocupou parte das instalações do Regimento Escola de Cavalaria (REsC) e, em 2005, foi transferida para as instalações do antigo 21º Batalhão Logístico, ao pé do Morro Capistrano.

3.2 As novas e modernas instalações na Vila Militar

O ano de 2007 marcou a mudança de subordinação da EsEqEx para o Centro de Capacitação Física do Exército. Nesse mesmo ano, a Escola também passou a sediar, em suas novas instalações – Parque Equestre General Eloy Menezes –, as modalidades de Hipismo e Pentatlo Moderno dos XV Jogos Pan-americanos – Rio 2007, com a participação técnica dos corpos docente e discente nas três modalidades hípicas: Adestramento, Concurso Completo de Equitação e Salto (Amaral, 2001).

Em 2011, a EsEqEx sediou as provas hípicas dos V Jogos Mundiais Militares, envolvendo diretamente instrutores, monitores e alunos. Foi apresentado um belo espetáculo para o grande público presente, destacada organização e excelência na execução das provas.

Entre 2012 e 2016, mais uma transformação aconteceu no Parque Equestre, para receber a XXXI Edição dos Jogos Olímpicos – Jogos do Rio 2016. Dessa vez, as mudanças estruturais foram acompanhadas de mudança temporária dos locais de treinamento e competição, para que os cursos da EsEqEx não deixassem de ocorrer, mesmo com as obras em pleno vapor de preparação para o maior espetáculo esportivo da Terra.

Atualmente, após sucessivas transformações e tendo enfrentado os mais diversos óbices, a Escola de Equitação do Exército consolida-se como estabelecimento de ensino de vanguarda. Sendo, até hoje, o único estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como uma pós-graduação em hipismo. O seu papel é plenamente desempenhado conforme a modernização do ensino e os padrões estabelecidos pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército

(DECEX). Como Subcomissão de Hipismo da Comissão de Desportos do Exército, assumiu papel primordial na reestruturação da modalidade e das instruções gerais que a regulamentam. Além disso, realiza e apoia pesquisas científicas para o Exército, em constante integração às renomadas instituições congêneres, no País e no exterior.

Sua fundação, existência e manutenção estão diretamente ligadas ao prestígio da arma de cavalaria no Brasil e ao reconhecimento de que a equitação deve ser preservada como um patrimônio técnico e cultural. Desde sua origem, a escola buscou integrar os princípios da equitação clássica à realidade militar brasileira, promovendo uma formação sólida, rigorosa e voltada tanto para o desempenho em campo quanto para a excelência esportiva.

4 ESTRUTURA, FORMAÇÃO E PRÁTICAS DA ESCOLA

A estrutura da Escola de Equitação do Exército foi planejada para atender às exigências de um centro de excelência. Contando com pistas de salto, adestramento e cross-country, cavalariças, áreas de pastagem e instalações administrativas, a EsEqEx se destacou como um espaço completo para o ensino e a prática da equitação. Sendo atualmente a única pós-graduação em hipismo, reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal (MEC).

O currículo da escola é composto por disciplinas teóricas e práticas, que incluem biomecânica equina, hipologia, técnicas de adestramento, salto, cross-country e manejo de cavalos. Os cursos são direcionados a oficiais e sargentos do Exército e Forças Auxiliares e civis, além de estarem abertos a intercâmbios com outras instituições militares e civis. Além do treinamento de militares, a escola desempenha um papel fundamental na formação de instrutores civis e no oferecimento de estágios e cursos de extensão voltados à comunidade equestre brasileira. Sua metodologia combina tradição e inovação, respeitando os princípios clássicos da equitação e incorporando avanços técnicos e científicos.

5 A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA O HIPISMO NACIONAL

A Escola de Equitação do Exército exerceu, e ainda exerce, papel de destaque na formação de cavaleiros que representaram o Brasil em competições nacionais e internacionais. Diversos atletas de destaque, incluindo medalhistas olímpicos e panamericanos, passaram por suas instalações ou tiveram formação vinculada ao meio militar. Entre os nomes notáveis, destacam-se os cavaleiros membros da equipe olímpica de hipismo nas décadas de 1950 a 2000, muitos dos quais tiveram formação ou apoio direto ou indireto na EsEqEx.

A escola também contribuiu significativamente para a padronização técnica do hipismo no Brasil. Vale destacar que a atual Sociedade Hípica Brasileira (SHB) na Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro – RJ, constituía a sede equestre do Clube Militar a qual faz fronteira até hoje tendo como seu primeiro presidente o General Valentim Benício da Silva. Por meio de sua produção de conhecimento, organização de competições e colaboração com entidades como a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), a EsEqEx foi fundamental na estruturação institucional do esporte, tanto em termos normativos quanto logísticos.

6 A DIMENSÃO CÍVICO-EDUCATIVA E CULTURAL

Mais do que uma escola de formação técnica e científica, a EsEqEx representa um espaço de educação de valores. A disciplina, a coragem, o respeito ao animal e a busca pela excelência são princípios constantemente trabalhados ao longo da formação. A equitação, nesse contexto, é compreendida não apenas como um esporte, mas como uma prática formativa integral, sendo pioneira no estudo e aplicação de técnicas de desenvolvimento comportamental através da prática esportiva.

A escola também desenvolve ações de integração com a sociedade, como apresentações, clínicas, estágios supervisionados e parcerias com entidades civis e universidades. Tais iniciativas reforçam

seu papel como instrumento de diplomacia cultural e educação cívica. Adicionalmente, a EsEqEx representa um patrimônio histórico e cultural do Exército e da sociedade brasileira. Seus acervos, tradições e arquitetura são elementos que preservam a memória da cavalaria nacional e a importância simbólica do cavalo na identidade militar e esportiva brasileira.

7 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Em um cenário no qual a tecnologia transformou profundamente a doutrina militar, a equitação perdeu o protagonismo na sua função tática no combate convencional (sendo ainda muito utilizada, de forma extremamente positiva no combate irregular), mas não sua relevância formativa e esportiva. A principal missão da EsEqEx hoje é preservar e adaptar o conhecimento técnico, mantendo o alto padrão de formação e ampliando sua atuação como centro de excelência no hipismo.

Os desafios incluem a manutenção de recursos financeiros, a renovação dos quadros técnicos, o cuidado com o bem-estar animal e a ampliação de parcerias civis. A EsEqEx tem buscado renovar-se por meio de parcerias com universidades, investimentos em pesquisa aplicada à equitação e maior aproximação com federações e clubes esportivos. O futuro da *Escola de Equitação do Exército* depende de sua capacidade constante de se reinventar sem perder sua essência, contribuindo para a formação de atletas, instrutores e cidadãos conscientes do valor histórico, cultural e esportivo da equitação, assim como vem fazendo há mais de 100 anos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Escola de Equitação do Exército* é uma instituição de grande importância para a história do esporte brasileiro. Sua contribuição para o desenvolvimento do hipismo nacional é incontestável, seja pela difusão e pelo desenvolvimento do esporte e formação de atletas de alto rendimento no passado e na manutenção de uma doutrina sólida, acadêmica e

científica, seja pela disseminação de técnicas e princípios que moldaram o panorama da equitação no País. Ao longo de sua trajetória, a EsEqEx consolidou-se como espaço de excelência, tradição e inovação, representando o elo entre o legado da cavalaria militar e a prática esportiva contemporânea. Preservar e valorizar essa escola significa reconhecer sua função estratégica na construção do hipismo brasileiro e na formação de uma cultura equestre sólida e respeitada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. R. do. *História da Cavalaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Manual de Equitação Militar*. Departamento de Ensino e Cultura do Exército, 2015.

03

Nos passos do cavalo: representações equestres na cultura brasileira

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Luís Fernando de Souza Alves

Guilherme Carvalho Vieira

Stefany Reis Marquioli

1 INTRODUÇÃO

Agora lhe digo: cavalo é de extremo juízo. Tem ideia do que é que está acontecendo. Se apegar à gente. No roçado, na luta, no descampado. De noite, dorme perto, fareja, escuta o menor ruído, acorda primeiro que nós. No perigo, se assusta antes e já nos avisa. Tem inteligência de gente. Com o tempo, pega os costumes do dono. Se o dono é arisco, ele fica também; se o dono é calmo, o bicho aprende a esperar. E quando um homem perde o cavalo, perde também um pedaço de si mesmo (Rosa, 2001, p. 102).

Este capítulo se inicia com a epígrafe retirada de *Grande Sertão: Veredas*, obra do romancista João Guimarães Rosa, que reflete sobre a profunda relação entre o homem e seu cavalo, uma relação que vai muito além de uma simples parceria de trabalho. Para Guimarães Rosa (2001), o cavalo é retratado quase como um ser humano, possuidor de inteligência e sensibilidade, capaz de perceber e reagir aos sentimentos e comportamentos de seu dono. O cavalo compartilha com o sertanejo os desafios

cotidianos, mas também os momentos de descanso, fazendo com que sua conexão seja descrita de forma tão íntima que, ao perder o animal, o homem sente como se perdesse uma parte de sua própria identidade.

Isso sugere que o cavalo se torna uma extensão do ser humano, essencial para sua existência e experiência de vida. Esse trecho expressa como a relação com o cavalo simboliza a interdependência e a luta pela sobrevivência no sertão, um universo vasto e árido, onde cada ser é parte de um todo maior e mais complexo. Culturalmente, a literatura brasileira, assim como a obra de Guimarães Rosa, revela a figura do cavalo de forma única, por diferentes modos e perspectivas de mundo, apresentando-o tanto de maneira sentimental quanto realista.

Autores como Euclides da Cunha (2002), em *Os sertões*, descreve o cavalo como um ser quase místico, resistente ao cansaço, simbolizando a dureza do sertão e a perseverança de seus(as) habitantes(as). Rachel de Queiroz (2012), em *O quinze*, utiliza o animal para ilustrar a dura realidade da seca nordestina, humanizando-o e intensificando o peso da miséria. Já Érico Veríssimo (2013), em *O tempo e o vento*, associa o cavalo à virilidade e ao espírito aventureiro de personagens como o capitão Rodrigo, uma das grandes figuras da literatura gaúcha. Por sua vez, José de Alencar (1971), em *O gaúcho*, descreve o cavalo como o camarada inseparável do(a) gaúcho(a), um amigo fiel com o qual não há separação.

Dessa forma, a representação cultural do cavalo se constrói em diferentes âmbitos, contextos sociais, culturais e históricos, refletindo a diversidade da identidade e da cultura brasileira. Ao longo da história, dentro dos moldes da cultura e dos costumes adquiridos no Ocidente e no Oriente, o termo cavalo destaca-se por sua notável versatilidade. Ele é amplamente utilizado para descrever comportamentos, nomear objetos e criar analogias em contextos variados, entre outros usos. Essa diversidade reflete a riqueza do imaginário popular, no qual o cavalo é frequentemente associado a atributos como força, liberdade e coragem.

Logo, esses símbolos, intensivamente enraizados nas tradições e na vida cotidiana, conferem ao termo um caráter dinâmico e diversificado,

em especial, repleto de significados e sentidos que dialogam diretamente com a essência da cultura brasileira (Bicalho *et al.*, 2023). Nesse sentido, é possível observar os múltiplos significados e valores atribuídos à imagem do cavalo, especialmente em relação à sua representação simbólica e cultural. Segundo o dicionário Michaelis, a palavra *cavalo* pode adquirir diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é utilizada.

Na zoologia, por exemplo, o cavalo é descrito como um quadrúpede perissodátilo (*Equus caballus*), pertencente à família dos equídeos, originário das estepes da Europa e da Ásia. O cavalo é caracterizado por pescoço e cauda com cerdas longas e abundantes, cabeça pequena em proporção ao corpo, orelhas curtas e dentes típicos dos herbívoros. No entanto, o termo cavalo assume uma multiplicidade de significados em contextos diversos, como no âmbito figurado, militar, da física, da agricultura, do uso coloquial, do jogo de xadrez, do jogo do bicho, do baralho, da culinária, da religião e até da aeronáutica. Diante disso, fica notório que as facetas representativas do cavalo são praticamente inesgotáveis, o que reforça ainda mais o seu valor e a sua representatividade no âmbito social e cultural.

Existem diversas expressões populares no Brasil que associam comportamentos humanos à figura do cavalo, atribuindo a esse animal diversos significados e simbolismos. Exemplos disso são expressões como *cavalo de batalha*, *cavalo de corrida*, *cavalo de crista*, *cavalo de força*, *cavalo de montaria*, *cavalo de santo*, *cavalo de tiro*, *cavalo de três pés*, *cavalo do cão*, *cavalo sem cabeça*, *cair do cavalo*, *tirar o cavalo da chuva*, entre outras. Por meio dessas expressões, podemos perceber que o termo *cavalo* é frequentemente utilizado para caracterizar uma ampla gama de situações, mitos, folclores e comportamentos, que estão profundamente enraizados na cultura e nos costumes sociais do Brasil.

Nesse contexto, o cavalo se torna um símbolo multifacetado, que transcende os limites da linguagem cotidiana, e adquire uma relevância significativa na sociedade global, representando atributos como força, liberdade, poder e prestígio. Ao longo da história, a figura do cavalo adquiriu diversas conotações simbólicas, em distintos campos. Contudo, como

essa representação se manifesta nos contextos das Forças Armadas e no esporte da prática hípica? Além disso, quais elementos subjacentes conferem ao cavalo o *status* de um símbolo universal, capaz de se adaptar a propósitos tão diversos?

Diante disso, torna-se crucial investigar as camadas de significados que tornam o cavalo uma figura emblemática em domínios que, à primeira vista, podem parecer desconexos, mas que se entrelaçam por meio das representações e do impacto simbólico que essa figura exerce em cada um desses contextos diversos. À vista disso, o presente estudo tem por objetivo explorar como o cavalo é representado em diferentes campos: nas Forças Armadas, no esporte e nas práticas hípicas, analisando as conexões culturais que unem a imagem do animal a valores como disciplina, força, estratégia e tradição.

Para alcançar o objetivo proposto e explorar as dimensões simbólicas do cavalo, empregamos uma abordagem de caráter qualitativo, envolvendo revisão bibliográfica de fontes científicas, análise de documentos históricos e observações empíricas (Galliano, 1986; Gil, 2010). No que tange às forças armadas, analisamos registros sobre a cavalaria e a sua evolução em território brasileiro. No hipismo, são investigadas as competições e as suas relações com a cultura equestre. Portanto, ao explorar neste capítulo a representação simbólica do cavalo, nosso objetivo vai além de uma simples análise.

Queremos convidar leitores(as) a mergulharem em reflexões sobre os diversos papéis que esse animal desempenha na construção da nossa cultura. O cavalo representa mais do que um símbolo, é um elo que conecta passado e o presente, tradição e modernidade, trabalho e arte. Sua presença, impregnada de sentidos e significados, ainda continua a galopar pelo imaginário social, evocando a força, a liberdade e a harmonia que ele representa. Assim, a presente discussão busca iluminar aspectos culturais e históricos, bem como despertar novas perspectivas sobre como o cavalo transcende sua condição física para se tornar um ícone atemporal de valores humanos e sociais.

2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: CAMINHOS PERCORRIDOS

Ao longo das pesquisas e dos estudos científicos, diferentes caminhos podem surgir durante a escrita, visando encontrar uma resposta ou explicação para o problema de investigação. Esse processo configura o percurso metodológico adotado para atingir determinados objetivos. Nesse contexto, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa básica, pois busca “[...] gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência”, sem necessariamente ter uma aplicação prática imediata (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentado em uma abordagem interpretativa, pois busca compreender os significados e sentidos presentes em textos, documentos e livros sobre um determinado tema dentro de seu contexto histórico e cultural. Para isso, recorreremos à História Cultural, conforme os estudos de Pesavento (2012), e às teorias sobre representações sociais de Stuart Hall (2016), visando analisar as dinâmicas culturais e sociais.

Também, utilizamos os estudos de Norbert Elias (1994), que discutem transformações em padrões de comportamento e percepção da sociedade, refletindo em seus valores culturais, símbolos e representações coletivas. Portanto, ao recorrer a pesquisas dessas linhas de pensamento, bem como a outras relacionadas, é possível chegar a um conhecimento de dinâmicas culturais e sociais que atravessam o imaginário coletivo e a construção histórica da humanidade quanto à figura do cavalo em diferentes contextos brasileiro.

3 GALOPE DA ORDEM E DO PROGRESSO: A REPRESENTAÇÃO EQUESTRE NA POLÍTICA BRASILEIRA E NO IMAGINÁRIO SOCIAL

Na história, nenhum outro animal doméstico desempenhou um papel no desenvolvimento social e político quanto o cavalo. Desde a antiguidade, os equinos estão profundamente inseridos na cultura, na

economia e, sobretudo, no lazer humano. No Brasil, conforme a Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE (2022), o rebanho equino ultrapassa os seis milhões de cabeças, distribuídas em 11 raças, com destaque para os cavalos crioulos (Giacomoni, 2007). Cada raça apresenta características específicas que determinam suas funções, de modo que alguns exemplares são destinados ao trabalho, enquanto outros são voltados para o esporte, conforme sua criação e seu treinamento (Oyarzabal, 2023).

No Brasil, os primeiros registros de chegada de equinos remontam à época da formação das capitanias hereditárias. Em 1534, Martim Afonso de Souza trazia cavalos para a capitania de São Vicente, provenientes da Ilha da Madeira. No ano de 1535, Duarte Coelho mandou os novos animais na Capitania de Pernambuco. Já em 1549, Tomé de Souza trazia equinos para a capitania da Bahia, oriundos de Cabo Verde (Torres e Jardim, 1977). Até então, não havia esses animais em terras brasileiras.

Durante o Período Colonial (1500 – 1822), os cavalos desempenharam um papel na mobilidade e transporte, sendo utilizados principalmente por colonos mais abastados, oficiais e militares da coroa portuguesa, além de senhores de engenho, que os empregavam para locomoção e como símbolo de *status*. Por outro lado, mulas e burros eram amplamente usados para transporte.

Além disso, cavalos, mulas e burros desempenhavam diversas funções, como o trabalho no campo e na pecuária, uma vez que a força e a resistência desses equídeos eram fundamentais para o manejo do gado, especialmente no sul e no interior do nordeste e sudeste. Nos engenhos, eram utilizados para o transporte e o tracionamento de carroças carregadas de cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas, como abundância de algodão e tabaco.

Por outro lado, os cavalos foram empregados como instrumentos estratégicos na exploração do interior do Brasil, na captura e nos conflitos com povos indígenas, na abertura de rotas comerciais e na facilitação da ocupação de novos territórios. Dessa forma, possuir bons cavalos era um símbolo de riqueza e prestígio entre colonos e membros

da elite, pois autoridades coloniais, senhores de engenho e nobreza frequentemente os utilizavam em desfiles, festividades e demonstrações de poder (Santos, 2018).

Embora amplamente utilizados para transporte, os equídeos também desempenhavam um papel fundamental nas milícias locais e no exército colonial, que os empregavam em patrulhas e em combates contra invasores e revoltas internas (Santos, 2018). A cavalaria se destacava como a unidade mais ágil e eficiente em um território vasto e de difícil acesso como é o caso do Brasil, pois sua mobilidade permitia que as tropas respondessem rapidamente a ameaças, patrulhando regiões estratégicas e auxiliando no combate a contrabandistas e quilombolas. Além de serem recursos para as forças armadas, os cavalos também representavam um símbolo de *status* e poder entre os colonos, já que possuir um bom animal implicava maior capacidade defensiva e prestígio social (Bicalho *et al.*, 2023).

Tais milícias montadas também eram empregadas para reforçar a autoridade da coroa, reprimindo revoltas coloniais, como a Revolta de Beckman (1684) e a Guerra dos Emboabas (1707 – 1709). Para isso, os senhores de terra e as autoridades locais utilizavam a cavalaria como instrumento de segurança e mecanismo de controle social, consolidando sua influência sobre a população. Com o passar do tempo, a tradição da cavalaria permaneceu viva, influenciando a cultura regional, especialmente no sul do País, onde as habilidades equestres continuam sendo valorizadas. Dessa maneira, os cavalos não foram apenas ferramentas de guerra, mas símbolos de poder, resistência e identidade no contexto militar colonial.

Com o avanço da colonização e as transformações na estrutura das forças armadas no Brasil, as milícias ganharam ainda mais relevância no Período Imperial (1822 – 1889), especialmente após a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e os consequentes desdobramentos na organização militar (Barroso, 2019). O Exército do Império Brasileiro desempenhou um papel fundamental na consolidação do País como uma nação forte e independente, além de contribuir para a manutenção de sua integridade territorial ao longo do século XIX.

Formado a partir de 1822, o exército foi gradualmente fortalecido durante o período imperial, participando de diversos conflitos internos e externos. Suas funções envolviam a defesa do território, a manutenção da ordem por meio da cavalaria e a atuação em guerras, como as Guerras de Independência (1822 – 1824) e a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), além da repressão a revoltas internas, como a Cabanagem (1835 – 1849) e a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), e da participação em conflitos internacionais, como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) (Barroso, 2019).

A Força Militar Imperial era composta por infantaria, artilharia, engenheiros e cavalaria, sendo esta última de grande importância estratégica devido à vastidão territorial do Brasil. A cavalaria, por sua vez, dividia-se entre tropas regulares e unidades da Guarda Nacional, que eram formadas por fazendeiros e militares voluntários. Já as tropas de elite, como os lanceiros e dragões, eram treinadas segundo modelos europeus e desempenhavam um papel crucial em batalhas e operações militares (Barroso, 2019). Como principal meio de deslocamento e transporte das forças armadas, os cavalos representavam para o Império um recurso essencial para a mobilidade militar e um símbolo do poder estatal, assegurando a defesa das fronteiras, a repressão de revoltas e a intervenção em conflitos internos e externos.

Entretanto, com o tempo e a modernização das forças armadas, a cavalaria ainda desempenhava um papel significativo no século XX. Contudo, esperava-se que os cavalarianos preservassem e transmitissem os diversos valores, conhecimentos, práticas e hábitos que haviam moldado uma tradição singular. Assim, por volta da metade desse século, já se consolidava entre os membros da cavalaria a percepção de que

Ser da cavalaria é ter vocação para busca do infinito e familiaridade com os influxos do eterno. Pela Glória, o cavalariano peleja, se supera e se sacrifica até chegar, pelo menos, às vizinhanças do infinito. Pela Tradição ele molda, se robustece, age e reage, sob inspiração da perpetuidade, a qual é o fundamento existencial da arma (Azambuja, 1954, p. 263).

Ao longo de sua trajetória, a cavalaria foi reconhecida como uma força tradicional e essencial para as Forças Armadas. Isso porque, durante muito tempo, os cavalos foram considerados instrumentos de guerra fundamentais, associados à vitória, à manutenção da ordem, ao progresso e às conquistas territoriais. Dessa maneira, podemos compreender que a cavalaria hipomóvel, seja para transporte, comunicação ou operações militares, desempenhou um papel no desenvolvimento da nação, contribuindo para a consolidação do poder estatal e para a defesa do território.

Com a modernização das tecnologias, a cavalaria não foi completamente abandonada, porém, a introdução de veículos motorizados reduziu progressivamente o uso da cavalaria hipomóvel. Apesar da evolução das forças armadas, algumas unidades militares, especialmente do Exército e das Polícias Militares Estaduais, ainda mantêm tropas montadas para o patrulhamento urbano, o policiamento ostensivo e o controle de multidões. Além disso, regimentos históricos, como o Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência, preservam a tradição da cavalaria equestre nas cerimônias oficiais e nos esportes equestres, garantindo a continuidade desse legado.

Isso ocorre porque, como observa o historiador José Murilo de Carvalho (2019), embora a cavalaria tenha perdido sua função estratégica original, ela continuou a ser um símbolo de tradição, representando disciplina e poder dentro da estrutura militar brasileira. A ligação entre as forças armadas e o meio rural, especialmente em estados como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, contribuiu para preservar práticas como a equitação, além de garantir o uso do cavalo em atividades culturais e esportivas. Assim, a tradição equestre, embora adaptada às novas realidades, permaneceu viva, contribuindo para a manutenção de um legado cultural do País.

A representação do cavalo atuou na construção da nação, simbolizando força, resistência, poder, disciplina, autoridade e tradição – valores que continuam a se manifestar na atualidade. Esportes equestres representam a continuidade dessa herança, preservando a relação histórica entre ser humano e cavalo, além do desenvolvimento de habilidades como

destreza, equilíbrio e controle. Ao longo do tempo, essas práticas reforçam a cultura equestre em diversas regiões do Brasil, sendo retratadas em competições de hipismo, rodeios, vaquejadas e cavalgadas, que, por sua vez, perpetuam a importância do cavalo como símbolo de identidade cultural e de valores históricos.

4 E NO ESPORTE, COMO FICA?

Conforme apontam Guilherme Vieira, Lucas Bicalho, Ester Liberato e Janice Mazo (2023), não é possível datar com exatidão a relação entre o homem e o cavalo no esporte e em outras áreas, uma vez que os cavalos têm sido utilizados em atividades conjuntas com os seres humanos há milênios, especialmente nas disputas por territórios. No Brasil, os cavalos desempenharam funções importantes em competições nacionais e internacionais, particularmente nas práticas esportivas do hipismo. Essa tradição equestre se desenvolveu no País, inicialmente com objetivos militares, e foi marcada por dinâmicas de poder e autoridade sobre a sociedade (Pereira, 2016).

Os primeiros registros oficiais sobre práticas hípicas no Brasil datam de abril de 1641, durante o Torneio de Cavalaria realizado em Maurícia, no período do domínio holandês, na cidade de Recife, Pernambuco. Nesse contexto, João Maurício Nassau, príncipe holandês e governante da Colônia, introduziu a competição de cavalaria (Vieira *et al.* 2023). Com as diversas transformações urbanas e socioculturais na colônia, as práticas hípicas passaram a ser principalmente parte da vida de indivíduos com condições financeiras favoráveis, uma vez que as competições hípicas eram dominadas pela aristocracia e pelos grandes fazendeiros (Vieira *et al.*, 2024). Assim, essas práticas refletiam desigualdades da época, consolidando-se como um espaço de prestígio para a elite colonial.

Com o passar do tempo, no século XIX, as competições hípicas passaram a ser realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, maiores centros econômicos do País. Esses torneios eram assistidos pela nobreza e

elite social, uma vez que o hipismo, de raízes culturais europeias, tinha intensa participação dos militares. A participação dos civis ocorreu de forma gradual. No Rio Grande do Sul (RS), conforme elucida Ester Liberato Pereira (2016), o acesso a esse esporte só ocorreu na segunda década do século XX, sendo representado no contexto das forças armadas como uma modalidade *exclusiva, bela, elegante e harmoniosa* (Carneiro, 1966, p. 10). Assim, o hipismo se consolidou como um esporte de prestígio, fortemente associado a elites e instituições militares.

Em 1939, funda-se a Sociedade Hípica Porto-Alegrense (Pereira; Carmona; Mazo, 2021). A instituição, existente atualmente, contou com diversos de seus sócios sendo provenientes do Porto Alegre Country Club (Oswald, 2009). A fundação da sociedade foi realizada por um grupo de amigos que, ao se organizar, conseguiu estruturar e consolidar a nova entidade hípica. Esse grupo obteve sucesso em arrecadar fundos necessários para o desenvolvimento da Sociedade, por meio de ações estratégicas promovidas pela própria instituição (Pereira; Carmona; Mazo, 2021). Durante esse período, a prática do polo equestre se destacava nas dependências da Sociedade Hípica Porto-Alegrense, consolidando-se como uma das atividades mais emblemáticas da instituição.

Essa sociedade agiu em prol do desenvolvimento da prática do hipismo no Brasil, especialmente em categorias como o adestramento. Em busca de um maior impulso à prática esportiva no Estado, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense passou a fomentar torneios que reuniam tanto seus sócios quanto praticantes do Porto Alegre Country Club e da Brigada Militar (Quizena, 1939; Pereira; Carmona; Mazo, 2021). Com o passar do tempo, os torneios se intensificaram em décadas seguintes, o que permitiu observar o processo de burocratização da prática. Nesse contexto, as duas sociedades esportivas, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense e a seção hípica do Porto Alegre Country Club, se destacaram, refletindo as transformações nesse processo organizacional.

Nesse sentido, conforme destaca Victor Melo (2010), as práticas hípicas no esporte do século XX eram vistas e representadas como

símbolos de *status*, força e distinção, características associadas à classe e à hierarquia social. Assim, homens, jovens e mulheres praticavam o hipismo como parte de sua educação, sendo, no entanto, a participação das mulheres, especialmente das elites, mais comum e ativa nas competições. Com o passar dos anos, as práticas hípicas foram se modernizando, acompanhando os avanços da humanidade, e o hipismo passou a ganhar novos contornos ao redor do mundo, refletindo o percurso de parceria, harmonia e confiança entre o homem e o animal (Vieira; Pereira; Mazo 2024; Vieira, 2024).

Esse assunto se aproxima de uma leitura sociológica que ecoa princípios centrais de *A sociedade de corte*, de Norbert Elias (1994). Na obra, o autor analisa como, na corte de Luís XIV, a etiqueta, os comportamentos refinados e as formas de convivência eram instrumentos de poder simbólico utilizados pelas elites para manter sua posição privilegiada em uma estrutura social hierarquizada. As práticas hípicas, nesse contexto, podem ser compreendidas como uma continuidade moderna desses mecanismos de distinção simbólica. O cavalo, enquanto símbolo de nobreza, domínio e elegância, faz-se presente na corte absolutista e nas elites modernas.

Isso ocorre porque a prática do hipismo, conforme destaca Viera (2023), integra o processo de formação dos indivíduos da elite, funcionando como elemento de educação corporal e moral, à semelhança dos rituais de etiqueta descritos por Elias (1994). A participação mais ativa das mulheres das elites nas competições, por exemplo, também reflete transformações em papéis sociais, mas sem romper com dispositivos de distinção: trata-se de uma nova configuração da visibilidade social feminina em um espaço ainda marcado por seletividade e prestígio (Pontes; Pereira, 2015; Elias, 1994). Entretanto, a modernização das práticas hípicas e sua reconfiguração simbólica, destacando a relação de parceria, harmonia e confiança entre homem e animal, introduzem uma reflexão interessante para a perspectiva de Norbert Elias.

Ao contrário do controle rígido das aparências e da repressão dos impulsos descritos pelo escritor como parte do *processo civilizador*, essa

nova narrativa do hipismo parece sugerir um deslocamento do foco do controle para a sensibilidade e conexão emocional. Ainda assim, a permanência do hipismo como prática de elite aponta para a persistência de estruturas simbólicas de poder, mesmo que travestidas de discursos contemporâneos. Portanto, o olhar crítico sobre as práticas hípicas modernas, à luz de Elias (1994), permite reconhecer a continuidade de antigos dispositivos de distinção e novos contornos que eles assumem em sociedades que se pretendem mais igualitárias e afetivas, mas que persistem reproduzindo lógicas cortesãs de exclusão e prestígio.

5 CAVALOS E SOCIEDADE: IMAGINÁRIOS, SIMBOLISMOS E CONSTRUÇÕES CULTURAIS

Sandra Pesavento (2012), referência na consolidação da História Cultural no Brasil, destaca a relevância das representações sociais e da sensibilidade histórica na construção da memória coletiva. Para ela, a História Cultural transcende os grandes eventos e estruturas, direcionando-se à análise dos significados, das linguagens, dos gestos, dos comportamentos e das formas simbólicas que permeiam o cotidiano social. Sua abordagem rompe com a visão objetivista da História e enfatiza como indivíduos(as) e grupos atribuem sentidos às suas experiências, tornando visíveis o subjetivo e o simbólico como elementos centrais na interpretação do passado.

Suas investigações sobre as representações culturais não as compreendem apenas como reflexos da realidade, mas como construções simbólicas que moldam aquilo que se pensa, se sente e se imagina sobre o mundo. Nesse sentido, a autora estabelece que a representação constitui um importante instrumento metodológico para historiadores(as) culturais, pois permite acessar o que foi efetivamente vivido, mas também o que foi sonhado, idealizado ou temido. A autora ainda afirma que historiadores(as) culturais devem voltar sua atenção a vestígios do sensível, como imagens, símbolos, práticas culturais, espaços urbanos e manifestações do imaginário coletivo.

A partir dessa perspectiva, o acesso ao passado não se limita às fontes tradicionais, sendo igualmente possível por meio de registros alternativos, como a literatura, a fotografia, a imprensa, a caligrafia, as artes e a arquitetura, elementos que, por sua carga simbólica e densidade histórica, oferecem subsídios significativos para a compreensão da realidade social (Certeau, 1982; Ginzburg, 1989; Pensavento, 2003). Nesse contexto, a História Cultural permite iluminar dimensões subjetivas, simbólicas e fragmentadas da experiência humana, contribuindo para uma abordagem mais ampla, sensível e profunda do tempo histórico.

A partir da abordagem proposta por Sandra Pesavento (2012), é possível compreender a representação do cavalo no imaginário brasileiro sob diferentes prismas históricos e culturais. No contexto do hipismo, por exemplo, o cavalo é frequentemente associado ao poder, à elegância e à distinção social, além de vinculado às elites urbanas e às instituições militares. A tradição equestre no Brasil foi fortalecida, entre outros fatores, pela influência da Missão Militar Francesa, em 1920, e contribuiu para consolidar o simbolismo do cavalo como expressão de disciplina, hierarquia e autoridade, tanto no âmbito esportivo quanto no militar (Vieira *et al.*, 2024b; Vieira, 2024). Assim, o hipismo se firmou como prática esportiva e espaço marcado pela exclusividade social, no qual o cavalo contribui para a construção de *status* e identidade.

Um exemplo conhecido da figura do cavalo na literatura brasileira ocorre em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (2011). No romance, o cavalo é um elemento do universo militar e símbolo carregado de significados, refletindo as aspirações de Policarpo Quaresma de se reconectar com a essência nacional. Ali, esse animal, emblema de poder, domínio e pertencimento territorial, evidencia a luta entre os ideais pessoais e as pressões de um Brasil em busca de identidade. O cavalo também está presente em festividades tradicionais, como as Cavalhadas de Pirenópolis (GO), onde, na encenação dos épicos conflitos entre cristãos e mouros, ele se consagra como símbolo cultural e histórico, ancorando no imaginário popular as tensões do passado (Spinelli, 2010).

No Brasil, a presença do cavalo se mistura à figura do(a) vaqueiro(a), personificando a resistência, o trabalho árduo e a coragem. Sua imagem se impõe como um símbolo incontestável da vida rural, da luta diária e da identidade do interior do Brasil, sendo, assim, um ícone indissociável da tradição e da força do campo (Vieira *et al.*, 2023). De acordo com Pesavento (2012), essas representações não são meros reflexos da realidade, mas construções simbólicas que moldam e estruturam a percepção social sobre o cavalo. Seja como ícone de poder e distinção no hipismo, como símbolo de resistência na literatura ou como personagem central em festividades populares, a figura do cavalo revela as complexas formas pelas quais diferentes grupos sociais atribuem significados ao passado e constroem a identidade cultural no Brasil.

Sua presença se impõe como poderoso marcador das disputas, das memórias e das visões de mundo que permeiam a história brasileira. Stuart Hall (2016) afirma que as representações culturais não devem ser encaradas simplesmente como reflexos da realidade, mas como construções simbólicas que organizam e estruturam como as pessoas percebem, sentem e interpretam o mundo. Ao se evocar a imagem do cavalo na mente, uma série de cenários e eventos se desenham rapidamente em nossos pensamentos, pois a figura desse animal está entrelaçada com nossa cultura, costumes e práticas.

O cavalo, ao longo da história, está presente na sociedade, refletindo e reforçando valores e ideologias coletivas. Nesse processo, surge a representação, a produção de significados que a mente humana constrói por meio da linguagem, dos comportamentos e das práticas culturais. É como as imagens que visualizamos, que nos permitem compreender como funciona a realidade em que vivemos, “como essas imagens apresentam realidades, valores, identidades, e o que podem acarretar, isto é, quem ganha e quem perde com elas, quem ascende, quem descende, quem é incluído e quem é excluído, como fica a situação particular dos negros nesse processo” (Hall, 2016, p. 10).

Tanto Sandra Pesavento (2012) quanto Stuart Hall (2016) oferecem uma leitura crítica das representações culturais, reconhecendo-as não apenas como reflexos da realidade, mas também como construções

simbólicas que a moldam. Dessa maneira, o cavalo, em diversos tipos de contextos, surge como um signo repleto de significados históricos e sociais, cuja presença se estende por distintas esferas, do hipismo à literatura, das festividades populares às narrativas rurais, entre outros, revelando a complexidade das interações entre cultura, poder e identidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise apresentada, fica evidente que a figura do cavalo transcende sua função prática e se insere profundamente no imaginário cultural brasileiro, carregando significados que atravessam diferentes períodos históricos e contextos sociais. Seja como símbolo de poder, resistência ou prestígio, sua presença na literatura, na arte, no esporte e nas manifestações populares reforça a multiplicidade de sentidos atribuídos a esse animal ao longo do tempo.

Ao explorar suas representações sob a ótica da História Cultural, é possível compreender como o cavalo se tornou um ícone da identidade nacional, articulando valores como liberdade, força e tradição. Dessa maneira, sua imagem não apenas reflete aspectos da realidade histórica, mas também atua na construção simbólica do Brasil, conectando passado e presente por meio das inúmeras formas de representação. Essa trajetória evidencia que, mais do que um simples animal, o cavalo se consolidou como elemento fundamental na memória coletiva e no imaginário social, sendo um elo entre diferentes campos do conhecimento e da cultura.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. *O Gaúcho*. São Paulo: Saraiva, 1971.

AZAMBUJA, L. F. Ser de cavalaria. *Revista Agulhas Negras*, Resende, 1954.

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARROSO, G. *História militar no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2019.

BICALHO, L. M. A.; SALES, J. F.; VIEIRA, G. C.; COSTA, D. S. R.; SANTOS, E. P.; PEREIRA, E. L. O legado do cavalo: representação simbólica equestre presente em troféus e medalhas militares. In: I Congresso Internacional de Educação e Inovação. *Montes Claros, MG. Anais (on-line)*. Montes Claros: Unimontes, 2023. Disponível em <https://congresso2023.unimontes.br/anais/a0ddfb45-c587-41d0-92b5-969d70a34c2c>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Comunicação. *Michaelis On-line*, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comunica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GALLIANO, A. G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GIACOMONI, E. H. *Estudo da variabilidade genética em quatro raças brasileiras de cavalos (Equus caballus - Equidae) utilizando marcadores microsatélites*. 2007. Tese (Doutorado em Genética e Biologia Molecular) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, S. *Cultura e representação cultural*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

IBGE. *Pesquisa da Pecuária Municipal*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MELO, V. A. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São

Paulo, v. 24, n. 1, p. 107-120, 2010.

OSWALDO de Lia Pires. In: *Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense*. Porto Alegre: DCS:3. 2009.

OYARZABAL, C. R. *Perfil dos Proprietários de Cavalos Crioulos no Brasil*. 2023. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões, Palmeira das Missões, RS, 2023.

PEREIRA, E. L. *Configurações sócio-históricas de equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PEREIRA, E. L.; CARMONA, E. K.; MAZO, J. Z. Os civis adentram uma prática esportiva dos militares: o hipismo. *Esporte e sociedade*, v. 10, 2021.

PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da educação*. Pelotas, RS. Vol. 7, n. 14 (set. 2003), p. 31-45, 2003.

PONTES, V. S.; PEREIRA, E. G. B. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. *Movimento*, v. 20, n. 3, p. 1197-1222, 2015.

QUEIROZ, R. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

QUINZENA Desportiva. 16/12/1939, n. 265, p. 48. In: MAZO, J. 2004. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, CD-ROM.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, A. C. M. A organização do Exército no Império brasileiro na primeira metade do século XIX: apontamentos. *Mneme - Revista de humanidades*, v. 18, n. 40, p. 156-168, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SPINELLI, C. Cavalhadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás. *Religião & Sociedade*, v. 30, n. 2, p. 59-73, 2010.

TORRES, A. P.; JARDIM, W. R. *Criação do cavalo e de outros equinos*. São Paulo: Nobel. 1977.

VERISSIMO, E. *O tempo e o vento*. Edição Econômica, 2013.

VIEIRA, G. C.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z.. Recordações fotográficas do hipismo brasileiro nos Jogos Olímpicos (1948-1996). *Materiales para la historia del deporte*, n. 27, p. 48-64, 2024.

VIEIRA, G. C.. *Entre a farda e o cavalo: a figuração do hipismo como esporte olímpico no Brasil (1940-1960)*. 2024. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2024.

VIEIRA, C. V.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Uma perspectiva sobre o hipismo olímpico brasileiro: da Missão Militar Francesa ao Jogos Olímpicos. *FuLiA/UFMG*, v. 9, n. 3, p. 83-106, 2024a.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; MARQUIOLI, S. R.; PEREIRA, E. L. Entre sela e saudade: um estudo das representações sociais da Cavalgada no sertão norte-mineiro (2005-2020). *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 27, n. 3, p. 1-22, 2024b.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. O hipismo na revista do esporte: representações sociais de um esporte de elite. CONCEIÇÃO, V. M. (Organizador). *Educação Física: ciência e perspectiva*. Londrina: Editora Científica, 2023.

04

“Porque o cavalo é a maior Barbie do mundo”: impactos do papel feminino de cuidadora no mundo do esporte equestre contemporâneo²⁵

Daniely Santos Ramos Costa
Tuany Defaveri Begossi

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu em meio a uma curiosidade levantada numa entrevista com a professora Claudia Leschonski²⁶, médica veterinária e conhecedora do mundo hípico na sua prática como amazona. Com a frase:

25 Trabalho realizado com o apoio da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG), Processo: APQ-03240-22, Edital n.º 009/2022 – Fortalecimento e Consolidação da Pesquisa na UEMG e UNIMONTES. A pesquisa faz parte do projeto: HIPPOS BR – Projeto Interinstitucional (UNIMONTES, UFRGS, UFAM e CBH) de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil (<https://www.instagram.com/hippos.br/>).

26 As entrevistas online foram realizadas ao longo de 2022, utilizando a plataforma Google Meet, em quatro sessões conduzidas pela professora Ester Liberato Pereira, e foram transcritas por mim e outros colaboradores, no capítulo 12 de um livro a ser publicado no segundo semestre de 2025, sob o título: *Rédeas, Cabrestos e Centauros: Culturas Equestres e Conexões Plurais entre Humanos e Cavalos na América Latina*, organizado pelas pesquisadoras e amazonas, Miriam Adelman e Ester Liberato Pereira. A entrevistada, professora Claudia Leschonski, possui mais de quatro décadas de experiência na equitação, com um foco particular no hipismo clássico. Sua prática cotidiana como amazona e professora, além de sua atuação como veterinária, destaca seu profundo envolvimento com o esporte. Ela também foi gestora da modalidade *Concurso Completo de Equitação* (CCE) na *Confederação Brasileira de Hipismo* (CBH) durante o biênio 2013-2014.

“Porque o cavalo é a maior Barbie do mundo”, e sua explicação de que as novas configurações socioeconômicas brasileiras²⁷ possibilitaram um ingresso mais robusto de mulheres no mundo equestre, devido à sua histórica função como cuidadoras, me fez enxergar esse aumento da participação feminina através das lentes do papel de gênero. Desse modo, este trabalho foi uma jornada em busca de explicações mais aprofundadas sobre as intersecções entre hipismo, mulheres, gênero e cuidados equinos em geral, visto que o hipismo é um esporte que, em sua gênese, se fechava em aspectos bem masculinos e principalmente, no seio das Forças Armadas Brasileiras, ou mais especificamente, na Cavalaria do Exército.

A autora Miriam Adelman (2012) nos traz algumas reflexões sobre as mulheres no mundo equestre, num estudo com mais de dez anos. Em um artigo, que tem como enfoque as mulheres no salto (hipismo clássico); no turfe, que ela diz ser ainda bastante pertencente a um universo masculino; e no hipismo campeiro, com suas vertentes, ela explora as vivências dessas mulheres que adentram um meio sobretudo masculinizado, desenvolvendo neste contexto, subterfúgios e estratégias individuais e coletivas para ocupar esses lugares; a partir do conceito de *homossocialidade*, que é a construção histórica de uma sociabilidade masculina que se expande pelos espaços públicos, e toma forma na vida cotidiana através da exclusão explícita ou implícita das mulheres, celebrando o laço formado entre os homens. A autora complementa que, no Brasil, como num reflexo da cultura mundial, as

Representações hegemônicas sobre as mulheres são fortemente influenciadas pelas campanhas de higiene social, que enxergam as mulheres como ‘corpos maternos’ equipados com instintos de cuidado e constituições frágeis que exigem não só orientação senão também a vigilância do crescente grupo de profissionais e peritos

27 O processo de modernização do campo, conduzido de forma centralizadora e sem estar vinculado a uma política de reforma agrária, ocasionou desemprego e miséria entre trabalhadores rurais, os quais dependem da terra como única fonte de subsistência. Esse quadro promoveu forte migração para os centros urbanos, passando de 10,6% da população em 1960 para 50,2% ao longo de quarenta anos, impactando diretamente a questão urbana (Nascimento *et al.*, 2018; Bicalho; Alves; Freitas; Pereira, 2024; Alves; Athayde, 2024; Alves, 2024).

(experts), que sabem – bem melhor do que as próprias mulheres – como essas podem (‘devem’) melhor realizar sua ‘missão social materna’ (Adelman, 2012, p. 62).

O discurso que atribui à mulher a missão do cuidado não é recente, mas resulta de uma construção cultural de longa duração, presente não apenas no contexto nacional, mas também na conjuntura global. Ao associar o feminino a papéis de zelo e dedicação, a sociedade produziu representações que atravessam diferentes épocas e espaços, reforçando estereótipos de gênero e naturalizando funções sociais específicas. No campo do hipismo, esse imaginário moderno ganha contornos particulares: o ingresso das mulheres nesse universo esportivo está frequentemente condicionado a essa dimensão do cuidado. Nesse sentido, compreender o passado do hipismo permite identificar como tais discursos foram incorporados, ressignificados e, em certa medida, ainda hoje reproduzidos nas relações entre gênero e esporte.

A equitação, que inicialmente se desenvolveu no meio rural e encontrou maior refinamento no âmbito do Exército, foi historicamente concebida como uma prática masculina, associada ao ideal civilizador, ao lazer e ao esporte. Neste modelo, o cuidado com os animais não recaía sobre os praticantes, mas sim sobre subalternos – no caso militar – ou funcionários no ambiente campestre. Com a migração populacional do campo para a cidade, novos tipos de subemprego ganharam visibilidade, ao mesmo tempo em que praças militares conquistaram direitos após sucessivas revoltas, como as tenentistas, o que reduziu a disponibilidade de mão de obra para o manejo dos equinos. Essa lacuna, ao longo do tempo, foi sendo ocupada por mulheres, cuja atuação passou a ser naturalizada dentro do discurso de gênero dominante: se lhes cabia o cuidado com o marido e os filhos, por que não também com o cavalo?

O cavalo, nesse contexto, pode ser interpretado como uma representação simbólica de uma grande boneca – à semelhança da Barbie –, remetendo à infância feminina e projetando no hipismo uma espécie de “continuidade lúdica” que prepara a mulher para sua nova forma de

brincar. Contudo, a realidade contemporânea revela transformações significativas: hoje as mulheres participam ativamente de todas as modalidades do esporte equestre, tanto no meio rural quanto urbano, atuando em níveis amador e profissional com condições de igualdade e reconhecimento por suas habilidades e conquistas. Essa ampliação de espaço, entretanto, suscita questionamentos: a que se deve tal aceitação, considerando que, em outros períodos, as mulheres eram restritas a modalidades específicas, como as provas de tambor, associadas à ideia de leveza – atributo culturalmente imputado ao feminino? Além disso, é necessário observar que a inserção feminina no hipismo sempre esteve permeada por recortes de classe, uma vez que o acesso ao esporte historicamente dependeu de recursos financeiros significativos, limitando a prática, sobretudo, a mulheres de classe média e alta.

Para além da ausência de funcionários dedicados ao manejo, a modernidade transformou o universo do cavalo em um espaço cada vez mais restrito às camadas economicamente favorecidas. Os custos elevados relacionados à posse e manutenção de um equino – alimentação especializada, acompanhamento veterinário e serviços de ferrageamento – sempre configuraram barreiras de acesso, consolidando o esporte equestre como um marcador de distinção social (Vieira, 2024). No cenário brasileiro contemporâneo, a expansão de modalidades esportivas e de lazer mais acessíveis, como *beach tennis*, vôlei, peteca, ciclismo, trilhas ou mesmo caminhadas em parques, contribuiu para a migração masculina em direção a outras práticas. Nesse contexto, a crescente inserção feminina no hipismo pode ser compreendida não apenas como resposta a essa reconfiguração do espaço esportivo, mas também como resultado da permanência simbólica do cuidado como “ofício” associado às mulheres, reforçando tanto a lógica de gênero quanto a dimensão de distinção social que permeia o campo equestre.

Sob a perspectiva econômica, o ofício de cuidador de cavalos – historicamente associado ao imaginário do homem do campo e da fazenda – vem progressivamente perdendo espaço à medida que esses

trabalhadores têm migrado para funções urbanas. Nesse cenário, abre-se uma lacuna ocupada pelas mulheres, cuja trajetória social esteve, ao longo da história, marcada pela atribuição do cuidado no âmbito familiar, no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho. Esse deslocamento evidencia a persistente naturalização que associa o feminino ao próprio corpo, vinculando-o a funções específicas de gênero – reprodutora, cuidadora e doméstica –, sustentadas por discursos de base biológica que legitimam sua suposta utilidade social (Perrot, 2005).

Na entrevista que realizamos, a veterinária e pesquisadora Claudia Leschonski apresenta questionamentos e percepções pertinentes que contribuem para a reflexão sobre a realidade econômica brasileira no que se refere ao uso do cavalo e às suas mudanças:

Quantas pessoas só tem cavalo porque isso é possível? Quanto desses executivos que têm essa constelação de tempo e dinheiro, se você dissesse ‘agora você não tem mais tratador’ daí ele vai dizer ‘Tudo bem. Vou andar de moto, vou andar de lancha, vou jogar tênis, vou fazer outra coisa...’

[...]

Tá, vamos pra Alemanha, pra França rapidinho... as criancinhas aprendem que para você ter um cavalo, você tem que merecê-lo, tem que cuidar dele, né. Então você quer montar? Tá bom. Mas antes de montar, você tem que pegar, escovar, pentear a crina, tomar banho, cuidar dele, depois você monta, aí você tem que cuidar todo o equipamento, tem que limpar a casinha, tem que limpar o cavalinho, tem que dar banho no cavalo, tem que limpar material, você... Você já trabalhou de tratadora, você sabe. **Você é uma faxineira glorificada do próprio cavalo, e daí, se der tempo, você monta durante uma hora** (Leschonski, 2022, transcrição da entrevista, grifos nossos).

Nesse sentido, ao analisar os recortes temáticos presentes na fala da amazona Claudia Sophia Leschonski, buscamos compreender o papel das mulheres no universo da equitação a partir de uma perspectiva de gênero, entendendo-o como uma construção cultural que estabelece, de forma socialmente produzida, os papéis considerados adequados e distintos para homens e mulheres, os quais são impostos sobre corpos sexuados. O conceito de gênero, conforme destaca Scott (2019), evidencia o caráter relacional dessas definições normativas de feminilidade, revelando como

tais construções funcionam para organizar e dar sentido à ordem social, seja na sua manutenção, seja nos processos de transformação.

A entrevista citada neste estudo evidencia que a inserção da mulher no universo equestre não ocorreu de forma fortuita. À época, não se realizou um recorte específico de gênero, razão pela qual se mostra relevante revisitá-la à luz de bibliografias pertinentes, com o objetivo de lançar foco sobre as relações entre as amazonas e o cuidado com os equídeos, especialmente no contexto do hipismo nacional. Assim, este trabalho se propõe a articular história, gênero e esporte, evidenciando como a prática equestre se constitui também como espaço de reprodução e contestação de papéis sociais atribuídos às mulheres.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para Joan Scott (2019), o gênero constitui-se como um elemento fundamental das relações sociais, estruturado a partir das diferenças percebidas entre os sexos, funcionando, portanto, como uma das formas primordiais de configurar relações de poder. Assim, qualquer transformação na organização social implica, necessariamente, uma reconfiguração das representações de poder – ainda que sem seguir uma direção linear ou única. Nesse sentido, quando os homens migram para outras modalidades esportivas que exigem menor investimento financeiro ou não demandam a contratação de funcionários especializados, abre-se uma lacuna no campo equestre. Tal espaço passa a ser ocupado pelas mulheres, cuja inserção pode ser metaforicamente comparada à analogia da boneca: o hipismo, uma vez *descartado* como objeto de interesse masculino, transforma-se em um *brinquedo* disponível, apropriado por aquelas que encontraram condições para dele participar.

Scott segue essa linha afirmando que, o gênero, entendido como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, implica quatro dimensões inter-relacionadas. A primeira diz respeito aos símbolos culturalmente disponíveis, que evocam

representações múltiplas e por vezes contraditórias – como as figuras de Eva e Maria, os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. A segunda envolve os conceitos normativos que buscam limitar o sentido desses símbolos, manifestando-se em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que geralmente assumem a forma de oposições binárias e categóricas entre o masculino e o feminino. A posição afirmada como dominante nesse processo é declarada como a única possível (Scott, 2019). Ao transpor tais elementos para a análise do hipismo, observamos que as representações da mulher como cuidadora, associada à delicadeza e ao zelo, não apenas derivam de símbolos historicamente construídos, mas também de normas sociais que delimitam e legitimam papéis específicos no universo equestre.

Desse modo, aquilo que outrora se configurava como um esporte eminentemente masculino e considerado arriscado demais para a participação feminina passou a ser legitimado também como espaço das mulheres, sobretudo em razão da necessidade de cuidadores para os equinos. Nesse sentido, conforme aponta Scott (2019), o desafio de uma nova pesquisa histórica não é apenas reiterar a ideia de que elementos socioculturais, econômicos ou políticos permanecem imutáveis ou sofrem transformações lentas ao longo do tempo, mas investigar a natureza dos debates, das tensões e dos mecanismos de repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna nas representações binárias de gênero.

Assim, a mudança observada no universo hípico brasileiro pode ser compreendida, em grande medida, como resposta a fatores socioeconômicos: a ausência de serviços especializados de cuidadores nos haras, o que leva muitos proprietários a assumirem diretamente o trato com seus animais, e o desinteresse de parte dos homens que migram para outras modalidades esportivas ou formas de lazer mais acessíveis. Nesse contexto, considerando que, historicamente, às mulheres foram atribuídos os papéis de cuidado na sociedade, é a elas que recai a tarefa de preencher essa lacuna, o que lhes garante maior espaço no meio equestre, sobretudo porque esse trabalho – que representaria um custo adicional – passa a ser

realizado por elas próprias. É nesse ponto que se insere a observação de Leschonski: a analogia do cavalo como a *nova Barbie*. Tal imagem traduz-se na ideia de continuidade simbólica, remetendo à infância, quando as meninas cuidavam de suas bonecas, penteando-lhes os cabelos, trocando as roupas e adornando-as como forma de divertimento. Agora, entretanto, a *boneca*, digna de cuidados, é o cavalo, ressignificado como objeto de afeto, dedicação e distinção social.

Por conseguinte, a *homossociabilidade* derivada da origem militar dos esportes equestres – que historicamente excluiu as mulheres das redes de sociabilidade pública, refletindo-se também no hipismo – já não se apresenta com a mesma intensidade, uma vez que as transformações sociais ampliaram o acesso feminino a esses espaços. Nesse cenário, observamos um crescimento expressivo da participação de mulheres nas modalidades hípicas. Como observa Adelman (2012, p. 936),

embora haja verdade na identificação das atividades esportivas com o disciplinamento de mentes e corpos na modernidade capitalista e patriarcal, a atividade esportiva feminina era inicialmente terreno para a expressão de sujeitos femininos rebeldes e desobedientes.

Fato é que a associação persistente entre masculinidade e poder permanece, uma vez que os valores mais altos continuam sendo investidos na virilidade em detrimento da feminilidade. Assim, a maior presença das mulheres no hipismo não implica, necessariamente, uma alteração substantiva nas relações de poder. De acordo com Adelman (2012, p. 946), “as fronteiras entre as atividades masculinas e femininas são fortes, mas não estão desprovidas de alguma flexibilidade característica de nossos tempos”. A autora acrescenta que, embora corpos masculinos e femininos hoje se vejam submetidos a um mesmo ideal de *fitness*, as práticas esportivas femininas ainda estão sujeitas a vigilância e controle, especialmente quando se aproximam de comportamentos que possam ser interpretados como transgressões às normas hegemônicas do que significa *ser mulher*.

Na entrevista com Leschonski, a seguir, podemos ampliar o olhar para além do contexto brasileiro, estabelecendo diálogo com o cenário

européu, onde o hipismo também foi historicamente marcado por relações de gênero desiguais, mas que seguiram trajetórias distintas, em razão das condições sociais, culturais e econômicas específicas.

Então é um simplismo muito grande você dizer ‘Ah... europeu... o modelo Europeu é melhor’, não... **O modelo Europeu é diferente. Ele é tão produto da situação social e da Constelação geopolítica, cidades pequenas, cidades grandes, como qualquer outra coisa,** né. E assim... e dentro dessa história eu também convivi muito com estrangeiros que vinham montar no Brasil... aqui eles chamam de experts, né... o pessoal dos consulados, dos bancos, das multinacionais, que tipicamente vem para viver no Brasil 2 a 3 anos, vem aquela família... eu tenho certeza que você conhece também. Vem aquela família, com as crianças, com o contêiner de mudança, e como eles vão ficar pouco tempo no Brasil, eles se empenham em não modificar muito o estilo de vida deles. E aí Ester, você já deve ter visto isso também... eles descobrem o mundo dos serviços, dos funcionários. E aí eles descobrem o câmbio. Então eles têm um jardineiro, uma babá, um motorista, eles são tão preguiçosinhos quanto nós. Ou eles estão tão empenhados em dar emprego a essa camada da população quanto nós. Então é muito relativo dizer “Ah, eles são melhores, porque eles gostam mais...”. Não, eles se acostumam assim desde criança. **Se você não quiser fazer isso, você não serve para ter cavalo.** E eu estou entrando nisso um pouco, é... um pouco em detalhes, Ester... porque daqui para a frente... mais na frente eu sei que vocês falam sempre um pouquinho das questões de gênero... Essa na verdade é **uma das explicações porque que nesse modelo tem mais menina mexendo com cavalo, do que menino. Porque o cavalo é a maior Barbie do mundo** (Leschonski, 2022, transcrição da entrevista, grifos nossos).

O trecho acima, que fez surgir este estudo, evidencia que a posse de um cavalo envolve não apenas o prestígio associado ao esporte, mas, sobretudo, a responsabilidade cotidiana do cuidado com o animal. Segundo a pesquisadora, mais do que praticar a equitação, é preciso estar disposto a dedicar tempo e energia a tarefas de manejo, higiene e alimentação, sem as quais a relação com o cavalo se torna inviável. Essa exigência dialoga diretamente com a socialização feminina: historicamente, mulheres e meninas foram destinadas a funções de cuidado – como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras ambulantes, zeladoras ou donas de casa. Desde a infância, foram ensinadas a zelar pelo outro, internalizando esse papel como parte de sua identidade social. Assim, a metáfora do cavalo como a “maior Barbie do mundo” aponta para a

continuidade simbólica entre o brincar infantil e a prática equestre, ressignificando o cuidado enquanto atributo naturalizado do feminino.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

No campo do hipismo clássico, especialmente na modalidade do salto, a presença feminina remonta à década de 1950, quando a amazona britânica Pat Smythe se tornou a primeira mulher a competir nas Olimpíadas, rompendo com a hegemonia masculina dos oficiais da cavalaria. Smythe, que treinava pessoalmente seus cavalos, abriu caminho para a inserção de outras mulheres em um ambiente até então rigidamente excludente. Entretanto, é importante destacar que esse acesso não ocorreu de forma ampla ou democrática. Nesse segmento mais tradicional, as Amazonas em geral dispõem de capital sociocultural e financeiro elevado, o que lhes garante condições para participar de um esporte com custos tão elevados. Como ilustra a pesquisa de Miriam Adelman, as entrevistadas, em seu estudo, eram todas de origem étnica “europeia”, possuíam formação universitária e pertenciam a famílias com altos níveis de capital cultural e econômico.

Essa constatação permite problematizar o hipismo clássico como um espaço em que a presença feminina, ainda que crescente, está fortemente atravessada por marcadores de classe, raça e acesso a recursos, o que limita o alcance de uma efetiva democratização do esporte. Assim, ao mesmo tempo em que constatamos a crescente visibilidade das mulheres no hipismo brasileiro, torna-se evidente a ausência de levantamentos sistemáticos que possam dimensionar de forma mais precisa essa participação.

Na edição de abril de 2015 da *Revista Horse*, foram divulgados dados relevantes sobre a participação feminina no universo equestre. Segundo a matéria intitulada *Elas são maioria*, 85% do público presente no evento Equitana – considerada a maior feira equestre do mundo, realizada naquele ano, na Alemanha – era composto por mulheres que possuíam ou trabalhavam com cavalos voltados ao esporte ou ao lazer. O texto

sublinha que as brasileiras vêm ampliando sua presença em atividades ligadas ao cavalo, seja em eventos, cavalgadas, exposições, treinamentos ou mesmo nas cocheiras. Todavia, ao estabelecer a comparação com a Europa, é observado que a realidade brasileira ainda se mostrava tímida: enquanto, no Brasil, a presença feminina se expandia gradualmente, no contexto europeu cerca de oito em cada dez tratadores de cavalos são mulheres, alcançando quase 90% dos *grooms* nos centros hípicos. Essa diferença é atribuída, segundo a reportagem, às exigências relacionadas às condições de bem-estar animal, que favoreceriam o reconhecimento do papel da mulher como cuidadora. A matéria também evidencia distinções de manejo entre homens e mulheres:

[...] a hora da oferta da ração, os homens arremessam as mesmas da entrada ao final da cocheira e acertam o alvo: o cocho! Já as mulheres abrem a porta da baia, olham para o cavalo, passam a mão sob seu dorso, conferem as condições gerais da baia, verificam se há sobras de ração no cocho e qual a dosagem correta com que deve ser reabastecido. Examinam se o bebedouro está limpo, se há fezes no local onde geralmente aquele cavalo tem o hábito de defecar etc. [...] (Mastrobuono, 2015, p. 29).

Para Izabela, as mulheres conseguiram conquistar seu lugar ao sol após a evolução das técnicas que envolvem tanto o manejo em geral quanto à equitação. Ao longo do tempo, podemos perceber que a lida com os animais não envolve força bruta e sim conhecimento técnico e sensibilidade. “E no que se refere à sensibilidade e à intuição, a mulher foi privilegiada por sua própria natureza”, informa (Machado, 2015, p. 30).

Importa ressaltar que não concordo com a fala da entrevistada na referida matéria, que atribui ao aspecto genético a capacidade feminina de perceber pequenos detalhes e cuidar dos animais como uma mãe cuida de um filho. Tal interpretação biologizante reforça estereótipos de gênero e ignora a dimensão social e histórica da construção desses papéis. Na realidade, trata-se de uma questão de escolha moldada por um *habitus*, internalizado desde a infância, no qual o cuidado é naturalizado como traço constitutivo da feminilidade. Sem a incorporação dessas disposições, as

mulheres passam a ser socialmente avaliadas como *menos femininas*, o que evidencia a força normativa das representações de gênero.

Declarações que recorrem a esse tipo de simplificação, sobretudo quando proferidas por mulheres, acabam por reforçar uma visão reducionista e anacrônica acerca do papel feminino na sociedade. Ao naturalizar o cuidado como atributo inerente ao gênero, tais falas contribuem para perpetuar estereótipos que limitam a compreensão da mulher como sujeito histórico, social e político, restringindo-a a funções previamente determinadas pela lógica patriarcal.

Figura 1: Propaganda Hertape



Fonte: Mastrobuono (2015, p. 31).

Não obstante, na mesma edição da revista, há uma propaganda da marca Hertape (Figura 1) que mobiliza diretamente o discurso do cuidado. O anúncio apresenta o slogan *está em nosso DNA cuidar*, acompanhado da imagem de uma mulher como figura ilustrativa dessa mensagem. A escolha da disposição gráfica e textual, inserida logo após uma matéria que destacava a presença feminina no universo dos equinos, dificilmente pode ser considerada casual. Pelo contrário, trata-se de uma construção discursiva planejada, que reforça sentidos historicamente atribuídos ao gênero feminino. Dessa forma, a publicação contribui para consolidar a vinculação simbólica entre a mulher e o papel de cuidadora, naturalizando uma associação que é produto de processos de longa duração.

A análise desenvolvida nesse trabalho, portanto, buscou suprir parcialmente uma lacuna do gênero no hipismo, ao articular narrativas, entrevistas e referências bibliográficas que iluminam os processos de inserção feminina neste universo. Tal perspectiva não apenas reforça a necessidade de investigações futuras de caráter quanti-qualitativo, como também permite estabelecer diálogos comparativos com outros contextos, como o europeu, em que as trajetórias históricas e as condições socio-culturais produziram dinâmicas próprias de inclusão e exclusão de gênero no esporte equestre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esta pesquisa represente um passo inicial para discutir a relação entre o hipismo e as questões de gênero, torna-se evidente que os cuidados femininos com o cavalo – muitas vezes naturalizados como extensão do papel social historicamente atribuído à mulher – merecem análise mais aprofundada. A forma como as mulheres assumem responsabilidades ligadas ao trato, à higiene e ao bem-estar do animal reflete não apenas a divisão de tarefas marcada por padrões de gênero, mas também um espaço de ressignificação, no qual o cuidado se converte em elemento de afirmação e presença feminina dentro de um ambiente tradicionalmente

masculinizado. Assim, a investigação histórica desse processo possibilita entender como práticas cotidianas, aparentemente secundárias, revelam dimensões mais amplas da desigualdade de gênero, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para novas interpretações sobre a participação das mulheres no hipismo e na equitação em geral.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades “diferentes”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 3, p. 931, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300015>. Acesso em: jul. de 2024.

ALVES, L. F. S. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

ALVES, L. F. S.; ATHAYDE, A. L. M. Retratos e recortes montes-clarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra*, v. 7, n. 13, p. 247-272, 2024.

ALVES, L. F. S.; REZENDE, L. P. F.; PEREIRA, L. M. “The dictatorship only caught those who were vagabonds”: the fruits of the 1964 coup on peasants in Northern Minas Gerais. *Revista de história regional*, v. 30, p. 1-32, 2025.

BICALHO, L. M. A.; ALVES, L. F. S.; FREITAS, A. L. R.; PEREIRA, E. L. O filho que foi pai: memórias e xadrez na cidade de Montes Claros/MG na década de 1980. *Pensar a prática*, Goiânia, v. 27, p. 1-24, 2024.

LESCHONSKI, C. *Cavalos entusiasmados, cavaleiros apaixonados*. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2022.

MASTROBUONO, M. (ed.). Mulheres na cocheira: seguindo a tendência europeia, elas estão cada vez mais presentes nas atividades com os cavalos. *Revista Horse*, n. 76, 2015.

NASCIMENTO, C. A. A.; VIANNA, M. A.; RAMOS, D. A. L.; VILLELA, L. E.; FRANCISCO, D. N.; IKEDA JUNIOR, R. *A migração do campo para os centros*

urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 2254-2272, 2018.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história.* Bauru: EDUSC, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

VIEIRA, G. C. *Entre a farda e o cavalo: a figuração do hipismo como esporte olímpico no Brasil (1940-1960).* 2024. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, MG, 2024.

05

“Mas hipismo é esporte para moça, perguntamos?”: desigualdade de gênero no hipismo

Stefany Reis Marquioli
Guilherme Carvalho Vieira
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Luís Fernando de Souza Alves

1 INTRODUÇÃO

Mas hipismo é esporte para moça, perguntamos? É e até bonito. Mas a parte de saltos torna-se perigosa demais para uma mulher. Salto devia ser prova só para homem. Tatiana mesmo já sofreu queda muito séria num salto arrojadíssimo e por pouco a cicatriz não lhe estraga a face. Essa parte do treinamento para fazer uma campeã é muito séria, deve ser diária. O cavalo tem que se acostumar com seu cavaleiro. E o treino deve ser no mínimo de quarenta minutos (Meg, 1956, n.p.).

O trecho acima foi retirado da matéria *A amazona número um do Brasil e outras*, redigida por Meg e publicada na *Revista Manchete Esportiva*, Rio de Janeiro, em 1956. O texto aborda a participação feminina no hipismo, com foco na prática do esporte no Rio de Janeiro. Apesar da matéria homenagear a presença feminina no hipismo, ela reforça

estereótipos de gênero fundamentados no sistema patriarcal, principalmente ao afirmar que a modalidade do salto²⁸ é inadequada às mulheres por ser altamente perigosa. Essa percepção se baseia na ideia de que o corpo feminino é frágil e vulnerável, enquanto o masculino representa força e controle, ao reproduzir estigmas de gênero construídos historicamente.

De acordo com Daniela Kuhn e Débora Praisler (2024), o hipismo é um termo usado para denominar práticas esportivas executadas por meio da aliança entre seres humanos e cavalos. Vieira (2024) ressalta que essa prática é tradicionalmente associada à elite social e à aristocracia, em razão do elevado custo e do prestígio social conferido aos praticantes, representando uma forma de distinção social, econômica e cultural. Historicamente, em meados do século XIX, o hipismo consolidou-se como uma prática restrita às elites militares e à nobreza, sendo associado ao prestígio social quanto ao domínio técnico sobre os cavalos. Com o passar do tempo, expandiu-se para civis com condições econômicas favoráveis, transformando-se em um símbolo de distinção e acesso restrito, ainda que fora dos círculos nobiliárquicos e militares.

Nesse mesmo período, a presença feminina nas práticas hípi- cas começava a se delinear. Segundo Silvana Goellner (2005), a inserção das mulheres brasileiras no esporte remonta a meados do século XIX. Contudo, é a partir do início das décadas do século XX que essa participação se expande, alcançando maior visibilidade no campo esportivo, como afirma a autora. Assim, o hipismo, ao se abrir gradualmente a novos públicos, insere-se no contexto mais amplo da expansão da prática esportiva feminina no País.

Entretanto, a incorporação das mulheres ao esporte não se deu sem resistências. Miriam Adelman (2011, p. 931) destaca que, desde o final dos novecentos, “[...] as práticas esportivas se tornaram um terreno de lutas simbólicas e práticas intensas sobre as definições de feminidade,

28 No Brasil, a modalidade de salto é destaque no hipismo, tendo como influência a equitação clássica, também chamada de *acadêmica*, de origem francesa (Vieira, 2024; Vieira; Pereira; Mazo, 2024).

sobre ‘o que é ser mulher’ e quais atividades um corpo marcado como feminino pode ou deve realizar”. Dessa forma, o campo esportivo é marcado por disputas simbólicas em que normas de gênero se tensionam, evidenciando os desafios impostos pela estrutura patriarcal, realidade que também atravessa a trajetória feminina no hipismo.

Embora o hipismo se destaque por ser a única modalidade olímpica em que homens e mulheres competem nas mesmas provas, essa igualdade formal não elimina as assimetrias de gênero que estruturam a prática. A modalidade ainda é atravessada por barreiras que afetam as mulheres de forma desproporcional, limitando suas possibilidades de ingresso, permanência e reconhecimento (Pontes; Pereira, 2014). Essas desigualdades manifestam-se sobretudo no acesso restrito a recursos financeiros, nas dificuldades para a obtenção de patrocínios e visibilidade midiática, além das resistências simbólicas que ainda associam a autoridade sobre o cavalo a atributos tradicionalmente masculinos. Sendo assim, a experiência feminina no hipismo demonstra que a paridade normativa não é suficiente para garantir equidade, pois o campo esportivo continua a reproduzir hierarquias de gênero historicamente consolidadas.

Sendo assim, esta pesquisa propõe-se a investigar o hipismo a partir da segunda metade do século XX, analisando as dinâmicas de gênero que estruturam a prática esportiva. Buscamos compreender como normas, desigualdades e disputas simbólicas relacionadas ao gênero afetam a entrada, a permanência e o reconhecimento das mulheres na modalidade, situando o hipismo como um espaço privilegiado para a reflexão sobre as relações entre igualdade formal e desigualdade estrutural no esporte. Para tanto, empregamos a metodologia de revisão bibliográfica (Gil, 2002) e adotamos o conceito de gênero, proposto por Scott (1995), como uma categoria analítica atravessada por relações de poder que rejeita explicações de cunho biológico. Tal perspectiva permite compreender como o ambiente esportivo reproduz e naturaliza estereótipos de gênero, ao associar certas modalidades, comportamentos e habilidades físicas a homens e mulheres.

2 BREVE REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE O HIPISMO NO BRASIL

O hipismo consolidou-se na Europa do século XIX, fortemente associado às práticas militares da cavalaria, o que resultou na participação exclusiva de oficiais do Exército nas primeiras edições dos Jogos Olímpicos dessa modalidade (Rojo, 2007). Ainda, ele tem raízes nas atividades da aristocracia europeia, nas caçadas e em outras formas de lazer das famílias nobres (Rojo, 2007). Portanto, podemos notar que o hipismo possui uma dupla origem, tanto militar quanto aristocrática.

No Brasil, o esporte hípico é uma herança da Missão Militar Francesa (MMF), que, na década de 1920, veio ao País com o intuito de modernizar as forças militares e implementar uma doutrina de guerra no Exército Brasileiro (Vieira, 2024; Vieira; Pereira; Mazo, 2024b). Para Rodrigo Araújo (2009), uma das razões para o governo francês destinar missões militares para os países era a de disseminar seu modelo de civilização. Nesse contexto, há indícios de que o envolvimento dos franceses na reorganização das Forças Armadas brasileiras colaborou significativamente para as primeiras competições hílicas, como aponta um documento de 1925, que relata uma competição interestadual sediada no Rio de Janeiro, então capital do País (Vieira; Pereira; Mazo, 2024b). Os autores sublinham:

[...] a necessidade de uma doutrina e a influência da MMF na equitação promoveu o estilo ‘francês’ de cavalgar em meio aos instrutores. Tal estilo se difundiu no cenário nacional, tendo em vista que a base teórica do curso de equitação é de origem francesa. Inclusive, os manuais de equitação utilizados na formação eram redigidos em língua francesa [...] (Vieira; Pereira; Mazo, 2024b, p. 94).

Percebemos que o curso de instrutores de equitação contribuiu substancialmente para a difusão do hipismo como modalidade de esporte

moderno²⁹. Todavia, as atividades da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx) foram suspensas em razão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) devido à prioridade militar na destinação de recursos e pessoal. Após esse conflito, em 1946, as atividades da EsEqEx foram retomadas, passando a ocorrer nas instalações do Departamento de Equitação e de Educação Física da Escola Militar de Realengo, Rio de Janeiro (Vieira, 2024). Posteriormente, em 1954, o departamento tornou-se uma escola, denominando-se Escola de Equitação do Exército (Vieira, 2024). O autor sustenta que

[...] temos a consolidação de uma instituição que é berço do hipismo, apesar de que não devemos esquecer de que a cultura equestre, com práticas de equitação, já era presente no Brasil, em especial as corridas de cavalos, nos *jockey clubs*. Outro fato importante é que podemos observar que esse esporte apresenta a sua prática delimitada ao público de dentro da caserna, que são os militares de alta patente, e que o curso de instrutor de equitação era delimitado a um público pequeno (Vieira, 2024, p. 74).

Durante muito tempo, o hipismo no Brasil foi praticado somente por militares, que representaram o País, pela primeira vez, nos Jogos Olímpicos de 1948, em Londres, Inglaterra, além de participarem de competições no continente sul-americano (Confederação Brasileira de Hipismo, 2012). Vieira, Pereira e Mazo (2024a, p. 55) ressaltam que “a hegemonia militar no hipismo olímpico brasileiro, justificada pela utilização aguerrida do esporte como treinamento para o alto escalão do exército, perdurou até 1952”. Esse quadro foi alterado nas Olimpíadas de 1956, em Estocolmo, Suécia, quando um civil compôs a delegação brasileira de hipismo.

Além disso, no que diz respeito à participação de civis nos Jogos Olímpicos Modernos, houve a entrada de mulheres a partir do século XX, sobretudo aquelas pertencentes à elite. Entretanto, Katia Rubio e Antônio Carlos Simões (1999, p. 50) acentuam que “a hegemonia ideológica do

29 Neste capítulo, o termo *moderno* é usado para diferenciar os Jogos Olímpicos atuais dos da Antiguidade, sem referência ao período histórico denominado Idade Moderna.

esporte, enquanto instituição masculina, invalidou a experiência atlética como uma busca feminina digna”. Tal perspectiva patriarcal reflete as barreiras sócio-históricas que interferem na participação feminina em um campo permeado por preconceitos e estereótipos de gênero. Sobre a participação feminina no hipismo, Rojo aponta:

[...] no Brasil, onde as mulheres só começaram efetivamente a ocupar um espaço mais relevante a partir da década de sessenta, com a primeira participação de uma amazona na equipe olímpica, e em maior quantidade a partir da década de oitenta, quer no exterior, onde somente na década de cinquenta uma amazona participa pela primeira vez dos Jogos olímpicos (a inglesa Pat Smythe), a igualdade formal entre homens e mulheres no hipismo não se encontra associada a uma efetiva igualdade de condições de participação neste esporte (Rojo, 2007, p. 82).

A partir da década de 1980, a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) e as entidades militares começaram a organizar competições conjuntas, investiram em cursos e clínicas e na vinda de técnicos internacionais, resultando no surgimento de uma nova geração de atletas, formada por civis e militares (Confederação Brasileira de Hipismo, 2012). Já nos anos 1990, o intercâmbio internacional foi impulsionado, e os resultados dos atletas elevaram o Brasil a maior potência esportiva da América do Sul (Confederação Brasileira de Hipismo, 2012).

Notamos que as Forças Armadas brasileiras contribuíram fortemente para a difusão das práticas esportivas. Os militares visavam o treinamento do corpo social para capacitar os futuros ingressantes no serviço militar e a disseminação de uma cultura física para manter o corpo saudável para o trabalho industrial (Fonseca; Honorato; Souza Neto, 2019; Vieira, 2024). Ademais, refletia um desejo nacional da época, marcado por um valor simbólico: “as práticas corporais e esportivas, que denotavam a mudança, a ruptura com o antigo, remetido ao aspecto higiênico e moral” (Vieira, 2024, p. 76).

Outro ponto a se destacar no esporte hípico é a questão da distinção social. O hipismo funciona como um artefato que compõe figurações vinculadas à elite, bem como evidencia um determinado valor e carrega

as aspirações de uma classe social mais abastada, funcionando como uma rede de sociabilidade entre pessoas com os mesmos valores (Vieira, 2024; Vieira; Pereira; Mazo, 2024a). Segundo Luís Otávio Assumpção *et al.* (2010), certas modalidades tendem a ser predominantemente praticadas por pessoas das classes alta e média, a exemplo do hipismo, ao passo que outras predominam entre as classes mais baixas, como o boxe.

Dessa forma, o esporte “[...] classifica pessoas, categoriza grupos, distingue universos sociais. A participação não é aberta e democrática uma vez que as sociedades de classes constroem limites e definem campos de possibilidades para a prática e o sucesso” (Assumpção *et al.*, 2010, p. 96). Portanto, verificamos que as Forças Armadas brasileiras desempenharam um papel fundamental na expansão do hipismo no País, esporte que teve grande influência da MMF, sendo tradicionalmente associado à elite social. Também notamos que, apesar da igualdade formal nas regras entre homens e mulheres no esporte hípico, amazonas enfrentam desafios ligados à desigualdade de gênero nessa modalidade.

3 HIPISMO E GÊNERO: DESAFIOS DAS MULHERES NO ESPORTE EQUESTRE

Até meados do século XIX, a sociedade brasileira, marcada por uma estrutura altamente patriarcal e conservadora, restringia a grande participação de mulheres em determinados ambientes sociais, incluindo o esportivo, dado que eram criadas para serem esposas e mães (Goellner, 2005). A organização social da época reforçava a ideia de que o espaço feminino era doméstico, limitando sua atuação em atividades consideradas públicas ou masculinas e excluindo-as de modalidades esportivas vistas como incompatíveis com a suposta “natureza feminina”. Nesse cenário, movimentos feministas desempenharam um papel relevante ao questionar normas de gênero e reivindicar a inclusão feminina em diferentes espaços sociais, contribuindo para a gradual inserção feminina em modalidades esportivas tradicionalmente masculinas, entre elas o hipismo.

Segundo Goellner (2005), a partir do século XX, é observado um aumento gradual da presença feminina no esporte, com maior visibilidade e reconhecimento. Entretanto, ainda hoje (2025), persistem barreiras estruturais que dificultam o acesso pleno e reproduzem desigualdades de gênero no esporte. Nesse cenário, a autora ressalta, ao abordar a participação feminina nos diversos espaços sociais, que

[...] não se deu sem a presença de conflituosas reações, pois simultaneamente mesclava-se a herança de um recente passado colonial, agrário e cristão e o devir de um futuro moderno, industrial e não menos cristão de forma a equiparar duas exigências complementares e contrapostas: a permanência da mulher no lar porque mãe e guardiã dos valores morais da família e a sua fluência na rua porque integrante de uma cidade que principiava a oferecer extraordinárias novidades de consumo e diversão (Goellner, 2005, p. 92).

Essa ampliação da participação feminina no esporte se estendeu aos *Jogos Olímpicos* da Era Moderna, com a estreia feminina no hipismo em 1952. No Brasil, a primeira atleta a competir nessa modalidade foi Lúcia Faria de Alegria Simões nos Jogos Olímpicos de Verão de 1968, na Cidade do México. Assim, mulheres começaram a ocupar uma modalidade historicamente associada ao masculino, enfrentando barreiras de gênero, entre elas a desigualdade de oportunidades e estereótipos sobre suas capacidades técnicas.

Nesse sentido, a categoria de gênero, proposta por Joan Scott (1995), permitiu compreender que esses avanços não se resumem à presença física das mulheres, mas refletem relações de poder profundamente enraizadas na sociedade. O gênero opera como marcador social que delimita expectativas, capacidades e comportamentos considerados apropriados para mulheres e homens, tornando visíveis as barreiras estruturais que ainda persistem, como desigualdade de oportunidades, preconceitos e estereótipos sobre habilidades técnicas.

No hipismo, há uma hierarquização das conquistas conforme o gênero. Segundo Vanessa Pontes e Erik Pereira (2014), vencer as mulheres nos saltos é fundamental, em razão dos atributos masculinizados da

modalidade. O adestramento, por sua vez, modalidade em que as mulheres são majoritárias, é um espaço de conquista de prestígio para as amazonas. Contudo, essa prova recebe menos cobertura midiática e baixo prestígio do grande público. Dessa maneira, “[...] não é qualquer vitória que interessa ao homem, uma vez que a imposição da virilidade se dá pela vitória sobre a mulher e outros homens em seu território de domínio: o terreno da masculinidade” (Pontes; Pereira, 2014, p. 1214). Os autores argumentam que

O adestramento, indo de encontro a toda organização da instituição esportiva que se conhece, é uma modalidade majoritariamente praticada e dirigida por mulheres. Discursos que remontam à emotividade feminina e à necessidade dessa modalidade de um maior entrosamento entre cavalo e o cavaleiro/a amazona são mais uma prova de que o determinismo biológico ainda persiste na tentativa de justificar sua ascendência em uma modalidade desportiva, como se as mulheres não tivessem a real capacidade de despontar no campo historicamente dominado por homens que é o esporte (Pontes; Pereira, 2014, p. 1212-1213).

Com relação à visibilidade midiática das amazonas, Carolina Firmino e Mauro Ventura (2017, p. 249) ressaltam que “[...] quando se trata de representá-la, a mídia se aproxima da valorização do corpo ou de suas emoções em detrimento da técnica esportiva”. No mesmo sentido, Vanessa Pontes e Erik Pereira (2014) afirmam que a visibilidade das mulheres no hipismo é mínima, pois os interesses da mídia predominante estão vinculados à valorização das formas corporais sensuais em detrimento do desempenho esportivo. Logo, notamos que os meios midiáticos tendem a sexualizar as atletas mulheres, privilegiando aspectos ligados à aparência física.

A visibilidade midiática das amazonas, ao enfatizar o corpo e as emoções em detrimento da técnica esportiva, é compreendida a partir dos estudos de Joan Scott (1995), que propõe o gênero como uma categoria útil para análise histórica, entendido como uma construção social que estrutura relações de poder e define o que é considerado feminino. Tal perspectiva permite compreender como a mídia, ao valorizar

aspectos físicos e emocionais das atletas, reforça normas de feminilidade que subordinam o desempenho à aparência, naturalizando desigualdades de reconhecimento.

Ademais, Donna Haraway (2000) contribui para essa análise ao questionar as dicotomias entre corpo e tecnologia, sugerindo que a figura do ciborgue, híbrido de organismo e máquina, pode atuar como metáfora para compreender as complexas relações entre tecnologia, corpo e identidade. Aplicada ao contexto do hipismo, essa perspectiva indica que a atleta feminina é simultaneamente agente de sua atuação e objeto de narrativas midiáticas que regulam e controlam seu corpo, destacando que a paridade formal nas regras do esporte não garante equidade real, visto que permanece repleta por discursos culturais e midiáticos que produzem hierarquias de gênero.

Outra questão a ser ressaltada é a do patrocínio no hipismo, que envolve elevados custos com viagens, treinamento e manutenção dos cavalos. Christine Bjerkan (2024) enfatiza que as atletas equestres recebem menor apoio de patrocinadores, refletindo a desigualdade de gênero no esporte hípico. Com isso, é essencial que marcas e organizações ampliem seus investimentos em mulheres, enquanto a mídia deve garantir uma cobertura adequada, ações que podem atrair mais patrocinadores, aumentar o prestígio das amazonas e, portanto, reduzir a disparidade no acesso a recursos nos esportes equestres (Bjerkan, 2024).

Adelman (2003), ao realizar entrevistas com mulheres atletas profissionais, destaca que as amazonas apontam, como grande empecilho à profissionalização das mulheres no esporte, a cultura brasileira da família, que reproduz a desigualdade de gênero. Nesse sentido, a autora aponta que todas se mostraram bastante críticas, destacando o sacrifício demandado da mulher em nome da família, contrapondo-se ao apoio familiar recebido pelos homens como atletas. Pontes e Pereira acentuam que

O casamento e a gravidez limitam as possibilidades da mulher atleta, seja pelo tempo em que precisarão ficar distantes das pistas, seja pela impossibilidade de viajarem para competições em decorrência dos cuidados com as crianças pequenas. Essa necessidade

de escolher entre ser atleta ou exercer a feminilidade é, no contexto hípico, um empecilho ao atletismo feminino, comprovando como estes ainda são elementos de difícil articulação (Pontes; Pereira, 2014, p. 1212).

De acordo com Dhênis Rosina e Kátia Rubio (2015, p. 11), “essa lógica de discriminação de gênero e a normatividade de papéis sociais servem para barrar ou minimizar as experiências femininas no campo esportivo [...]”. Esse processo colabora para a perpetuação do discurso que associa o esporte a uma atividade masculina e masculinizadora, afastando as mulheres de sua atividade (Rosina; Rubio, 2015). Dessa maneira, reforçam-se estereótipos historicamente construídos, que vinculam força e competitividade ao homem, ao passo que colocam as mulheres em posições desfavorecidas, obstaculizando a visibilidade feminina em diversas modalidades esportivas.

Em face do exposto, notamos a presença de estereótipos e hierarquias de gênero no âmbito esportivo, que questionam as capacidades técnicas das mulheres, impactando seu desenvolvimento no esporte equestre. Ademais, os papéis tradicionais de gênero afetam a participação feminina no esporte, reduzindo oportunidades e reforçando a ideia de que certos espaços e modalidades não devem ser ocupados por elas. Essa realidade é agravada pelo baixo investimento em atletas mulheres, o que limita seu aperfeiçoamento e visibilidade. Portanto, o esporte não é um espaço neutro, constituindo-se como um campo marcado por interesses que reproduzem e reforçam desigualdades de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar as desigualdades de gênero no esporte hípico a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, refletimos brevemente sobre o histórico do hipismo no Brasil e sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no esporte equestre. Ao utilizar o gênero como categoria analítica, destacamos as barreiras

histórico-culturais que marcam a participação feminina nesse campo esportivo. Constatamos que o hipismo, prática historicamente associada à elite e ao masculino, carrega estereótipos de gênero que restringem a valorização das amazonas, prejudicando seu desenvolvimento técnico e limitando o apoio de patrocinadores. Ademais, os meios midiáticos predominantes sexualizam frequentemente o corpo das atletas em detrimento da capacidade esportiva, evidenciando a discriminação de gênero. Diante disso, são necessárias mudanças estruturais que desafiem barreiras histórico-culturais impostas às mulheres, a fim de garantir tanto a igualdade formal quanto a igualdade material na esfera esportiva.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 931-954, 2011.

ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 445-465, 2003.

ARAÚJO, R. N. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). *Militares e Política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 5, p. 65, 2009. p. 65-81.

ASSUMPÇÃO, L. O. T.; SAMPAIO, T. M. V.; CAETANO, J. N. N.; CAETANO JÚNIOR, M. A.; SILVA, J. V. P. Temas e questões fundamentais na sociologia do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 18, n. 2, p. 92-99, 2010.

BJERKAN, C. Bridging the Gender Gap in Equestrian Sponsorship and Visibility. *Equerry/Co*, 2024. Disponível em: <https://www.equerryco.com/blog/bridging-the-gender-gap-in-equestrian-sponsorship-and-visibility>. Acesso em: 14 maio 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO. *Histórico - Hipismo Completo*. 21 jan. 2012.

FIRMINO, C. B.; VENTURA, M. S. A evolução histórica da participação

feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 5, n. 10, 2017.

FONSECA, R. G.; HONORATO, T.; SOUZA NETO, S. As práticas corporais na legislação imperial e a construção de uma sociologia da profissão para a educação física. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, n. 2, p. 509-526, 2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHN, D. I.; PRAISLER, D. Mo. Hipismo e equidade de gênero: uma visão sobre a participação de mulheres na modalidade salto do hipismo no Paraná. *Corpoconsciência*, v. 28, p. 1-12, 2024.

MEG. A amazona número um do Brasil e outras. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 56, 15 dez. 1956.

PONTES, V. S.; PEREIRA, E. G. B. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. *Movimento*, v. 20, n. 3, p. 1197-1222, 2014.

ROJO, L. F. Igualdade de sexo e desigualdade de gênero: relações entre homens e mulheres no hipismo. *Omertaa*, v. 2, p. 78-87, 2007.

ROSINA, D.; RUBIO, K. Feminilidade prescrita: os papéis normativos de gênero no esporte olímpico brasileiro. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 1-12.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento*, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

VIEIRA, G. C. *Entre a farda e o cavalo: uma figuração do hipismo como esporte olímpico no Brasil (1940-1960)*. 2024. 125 f. Dissertação (Mestrado

em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024.

VIEIRA, G. C.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Recordações fotográficas do hipismo brasileiro nos Jogos Olímpicos (1948-1996). *Materiales para la historia del deporte*, n. 27, p. 48-64, 2024a.

VIEIRA, G. C.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Uma perspectiva sobre o hipismo olímpico brasileiro: da Missão Militar Francesa aos Jogos Olímpicos. *FuLiA/UFMG*, v. 9, n. 3, p. 83-106, 2024b.

06

Sobre mulheres e hipismo: cavalgando pelas reportagens da *Revista do Globo* (1929-1965)

Andréia Luciana Ribeiro de Freitas
Ester Liberato Pereira
Joana Rosa Belloli
Janice Zarpellon Mazo

1 INTRODUÇÃO

*Ela tinha alguns cavalos
Ela tinha cavalos que eram corpos de areia.
Ela tinha cavalos que eram mapas desenhados com sangue.
Ela tinha cavalos que eram peles de água do oceano.
Ela tinha cavalos que eram o ar azul do céu.
Ela tinha cavalos que eram pelos e dentes.
Ela tinha cavalos que eram argila e se quebravam.
Ela tinha cavalos que eram penhascos vermelhos lascados
(Harjo, 1983).*

A epígrafe escolhida para iniciar este capítulo foi retirada do poema *She had some Horses* que, traduzido para a língua portuguesa, significa *Ela tinha alguns cavalos*, escrito pela poetisa, escritora, musicista estadunidense Joy Harjo, da *Nação Muscogee (Creek)*. A autora busca retratar a dor, o poder e as lutas em temas relacionados às experiências femininas. O cavalo é visto como um símbolo de liberdade, poder e conexão com

a natureza. A figura de mulheres montadas a cavalo, evoca imagens de força, beleza e independência. Há uma longa história de amazonas e cavaleiras que vem sendo cada vez mais reconhecida como parte do legado equestre da humanidade (Lagier, 2009; Adelman, 2020). As mulheres têm estado presentes em diversas áreas do universo equestre, como profissionais, atletas, ou simplesmente como amantes desses animais. A relação entre mulheres e cavalos é multifacetada, conforme Boscatti e Aldeman (2021), abrangendo desde atividades ligadas à criação, à gestão e ao cuidado com esses animais, além de práticas esportivas como hipismo.

O hipismo tem suas raízes na antiguidade, quando a habilidade de montar e manejar cavalos era essencial para a guerra e para o transporte. Há registros de adestramento de cavalos em 1.360 a.C. para fins militares. Os cavalos também fizeram parte dos Jogos Olímpicos na Grécia, antes da primeira edição do evento na Era Moderna (1896), com as corridas de bigas³⁰, realizadas em 648 a.C. (Bell, 2014; 2020). A caça à raposa também era uma prática que compõe a gênese do hipismo, configurando-se como um dos primeiros passatempos com características distintivas de um esporte moderno, sendo praticada pelos grandes proprietários de terra da Inglaterra, no século XVIII e início do século XIX (Pereira, Mazo, 2010). Os saltos do hipismo como competição organizada começaram no século XIX e, logo, no século XX. À medida que foram construídas as primeiras pistas com obstáculos, os eventos se consolidaram. O hipismo, como modalidade, estreou nos Jogos Olímpicos de 1900, em Paris (França), com provas de saltos. Após ausência em duas edições do evento, retornou ao programa de competições nos Jogos Olímpicos de 1912, em Estocolmo (Suécia), nas modalidades de saltos, Concurso Completo de Equitação (CCE) e adestramento (Comitê Olímpico Brasileiro, 2025).

30 As corridas de bigas sucedidas em Roma (Itália) duravam oito minutos, e podiam ser realizadas até 24 corridas por dia, envolvendo de 700 a 800 cavalos. Os condutores alcançavam velocidades de 35 quilômetros por hora e, nas pistas retas, chegavam até 72 km/h, o que requeria grande energia e força do condutor e dos cavalos. Os condutores, cocheiros romanos, eram, geralmente, escravos das províncias, comprados e treinados por facções desde a infância, uma vez que a corrida de cavalos oferecia a possibilidade de sucesso, reconhecimento público e estabilidade financeira (Bell, 2014; 2020).

No Brasil, a origem das competições equestres é atribuída ao Torneio de Cavalaria realizado em abril de 1641, na localidade de Maurícia, onde atualmente situa-se a cidade de Recife, estado de Pernambuco. A iniciativa da disputa foi do príncipe holandês João Maurício de Nassau, único governante geral de colônia que não era português. Nassau chegou ao Brasil em 1637, trazendo uma equipe que promoveu uma reformulação urbana e cultural. Neste cenário de transformações, a competição hípica fazia parte. Participaram do Torneio de Cavalaria dois grupos de cavaleiros: de um lado, holandeses, franceses, alemães e ingleses e do outro, portugueses e brasileiros que venceram a disputa. Em 1863, o capitão do exército, Luiz Jacomé de Abreu de Souza, fundou a Escola de Equitação de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Era o início da oficialização dos esportes equestres clássicos no Brasil. A primeira iniciativa para a formação de uma entidade máxima do hipismo no País aconteceu em 1935, quando houve um movimento para o registro da Federação Brasileira de Hipismo (Confederação Brasileira de Hipismo, 2012).

No estado do Rio Grande do Sul, especificamente, em Porto Alegre, as práticas equestres emergem nos quartéis no início do século XX. Dentre elas, podemos citar: polo equestre, caça à raposa, volteio e hipismo (Pereira, 2016). No hipismo, o salto era a prática mais divulgada em Porto Alegre, talvez porque os primeiros registros oficiais dessa modalidade remontam à Escolta Presidencial, instituída pelo Decreto-Lei n.º 2.172 de 25 de janeiro de 1916, a qual passava a constituir uma nova unidade da Brigada Militar – como é denominada a Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Durante muitos anos, o hipismo foi praticado, principalmente, por militares nos seus espaços próprios, sendo escassa a presença de civis (Pereira; Mazo, 2014a). A partir do final do primeiro quarto do século XX, de forma paulatina, o salto do hipismo passa a ter acesso expandido oficialmente à população civil, também por meio da fundação de associações esportivas, como a Porto Alegre Country Club e a Sociedade Hípica Rio-Grandense (SHR) (Pereira; Mazo, 2014a).

Além dos documentos oficiais, outros registros como a *Revista do Globo*, publicada pela Editora Globo, situada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, dedicaram reportagens ao hipismo. A *Revista do Globo* foi um quinzenário que perdurou por quase quatro décadas, de 1929 a 1967, veiculando, principalmente, assuntos sobre comportamentos sociais, eventos, cultura e esporte. Dentre os assuntos relativos ao hipismo, a revista dedicou algumas reportagens à presença das mulheres nesta prática.

Neste capítulo, averiguamos os discursos veiculados pela *Revista do Globo* acerca das mulheres no hipismo. Afinal, esta modalidade é a única disputa olímpica em que homens e mulheres competem entre si em condições iguais (Comitê Olímpico Brasileiro, 2025). Tal perspectiva refere-se ao princípio de que, no hipismo, a interação entre o cavaleiro ou amazonas e o cavalo é primordial para um bom desempenho nesta modalidade. Além disso, a força física do cavalo é mais determinante do que a do cavaleiro ou da amazona, e não há distinção de gênero na importância entre a parceria cavalo e atleta (Duarte, 2000).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa histórica, que busca analisar os discursos que permeavam a prática do hipismo por mulheres porto-alegrenses, no período entre 1929 e 1967, utilizando, como fonte, reportagens publicadas pela *Revista do Globo*. Cabe ressaltar que as fontes impressas como jornais e revistas integram a vida cotidiana das pessoas, o que permite, ao(a) pesquisador(a), captar as práticas sociais, os costumes e o folclore da sociedade, além dos interesses de determinados grupos (Capelato, 1998). A revista, enquanto fonte, é entendida como uma “obra em movimento”, é “articulada ao cotidiano e tem a capacidade de intervenção mais rápida e eficaz” (Velloso, 2006, p. 313). Esse formato de publicação periódica evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos, revelando processos históricos, representação material

de práticas de consumo, usos e costumes. “Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros – formato, papel, letra, ilustração, tiragem – sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nas, hoje, velhas e amarelecidas publicações” (Martins, 2003, p. 60).

Para fins deste estudo, foram avaliados 943 exemplares da *Revista do Globo*, do período de 1929 a 1967, por meio do catálogo “O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo” (Mazo, 2004). Nesse total de exemplares da revista, foram encontradas 27 reportagens, sendo 18 abordando apenas a modalidade hipismo e outras nove reportagens tratando do hipismo e de outras modalidades (Quadro 2). No Quadro 1, apresentamos as reportagens sobre hipismo separadas por ano de publicação, indicando a quantidade de reportagens que citam a presença de mulheres nas atividades ou eventos envolvendo o hipismo.

Quadro 1: Reportagens da Revista do Globo que abordam o Hipismo – divididas por ano

Ano	Número de reportagens sobre o Hipismo	Número de reportagens que mencionam mulheres no hipismo
1929	4	0
1932	2	0
1934	1	0
1935	1	0
1936	2	1
1937	2	0
1938	1	0
1943	1	1
1945	1	1
1951	2	2
1965	1	1
Total de reportagens	18	6

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 2, apresentamos reportagens que abordam o hipismo e outras modalidades separados por ano de publicação. Devemos salientar que, das 27 reportagens analisadas, apenas sete reportagens mencionavam a presença de mulheres nas provas de hipismo.

Quadro 2: Reportagens da *Revista do Globo* sobre Hipismo e outras modalidades – divididas por ano

Ano	Número de reportagens	Número de reportagens que mencionam as mulheres
Tema da reportagem	Hipismo, futebol, atletismo e polo	
1933	1	0
Tema da reportagem	Polo e hipismo	
1936	1	0
Tema da reportagem	Hipismo, remo e ciclismo	
1939	1	1
Tema da reportagem	Ginástica e hipismo	
1938	1	0
Tema da reportagem	Hipismo, polo aquático, remo e futebol	
1940	1	0
Tema da reportagem	Tênis, hipismo e badminton	
1952	1	0
Tema da reportagem	Esgrima, boxe, hipismo e judô	
1952	1	0
Tema da reportagem	Ciclismo, hipismo, corrida e natação	
1956	1	0
Tema da reportagem	Hipismo, futebol, golfe, esqui, vela e boliche	
1966	1	0
Total de reportagens	9	1

Fonte: Elaboração própria.

Para contemplar o objetivo proposto na pesquisa, utilizamos como método a *Análise do Discurso* (AD). A análise do discurso permite ao(à) pesquisador(a) permanecer ou deslocar as transformações do sujeito de uma dada realidade histórica e social. Também torna possível apreender os discursos possíveis para determinado período de tempo e espaço, ao assinalar que não haverá discurso sem sujeito, nem sujeito livre de ideologias (Pêcheux, 1995).

A construção do dispositivo de análise foi baseada nas ideias de Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e Eni P. Orlandi, sendo atravessada também pela perspectiva de discurso em Michel Foucault. Dessa forma, entendemos que a aplicação da AD foi adequada à materialização do discurso ou textualização do *corpus* documental da pesquisa, que neste caso, se fez a partir dos enunciados retirados das reportagens sobre as mulheres no hipismo na *Revista do Globo*. O gênero, utilizado como categoria analítica, é considerado para além de uma diferença entre homens e mulheres ligada ao determinante biológico, mas, como diferenças construídas por aspectos sociais, históricos e culturais. Uma análise que utilize a perspectiva do gênero permite dar significado às relações de poder, pois gênero e poder estariam no centro da hierarquização social, determinando papéis por eles questionados (Scott, 1995).

O enunciado é, pois, concebido por Foucault (2020), como função enunciativa que define textos como acontecimentos discursivos produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a emergência dos discursos na sociedade. Devemos salientar que as formações discursivas estão ligadas aos interdiscursos, que são as representações nos discursos das formações ideológicas. As formações discursivas são entendidas como as diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas e o modo como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais aí representados constituem sentidos diferentes (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2015).

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O hipismo é um esporte equestre que envolve a prática de montar a cavalo, abrangendo diversas modalidades como adestramento, saltos e Concurso Completo de Equitação (CCE). Nessas modalidades, tanto a habilidade do cavaleiro quanto a do cavalo são avaliadas, exigindo harmonia e sincronia entre humano e cavalo. Destacamos que o hipismo é o único esporte olímpico em que homens e mulheres competem juntos em condição de igualdade (Confederação Brasileira de Hipismo, 2012; Comitê Olímpico Brasileiro, 2025).

No caso da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o hipismo consiste em uma das práticas de equitação presentes na conjuntura do estado, e a prática da modalidade de salto do hipismo³¹ tem seus primórdios associados ao contexto militar (Pereira; Bataglion; Mazo, 2018). Ela era restrita somente aos policiais e oficiais militares, reportando às possíveis origens de desenvolvimento desse esporte ao nível mundial. Posteriormente, o acesso ao hipismo se expandiu, chegando ao âmbito civil na cidade oficialmente por meio da organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense, a qual congregava, em seu quadro de sócios, não somente militares, mas também civis (Pereira; Mazo, 2010; Pereira, 2016). Nesta associação esportiva e em outros espaços hípicos de Porto Alegre, eram realizadas festas que contavam com a presença de autoridades e importantes membros da sociedade da época, uma vez que tanto os praticantes como os espectadores estavam ligados à classe com maior poder econômico da cidade (Pereira, 2016).

A modalidade de salto do hipismo não encontrava resistência na inserção e prática pelas mulheres, em especial, daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas (Pereira; Silva; Mazo, 2011). Nas

31 Segundo Vieira e Freitas (2007), a modalidade do salto constitui a prática mais divulgada do hipismo. O salto do hipismo consiste em uma prova realizada em pista de areia ou grama, na qual o conjunto, composto pelo(a) atleta e cavalo, deve transpor de 10 a 15 obstáculos, com o intuito de finalizar a passagem sem cometer faltas como, por exemplo, sem derrubar nenhum obstáculo, no menor tempo possível.

décadas de 1920 e 1930, houve mais visibilidade de mulheres esportistas brasileiras que, influenciadas por uma cultura de linhagem europeia, começaram a realizar práticas corporais/esportivas em clubes (Tavares; Portela, 1998). A equitação era concebida como parte da educação de mulheres jovens das elites, sendo apreciada em função de que elas deveriam desenvolver determinadas capacidades que lhes consentissem satisfazer com propriedade os novos papéis sociais³² (Pereira; Mazo, 2010).

As práticas esportivas se inseriam no contexto de uma cidade contagiada pelos ares da modernidade, com padrões e valores de diversas metrópoles, onde um novo homem e uma nova mulher viriam a emergir (Pereira; Silva; Mazo, 2015). Podemos inferir que tal postura se justifica pela incorporação de ideais de modernismo e industrialização da sociedade da época, por meio do esporte moderno que atribui características de sofisticação às atividades de lazer (Elias; Dunning, 1992).

Desta forma, a instituição do hipismo presente em associações esportivas, a partir da década de 1920, representa um movimento em direção à incorporação da característica de igualdade de acesso à prática, inerente ao esporte moderno (Pereira; Bataglion; Mazo, 2018). As festas hípicas realizadas no Campo da Redenção (atual Parque Farroupilha), em Porto Alegre/RS, na década de 1930, costumavam contar com a significativa presença das mulheres nas disputas a cavalo, além da presença de militares do Exército e da Brigada Militar (Mazo, 2004; Pereira; Mazo, 2014b). Após uma breve imersão no universo das práticas hípicas em Porto Alegre, vamos elencar as reportagens que citam a presença das mulheres porto-alegrenses no hipismo, analisando os discursos presente nessas publicações no viés de uma perspectiva de gênero.

32 Importa ressaltar que, no Brasil, a partir de 1930, a chamada *Era Vargas* (período de 1930-1945) se inicia como um processo de transição de um modelo agrário-escravista para o urbano-industrial no País. Aliada à expectativa do crescimento econômico, a educação do corpo é reconhecida como essencial ao desenvolvimento e fortalecimento da nação, desenhando outro estilo de vida: pública, coletiva, na qual a oferta de diversão abraça homens e mulheres, redimensionando hábitos e práticas cotidianas incluindo os esportes.

3.1 Os discursos sobre elas e os cavalos

A *Revista do Globo* era uma publicação com muitas imagens e textos que abordavam o cotidiano urbano, os eventos e as demonstrações esportivas em modalidades diversas. Salientamos que imagens de mulheres participando nas festas, montadas a cavalo e em trajes festivos eram comuns na revista. No entanto, a descrição da participação de mulheres no hipismo era diminuta e havia poucas informações nas reportagens sobre as amazonas, além do destaque desproporcional das conquistas entre amazonas e cavaleiros.

As mídias, nas suas diversas formas, têm como objetivo divulgar informações, produtos e eventos de maneira massificada, atingindo uma diversidade de públicos. A veiculação e divulgação de conteúdos estão ligadas à realidade social e à construção ou desconstrução de conceitos socialmente determinados (Bourdieu, 1983; Mourão; Morel, 2005). Durante muitos anos, as questões relacionadas às mulheres foram ignoradas ou tratadas como secundárias, tanto em forma de registro, quanto em debates públicos; em contrapartida, os feitos masculinos eram considerados épicos e heroicos, mesmo quando inseridos em eventos ou movimentos coletivos (Rovai; Monteiro, 2020).

A primeira reportagem que apresenta uma fotografia e informação sobre a premiação de uma mulher no hipismo é datada de 1936, com a legenda: “Senhorinha Maria de Lourdes Ruth Soares, 1º prêmio da prova feminina concurso organizado pelo Sociedade Hípica de Bagê” (*Revista do Globo*, 1936, p. 11). A foto aparece em destaque na página da revista, mas a reportagem fala sobre uma transmissão de rádio feita de Berlim na Alemanha para o Brasil. É notável que o tema da reportagem não tem relação com a fotografia da mulher ganhadora do prêmio no evento hípico de Bagé. Isso nos remete à inviabilização da prática feminina pela mídia que, embora divulgou a imagem, não contextualizou o assunto no texto da reportagem.

Tal situação retrata certo viés sobre a educação dos corpos femininos e masculinos, a qual se diferenciava em objetivos e oportunidades,

levando a uma inferiorização das mulheres – aspectos que se tornaram evidenciados no sistema social (Beauvoir, 1970). Dos corpos das mulheres, era esperado uma pré-disposição para o cuidado, para a reprodução e a resolução de problemas da vida doméstica, modificando seus hábitos para ter saúde na manutenção de um corpo para a maternidade; já para os homens, seus corpos deveriam estar aptos à resolução de problemas externos próprios da esfera pública, em um corpo ligado ao esporte para competição.

Da reportagem “A quinzena esportiva”, retiramos o seguinte trecho: “Constituiu uma nota de realce a presença de algumas amazonas que dirigiram com habilidade suas montadas. O triunfo na prova de honra denominada “cidade de Porto Alegre” coube ao aspirante Vasco de Melo Leiria” (Revista do Globo, 1939, p. 48). Ao compararmos o enunciado “nota de realce”³³, para se referir à presença das mulheres e das suas montas, e “o triunfo...coube”³⁴, para se referir à conquista na prova hípica do homem, aspirante à Brigada Militar, observamos uma qualificação maior à atividade desenvolvida pelo gênero masculino descrita como triunfo enquanto que se dá uma partícula de ênfase à atividade das mulheres.

A mesma reportagem (Revista do Globo, 1939, p. 48) faz referência de forma contundente à participação do aspirante à Brigada Militar Vasco de Melo Leiria, exibindo cinco fotografias relativas ao seu desempenho e apenas uma fotografia pequena para as amazonas, na qual não há registro da identidade das mulheres amazonas. Mesmo que o hipismo tenha se destacado como uma modalidade olímpica que promoveu a igualdade de gênero ao permitir que homens e mulheres disputem nas mesmas provas, existe a manutenção da hierarquia de poder entre mulheres e homens, abarcando desde o acesso integral a patrocínios, divulgação das carreiras, ocupação de lugares na direção de organizações e instituições esportivas (Pfister, 2003).

33 Se analisarmos na perspectiva de estudo gramatical a expressão, *uma nota de realce* pode se referir a uma partícula ou expressão que se adicionada a uma frase dar ênfase ou destacar uma ideia, sem desempenhar uma função gramatical própria e podendo ser retirada da frase sem prejuízo no sentido (Cunha; Cintra, 2014). Já a palavra triunfo está relacionada a vitória em guerra, êxito em competição ou disputa.

34 “O triunfo coube” a palavra *triunfo* está relacionada à vitória em guerra, êxito em competição ou disputa.

Na década seguinte, em 1943, na reportagem intitulada “Festa hípica no Country Club” (Revista do Globo, 1943), o conteúdo do texto retrata o início da temporada de hipismo da sociedade porto-alegrense, com provas de demonstração de hipismo, caça à raposa, provas de salto, corrida e corrida com obstáculos. Ocorre uma cobertura notável da participação das mulheres nas atividades esportivas proporcionadas pelo evento. Na reportagem, aparecem três imagens: a primeira mostra mulheres montadas em cavalos; na segunda imagem, consta a senhora Kessier Coelho de Souza, saltando na prova de amazonas; e a terceira registra uma moça de blusa branca e gravata³⁵, cuja legenda descrevia a senhorita Lia Klepzig como vencedora da prova de amazonas.

O espetáculo esportivo pode ser desfrutado pelas mulheres desde que sua chamada *essência feminina*, envolvida de graciosidade, delicadeza e beleza, não corra o risco de ser alterada. Argumentos como esse embasaram os mecanismos de exclusão e inclusão das mulheres em diferentes modalidades esportivas, além de delimitar seus espaços sociais e de práticas, determinando o que seria apropriado à natureza frágil de seus corpos (Moura, 1932). As mulheres que competem no hipismo clássico, esporte de elite, nos níveis amadores ou profissionais, redefinem a ideia social em relação às mulheres, às suas atitudes relativas ao risco, à coragem e à ousadia, distinguindo-as das mulheres mais convencionais da mesma classe social (Adelman, 2004).

“Festa na Serra” é o título de uma reportagem que menciona a presença de amazonas no desfile de inauguração de uma pista de hipismo, construída no alto do morro em Caracol, localidade onde atualmente situa-se a cidade de Canela/RS (Revista do Globo, 1945). “A amazona porto-alegrense conquista aplausos saltando obstáculos em torno da pista acidentada de cima do morro onde antes só havia o mato cerrado” (Revista

35 O estudo de Soares (2011), indica que na equitação as roupas de montaria de um modo geral primavam por uma equidade de gênero desde as primeiras décadas do século XX. Sendo assim, homens e mulheres se vestiam sobriamente com calças compridas, paletós, botas e luvas.

do Globo, 1945, p. 20). Na reportagem, não há menção à identidade da amazona ou informações sobre a prova hípica. Além disso, aparece uma mulher elegantemente trajada sob um lindo cavalo com a legenda: “senhora do Coronel Alves Bastos, tomou parte em diversas provas, montando belíssimo exemplar gaúcho”. “Aqui ela desfila numa exibição magnífica de adestramento de alta escola” (Revista do Globo, 1945, p. 21).

A falta de identificação das amazonas pelo nome e a referência da amazona pelo nome do seu marido remetem a marcas de uma sociedade moldada a partir de uma perspectiva patriarcal, pelo pensamento de que o homem está em uma posição superior em relação à mulher e, também, contribuem para a construção de várias formas de opressão e violência contra as mulheres (Rago, 2021). O processo de apropriação do espaço esportivo pelas mulheres é diferente, pois apresenta uma relação entre gênero menos tensa do que em outros espaços, já que as mulheres não demandaram um confronto com os homens pela redistribuição e ocupação do território esportivo (Mourão, 1998). As mulheres se fizeram presentes nos esportes que lhes foram permitidos; elas transpuseram as barreiras explícitas ou não. Mesmo nas modalidades esportivas incentivadas para mulheres, ainda era evidente o controle dos corpos femininos pelos ideais patriarcais. As mulheres que se dedicavam aos esportes tinham que conciliar sua vida privada e sua vida pública, de maneira que pudessem ter tempo para sua prática esportiva.

Na reportagem “Week-end na Serra” (Revista do Globo, 1951), que divulga a inauguração do departamento de Hipismo em Canela/RS e a realização de “magníficas provas hípicas”, a caça à raposa foi uma das provas em destaque e, na ocasião, quem fez o papel da raposa foi a senhora Doris Coelho de Souza. Ela é descrita como uma mulher “gentil”, mas com excelente qualidade de amazona, oferecendo momentos de grande sensação na prova. O termo *gentil*, usado como característica de destaque para amazona Doris Coelho de Souza, está ligado à feminilidade relacionada ao ideal vitoriano, que associa os corpos femininos à fragilidade, passividade, submissão, graça e beleza, causando conflito

com as imagens sociais do esporte de competição ligados à agressividade, dureza e força (Corbett, 1997).

A reportagem destaca o cavaleiro Sérgio Dietrich que alcança a *raposa*, exibindo uma fotografia grande, no centro de página, ilustrando o momento que o cavaleiro alcança a *raposa*. A caça à raposa, tem um *ethos* peculiar ao das elites econômicas da Inglaterra do século XVIII (Elias; Dunning, 1992). A função de raposa pode ser desempenhada por um cavaleiro ou amazona, exigindo a demonstração de muitas habilidades intrínsecas à equitação para fugir dos demais cavaleiros e amazonas candidatos a caçá-lo (a), isto é, alcançá-lo (a) e tocá-lo (a) em meio à fuga a galope (Pereira; Mazo, 2010).

“A senhora Doris Coelho de Souza sagrou-se campeã absoluta da prova, numa exibição brilhante sob todos os pontos de vista, mas teve no senhor Walter Hochner, no Conde Della Porte e senhor Jorge Dattel Kremer sérios adversários” (Revista do Globo, 1951, p. 38). Esse fragmento de texto foi retirado da reportagem “Uma tarde hípica”, a qual aborda a vitória da senhora Doris Coelho de Souza na prova de salto, retratada com uma fotografia no momento do salto em um obstáculo. Ao lado dela está a fotografia de um homem montado a cavalo realizando um salto, com a seguinte legenda escrita abaixo: “SÉRIOS concorrentes da primeira colocada, os senhores Walter Hochner, Conde Della Porte e Jorge Dattel Kremer” (Revista do Globo, 1951, p. 38). Abaixo da fotografia da amazona Doris, há a foto de um homem trajando uniforme com a legenda: “outro exímio cavaleiro Coronel Venâncio Batista”.

O destaque a palavra *sérios*, em letras maiúsculas na publicação, possivelmente indica dúvida em relação à capacidade e ao desempenho atlético da amazona. A presença das mulheres nos esportes, demonstrando alto desempenho em habilidades atléticas, nos remete às características masculinas e evocam certa ansiedade e reações sociais, ao fazer, do âmbito esportivo, um espaço de transgressões. As ideias sobre diferenças sexuais são constantemente reproduzidas e legitimadas pela existência de uma hierarquia de gênero, manifestada na desigualdade de

distribuição de recursos econômicos e na divulgação midiática das práticas esportivas (Tolvhed, 2013).

Em “Hipismo também é show”, título da reportagem que dá destaque à trajetória da amazona Bety Belmonte, temos:

Atualmente, há um motivo especial para ir-se a Hípica, cada fim de semana. O motivo é uma garota alta, desenvolta, de olhar vivo e seguro: Bety Belmonte. Sua presença as tardes concorridas do hipismo gaúcho (agora em nova e sensacional fase através da Sociedade Hípica de Porto Alegre e com recentes ‘carrières’ inaugurados no interior) garante a maioria das vezes um sucesso a mais em sua bagagem de vitórias (Ósorio, 1965, p. 40).

No período estudado, essa reportagem foi a única que dedicou duas páginas ao cotidiano de treino e à carreira de uma amazona. A visibilidade feminina no esporte é um fator que estabelece relações com o desenvolvimento das modalidades praticadas por mulheres, haja vista que a quantidade de investimento financeiro e incentivo ao esporte está diretamente ligada à divulgação do desempenho e dos resultados das atletas. Os conteúdos esportivos publicados, imbricam, de forma significativa, na perspectiva dos leitores/consumidores de esportes, ao fortalecer ou enfraquecer a modalidade esportiva e a representatividade das atletas (Souza; Knijnik, 2007). A mídia esportiva, de um modo geral, reverbera a desigualdade de gênero no tipo e na quantidade de visibilidade dada ao esporte feminino ao qualificá-lo como sendo: mais lento, com menos qualidade técnica e menos emocionante (Bandy, 2005; Oliveira, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo permitem ponderar que embora o hipismo seja organizado de maneira a permitir a disputa igualitária entre homens e mulheres, no decorrer do processo de esportivização, acesso e divulgação das trajetórias reverberaram questões de desigualdade de gênero. As desigualdades são percebidas na forma de divulgação da participação e conquista entre cavaleiros e amazonas retratadas pelo

corpus documental composto por reportagens divulgadas pela *Revista do Globo*, no período entre 1929 e 1967. Identificamos que a modalidade hípica minimizava as diferenças socialmente construídas entre os sexos e revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças, exaltando a habilidade esportiva das mulheres porto-alegrenses. No entanto, as reportagens eram atravessadas por uma postura de poder que acabava diminuindo as conquistas e atuações de mulheres no esporte, deixando transparecer certo grau de subordinação entre o feminino e o masculino.

A participação esportiva contribui para uma ressignificação da corporalidade feminina, ao promover a apropriação da prática corporal esportiva, conduzindo para construção de práticas que ultrapassem padrões de normatividade social que reproduzem o controle masculino sobre os corpos femininos. Os diferentes olhares que recaem sobre a participação das mulheres em diferentes modalidades esportivas, elaboram e reproduzem certas práticas sociais, morais e econômicas, naturais de uma época, que são superados no processo de desenvolvimento das próprias práticas corporais. O hipismo é um exemplo de modalidade que propõem um caminho para reflexão sobre a igualdade de gênero no esporte.

REFERÊNCIAS

A QUINZENA ESPORTIVA. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 11, n. 265, p. 48, 16 dez. 1939. In: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

ADELMAN, M. O desafio das amazonas: a construção da identidade de mulheres como atletas e amazonas do hipismo clássico (salto) brasileiro. In: SIMOES, A.C.; KNIJNIK, J. (Org). *O mundo psicossocial da mulher no esporte*. São Paulo: Aleph, 2004.

ADELMAN, M. Mulheres, cavalos, vidas cruzadxs: domadxs, domesticadxs, selvagens? In: WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro; LARA Larissa (eds). *Gênero e sexualidade no esporte e na educação física* (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE -v. 6). Natal: UFRN p.123-138, 2020.

BANDY, S J. From Women in Sport to Cultural Critique: A Review of Books About Women in Sport and Physical Culture. *Women's Studies Quarterly*, v. 33, n. 1/2, Women and Sports (Spring - Summer, 2005), pp. 246-261. Published by: *Feminist Press at the City University of New York Stable*.

BELL, S. W. Horse Racing in Imperial Rome: Athletic Competition, Equine Performance, and Urban Spectacle. *The International Journal of the History of Sport*, 37, n. 3-4, p. 183-232, 2020.

BELL, S. W. Roman Chariot Racing, Charioteers, Factions, Spectators. A Companion to Sport and Spectacle In: CHRISTESEN, P.; KYLE, D. G. (ed.). *Greek and Roman Antiquity*. Wiley-Blackwell, p. 492-502, 2014.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOSCATTI, A. P. G.; ADELMAN, M. De cavalos e homens: História, poder, estratégias e representações. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 25, n. 49, 2021. DOI: 10.52780/res.14100. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14100>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

CAPELATO, M. H. R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO. *O hipismo no Brasil e a CBH*. Texto publicado em 04 jan. 2012. Disponível em: <https://www.cbh.org.br/index.php/cbh>. Acesso em: 19 ago. 2025.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Hipismo*. Disponível em: <https://www.cob.org.br/time-brasil/esportes/1-hipismo?&ref=esporte.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CORBETT, D. Sport and Physical Activity. *Olympic Review*. Ano XXVI, N 15, p.31-37, 1997.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

Da Alemanha ao Brasil através do rádio. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 8, n. 187, p. 11, 25 jul. 1936. In: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na*

Revista do Globo: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre:FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

DUARTE, O. *História dos Esportes*. São Paulo: Makron Books, 2000.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel; 1992.

Festa Hípica no Country Club. *Revista do Globo*. v. 15, n 340, p. 38 – 29 de maio de 1943. In: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo*: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

Festa na serra. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 17, n. 382, p. 19,20 e 21 10 mar. 1945. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo*: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Fonseca Universitária, 8. ed., 2020.

HARJO, J. *She Had Some Horses*. Thunder's Mouth, 1983.

LAGIER, R. *Le Femme et le Cheval: des siècles d'histoire*. Janzé: Editions Charles Hérissey. 2009.

MARTINS, A. L. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História (São Paulo)*, v. 22, n. 1, 2003, p. 59-79. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014788003>. Acesso em: 03 de jul. 2025.

MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo*: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

MOURA, M. L. *A mulher é uma Degenerada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MOURÃO, L. *A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: UGF, 1998.

MOURÃO, L.; MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*,

Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005. Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/011715_157.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, N. G. *Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed., Pontes, 2015.

OSÓRIO, L. Hipismo também é show. Revista do Globo, Porto Alegre, v. 37, n. 902, p. 40 e 41, 1 jul. 1965. In: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre:FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2.ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Salto alto e botas: representações das mulheres nas práticas equestres em Porto Alegre/RS produzidas pela Revista do Globo (1929-1967). *Seminário Fazendo Gênero*, v. 9, p. 1-10, 2010.

PEREIRA, E. L.; SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. Revista do Globo: as mulheres porto-alegrenses nas práticas equestres. *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 17, p. 292-302, 2011.

PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (décadas de 1920 a 1940). *Revista Contemporânea-Dossiê História & Esporte*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2014a.

PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. As mulheres nas práticas equestres em Porto Alegre-RS. *Hominum*, v. 3, p. 16, 2014b.

PEREIRA, E. L.; SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, n. 1, p. 47-64, 2015.

PEREIRA, E. L. *Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres*. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, E. L.; BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Eventos e tradição familiar no hipismo sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 3, n. 5, p. 154-192, 2018.

PFISTER, G. Líderes femininas em organizações esportivas - Tendências mundiais. *Movimento*, Porto Alegre, v. 09, n. 2, p. 11-35, maio/agosto de 2003.

RAGO, M. *As Marcas da Pantera: percursos de uma historiadora*. São Paulo: Intermeios, 2021.

REVISTA GLOBO. Uma tarde hípica. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 23, n. 531, p. 38, 31 mar. 1951. In: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

ROVAI, M. G. O.; MONTEIROS, L. N. M. História das Mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. *Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil, REHR*, Dourados: MS, v. 14, n. 27, p. 206-230, jan-jun, 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 20, p. 71-99, 1995.

SOARES, C. L. *As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)*. Autores Associados, 2011.

SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*; v. 21, n. 1, p. 35-48, jan.-mar. 2007. Disponível em: <http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/MULHERINVISIVEL.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

TAVARES, O.; PORTELA, F. Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935): a primeira “olimpíada” feminina do Brasil. In: *Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*, 6, 1998, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1998.

TOLVHED, Helena. “Sex Dilemmas, Amazons and Cyborgs: Feminist Cultural Studies and Sport”, *Culture Unbound. Journal of Current Cultural Research*. v. 5, 2013: pp. 273-289. Disponível em: <http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v5/a18/cu13v5a18.pdf>. Acesso 22 de Abril de 2020.

VELLOSO, M. P. Percepção do Moderno: as revistas do Rio de Janeiro. *In*: NEVES, L. M. B.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. (org.). *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. RJ: DP&A, 2006, p. 312-331.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. *O que é hipismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

“Week-end na serra”. 31 mar.1951, n. 531, p. 37. *In*: MAZO, J. Z. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre:FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

07

Um galope aos jogos olímpicos: dos militares às páginas das revistas cariocas

Guilherme Carvalho Vieira
Luís Fernando de Souza Alves
Stefany Reis Marquioli
Lucas Matheus Araújo Bicalho

1 INTRODUÇÃO

O hipismo é um esporte que se destaca por envolver uma parceria singular entre cavaleiro ou amazona e cavalo, sendo o único esporte olímpico em que um animal participa ativamente da competição como parte fundamental da equipe. No entanto, esse companheirismo entre humano e cavalo não é exclusivo do hipismo, nem está restrito a um período histórico específico. Como apresentado no capítulo intitulado *Cansado con los que van a pie, ¿cómo competirás con los caballos?* (Alves et al., 2026), essa relação antiga apresenta múltiplos significados e intenções, desde a agricultura e trabalho ao lazer, bem como em guerras, ultrapassando limites temporais e diferentes objetivos. Nesse contexto, compreender o período inicial da parceria cavalo-humano no esporte, o surgimento do hipismo como esporte moderno e as representações construídas é uma tarefa fundamental para historiadores do esporte. Neste capítulo, são apresentados

os primeiros passos do hipismo no Brasil, especialmente no que tange à formação de uma delegação nacional.

O desenvolvimento do esporte hípico brasileiro está relacionado às instituições militares que, desde o início do século XX, assumiram um papel importante na organização e na prática do esporte. O hipismo brasileiro possui uma trajetória entrelaçada às estruturas, sobretudo na modalidade do esporte equestre, período em que se consolidaram os fundamentos técnicos e simbólicos da prática equestre no País. Tal período abrange o início da Missão Militar Francesa (MMF) no Brasil, responsável por reconfigurações nas práticas de ensino e treinamento das Forças Armadas, dos esportes e da Educação Física. Esse processo culminou na consolidação do esporte hípico e na inserção da delegação brasileira nas competições olímpicas da modalidade, nos Jogos de Roma, em 1960.

A MMF, estabelecida no Brasil em 1919, trouxe consigo técnicas e um estilo de equitação, influenciando diretamente a formação de cavaleiros no Exército Brasileiro. Inicialmente, o curso de instrutores de equitação, em 1922, e o avanço na criação da Escola de Equitação do Exército, em 1941, marcaram a sistematização do ensino do hipismo, transformando-o em uma prática de desenvolvimento militar e incentivando seus primeiros galopes como uma modalidade olímpica no território nacional. A doutrina francesa enfatiza não somente a equitação prática, mas também a teoria e qualidade e bem-estar animal, incluindo veterinária e treinamento de cavalos. Essa modernização permitiu que o hipismo, antes restrito à prática das atividades táticas militares, ganhasse contornos esportivos.

Em um primeiro momento, as práticas estavam fortemente associadas ao contexto militar, com pouca presença de civis. No entanto, já se observava um crescente adentramento do público civil, especialmente por meio da cobertura de revistas especializadas em esportes e de periódicos semanais generalistas, como *O Cruzeiro*. Nessas publicações, o hipismo era frequentemente retratado não apenas como uma prática esportiva, mas como um símbolo de elegância, distinção e prestígio social (Vieira *et al.*, 2023).

Sendo assim, temos o objeto de estudo deste capítulo, que tem como questão norteadora compreender o desenvolvimento do hipismo no estado do Rio de Janeiro e analisar o papel da imprensa na construção de uma representação sobre o esporte. Para tanto, adotamos uma investigação de caráter documental, com recorte temporal situado entre os anos de 1922 e 1960, período que engloba desde a atuação da Missão Militar Francesa no Brasil até as primeiras participações nacionais nos Jogos Olímpicos.

2 AS PÁGINAS DAS REVISTAS CARIOCAS: IMAGENS DE UM HIPISMO EM ASCENSÃO

A abordagem metodológica adotada baseia-se na pesquisa documental, com análise de fontes oriundas de acervos militares, como relatórios da *Escola de Equitação do Exército* e documentos da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH). Além disso, foram consultadas revistas ilustradas de circulação nacional, como *Revista do Esporte*, *Manchete Esportiva*, *Revista de Educação Physica* e *Almanaque dos Desportos*, que apresentaram coberturas esportivas e culturais relevantes sobre o tema. A fundamentação teórica dialoga com o conceito de esportivização, abordado por Elias e Dunning (1992).

2.1 O papel das revistas ilustradas na construção do imaginário esportivo

A revista ilustrada, como produto editorial amplamente difundido no Brasil a partir do final do século XIX, desempenhou um papel importante na construção e na circulação de valores culturais e representações sociais. Diante disso, Carmen Lúcia Soares (2011) argumenta que esses periódicos documentavam não somente acontecimentos, mas também revelavam vozes, expressavam sentimentos

e educavam os leitores ao enfatizar temas específicos. Mais do que simples registros visuais ou informativos, as revistas operam como dispositivos culturais que traduzem os modos de ver, vestir, comportar-se e compreender o mundo em diferentes momentos históricos.

Nessa perspectiva, compreendemos que a revista foi um dos principais instrumentos de mediação simbólica da modernidade no Brasil, especialmente em um período em que a indústria editorial ainda era incipiente. Por volta de 1890, como analisa Martins (2001), a ausência de uma estrutura livreira consolidada conferiu às revistas o papel de veículos privilegiados para a difusão da imagem de um país em transformação, um Brasil marcado tanto pelos avanços tecnológicos e urbanos quanto pela tentativa de preservar elementos tradicionais. Com seu formato leve, visualmente atraente e de fácil circulação, a revista tornou-se um suporte estratégico para a disseminação de ideais culturais, políticos e sociais, atuando na formação de um imaginário coletivo sobre a nação, os corpos e os comportamentos. Nesse sentido, ao abordar temas como o esporte, a moda e os papéis de gênero, as revistas não apenas espelhavam a sociedade de sua época, mas também exerciam um papel ativo em sua constante transformação.

As revistas ilustradas são fontes e agentes na construção de práticas culturais, como o culto ao esporte e aos ídolos esportivos, os comportamentos, os valores e os hábitos sociais (Vieira; Pereira; Mazo, 2024a). Entre as décadas de 1920 e 1950, revistas como *O Cruzeiro*, *Fon-Fon* e *Careta* produziam e publicavam imagens do hipismo como elemento de elegância e do esporte equestre. Registro disso é a passagem de uma reportagem da revista *O Cruzeiro* (Figura 1), que trata da elegância no hipismo e destaca o inverno como uma estação propícia para manter um padrão de elegância das vestimentas, uma vez que permite o uso de roupas mais adequadas, enquanto o verão exige roupas leves (*O Cruzeiro*, 1937).

Figura 1: Representações do hipismo na revista *O Cruzeiro*

Fonte: O Cruzeiro (1937, p. 44-45).

Durante as décadas de 1930 e 1960, revistas como a *Revista de Educação Physica*, *Almanaque dos Desportos*, *Manchete Esportiva* e *Revista do Esporte* desempenharam um papel importante na divulgação do hipismo como prática esportiva vinculada à técnica, à disciplina e à distinção social. Na *Revista de Educação Physica*, as publicações focavam na formação militar e cívica, sendo o hipismo retratado frequentemente como instrumento de desenvolvimento físico e moral, inserido no projeto nacionalista do Estado Novo (1937-1945). Já o *Almanaque dos Desportos*, de perfil mais estatístico e informativo, registrava resultados de provas, nomes de cavaleiros e clubes hípicos, contribuindo para consolidar a modalidade no repertório esportivo nacional, ainda que restrito a um nicho de prestígio.

Nos anos 1950 e 1960, a cobertura fotográfica e narrativa do hipismo ganhou novos contornos em revistas como a *Manchete Esportiva* e a *Revista do Esporte*. Embora o foco principal dessas publicações fosse o futebol e os esportes de massas, o hipismo aparecia em reportagens sobre

olimpíadas, eventos militares e competições em clubes tradicionais, geralmente associado à elegância, à tradição e à elite burguesa urbana. Essas revistas ajudaram a moldar o imaginário do hipismo enquanto prática refinada, técnica e esteticamente valorizada, reforçando estereótipos de classe, gênero e raça ao destacar figuras como cavaleiros militares ou amazonas bem-vestidas. Dessa forma, tais publicações não apenas informaram sobre a prática esportiva, mas construíram sentidos simbólicos que inseriram o hipismo em um projeto de modernidade seletiva e de distinção social e cultural no Brasil.

Essa função cultural da revista ilustrada como mediadora de valores modernos se expressa nas representações esportivas publicadas ao longo do século XX. Esportes como o hipismo, embora menos populares em comparação ao futebol, receberam atenção editorial significativa em periódicos como *O Cruzeiro*, *Revista do Esporte*, *Manchete Esportiva*, *Revista de Educação Physica* e *Almanaque dos Desportos*. Neles, o hipismo era constantemente associado a uma estética de elegância, distinção social e controle corporal, características que dialogam diretamente com os ideais de civilidade e modernização que essas revistas buscavam promover.

A revista *O Cruzeiro*, por exemplo, dedicou páginas ilustradas ao hipismo nos anos 1930, como nas edições de julho de 1937 (Figura 1), nas quais imagens de cavaleiros e amazonas eram acompanhadas de descrições detalhadas sobre a moda e os *modelos ideais* para a prática esportiva. As ilustrações, assinadas por Kiko, destacam a vestimenta refinada, os gestos calculados e o ambiente socialmente restrito da prática equestre, evidenciando o hipismo não apenas como atividade física, mas como ritual de distinção.

De forma semelhante, publicações como a *Revista do Esporte* e a *Manchete Esportiva*, apesar de priorizarem esportes de massa, incluíam o hipismo em suas coberturas de eventos olímpicos e militares, reforçando sua ligação com a elite urbana e valores como disciplina, tradição e patriotismo. A *Revista de Educação Physica* e a *Revista Educação Física*, vinculadas ao *Exército*, tratavam o hipismo como parte da formação física

e moral, legitimando a prática como estratégia pedagógica e nacionalista. Assim, essas revistas atuaram não apenas como informadoras, mas como agentes ativos na construção do imaginário esportivo nacional, moldando percepções sobre quem pode, deve ou merece ser representado no campo esportivo brasileiro.

2.2 A IMPRENSA COMO PROMOTORA DA ESPORTIVIZAÇÃO

O conceito de *esportivização* refere-se ao processo pelo qual práticas corporais, originalmente diversas em finalidade e formas, passam a ser reorganizadas, ressignificadas e padronizadas conforme os valores, as normas e as estruturas típicas do esporte moderno. Esse conceito ajuda a compreender como diferentes manifestações culturais, como brincadeiras, jogos populares, atividades físicas, danças e até práticas militares, foram historicamente transformadas em modalidades esportivas, muitas vezes, perdendo suas características originais em nome da racionalização, da competição e da atuação. Também podemos interpretar esse fenômeno como um processo civilizador das práticas corporais, que adquire novos contornos como uma formação mais *controlada*.

Nesse caminho, o esporte é semelhante às práticas analisadas por Norbert Elias, em *O Processo Civilizador* (1994), enquanto emerge como parte de um processo histórico de refinamento dos costumes, controle das emoções e regulação dos corpos. Elias demonstra que, ao longo do tempo, sociedades europeias passaram a exigir níveis cada vez maiores de autocontrole, substituindo explosões impulsivas e violentas por condutas mais contidas, mediadas por normas e convenções sociais. Esse mesmo padrão se observa na história da esportivização: práticas corporais antes espontâneas, lúdicas ou ritualísticas são progressivamente transformadas em atividades com regras sólidas, instituições organizadoras, formas de avaliação objetiva e exigências técnicas específicas.

No Brasil, práticas como a capoeira, o hipismo, o futebol, o xadrez e até mesmo o surfe passaram, em diferentes momentos, por processos

de esportivização e foram ressignificadas segundo os padrões olímpicos e escolares (Bicalho *et al.*, 2024). Em muitos casos, esse processo envolve também disputas simbólicas e políticas, visto que transformar uma prática cultural em *esporte* oficial implica definir quem pode praticá-la, onde, como e com que legitimidade. Dessa forma, *esportivização* não é apenas um processo técnico ou organizacional, mas um fenômeno social profundo, que envolve poder, identidade, controle e exclusão, ao mesmo tempo em que cria espaços de visibilidade e reconhecimento para determinadas práticas e sujeitos (Vieira *et al.*, 2024).

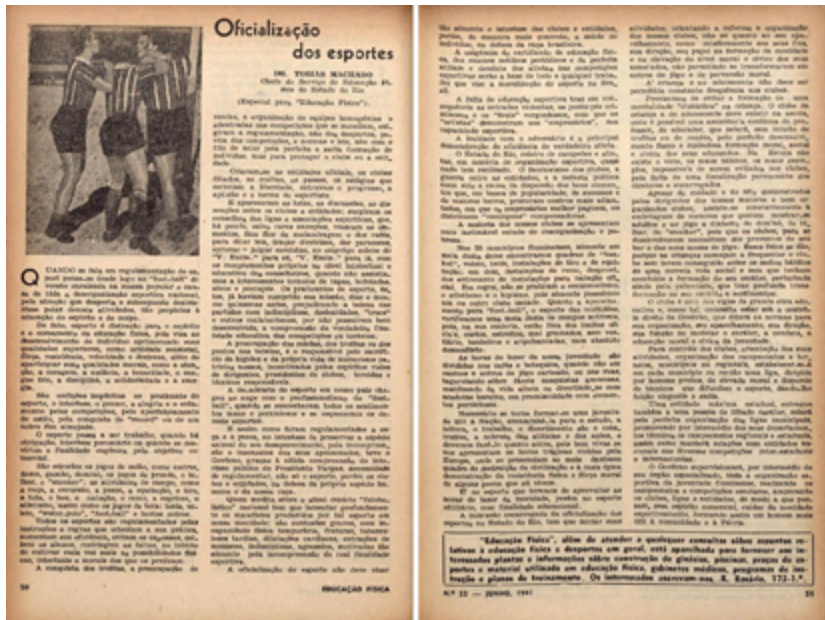
A imprensa especializada desempenhou um papel fundamental na divulgação do ideal modo de praticar os esportes, a exemplo da *Revista de Educação Physica*, voltada para a divulgação científica, fundada pela companhia *Brasil Editora*, tendo à frente os editores João Lotufo, Nelson Santos, Oswaldo Murgel de Rezende, Oriegenes Lessa e Raul de Polillo. A revista circulou na cidade do Rio de Janeiro entre 1936 e 1952, com seis publicações anuais, com artigos assinados principalmente por autoridades médicas e militares (Vieira, 2024). Nessa direção, o editorial da revista apresenta a seguinte descrição:

EDUCAÇÃO PHYSICA tem como escopo, ademais de ser o órgão coordenador da campanha em prol do fortalecimento de nosso povo, da eugenia de nossa raça, ser o elemento diffusor de ensinamentos racionais, producentes, que façam dos brasileiros, homens fortes e sadios.

Propugnados pela hygiez dos patricios, pela diffusão tão necessaria da educação physica, que é factor mais decisivo do aprimoramento ethnico. (Editorial, 1936, p. 11).

A *Revista de Educação Physica* atuou como espaço de divulgação dos conhecimentos técnicos e operava como instrumento ideológico de normalização dos corpos e subjetividades, reforçando padrões de raça, gênero e conduta considerados desejáveis para a construção do *brasileiro ideal*, como podemos perceber nas páginas da edição de número 55, da *Revista de Educação Physica*:

Figura 2: Oficialização dos esportes (Revista de Educação Physica)



Fonte: Machado (1941, p. 50-51).

Sob o título “Oficialização dos esportes”, o artigo publicado na *Revista de Educação Physica*, em 1941 (Figura 2), pode ser compreendido como expressão de um processo mais amplo de institucionalização e disciplinamento das práticas corporais no Brasil. O movimento de esportivização, longe de ser apenas a regulamentação formal das competições, constituía-se como parte de uma teia de interdependências sociais característica do Estado Novo, na qual o controle dos corpos e a padronização dos comportamentos se articulavam a um projeto político de integração nacional.

O esporte aparecia como um dispositivo civilizador, operando simultaneamente no plano da moralização dos costumes e no da internalização de normas de conduta, evidenciando a longa duração de um processo que vinculava práticas físicas a estratégias de poder e de coesão social. Trata-se de um discurso de oficialização, com ideais fortemente

marcados por uma visão moralista e higienista: conter os excessos do profissionalismo e do individualismo e promover a coragem, disciplina, energia e solidariedade, o esporte deve formar o *espírito do corpo*. O autor faz uma crítica clara ao futebol profissional, que já havia se desviado de sua finalidade educativa. Ele também valoriza o esporte como instrumento eugênico, educativo e patriótico.

Figura 3: Equitação



Fonte: Linington (1940, p. 33).

Esse pensamento está fortemente alinhado ao conceito de *esportivização*, compreendido como o processo de transformar práticas corporais em esportes organizados, normatizados, especializados e hierarquizados, considerando rendimento, técnica e moral. O texto aponta para a necessidade de leis, regulamentos e instituições, a fim de *corrigir* a desorganização esportiva nacional. Assim, como analisa Norbert Elias em estudo sobre o processo civilizador, evidencia-se uma tentativa de enquadrar o comportamento em moldes institucionais que reforcem a ordem, o civismo e o controle social. A relação entre imprensa e esporte foi fundamental para a esportivização do hipismo, contribuindo para a construção de um imaginário nacional.

O recorte da Figura 3 destaca como o hipismo era abordado no contexto da educação física escolar e feminina no Brasil da primeira metade do século XX. Escrita por Phyllis Linington, integrante da Subcomissão de Equitação da Seção Atlética Feminina, a matéria defende o valor terapêutico, disciplinador e formativo da prática equestre, especialmente para o público feminino. O autor argumenta que a equitação deveria integrar o currículo das escolas, sendo considerada uma atividade benéfica tanto do ponto de vista físico quanto mental, sob uma perspectiva cartesiana. Ao mesmo tempo, configura-se como um exercício de elegância, postura e autocontrole.

Nesse fragmento, é apresentada a pedagogia da equitação com esquemas ilustrativos que orientam a postura correta do cavaleiro ou amazona, destacando exercícios para correção de desvios posturais. O uso de desenhos simplificados para representar movimentos corretivos evidencia uma tentativa de sistematização do ensino do hipismo dentro dos parâmetros científicos e médicos da época. A ênfase na disciplina corporal, nos valores terapêuticos e na formação moral demonstra como o esporte era também um instrumento de conformação de corpos e condutas, especialmente para as mulheres, em um momento no qual o Estado Novo promovia o culto ao corpo sadio, disciplinado e nacionalista.

3 DOS QUARTÉIS ÀS PISTAS INTERNACIONAIS: O CAMINHO OLÍMPICO

No início de 1922, o Ministério da Guerra, influenciado pelas transformações introduzidas pela MMF, instituiu a criação dos centros de instrução do Exército. Essa medida fazia parte de um amplo processo de reorganização e modernização das Forças Armadas Brasileiras, orientado pelos princípios técnico-militares franceses. Nesse contexto, destaca-se a Portaria Ministerial de 20 de abril de 1922, que formalizou a criação desses centros e, especificamente para a arma de cavalaria, previu a instalação de um centro de formação de oficiais instrutores de equitação. Conforme registrado pelo 1º Tenente Oromar Osório em relatório técnico, o objetivo era constituir um corpo qualificado de oficiais capazes de disseminar, tanto nas escolas militares quanto nos corpos de tropa, uma doutrina uniforme de equitação. Segundo o autor,

[...] o ministro da guerra criou os centros de instrução do exército, prevendo para a arma de cavalaria, entre outros cursos, o centro de formação de oficiais instrutores de equitação, com o objetivo de formar um núcleo de oficiais instrutores de equitação capazes de transmitir, nas escolas e nos corpos de tropa, regras uniformes de equitação (Osório, 1980, p. 1).

A partir desse recorte, notamos a preocupação institucional com a sistematização do ensino da equitação, refletindo o desejo de continuidade e consolidação de uma doutrina padronizada, sobretudo no modelo francês de equitação. Tal orientação dialoga com o processo mais amplo de modernização do Exército Brasileiro, que não se restringia à técnica militar, mas compreendia também a regulamentação dos gestos, posturas e condutas dos corpos, em consonância com os preceitos da chamada *esportivização* da cultura física.

Mesmo diante do enfraquecimento posterior da atuação direta da MMF no período de confronto internacional, é possível afirmar que a relação entre Brasil e França foi especialmente frutífera no campo da

equitação. O modelo francês, amplamente difundido entre os quadros militares, consolidou-se como referência para o esporte hípico nacional. Um indicativo marcante dessa influência pode ser observado no uso recorrente de manuais técnicos de equitação, escritos em francês e oriundos da renomada Escola de Cavalaria de Saumur, instituição militar francesa considerada referência mundial em equitação clássica. Como apontado anteriormente, a adoção desses materiais didáticos e o uso do idioma francês nas instruções reforçam a hegemonia do estilo equestre francês entre os instrutores brasileiros, cujas práticas e ensinamentos passaram a ser moldados por essa matriz. A difusão desse modelo contribuiu para a formação de uma identidade técnico-equestre fortemente ancorada na tradição francesa, marcando tanto a esfera militar quanto os ambientes civis que se aproximavam do hipismo nos clubes.

Em solo brasileiro, o modelo de equitação francesa consolidou-se por meio dos cursos de instrução de equitadores, muitos dos quais contaram com a participação direta de instrutores franceses. Todo esse aparato teórico e prático foi fundamentado na doutrina de equitação elaborada na França, destacando-se pela sistematização dos métodos, pela rigidez técnica e pela padronização dos regulamentos. Tal fato tratava-se de um esforço contínuo de aperfeiçoamento da prática equestre no interior das Forças Armadas brasileiras, orientado pela lógica da modernização institucional e pela busca de excelência técnica conforme os parâmetros da tradição francesa.

Uma das marcas mais evidentes da influência da instrução francesa na equitação militar brasileira é a incorporação do método do *pillier*, cuja base teórica e metodológica remonta aos ensinamentos do mestre equestre Antoine Pluvinel De La Baume. Essa técnica, concebida na França no contexto da equitação clássica, foi assimilada pelo Exército Brasileiro e disseminada, sobretudo, por meio do Curso Especial de Equitação. Prova disso é o manual intitulado *Saltadores: Trabalho de Pillier*, impresso em 1953 pelo Ministério da Guerra, cujas imagens e instruções são reproduzidas no documento consultado.

Figura 4: Manual do Curso Especial de Equitação (utilização do Pillier)

Fonte: Arquivo dos autores.

Dentre as instruções do manual, destaca-se a importância da utilização dos palanques para a aplicação do trabalho de *pillier*, para promover o desenvolvimento muscular equilibrado, a flexibilidade e a preparação para o salto. O material ressalta que o animal deve demonstrar não apenas força, mas também disposição e aptidão natural para os saltos. Segundo o manual, o porte físico avantajado não garante qualidade como cavalo saltador, uma vez que a rigidez muscular excessiva pode comprometer a execução dos movimentos.

O conteúdo sublinha o papel ativo do cavalo no processo de adestramento, destacando que a cooperação do animal é essencial para o sucesso do treinamento. A prática no *pillier* precede os exercícios montados e prepara o cavalo para realizar com eficiência movimentos clássicos da equitação de salto, como a curveta, a garupada e a cabriola, elementos fundamentais tanto para o desempenho técnico quanto para o refinamento da prática equestre esportiva.

Em consonância com a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, podemos compreender que essas transformações, na prática equestre, refletem um esforço institucional de domesticação dos impulsos, regulação dos movimentos e refinamento do comportamento corporal. O uso dos *palanques*, por exemplo, como dispositivos auxiliares no

adestramento, indica uma busca por controle gradual e sistemático do corpo animal e humano, promovendo uma relação disciplinada entre cavaleiro e cavalo. Essa relação simboliza, ao mesmo tempo, a interiorização de normas e a formação de sujeitos adequados aos padrões de conduta desejados no contexto militar e esportivo da época.

Além disso, a ênfase na técnica e no desempenho, aspectos centrais nos manuais de equitação, demonstra como o treinamento militar se entrelaça com a lógica esportiva, à medida que se valoriza não somente a obediência, mas a eficiência, a performance e a excelência estética dos movimentos. A equitação, nesse sentido, deixa de ser apenas um saber prático e militarizado para se inscrever em uma matriz esportiva moderna, que busca combinar disciplina, rendimento e espetáculo, elementos fundamentais para sua projeção em competições oficiais, como as provas olímpicas de salto.

A seriedade com que o Exército Brasileiro tratava o esporte também era celebrada publicamente. Uma reportagem publicada na *Revista Almanaque do Desporto* de 1957 afirmava, com destaque, em letras maiúsculas: “O Exército leva a sério a prática dos desportos: uma organização digna de elogios à Comissão de Desportos do Exército (C.D.E.)” (*Almanaque do Desporto*, 1957, p. 101). Essa ênfase reflete o compromisso institucional com o desenvolvimento físico e técnico dos militares, bem como sua projeção enquanto referência nacional na organização e execução das práticas esportivas.

Essa valorização inscreve-se no processo de *esportivização* das práticas corporais, no qual o esporte se institucionaliza e passa a ser regulado por entidades oficiais, acompanhado de um discurso que vincula a atividade física ao progresso nacional e à disciplina moral dos cidadãos. Diante disso, Elias (1994) argumenta que tais dinâmicas de regulação e refinamento dos corpos e dos comportamentos não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de uma teia de interdependências sociais mais ampla, constituída historicamente e vinculada ao chamado processo civilizador. Nesse sentido, o Exército

funcionava como uma configuração social privilegiada para a pedagogia corporal, em que o controle dos afetos, a padronização dos gestos e a disciplina das condutas convergiam com os objetivos políticos de ordem, eficiência e coesão nacional.

4 A SELETIVA OLÍMPICA DE 1948 E A SUPREMACIA MILITAR NO HIPISMO BRASILEIRO

Durante a década de 1940, observamos o avanço do esporte equestre como modalidade olímpica, sendo o Exército Brasileiro o protagonista na formação técnica dos cavaleiros. Na matéria publicada pelo *Jornal dos Sports*, em 1948, destaca-se a realização da segunda eliminatória para selecionar os representantes do hipismo brasileiro nos Jogos Olímpicos de Londres. A competição ocorreu na pista do Carioca Esporte Clube, escolhida por possuir características semelhantes às da pista olímpica e contou majoritariamente com a participação de cavaleiros militares, entre eles, os capitães Rubem Continentino e Montedonio, e os majores Eloy Menezes, Trois e Fausto Pontes, além de poucos civis.

Esse predomínio militar revela a consolidação do modelo de equitação estabelecido pelo Curso de Instrutor do Exército e reforçado pela influência da MMF. A presença majoritária de oficiais e a ausência progressiva de civis nas etapas seguintes da seletiva evidenciam o grau de especialização técnica dos militares, em contraste com a prática mais amadora da sociedade civil. Em outra reportagem do mesmo periódico, o general Edgard Amaral, chefe da delegação brasileira, enfatiza os critérios rígidos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para a escolha dos atletas.

Segundo a matéria, o COB visava “assegurar um nível disciplinar impecável à nossa delegação, ao mesmo tempo que cercava o dirigente máximo de um autêntico ‘estado-maior’ escolhido entre os dirigentes veteranos” (*Jornal dos Sports*, 1948, p. 6). Essa citação evidencia a forte hierarquização e o controle disciplinar sobre os atletas olímpicos, inserindo a prática esportiva em um contexto institucionalizado. A formação

militar estruturada e a herança doutrinária da equitação francesa foram determinantes para que os militares se destacassem em relação aos civis, consolidando-se como a vanguarda do hipismo competitivo no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do hipismo brasileiro entre 1922 e 1960 permite compreender a centralidade das instituições militares na difusão e esportivização da prática. Desde a chegada da MMF, em 1919, até a consolidação da participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, o Exército Brasileiro desempenhou um papel fundamental na organização, padronização e legitimação do hipismo como modalidade esportiva. A influência francesa, materializada na adoção de técnicas, manuais e métodos de treinamento, moldou não apenas a equitação militar, mas também a formação dos primeiros cavaleiros civis, inserindo o Brasil no cenário esportivo internacional.

A imprensa, por sua vez, atuou como agente cultural na construção de um imaginário social em torno do hipismo, associando-o a valores como elegância, disciplina e distinção social. Revistas como *O Cruzeiro*, *Revista de Educação Physica* e *Almanaque dos Desportos* não apenas documentaram a modalidade, mas também reforçaram estereótipos de classe e gênero, destacando o perfil elitizado e militarizado de seus praticantes. A cobertura midiática contribuiu para a esportivização do hipismo, alinhando-o aos ideais de modernidade, controle corporal e civilidade propagados pelo Estado Novo.

O hipismo foi transformado de uma prática militar e formativa em uma modalidade regulamentada, competitiva e inserida no projeto nacionalista de desenvolvimento físico e moral. A padronização das técnicas, a criação de escolas especializadas e a participação em competições internacionais refletem a busca por excelência técnica e reconhecimento esportivo, consolidando o hipismo como uma prática distinta e valorizada no cenário nacional.

A predominância militar nas primeiras delegações olímpicas brasileiras evidencia o caráter seletivo e hierarquizado do esporte, que só posteriormente se abriria à participação civil em maior escala. Logo, a trajetória do hipismo no Brasil não se resume apenas à evolução técnica e competitiva, mas também às dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram sua inserção no cenário esportivo nacional. Esse entendimento demonstra que, para compreender a história do hipismo, é essencial analisar as interações entre instituições militares, imprensa e processos de esportivização, elementos que, em conjunto, definiram os rumos dessa modalidade no País.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DO DESPORTO. Os desportos em todo o mundo. *Almanaque do Desporto*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 101, 1957.

ALVES, L. F.; BICALHO, L. M. A.; VIEIRA, G. C.; MARQUIOLI, S. R. Cansado con los que van a pie, ¿cómo competirás con los caballos? In: PEREIRA, E. L. *HIPPOS BR: esporte hípico olímpico e paralímpico no Brasil*. Montes Claros: UNIMONTES, 2026.

BICALHO, L. M. A.; ALVES, L. F. S.; FREITAS, A. L. R.; PEREIRA, E. L. O filho que foi pai: memórias e xadrez na cidade de Montes Claros/MG na década de 1980. *Pensar a prática*, v. 27, p. 1-24, 2024.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

JORNAL DO SPORT, 18 de maio de 1948, p. 6.

LININGTON, P. Equitação. *Revista de Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 33, 1940.

MACHADO, T. Oficialização dos esportes. *Revista de Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 55, p. 50-1, 1941.

MARTINS, A. L. G. S. Revistas ilustradas e construção do imaginário social. In: Simpósio Nacional de História, 2001, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: ANPUH, 2001. p. 26-27.

O CRUZEIRO. Elegância para o hipismo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 28, p. 44, 1937.

OSÓRIO, O. *Resumo Histórico EsEqEx*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1980.

SOARES, C. L. *Educação, corpo e identidade: a pedagogia da diferença na cultura da mídia*. Campinas: Autores Associados, 2011.

VIEIRA, Guilherme Carvalho. *Entre a farda e o cavalo: a figuração do hipismo como esporte olímpico no Brasil (1940-1960)*. 2024. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2024.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; MARQUIOLI, S. R.; PEREIRA, E. L. Entre sela e saudade: um estudo das representações sociais da cavalgada no Sertão Norte-Mineiro (2005-2020). *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 1-22, 2024.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. O Hipismo na Revista do Esporte: Representações Sociais de um Esporte de Elite. CONCEIÇÃO, V. M. (org.). *Educação Física: ciência e perspectiva - volume 2*. Londrina: Editora Científica, 2023. 123-137 p.

VIEIRA, G. C.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Memórias fotográficas das seleções brasileiras nos Jogos Olímpicos (1948-1996). *Materials for the History of Sport*, n. 27, Edição Especial: Imagens dos Jogos Olímpicos, 2024.

VIEIRA, G. C.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Uma perspectiva sobre o hipismo olímpico brasileiro: da Missão Militar Francesa aos Jogos Olímpicos. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 83-106, 2024.

08

Cultura do “não vai acontecer” no hipismo brasileiro: a urgência da formalização jurídica para a profissionalização do esporte

Nágila Zomer Mereles
Janice Zarpellon Mazo

1 INTRODUÇÃO

O hipismo, como expressão esportiva da equitação, apresenta-se no Brasil sob quatro vertentes principais: o Hipismo Clássico, o Hipismo Rural, a equitação de lazer e a equitação terapêutica (Roesller; Rink, 2006). Em relação ao hipismo clássico, essa prática é organizada por 22 (vinte e duas) federações estaduais, todas vinculadas à Confederação Brasileira de Hipismo (CBH, 2025), entidade que, por sua vez, é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e à Fédération Équestre Internationale (FEI).

Apesar da presença de instituições consolidadas e da longa trajetória histórica do esporte no País, a prática do hipismo brasileiro é marcada por uma cultura de improvisação e informalidade nas relações

contratuais e legislativas. Essa prática compromete diretamente a segurança jurídica do setor, cria barreiras ao investimento e impede sua plena profissionalização.

A insistência no pensamento de que “sempre foi assim” e “nada vai acontecer” perpetua uma lógica de funcionamento precária, em que contratos mal redigidos, obrigações mal definidas e informalidades nas relações de trabalho e de parceria geram conflitos judiciais cada vez mais frequentes. Esse cenário é agravado pela ausência de uma legislação específica que contemple as particularidades dos esportes equestres, o que contribui para a insegurança jurídica e dificulta a consolidação de práticas profissionais padronizadas no setor.

A informalidade surge de situações aparentemente banais e rotineiras, tão incorporadas à cultura do setor que passam despercebidas: admissão de ferrajeadores e veterinários sem contrato de prestação de serviço, instrutores que atuam sem termo de responsabilidade, aulas sem regulamentação formal, compra e venda de cavalos sem contrato escrito. É o improviso diário, travestido de costume, que abre caminho para litígios e responsabilidades ocultas.

É possível encontrar diversos processos decorrentes da informalidade no hipismo. No âmbito trabalhista, por exemplo, o julgado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reconheceu o vínculo empregatício de um tratador de cavalos com uma hípica, apesar de tentativas de caracterização como trabalho autônomo. A decisão ressaltou que, mesmo recebendo parte do pagamento dos donos dos cavalos, o trabalhador atuava em regime de subordinação e com atividade diretamente ligada ao fim econômico da empresa, evidenciando uma relação de emprego mascarada pela informalidade³⁶.

Já na parte contratual e civil, temos o julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que a associação equestre foi condenada

36 Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região TRT-2: 0000757-32.2010.5.02.0464 S. B. do Campo – SP.

após descumprimentos contratuais envolvendo a realização de provas de hipismo e prestação de contas a entes públicos. A sentença reconheceu que o cancelamento da prova ocorreu por falha da própria associação, que não manteve o terreno conforme pactuado e atrasou a entrega de documentação necessária, o que impediu a celebração de novos contratos com o Estado. Além disso, foi declarada a invalidade de contrato de compra e venda de imóvel firmado sem a forma pública exigida por lei, evidenciando mais um exemplo de desorganização e risco jurídico gerado por improvisos formais.³⁷

Por fim, o caso da equina *Miss Blue Mystic Rose* revela como a ausência de legislação específica voltada aos esportes equestres e à regulamentação dos cavalos esportivos pode gerar consequências graves, inclusive no plano internacional. Criada por um haras brasileiro e campeã em competições mundiais, a égua teve seu nome alterado pela nova proprietária, que removeu o sufixo original *Mystic Rose*, protegido por registro e regulamento da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo de Hipismo (ABCCH), e o substituiu por sua própria marca. A alteração foi feita à revelia das regras nacionais e da entidade de registro genealógico, mas em conformidade com a Federação Equestre Internacional (FEI), resultando em processo judicial por violação de marca, concorrência desleal e dano moral institucional. Mais uma vez, o imprevisto e a ausência de mecanismos preventivos geraram prejuízos jurídicos e comerciais significativos.³⁸

2 METODOLOGIA

A elaboração do presente capítulo se fundamenta em uma metodologia de natureza qualitativa, exploratória e documental, aliada à experiência prática no meio hípico como atleta. O objetivo foi desenvolver uma análise jurídica crítica, interdisciplinar e atualizada sobre os

37 Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Apelação Cível: AC 0020418 16.2011.8.24.0038 Joinville - SC.

38 Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - processo nº 1001865-78.2023.8.26.0699.

temas abordados, considerando as particularidades do hipismo no Brasil e no exterior. A investigação empírica se baseou na coleta e no exame de documentos normativos nacionais e internacionais, como o Regulamento Geral da Federação Equestre Internacional, os Estatutos e Normas da Confederação Brasileira de Hipismo, bem como os Regulamentos de Registro Genealógico da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo de Hipismo. No campo jurisprudencial, o estudo se valeu de decisões recentes dos Tribunais de Justiça estaduais e do Tribunal Regional do Trabalho, buscando identificar padrões decisórios sobre vínculos empregatícios, responsabilidade civil e disputas envolvendo nomes e contratos equestres. A seleção dos julgados obedeceu ao critério de representatividade temática e relevância prática para o setor.

A pesquisa incorporou ainda a legislação brasileira e italiana, analisada sob uma perspectiva comparada, destacando-se a relevância da normativa italiana por ter sido pioneira mundial no reconhecimento do cavalo como atleta, o que proporcionou uma compreensão ampliada e histórica sobre os diferentes tratamentos jurídicos conferidos ao tema. Destacamos, por fim, que a vivência pessoal da autora como atleta contribuiu de forma essencial para a construção deste trabalho, permitindo uma leitura prática e concreta das normas e situações jurídicas envolvidas na atividade equestre, o que proporcionou uma abordagem mais sensível, realista e integrada entre teoria e prática.

3 A LÓGICA DA INFORMALIDADE NO HIPISMO: ORIGENS CULTURAIS, ENTRAVES JURÍDICOS E CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO

3.1 A cultura do “não vai acontecer”: riscos ignorados

A cultura do “não vai acontecer”, ou a crença de que problemas não surgirão, é um fator significativo na informalidade das relações

jurídicas no Brasil, especialmente quando envolve equinos e esporte. Essa postura se apoia, principalmente, em duas mentalidades: a valorização da palavra como compromisso suficiente e o “jeitinho brasileiro” como meio de evitar formalidades. Ambas refletem raízes culturais profundas que moldam o comportamento jurídico informal em diversos contextos.

A confiança na palavra como garantia tem origem histórica e cultural duradoura. No mundo medieval e renascentista, sobretudo na Europa e na tradição anglófona, a expressão *word as bond* (palavra como vínculo) era interpretada literalmente (Canfield, 1989). Juramentos e promessas, especialmente de figuras nobres, tinham valor moral e legal, sustentados pela honra pessoal ou pela fé religiosa, dispensando documentos formais. Essa lógica ainda ressoa em práticas contemporâneas, nas quais a palavra continua sendo considerada suficiente em muitos acordos, inclusive no meio equestre.

O jeito brasileiro, por sua vez, pode ser visto como uma continuação adaptada dessa confiança, incorporando flexibilidade e criatividade na resolução de problemas. Segundo Barbosa (2005), trata-se de uma forma particular de lidar com obstáculos imediatos, podendo envolver tanto práticas legais quanto ilegais. No contexto do hipismo, essa atitude contribui para a negligência na formalização de contratos. Mesmo sem a intenção de violar normas, muitos agentes do setor preferem confiar na boa-fé mútua e em acordos verbais, reforçando a cultura de informalidade e alimentando os riscos jurídicos envolvidos.

A confiança excessiva na informalidade é reforçada por Lemos e Torres (2020, p. 3), ao observar que “a cultura dos contratos verbais ainda permanece na sociedade atual, visto que inexistente burocracia para criar esse tipo de negócio, evidenciando-se sua facilidade e praticidade”. No universo equestre, muitas relações ainda se baseiam unicamente na confiança na palavra de terceiros, seja na hora de alugar ou comprar um cavalo, contratar serviços veterinários, ferradores, tratadores, entre outros. Mesmo em pleno século XXI, ainda é comum a prática de firmar negócios sem a formalização adequada por meio de contratos, revelando uma cultura profundamente enraizada (Lemos; Torres, 2020).

Se, de um lado, há a prática reiterada baseada na tradição, frequentemente justificada pela ideia de que *sempre foi assim*, de outro, observamos um certo comodismo aliado ao desejo de evitar os custos, por vezes considerados elevados, associados à formalização contratual. Esse contexto acaba por reforçar a preferência pela alternativa tida como mais simples: a executoriedade dos contratos não solenes (Lemos; Torres, 2020).

Nesse cenário, a palavra, que antes era sinônimo de garantia, já não possui a mesma força ou valor de outrora. Isso se torna especialmente visível com a análise de ações judiciais e proporciona maior visibilidade a alguns casos³⁹, sem considerar a existência de conflitos subnotificados por falta de documentação. Muitos litígios sequer avançam porque não há registros formais capazes de comprovar os direitos envolvidos.

A formalização jurídica das relações equestres não é um tema exclusivo do Brasil e não se vincula apenas na esfera contratual. Internacionalmente, essa discussão também vem ganhando força e sendo amplamente desenvolvida. Não por acaso, a Itália, por meio da Federação Italiana de Esportes Equestres (FISE), foi o primeiro país a reconhecer oficialmente o cavalo como atleta⁴⁰, um marco importante que evidencia o avanço da visão jurídica no setor.

Este tema é particularmente relevante tendo em vista que a ausência de contratos formais pode gerar diversas consequências, desde a extinção do negócio celebrado até o eventual pagamento de indenizações por danos morais e/ou materiais a uma das partes (Lemos; Torres, 2020). Como evidenciado pelo caso da Itália, essa realidade não é exclusiva do

39 Um exemplo de ação judicial recente é a situação do cavalo da raça *Quarto de Milha* conhecido como Inferno 66, avaliado em cerca de R\$ 16 milhões, tornou-se o centro de uma disputa jurídica envolvendo questões de propriedade e posse. A controvérsia gira em torno da titularidade do animal após seu registro ter sido transferido para terceiros em meio a divergências negociais entre os envolvidos, incluindo criadores e investidores. Embora o equino esteja atualmente em posse de um dos interessados, a propriedade formal e definitiva está sendo discutida judicialmente, refletindo um típico impasse jurídico entre a posse de fato e o direito de propriedade. A ausência de consenso sobre a validade e os efeitos dos contratos firmados, somada à ausência de decisão transitada em julgado, contribui para a indefinição da titularidade jurídica do animal.

40 Gazzetta Ufficiale. *Decreto Legislativo*, 5 out. 2022, n. 163. Art. 10.

Brasil, e, nesse sentido, o País tem a possibilidade de se posicionar mundialmente à frente dos avanços na legislação, fortalecendo a identidade do hipismo brasileiro.

A mentalidade que rodeia a prática do hipismo brasileiro precisa evoluir. O País vem ganhando destaque crescente no cenário equestre internacional, seja pela excelência dos animais aqui criados, fruto de um trabalho de seleção e desenvolvimento notável, seja pelo desempenho dos atletas que representam o Brasil com competência e orgulho. Não é por acaso que tanto os cavaleiros quanto os cavalos brasileiros têm conquistado cada vez mais notoriedade lá fora, vencendo provas de grande relevância e consolidando o nome do Brasil nas principais competições do mundo.⁴¹

Ou seja, o Brasil é uma potência que vem tomando cada vez mais espaço no cenário equestre internacional. No entanto, para que esse crescimento seja solidificado, é fundamental mudar a mentalidade do “isso não vai acontecer e sempre foi assim” para o “vamos prevenir”. Essa mudança de postura é especialmente urgente diante da informalidade que ainda predomina nas relações hípicas, gerando consequências jurídicas que não podem mais ser ignoradas.

3.2 O impacto jurídico da informalidade nas relações hípicas

Para compreender o impacto da informalidade nas relações que envolvem o mundo equestre, é essencial analisar a evolução do esporte equestre como um todo. A prática esportiva, historicamente, sempre desempenhou funções que vão além do lazer, e sua trajetória revela uma transição complexa em direção à formalização e profissionalização. Desde a Antiguidade, já se reconhecia a importância do esporte, tanto como

41 Exemplos recentes demonstram a consolidação de atletas brasileiros no cenário internacional de esportes equestres. Destacam-se Yuri Mansur, montando *Miss Blue-Saint Blue Farm*, vencedor do *Grande Prêmio 5 Rolex* (1,60m) na tradicional competição de *Piazza di Siena*, e Stephan Barcha, montando *Chevaux Primavera Império Egípcio*, que conquistou a quinta colocação na mesma prova.

atividade física quanto como ferramenta de manobra política. O conceito de *pão e circo* é um exemplo clássico de como o esporte era utilizado como instrumento estratégico de controle social por meio do entretenimento.

Isso demonstra que, mesmo em suas formas mais rudimentares, o esporte extrapolava os limites do bem-estar, assumindo também funções políticas, sociais e comerciais (Sigoli; De Rose Jr., 2004). Na atualidade, essa instrumentalização se intensificou: o esporte passou a funcionar como um produto mercadológico, inserido na lógica da Indústria Cultural, no qual seu consumo está condicionado às dinâmicas de mercado e os grandes eventos esportivos transformam-se em palcos midiáticos que moldam ídolos e movimentam interesses econômicos (Sigoli; De Rose Jr., 2004).

Ao longo da história, a prática de atividades físicas esteve presente em diversas civilizações, desempenhando papel relevante no desenvolvimento cultural, político e econômico. A consolidação do esporte moderno, no entanto, deu-se especialmente entre os séculos XIX e XX, impulsionada por transformações como a Revolução Industrial, a Revolução Científica e a urbanização (McComb, 2004). Com o avanço da globalização e das demandas econômicas, tornou-se indispensável a formalização jurídica do esporte para permitir a comercialização estruturada das atividades esportivas (McComb, 2004). Conforme sintetizado por Morrone (2024), tais transformações motivaram a criação de normas para proteger marcas patrocinadoras, fomentar o turismo esportivo, assegurar equilíbrio competitivo e proteger a saúde pública.

A profissionalização representa a transição da prática esportiva do campo do amadorismo lúdico para uma atividade formalizada e remunerada, regida por normas jurídicas específicas (Santos; Santiago; Dias, 2025). Esse processo abrange a celebração de contratos, a organização de competições oficiais e a atuação de entidades reguladoras. No contexto do hipismo brasileiro, essa transformação se reflete na crescente formalização das relações entre cavaleiros, proprietários, treinadores e patrocinadores, bem como na estruturação das provas equestres sob a supervisão de federações estaduais e a Confederação Brasileira de Hipismo, que

estabelece regras e padrões para o esporte em nível nacional.

De inúmeros esportes praticados no Brasil, o hipismo se destaca pela sua informalidade e, como consequência, seus efeitos são percebidos em múltiplas frentes. De um lado, os atletas amadores⁴² enfrentam dificuldades devido à escassez de patrocínio e à falta de apoio institucional. De outro, os profissionais lidam com incertezas trabalhistas e contratuais envolvendo patrocinadores, investidores e proprietários. Além disso, a ausência de legislação específica para regular o cavalo como atleta, figura central na modalidade, representa um vácuo jurídico significativo. Somamos a isso o contexto da compra e venda de cavalos, que frequentemente ocorre sem contratos formais ou garantias legais adequadas, expondo todas as partes a riscos consideráveis.

A informalidade também atinge prestadores de serviços fundamentais para a prática do esporte, como professores, treinadores, veterinários e ferrageadores, muitos dos quais atuam sem vínculos contratuais claros ou proteção legal. Esse cenário evidencia a urgência da formalização no hipismo, não apenas para garantir direitos e deveres, mas para assegurar a sustentabilidade e a profissionalização da modalidade. Como se não bastasse a informalidade que permeia diversas práticas esportivas, ainda há a escassez de incentivo por parte do poder público. Embora o esporte seja reconhecido constitucionalmente como um direito social no Brasil⁴³, o financiamento público destinado ao setor apresenta sérias limitações.

O volume de recursos orçamentários executados para o setor esportivo é baixo e oscila ao longo dos anos, revelando descontinuidades financeiras e ausência de garantia de volume mínimo. Os investimentos concentram-se majoritariamente em infraestrutura e em modalidades específicas, favorecendo determinadas regiões e esportes mais populares (Pereira, 2017). Além disso, a execução dos recursos planejados é

42 A diferenciação entre amador e profissional é uma dimensão central da regulação esportiva: o primeiro pratica por motivos recreativos ou de saúde; o segundo, por sua vez, obtém nesta atividade a sua remuneração e sustento (Morrone, 2024).

43 Art. 217 da Constituição Federal de 1988.

frequentemente baixa, refletindo problemas como a inexistência de despesas obrigatórias, a ausência de vinculação a percentuais mínimos do Produto Interno Bruto (PIB) e a demora na liberação de limites orçamentários e financeiros (Castro; Mezzadri, 2019). Esse cenário fragiliza a consolidação de políticas públicas eficazes e impacta de forma ainda mais severa modalidades com menor visibilidade, como o hipismo.

A informalidade compromete todo o ecossistema dos esportes equestres, gerando consequências concretas como a ausência de segurança jurídica para todas as partes envolvidas, sejam proprietários, atletas (profissionais ou amadores) ou prestadores de serviço, como veterinários, fisioterapeutas, tratadores, professores e ferrageadores. Somamos a isso a escassez de incentivo financeiro por parte do poder público, a baixa atratividade para patrocinadores e a persistente incerteza jurídica sobre o reconhecimento do cavalo como atleta. Diante desse panorama, fica evidente que a informalidade, somada à falta de investimento público e à ausência de regulamentação específica, compromete seriamente o desenvolvimento dos esportes equestres no Brasil. Superar esses entraves exige mais do que reconhecer o problema, é preciso traçar caminhos concretos para a conscientização e a construção de uma normatização que atenda às demandas do setor equestre, que vem crescendo todos os anos.

3.3 Caminhos possíveis: da conscientização à normatização setorial

O desenvolvimento do hipismo brasileiro passa, necessariamente, por uma reflexão sobre os aspectos normativos que estruturam ou ainda carecem de estruturar sua prática cotidiana. A formalização jurídica do setor, longe de representar uma burocratização excessiva, deve ser vista como um instrumento estratégico para a valorização, profissionalização e segurança das diversas modalidades. Há diversos meios de profissionalizar e formalizar o esporte. Entre os caminhos possíveis, destacamos a adoção progressiva de contratos formais e seguros obrigatórios em

competições e demais atividades equestres. Tais instrumentos oferecem maior clareza nas relações entre atletas, treinadores, proprietários e organizadores, além de ampliarem a segurança de todos os envolvidos.

A assinatura de um termo de responsabilidade, em especial, é medida essencial para garantir que os praticantes estejam cientes dos riscos inerentes à atividade e que os prestadores de serviço estejam juridicamente resguardados. Essa necessidade se evidencia na jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo⁴⁴, em que se reconheceu a responsabilidade objetiva de uma escola de equitação por falha na prestação do serviço. No caso, uma aluna iniciante foi orientada pelo instrutor a montar um determinado cavalo utilizando esporas, prática comum e amplamente adotada por praticantes do esporte, inclusive entre cavaleiros e amazonas menos experientes. Ocorre que no decorrer da aula a aluna caiu, resultando em lesões físicas, estéticas e morais.

No entendimento dos profissionais do meio equestre, é amplamente reconhecido que não é possível garantir controle absoluto sobre o comportamento do cavalo, mesmo diante de técnicas corretas e cautela por parte dos instrutores. Contudo, esse entendimento não foi compartilhado pelo Judiciário que, ao reconhecer a existência de uma relação de consumo, aplicou a teoria da responsabilidade objetiva. Assim, mesmo sem prova de culpa, a escola de equitação foi condenada sob o fundamento de que o serviço prestado não atendeu à segurança que o consumidor legitimamente poderia esperar.

Essa situação evidencia como a ausência de formalização por meio de um termo de responsabilidade pode expor o prestador a riscos jurídicos significativos. A existência de tal documento teria servido para registrar a ciência e o consentimento da aluna quanto aos riscos inerentes à prática, podendo atenuar ou até afastar a responsabilização do instrutor. É fundamental estabelecer contratos específicos com os diversos

44 Tribunal de Justiça de São Paulo. TJ-SP – AC: 0390028-78.2008.8.26.0577.

profissionais envolvidos na cadeia do esporte equestre, como os responsáveis pelo transporte dos animais e os instrutores ou cavaleiros contratados para treinamento. No caso dos contratos de transporte, é essencial que se prevejam cláusulas claras sobre responsabilidade por acidentes durante o trajeto, condições de segurança do veículo, prazos, seguros e cuidados exigidos com os animais.

Já nos contratos com instrutores ou picadores, é indispensável incluir as disposições sobre a frequência e os dias de montaria, os valores acordados, os cuidados com o bem-estar do cavalo e, principalmente, as consequências em caso de incidentes durante a atividade. Também deve haver cláusulas que expressem o compromisso do profissional com a prevenção de maus-tratos, o respeito aos limites físicos do animal e à orientação técnica da equipe responsável. Essa formalização não apenas garante maior segurança jurídica como também contribui para uma gestão mais profissional, ética e transparente das relações no meio equestre.

Nesse contexto, também é indispensável que as federações intensifiquem a fiscalização das entidades responsáveis pela realização de provas, avaliando com rigor aspectos fundamentais como a qualidade das pistas, a segurança e higiene das baias, e a existência de estruturas básicas de apoio. Essa vigilância não apenas contribui para a construção de um ambiente mais seguro e profissional, protegendo tanto os atletas quanto os animais, como também representa uma importante forma de respaldo à responsabilidade civil. Ao exercerem um controle mais eficaz sobre as condições mínimas exigidas para a realização dos eventos, as federações podem reduzir significativamente os riscos de acidentes e litígios, além de demonstrar diligência na prevenção de danos e na promoção do bem-estar animal e humano.

A contratação de seguros de responsabilidade civil e pessoal pode funcionar como mecanismo essencial de proteção diante de eventuais incidentes, reforçando a confiança e a credibilidade do ambiente esportivo. Federações internacionais já vêm abordando a questão de forma proativa: US Equestrian, entidade que regula o esporte nos Estados Unidos, produziu

materiais em seu próprio site explicando a importância e os tipos de seguro que devem ser considerados por cavaleiros, treinadores e estábulos, como o seguro de responsabilidade civil geral (Commercial General Liability) e o seguro de responsabilidade por cuidados com cavalos (Care, Custody and Control). Já a British Showjumping, autoridade nacional no salto do Reino Unido, oferece a seus membros acesso direto a seguros e assistência jurídica como parte da filiação, destacando o papel do seguro como parte integrante da prática responsável do esporte (British Showjumping, 2025).

Nesse contexto, as federações estaduais e a Confederação Brasileira de Hipismo desempenham um papel essencial. Além de contribuir para o desenvolvimento técnico e esportivo da modalidade, essas entidades atuam como autoridades sociais reconhecidas, com responsabilidade de organizar e fomentar o esporte em articulação com diferentes públicos (atletas, clubes, patrocinadores e órgãos governamentais). Os autores Mazzei e Nassif (2013), em um estudo sobre a cultura organizacional em federações esportivas, destacaram que esse papel envolve equilibrar valores tradicionais do esporte com práticas administrativas modernas, em um cenário de demandas crescentes por transparência, eficiência e profissionalização.

Assim como apontado em estudos sobre a cultura organizacional em federações esportivas, essas instituições enfrentam a necessidade de equilibrar valores tradicionais do esporte com práticas administrativas modernas, muitas vezes pressionadas por demandas crescentes de transparência, eficiência e profissionalização (Mazzei; Nassif, 2013). Assim, podem e devem assumir uma posição de liderança na criação de diretrizes que promovam a formalização das relações no meio equestre. A implementação de normativas internas que estimulem boas práticas contratuais e recomendem a contratação de seguros representa um avanço importante, especialmente se essas medidas forem construídas em conjunto com profissionais do direito e com a própria comunidade esportiva.

A implementação de normativas internas que estimulem boas práticas contratuais e recomendem a contratação de seguros representa

um avanço importante, especialmente se essas medidas forem construídas em conjunto com profissionais do direito e com a própria comunidade esportiva. Além das iniciativas do próprio setor, é pertinente considerar a possibilidade do desenvolvimento de uma legislação específica voltada ao hipismo, capaz de oferecer um marco regulatório adequado à complexidade e às particularidades da prática equestre. Tal proposta poderia abordar temas como segurança nas competições, responsabilidade civil, qualificação dos profissionais, regulamentação de escolas e centros de treinamento, entre outros pontos.

Uma legislação dessa natureza poderia ser construída de forma colaborativa, com ampla escuta aos diferentes agentes envolvidos e em consonância com os princípios do esporte e da proteção animal. A formalização jurídica do hipismo traz impactos positivos que vão além da esfera legal. Ela contribui para a segurança dos atletas, para a tranquilidade de investidores e patrocinadores, para a organização eficiente de eventos e para a atuação segura das federações. Além disso, estabelece uma base sólida para o crescimento sustentável das modalidades, protegendo interesses diversos e promovendo a transparência nas relações esportivas. Conforme aponta Morrone (2024), o direito desportivo é indispensável para a gestão eficaz do esporte, ao organizar regulamentos, contratos, patrocínios e a utilização de arenas, garantindo segurança jurídica e fortalecendo a confiança entre os envolvidos.

Nesse contexto, a padronização de alguns documentos e regulamentos pode ser uma medida facilitadora. A criação e disseminação de modelos contratuais, termos de responsabilidade e regulamentos técnicos ajudam a uniformizar procedimentos, reduzir conflitos e aumentar a previsibilidade das relações. Esse tipo de iniciativa pode ser promovido por federações, associações de profissionais ou comissões jurídicas especializadas, sempre com o cuidado de respeitar as especificidades regionais e operacionais. Avançar rumo a uma cultura de maior formalização e normatização não significa romper com as tradições do hipismo, mas sim fortalecê-las com mecanismos que ampliem a proteção, a profissionalização

e a sustentabilidade do esporte. Trata-se de um caminho que deve ser trilhado com diálogo, responsabilidade e visão de futuro, respeitando as particularidades do universo equestre brasileiro e buscando integrá-lo a boas práticas consolidadas no cenário internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O hipismo brasileiro encontra-se em um ponto crucial de sua trajetória: ou permanece preso a práticas informais ancoradas na tradição e no improviso, ou rompe com essa cultura para construir um caminho sólido de profissionalização. A análise realizada ao longo deste capítulo revela que a informalidade não é um traço inofensivo da cultura equestre nacional, mas sim uma fragilidade estrutural que compromete a segurança jurídica, o desenvolvimento sustentável e o prestígio internacional da modalidade.

A perpetuação da lógica do “não vai acontecer e sempre foi assim” escancara a urgência de uma mudança de mentalidade. O crescimento do Brasil no cenário equestre mundial exige um ambiente normativo estável, transparente e profissional, capaz de atrair investimentos, garantir proteção aos envolvidos e valorizar o binômio cavaleiro-cavalo. Para tanto, é essencial abandonar o amadorismo travestido de tradição e adotar uma postura estratégica de prevenção e estruturação. É preciso deixar de agir apenas de forma reativa, esperando os problemas surgirem para então resolvê-los, e adotar uma postura mais proativa. Isso inclui não apenas acompanhar o que outras federações nacionais estão fazendo, mas também liderar iniciativas, inovar e construir nossos próprios caminhos no desenvolvimento do esporte equestre.

A formalização das relações jurídicas, por meio de contratos claros, termos de responsabilidade, seguros e regulamentações específicas, deve ser vista não como entrave, mas como alicerce. Além disso, a atuação ativa das federações e da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) é indispensável para orientar e fomentar boas práticas, construindo, em

diálogo com os profissionais e amadores do setor, uma normatização sensível às particularidades do meio. Iniciativas internacionais, como o reconhecimento do cavalo como atleta na Itália e os sistemas de seguros adotados por entidades britânicas e americanas, oferecem referências importantes, mas o Brasil precisa trilhar um caminho próprio, adaptado à sua realidade e à riqueza do seu universo equestre.

A construção de uma legislação específica para o hipismo, somada à padronização de documentos e à valorização da educação jurídica no setor, representa não apenas um passo necessário, mas um sinal inequívoco de maturidade institucional. Profissionalizar o hipismo é preservar sua essência, proteger seus protagonistas, permitindo que ele cresça com solidez. É transformar o direito em um aliado estratégico do esporte. Superar a cultura do imprevisto não significa renunciar à tradição, mas garantir que ela tenha futuro.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. *Jeitinho brasileiro*. A arte de ser mais igual que os outros. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2025?]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRITISH SHOWJUMPING. Membership: Insurance. [S.l.]: *British Showjumping*. Disponível em: <https://www.britishshowjumping.co.uk/membership/insurance>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CANFIELD, D. *Word as bond in English literature from the Middle Ages to the Restoration*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO. *Federações*. [S.l.]: CBH. Disponível em: <https://www.cbh.org.br/index.php/cbh/federacoes?s-tart=18>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DE CASTRO, S. B. E.; MEZZADRI, F. M. Panorama das principais fontes de

financiamento público para o esporte brasileiro. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, v. 10, n. 1, p. 33-52, 2019.

ITÁLIA. Decreto Legislativo n. 163, de 5 de outubro de 2022. Disposizioni in materia di politiche in favore delle persone anziane. *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*, Roma, n. 256, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2022/11/02/22G00174/sg>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FISE - Federazione Italiana Sport Equestri. *Presentato al Senato della Repubblica il volume "Il Cavallo Atleta: tutele e prospettive"*, 29 nov. 2022. [S.l.]: FISE, 2022. Disponível em: <https://www.fise.it/federazione/news-la-federazione/archivio-news-la-federazione/21055-presentato-al-senato-della-repubblica-il-volume-il-cavallo-atleta-tutele-e-prospettive.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LEMONS, N. C.; TORRES, M. H. S. *Contratos não solenes: como as práticas contratuais informais contribuem para um cenário de insegurança jurídica*. 2020. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal, 2020.

MARKEL INSURANCE. Commercial General Liability Horse Insurance: who needs it and why? *US Equestrian*, 13 jul. 2020. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.usef.org/media/equestrian-weekly/commercial-general-liability-horse-insurance-who>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAZZEI, L. C.; NASSIF, V. M. J. A cultura organizacional na gestão do esporte: um estudo sobre uma federação esportiva. *REUNA*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-110, out./dez. 2013.

MORRONE, V. L. Esporte e Direito Desportivo: Um Paralelo Histórico e Contemporâneo. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2024.

McCOMB, D. *Sports in World History*. London: Routledge, 2004.

PEREIRA, C. C. *As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/25300>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ROESSLER, M.; RINK, B. Esportes Hípicos. In: DA COSTA, L. (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFED, 2006. Disponível em: <https://>

paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/1548d967e141b7179033c-d648599a4ff57d9b.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, A. V. P.; SANTIAGO, Q. X.; DIAS, P. M. Direito desportivo: a profissionalização do esporte e a regulamentação do trabalho do atleta. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 6, p. 1714-1732, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19780>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Apelação Cível n. 0020418-16.2011.8.24.0038*, de Joinville. Relator: Des. Saul Steil. Julgado em: 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sc/659623560>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. *Processo n. 0000757-32.2010.5.02.0464*, de São Bernardo do Campo. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-2/1122278762/inteiro-teor-1122278778>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. *Apelação Cível n. 0390028-78.2008.8.26.0577*. Julgado em: 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/889725790>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. *Processo n. 1001865-78.2023.8.26.0699*, de Pirapora. [S.l.: s.n., 2023]. Acesso em: 8 jul. 2025.

SIGOLI, M. A.; DE ROSE JUNIOR, D. A história do uso político do esporte. *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, v. 12, n. 2, p. 111-120, 2004.

A dor que não vemos: o bem-estar animal nos bastidores do hipismo⁴⁵

Jéssica Fagundes Sales
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Ana Paula Oliveira Lopes

1 INTRODUÇÃO

A compaixão pelos animais está intimamente ligada à bondade de caráter, e quem é cruel com os animais não pode ser um bom homem (Schopenhauer, 2024, p. 153).

Não poderíamos dar início a este capítulo sem antes reverenciar essa frase poderosa do filósofo Schopenhauer, um eco que ressoa forte no universo da cavalaria, da equiterapia, do lazer e de toda prática onde a presença dos equinos se faz sentir. É impossível ignorar a dor silenciosa desses animais em espaços onde a violência ainda persiste, sobretudo nos cenários esportivos. Ali, eles são submetidos a chicotadas, maus-tratos, levados à exaustão e não raramente à morte.

É diante dessa realidade dolorosa que esta pesquisa encontra seu propósito: lançar luz sobre o bem-estar animal, com um olhar atento e

⁴⁵ Essa pesquisa contou com o apoio financeiro da *Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais* na modalidade bolsa de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação e da Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – BIC/UNI.

comprometido, especialmente voltado ao universo dos equinos. Essa discussão não deve servir apenas como denúncia, mas como um chamado à consciência e ao respeito por essas criaturas que, há milênios, caminham ao lado da humanidade.

O bem-estar de cavalos e equinos utilizados em esportes equestres foi, por muito tempo, negligenciado e tratado de forma secundária. O Regulamento de Salto da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), por décadas, limitou-se a prever a desclassificação do cavaleiro ou amazona que cometesse abuso evidente, como o uso excessivo do chicote ou outros maus-tratos ao animal, sem, contudo, promover mudanças substanciais em suas edições mais recentes (CBH, 2020), que verdadeiramente tutelassem e protegessem tais animais, além de promover uma consciência social acerca do tratamento dos mesmos.

Em 2016, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou um manual de boas práticas para o bem-estar animal em competições equestres, incorporando conceitos mais alinhados aos avanços contemporâneos na ciência do bem-estar animal (Brasil, 2016). No entanto, documentos internacionais de referência, como o Código de Conduta da Federação Equestre Internacional (FEI Tribunal, 2013), permanecem mais como declarações de princípios do que como instrumentos normativos com aplicação prática e efetiva. Da mesma forma, o Código Veterinário da Fédération Équestre Internationale (FEI), apesar de sua abrangência, ainda carece de critérios mais específicos e objetivos para a avaliação do bem-estar (FEI Tribunal, 2021ab).

Entretanto, observamos um movimento recente e positivo da Federação Equestre Internacional, que tem buscado consolidar suas diretrizes com base em evidências científicas, representando um avanço forte no âmbito social e jurídico. Essa postura mais significativa da FEI marca um passo importante para a valorização e proteção do bem-estar equino no cenário esportivo, especialmente nas nações ocidentais. No contexto dos equídeos de carga e transporte, como cavalos, jumentos, burros e mulas, as diretrizes internacionais são mais específicas e estruturadas.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, 2019), é imprescindível: (i) reconhecer formalmente esse segmento como parte integrante da pecuária produtiva; (ii) reforçar o conceito e a aplicação prática do bem-estar animal; (iii) ampliar as medidas voltadas para a promoção da saúde e da higiene desses animais; (iv) incluir os equídeos de trabalho nos registros e estatísticas oficiais dos governos; (v) divulgar e reconhecer publicamente as condições adversas e, muitas vezes, extenuantes a que esses animais são submetidos; e (vi) integrá-los nas políticas de Saúde Única, considerando o vínculo entre saúde animal, humana e ambiental (Silva, 2017).

Embora existam legislações importantes voltadas para a proteção e o bem-estar desses animais no Brasil, a delimitação da responsabilidade institucional ainda é difusa. Essa falta de clareza contribui para a ausência de ações coordenadas e para o baixo compromisso por parte dos órgãos governamentais responsáveis (Goloubeff; Hering, 2021). A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, 2019) enfatiza que todas as entidades governamentais responsáveis pela gestão dos equídeos de serviço devem dispor de profissionais devidamente capacitados, com conhecimentos técnicos e habilidades práticas para assegurar o cumprimento das normas de bem-estar animal. Essa exigência é especialmente relevante no que tange às competências das autoridades veterinárias, que devem atuar com base em princípios sólidos relacionados ao comportamento, à nutrição, saúde e ao manejo adequado desses animais, entre outros aspectos essenciais.

Com base nessas premissas, a OIE estabelece um conjunto abrangente de diretrizes e recomendações voltadas especificamente aos equídeos de trabalho. Tais diretrizes destacam a importância de medidas preventivas, tanto para coibir maus-tratos quanto para controlar e evitar enfermidades, garantindo, assim, condições mínimas de bem-estar e saúde para esses animais (Goloubeff; Hering, 2021; Silva, 2017). Diante das constantes mudanças, das adaptações e, sobretudo, da inobservância das legislações, relacionadas ao bem-estar animal e das suas múltiplas

particularidades, é proposto, nesta pesquisa, traçar um panorama jurídico e histórico sobre os maus-tratos sofridos pelos equídeos no contexto brasileiro, evidenciando as falhas estruturais e as negligências persistentes no sistema legislativo nacional no que tange ao esporte hípico. Para tanto, optamos por não estabelecer um recorte geográfico ou temporal rígido, uma vez que as poucas normas existentes sobre o bem-estar animal no Brasil são fragmentadas, apresentam grande especificidade e variam bastante entre estados e municípios. Além disso, tais legislações carecem de objetividade e de princípios basilares uniformes, o que contribui para a perpetuação da negligência e da vulnerabilidade desses animais no território nacional.

Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca, conforme Silva e Menezes (2005, p. 20), “[...] gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência”, sem necessariamente visar uma aplicação prática imediata. O estudo é fundamentado em um levantamento bibliográfico abrangente sobre as pesquisas e os estudos já realizados na área, com buscas realizadas nas bases *SciELO*, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e em livros especializados, com ênfase nas obras relacionadas aos esportes hípicos. Complementarmente, foram analisados documentos jurídicos e legislativos que tratam do bem-estar animal, com atenção especial a aqueles que versam sobre os equídeos, foco central desta investigação.

Diante desse contexto, a realização de uma pesquisa dedicada à análise das leis de bem-estar animal aplicadas aos cavalos no esporte hípico é justificada pelo crescente destaque e recrudescimento desse debate, tanto no cenário nacional quanto internacional. O hipismo, enquanto prática esportiva de tradição secular, implica o uso intensivo de equinos, cuja saúde e bem-estar não apenas determinam o desempenho atlético, mas também sustentam a legitimidade ética da modalidade. Todavia, apesar da existência de normativas e regulamentos destinados à proteção desses animais, continuam frequentes as denúncias e evidências de práticas abusivas, que variam desde o uso excessivo de instrumentos

de coerção até manejos inadequados que comprometem a integridade física e psicológica dos cavalos (Bird, 2004).

Nesse sentido, torna-se imprescindível aprofundar a análise crítica da aplicação das legislações vigentes, visando identificar lacunas, fragilidades e necessidades prementes de atualização normativa. Além disso, ao sistematizar esse conhecimento e discutir as implicações jurídicas e sociais do bem-estar animal no contexto do esporte hípico, esta pesquisa pretende contribuir para a sensibilização dos atletas, treinadores, médicos veterinários, gestores esportivos e da comunidade acadêmica e da sociedade. Dessa forma, buscamos fomentar uma cultura esportiva mais ética, ancorada nos princípios do respeito e da responsabilidade para com os animais.

2 DESENVOLVIMENTO E DINÂMICAS SOCIAIS DOS EQUINOS

O comportamento dos equinos resulta de uma complexa interação entre diversos fatores, com destaque para o sistema de manejo adotado, o número e a densidade dos animais do grupo, bem como a qualidade do ambiente físico em que são criados. Além disso, as características individuais de cada animal exercem influência significativa sobre seu comportamento (Bicalho *et al.*, 2023). Os equinos são mamíferos ungulados, monogástricos e, por natureza, animais pastejadores seletivos, que escolhem preferencialmente folhas e brotos tenros como fonte alimentar.

Do ponto de vista evolutivo, esses animais desenvolveram grande capacidade de locomoção, podendo atingir velocidades de até 60 km/h (Pessoa, 2006), uma habilidade crucial para a sobrevivência na natureza, permitindo escapar de predadores. Observamos ainda que, em condições naturais, os cavalos, especialmente os selvagens, dedicam entre 60 e 70% do seu tempo diário à alimentação. O restante do tempo é geralmente destinado à vigilância do ambiente, à interação social com outros membros do grupo – como brincadeiras, atos de afago e cuidados mútuos – ou à busca por novas áreas de pastagem, muitas vezes, deslocando-se em trote (Smythe, 1990; Vieira *et al.*, 2024b).

Somamos a isso o fato de que os cavalos são capazes de identificar a presença de um predador a metros de distância. Eles são animais espertos ao perigo e possuem uma conexão profunda e social com seu proprietário, aqui visto como tutores ou cuidadores. Possuem sentimentos aflorados, como medo, raiva, pânico e estresse – efeitos adquiridos por condições que sofreram e podem ser identificados por sinais comportamentais simples, como o balançar mais brusco da cauda, refugos, raspar o chão com os pés, posicionamentos das orelhas e pescoço, entre outros (Vieira *et al.*, 2023).

Os equinos são animais essencialmente sociais, vivendo em grupos matriarcais nos quais utilizam uma linguagem corporal rica e sofisticada para se comunicar entre si. Quando submetidos às situações de estresse ou pressão, esses animais podem tomar decisões impulsivas que, embora permitam escapar do perigo imediato, podem comprometer sua sobrevivência a longo prazo (Roberts, 2002). Os cavalos, em particular, apresentam uma organização social complexa, na qual os indivíduos mantêm uma forte dependência dos demais membros da espécie. Assim, quando expostos a condições de vida solitária, podem enfrentar dificuldades significativas de adaptação (Mills, 2005; Cintra, 2014).

No entanto, a estrutura moderna de criação desses animais tem promovido alterações profundas em seu modo de vida natural. Os espaços disponíveis foram reduzidos, o tempo dedicado ao pastejo diminuiu consideravelmente e as dinâmicas sociais dos grupos foram desestruturadas. Em muitos sistemas, os cavalos permanecem confinados por longos períodos em baias estreitas e estábulos pouco adequados, o que limita sua liberdade de movimento e interação social (Costa; Bicalho; Pereira, 2025). Essa inversão nas atividades naturais, como destaca Cintra (2014), tem contribuído para o aumento na incidência de doenças e no surgimento de comportamentos anormais entre os equinos. Dessa forma, torna-se essencial adotar práticas de manejo e instalações que promovam melhores condições de equilíbrio físico e mental, assegurando, assim, o bem-estar desses animais.

Assim, o confinamento desses animais em espaços exíguos não apenas tolhe seus movimentos, mas também compromete profundamente suas defesas naturais. Submetidos a tais condições adversas, os cavalos tornam-se mais vulneráveis, fragilizados pelo estresse constante, que corrói seu equilíbrio interno. É por essa razão que se mostram mais suscetíveis a enfermidades, como observa Bird (2004). Entre os cavalos mais exigidos, aqueles treinados para o esporte, essa realidade se agrava: não raro, são os que mais sofrem com lesões, tanto pela frequência quanto pela gravidade (Ferreira; Abrão; Rosa, 2023). Há um entendimento unânime entre os estudiosos da temática, apontando que equinos privados de ambientes amplos e naturais acabam padecendo de problemas respiratórios e cardiovasculares. A raiz disso, muitas vezes, está na inalação contínua de poeira e amônia, especialmente em baias mal ventiladas, onde o acúmulo dessas substâncias se torna inevitável, não importando o tipo de cama utilizada (Dittrich, 2010; Corrêa; Zavoiski; Rettig, 2022).

Além disso, não se pode ignorar que muitos dos males que afligem os cavalos têm origem direta na forma como são alimentados. Os distúrbios aparecem quando o equilíbrio natural para o qual o sistema digestivo desses animais foi moldado ao longo dos séculos é rompido. Dietas excessivamente ricas em concentrados e manejos nutricionais, que desconsideram a essência pastejadora dos equinos, acabam por desencadear uma série de problemas: cólicas dolorosas, perda do apetite, condição corporal debilitada, diarreias persistentes e até complicações dentárias (McGoway *et al.*, 2010; Silva *et al.*, 2020).

A isso se soma um fator igualmente inquietante: a oferta insuficiente de volumoso na dieta, situação que não apenas compromete a saúde física, mas também perturba o equilíbrio mental do animal. Cavalos privados desse componente essencial tendem a desenvolver comportamentos estereotipados e padecem de dores abdominais provocadas pela impactação, muitas vezes resultante da ingestão do material da própria cama. Mais grave ainda são as úlceras gástricas, cuja dor lancinante corrói não só o corpo, mas também impacta de forma negativa e significativa

na saúde mental do animal, levando à perda de peso e à manifestação de movimentos repetitivos e compulsivos, como a aerofagia, um sinal evidente do sofrimento imposto por essa aflição interna (Thorne *et al.*, 2005).

Diante desse cenário, torna-se imperativo adotar práticas que previnam não apenas o surgimento, mas também a progressão desses comportamentos estereotipados. Para tanto, é essencial oferecer aos cavalos um ambiente e um manejo alimentar que respeitem sua natureza, aproximando-se ao máximo das condições sob as quais evoluíram. Espaços amplos, liberdade para interações sociais genuínas, oportunidades para a expressão de seus instintos e, sobretudo, a prática regular de atividades físicas deve ser garantida. Tudo isso sempre sob o princípio da não violência, livre de qualquer forma de maus-tratos, assegurando não apenas o bem-estar físico, mas também a sanidade mental desses animais tão sensíveis e sociais.

3 E O QUE A LEI ESTABELECE SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL?

As leis concernentes ao bem-estar dos animais emergem, na contemporaneidade, como um campo jurídico em franca expansão, cujas múltiplas implicações e crescente demanda conferem a feição de um novo campo autônomo no universo do direito. Esse tema, que repercute nos mais diversos meandros da ordem jurídica, opera como vértice de convergência entre distintas ramificações: contempla, de um lado, os animais enquanto sujeitos de tutela diferenciada, individualizados na sua condição ontológica; de outro, é projetado sob a proteção ambiental, a saúde coletiva, o direito civil e penal, e, em última instância, sob o território ainda em formação do Biodireito.

Nesse horizonte, é imposto apreender as dinâmicas subjacentes ao chamado Direito dos Animais, em suas múltiplas abordagens e perspectivas. Tal compreensão demanda não apenas uma leitura técnica, mas uma visão dialética que capture as tensões e os deslocamentos que permeiam o campo. Waleska Cardoso (2022), ao enfrentar essa matéria, assinala com acuidade que

Para a definição do objeto, primeiro, é preciso considerar que existem inúmeras normas jurídicas (abstratas e concretas) que são, em alguma medida, relacionadas aos animais. Esse universo normativo inclui normas de preservação da fauna, para evitar a extinção das espécies e a fim de preservar suas funções ecológicas; normas de regulação da exploração dos animais usados para fins econômicos (regulamentação da experimentação, regulamentação da criação de animais para consumo, regulamentações sanitárias etc.); normas que regulam o direito de propriedade dos humanos sobre os animais (como as normas expressas no Código Civil); normas que regulam a coexistência e permanência de animais em espaços/territórios e, por isso, de algum modo afetam a vida dos animais (a exemplo de normas condominiais, proibição ou permissão de entrada de animais em espaços públicos, controle populacional de animais exóticos etc.); normas que limitam os poderes dos humanos em relação aos animais, que proíbem certas atividades para proteger os interesses dos animais, estabelecendo deveres aos humanos e, de forma correlata, direitos aos animais (proibição de animais em circos, proibição de produção de foie gras, proibição de crueldade e maus-tratos) e normas que estabelecem prestações positivas do Estado e da sociedade em relação aos animais (políticas públicas de saúde, controle populacional e esterilização dos animais, guarda responsável etc.) (Cardoso, 2022, p. 41).

Por meio da reflexão proposta acerca da pauta animal, descortinamos um elemento de notável relevância no seio do ordenamento jurídico brasileiro. Torna-se patente que os debates, nas últimas décadas, intensificaram-se em razão da visível falta de coerência e sistematicidade na disciplina jurídica conferida aos animais. As normas nacionais, dispersas em textos esparsos e muitas vezes anacrônicos, relegaram por largo tempo, a matéria a um estado de deriva normativa, positivada, sim, mas encerrada em legislações antigas que pouco ou quase nada se ocupavam da tutela efetiva desses seres (Souza; Sá Júnior, 2016). Contudo, sendo o direito uma ciência, em seu dinamismo próprio, que acompanha a pulsação das transformações sociais, não tardou que, diante do avanço da causa animal, como proclamam os(as) defensores(as) dessa nova fronteira ética, o sistema jurídico buscasse ajustar-se, compelido a lançar um olhar renovado e mais atento sobre a temática.

No Brasil, uma das primeiras incursões normativas sobre a matéria remonta ao Decreto n.º 16.590, de 10 de setembro de 1924, diploma que veio vedar práticas então exercidas de forma irrestrita sob o manto

dos chamados clubes e casas de diversão pública – notadamente as competições e rinhas que expunham os animais a risco e sofrimento (Brasil, 1924). Não tardou, contudo, que a disciplina jurídica se aprofundasse. Sob o governo de Getúlio Vargas, foi editado o Decreto n.º 24.645, de 1934, verdadeiro marco inaugural da proteção estatal aos animais no País. Logo em seu artigo primeiro, o Decreto proclama, em termos firmes e necessários, que todos os animais existentes no território nacional se encontram sob a tutela do Estado, afirmando uma nova racionalidade jurídica que reconhece o dever público de proteção. Esse ato, emanado da Presidência da República, inovou ao estabelecer penalidades específicas para os atos de maus-tratos: ao infrator, eram impostos não apenas multa e prisão em caráter cautelar, mas também a responsabilização civil, sem prejuízo das sanções correlatas (Brasil, 1934).

À luz do exposto, cabe registrar que este Decreto de 1934 consagrou, pela primeira vez, no ordenamento jurídico brasileiro, a figura do chamado *maus-tratos* aos animais, erigindo-a à condição de infração punível. A título de demonstração, e para que compreendamos os contornos iniciais daquilo que foi entendido na época como violência contra os animais, é oportuno transcrever excertos do referido texto, hoje revogado, mas de inegável valor histórico, que delineou os primeiros esboços normativos dessa proteção ainda incipiente. Trata-se, pois, de um documento que, ao seu modo, já pressentia as exigências éticas que, décadas mais tarde, vieram a se consolidar no campo jurídico.

Art. 3º Consideram-se maus tratos:

- I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;
- II - manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- III - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;
- IV - golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;
- V - abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;

- VI - não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário, parar consumo ou não;
- VII - abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;
- VIII - atrelar, no mesmo veículo, instrumento agrícola ou industrial, bovinos com equinos, com muares ou com asininos, sendo somente permitido o trabalho etc conjunto a animais da mesma espécie;
- IX - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis, como sejam balancins, ganchos e lanças ou com arreios incompletos incomodados ou em mau estado, ou com acréscimo de acessórios que os molestem ou lhes perturbem o funcionamento do organismo;
- X - utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, fraco, extenuado ou desferrado, sendo que este último caso somente se aplica a localidade com ruas calçadas;
- XI - açoitar, golpear ou castigar por qualquer forma um animal caído sob o veículo ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo do tiro para levantar-se; XII - descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório;
- XIII - deixar de revestir com couro ou material com idêntica qualidade de proteção as correntes atreladas aos animais de tiro;
- XIV - conduzir veículo de terço animal, dirigido por condutor sentado, sem que o mesmo tenha bolaé fixa e arreios apropriados, com tesouras, pontas de guia e retranca;
- XV - prender animais atrás dos veículos ou atados às caudas de outros;
- XVI - fazer viajar um animal a pé, mais de 10 quilômetros, sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de 6 horas contínuas sem lhe dar água e alimento;
- XVII - conservar animais embarcados por mais de 12 horas, sem água e alimento, devendo as empresas de transportes providenciar, saibro as necessárias modificações no seu material, dentro de 12 meses a partir da publicação desta lei;
- XVIII - conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;
- XIX - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número de cabeças, e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por uma rede metálica ou idêntica que impeça a saída de qualquer membro da animal;
- XX - encerrar em curral ou outros lugares animais em úmero tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento mais de 12 horas; XXI - deixar sem ordenhar as vacas por mais de 24 horas, quando utilizadas na explorado do leite;
- XXII - ter animais encerrados juntamente com outros que os aterro- rizem ou molestem;
- XXIII - ter animais destinados á venda em locais que não reünam as condições de higiene e comodidades relativas;
- XXIV - expor, nos mercados e outros locais de venda, por mais de 12 horas, aves em gaiolas; sem que se faça nestas a devida limpeza e renovação de água e alimento; XXV - engordar aves mecanicamente; XXVI - despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos á ali- mentação de outros;

XXVII. - ministrar ensino a animais com maus tratos físicos;
XXVIII - exercitar tiro ao alvo sobre patos ou qualquer animal selvagem exceto sobre os pombos, nas sociedades, clubes de caça, inscritos no Serviço de Caça e Pesca;
XXIX - realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado;
XXX - arrojear aves e outros animais nas casas de espetáculo e exhibí-los, para tirar sortes ou realizar acrobacias;
XXXI transportar, negociar ou cair, em qualquer época do ano, aves insetívoras, pássaros canoros, beija-flores e outras aves de pequeno porte, exceção feita das autorizares para fins científicos, consignadas em lei anterior (Brasil, 1934).

Dessa forma, é possível depreender, pelos próprios incisos do Decreto, que a norma já denunciava práticas que atentassem contra a vida ou o bem-estar dos animais, ainda que sob uma perspectiva embrionária. Este ato normativo de 1934 elencou, de maneira pioneira, um rol de condutas tidas como maus-tratos, abrindo, assim, uma brecha no arcabouço jurídico para a emergência de uma nova visão acerca da relação entre o homem e os animais. Destacamos, nesse contexto, a atenção redobrada que o texto dedicava aos equinos, à época, largamente utilizados para transporte e práticas esportivas, buscando coibir excessos e prevenir os sofrimentos impostos a tais animais em nome da utilidade econômica ou do entretenimento (Brasil, 1934).

Tempos depois, em 1967, o legislador brasileiro viria a editar a Lei n.º 5.197, conhecida como a Lei de Proteção à Fauna. Essa lei representou um avanço na consolidação normativa da tutela dos animais no País, adotando o conceito de *fauna* como conjunto de animais que vivem em uma região, ambiente ou período geológico. Sob essa perspectiva, compreendemos que a fauna abrange tanto os animais domesticados quanto os silvestres, que integram os ecossistemas nacionais (Gurgel, 2022).

Entretanto, cumpre reconhecer que, entre o advento dessa norma e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro foi paulatinamente enriquecido por outros diplomas legais e regulamentares que se propuseram a regular a proteção e o bem-estar animal (Gurgel, 2022). Nesse conjunto, estão incluídos o Código de Pesca,

a Lei de Proteção à Fauna propriamente dita, a norma que disciplina a prática da vivissecção, a lei que trata dos jardins zoológicos e, ainda, a legislação que veda a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras (Abreu, 2015). Tais atos normativos, embora dispersos, revelam um movimento legislativo que, a despeito de suas limitações, sinalizava uma crescente preocupação pública com a tutela dos animais e a preservação da biodiversidade.

A partir de 1988, com a instauração da nova ordem constitucional, o Poder Público passou a ser formalmente investido da incumbência de proteger a fauna, em um movimento que elevou a tutela ambiental à categoria de dever jurídico e princípio estruturante do Estado Democrático de Direito. Tal incumbência encontra-se positivada no artigo 225, *caput*, da Constituição Federal 1988, que consagra que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, que impõe tanto ao Poder Público quanto à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Ao fazer isso, o texto constitucional não apenas incorporou a proteção da fauna ao âmbito dos direitos fundamentais difusos, mas também instituiu uma nova gramática jurídico-ambiental, na qual a defesa dos seres vivos e dos ecossistemas assume caráter de interesse público e transcendental, inaugurando, assim, uma era em que a tutela da fauna, antes fragmentária e marginal, passa a integrar o núcleo essencial da ordem jurídica nacional (Gurgel, 2022). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Poder Público foi formalmente incumbido da responsabilidade de proteger a fauna, dever estabelecido pelo Artigo 225, *caput*, que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, a norma impõe, tanto ao Poder Público quanto à sociedade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

No entanto, para além do capítulo dedicado à proteção ambiental, é necessário destacar o capítulo referente à organização político-administrativa do Estado, que estabelece que a responsabilidade pela preservação

da fauna e da flora é atribuição compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Trata-se de uma competência de natureza administrativa, o que implica que os diversos entes federativos possuem a obrigação de adotar medidas para atingir os objetivos estabelecidos pela Administração Pública em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Tais competências serão concretizadas por meio da edição de leis complementares que disciplinarão a coordenação e a cooperação entre os entes da Federação, assegurando a implementação de políticas públicas eficazes de preservação ambiental (Brasil, 1988).

Atualmente, uma das maiores conquistas para a causa dos animais no Brasil foi a sanção da Lei n.º 14.064, em 29 de setembro de 2020 (Brasil, 2020), originada a partir do Projeto de Lei n.º 1.095 de 2019 (Brasil, 2019), de iniciativa do Deputado Federal Fred Costa. Essa lei alterou a redação do Artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, mencionada anteriormente, e estabeleceu um aumento significativo nas penas para os crimes de maus-tratos contra cães e gatos. Além disso, essa alteração abre a possibilidade de ampliar a aplicação das penas a outros animais, como os equinos, sendo um avanço importante na proteção dos animais em um contexto mais amplo.

Embora existam diversos projetos, tanto ao nível federal, estadual quanto municipal, que visam avançar na legislação de proteção e bem-estar animal, a sociedade brasileira continua distante de garantir segurança e dignidade para os animais. Isso ocorre porque há uma série de obstáculos que dificultam a resolução efetiva das questões levantadas pela causa animal, impedindo que as políticas públicas e as normas jurídicas alcancem resultados concretos e eficazes na proteção desses seres (Gurgel, 2022).

Ainda existem diversos projetos, federais, estaduais e municipais, buscando avanços na legislação de proteção animal. Podemos perceber, portanto, que, após muitos anos de preparação e modificações nas normas que tratam do tema, o Brasil alcançou importantes progressos. Contudo, a sociedade brasileira continua distante de garantir segurança e dignidade aos animais, pois há inúmeras barreiras que dificultam a resolução efetiva

da problemática apresentada pela causa animal.

3.1 Código de conduta da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH)

A Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), no exercício de sua função normativa e reguladora do esporte, instituiu um conjunto de normas e princípios éticos destinados a assegurar a integridade e o bem-estar dos cavalos utilizados nas competições oficiais. Por meio do seu Código de Conduta Ética, a CBH estabelece que todas as pessoas envolvidas na prática do hipismo, incluindo treinadores(as), cavaleiros(as), proprietários(as) e organizadores(as) de eventos, devem atuar em estrita observância aos preceitos que garantam o bem-estar dos animais em todas as fases da atividade esportiva (CBH, 2023).

Esse código se fundamenta em diretrizes claras, como a primazia do bem-estar do cavalo sobre quaisquer interesses competitivos ou comerciais, a exigência de cuidados adequados com alimentação, hidratação, repouso e tratamento veterinário, a utilização de métodos de treinamento que respeitem os limites físicos e psicológicos dos animais, o transporte responsável e sem sofrimento, bem como a proibição de qualquer prática abusiva, dopagem ou uso indevido de equipamentos. Além disso, em casos de lesões irreversíveis, o código preconiza a eutanásia humanitária como medida ética para evitar sofrimento prolongado. Trata-se de uma obrigação que transcende o aspecto meramente regulamentar, ao assumir natureza ética e jurídica, enquanto impõe a esses(as) sujeitos(as) o dever de zelar pela saúde física e mental dos cavalos.

O Código consagra, ainda, a responsabilidade objetiva de promover o respeito à dignidade dos animais, exigindo de seus/suas filiados(as) e participantes a pronta denúncia de quaisquer atos que possam configurar abuso, maus-tratos ou tratamento inadequado. O fiel cumprimento dessas disposições é condição essencial para assegurar que tanto o treinamento quanto as competições equestres se desenvolvam consoante os princípios

fundamentais de proteção e bem-estar animal, devidamente alinhados às normas nacionais e internacionais vigentes sobre a matéria (CBH, 2023). Assim, a observância rigorosa do Código de Conduta Ética configura requisito indispensável para a legitimidade do exercício da prática esportiva no âmbito do hipismo brasileiro.

À vista disso, o descumprimento do Código de Conduta Ética da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) enseja a aplicação de penalidades específicas, graduadas conforme gravidade da infração praticada. Nas hipóteses de menor potencial ofensivo, a sanção poderá consistir em advertência formal, em caráter eminentemente educativo e corretivo. Contudo, infrações de maior gravidade sujeitam o/a infrator(a) à imposição de penalidades mais severas, como a aplicação de multas pecuniárias, suspensão temporária, com impedimento de participação em competições e eventos oficiais promovidos pela CBH.

Em casos extremos, notadamente na ocorrência de práticas reiteradas ou devidamente comprovadas de maus-tratos contra os animais, a punição poderá alcançar o banimento definitivo do(a) responsável, vedando-lhe o exercício de qualquer atividade no âmbito do hipismo regulamentado pela entidade (CBH, 2023). Ademais, caso a infração seja cometida no decurso de uma competição, a CBH detém competência para determinar, de forma imediata, a desclassificação do(a) cavaleiro(a) e do cavalo envolvido, assegurando a observância dos preceitos éticos e de proteção animal que norteiam a prática esportiva⁴⁶. Em abril de 2024, o hipismo brasileiro foi sacudido por um episódio que revisitou velhas questões sobre os limites entre desempenho e bem-estar animal. Marcello Artiaga, nome consagrado do esporte e campeão pan-americano em 1991, tornou-se protagonista involuntário de uma polêmica, ao ser acusado de maus-tratos contra seu cavalo, Imperador Método, durante o CSN 8ª SHP Open, na tradicional Sociedade Hípica Paulista (Mastrobuono, 2024).

46 Importante destacar que essas sanções esportivas e administrativas não excluem a possibilidade de responsabilização judicial.

As imagens que circularam nas redes sociais não deixaram dúvidas sobre a gravidade da situação. Nelas, Artiaga aparece aplicando uma substância no casco do animal, gesto que levantou suspeitas de manipulação para provocar hipersensibilidade e, com isso, forçar o cavalo a saltar mais alto. Em outras palavras, uma prática que beira a tortura sob o pretexto da técnica. Diante da comoção pública, a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), pressionada pelo clamor da opinião pública e por entidades protetoras dos animais, não tardou em agir. Um inquérito policial foi aberto, e os exames realizados apontaram sensibilidade exacerbada na pata anterior direita do cavalo, reforçando as acusações que pairavam sobre o cavaleiro (Mastrobuono, 2024).

Artiaga, por sua vez, manteve-se firme na defesa. Alegou que o produto aplicado era de uso humano, destinado a ativar a circulação e aliviar dores, sem conter substâncias proibidas. Invocou ainda uma contraprova negativa para contestar a validade dos procedimentos utilizados na apuração (Mastrobuono, 2024). Contudo, tais explicações não foram suficientes para silenciar os críticos ou estancar a repercussão do caso.

Como medida imediata, Artiaga foi desclassificado do torneio, com todos os cavalos que montara durante a competição. A Federação Equestre Internacional (FEI) também foi formalmente notificada. Até o momento, porém, o caso permanece sem definição de sanções adicionais por parte da CBH ou da FEI, deixando, no ar, um clima de expectativa e de vigilância por parte da comunidade hípica (Mastrobuono, 2024). Esse episódio não apenas expôs uma prática questionável, mas também reacendeu um debate profundo sobre ética, tradição e necessidade inadiável de proteger aqueles que, sem voz, sustentam, com sua força e beleza, o espetáculo do hipismo.

3.2 Federação Equestre Internacional (FEI)

A Federação Equestre Internacional (FEI), órgão máximo regulador das práticas equestres no âmbito internacional, estabelece um Código de Conduta para o Bem-Estar do Cavalo. Nesse código, a saúde e o bem-estar

dos equinos devem prevalecer sobre quaisquer interesses desportivos, comerciais ou pessoais. O documento é categórico ao dispor que os cavalos não podem ser submetidos a práticas que causem dor, sofrimento ou risco desnecessário, sendo vedadas condutas como o uso abusivo de chicotes e esporas, a aplicação de dispositivos elétricos, a competição com animais exaustos, lesionados ou doentes e qualquer negligência quanto à nutrição, à hidratação, ao repouso e às condições de transporte (FEI, 2024).

No que tange às penalidades, a FEI impôs um regime sancionatório escalonado que considera tanto a natureza da infração quanto a reincidência do(a) infrator(a). As sanções previstas incluem advertências formais, imposição de multas pecuniárias significativas e suspensão temporária de atletas, treinadores ou oficiais de competição. Em casos de especial gravidade, como a prática reiterada de maus-tratos ou atos que resultem em danos severos aos animais, a pena pode causar suspensão prolongada e até banimento definitivo do infrator das competições reconhecidas pela entidade (FEI, 2024).

A título de exemplo concreto, a britânica Charlotte Dujardin, tricampeã olímpica no adestramento, foi suspensa por um ano de todas as competições de hipismo após ser flagrada em vídeo agredindo um cavalo com um chicote durante um treinamento (ESPN, 2024). O episódio, ocorrido há quatro anos, emergiu somente em julho de 2024, resultando em uma punição imposta pela Federação Equestre Internacional (FEI), que incluiu ainda uma multa de 10.000 francos suíços (cerca de R\$ 68 mil). Segundo a secretária-geral da FEI, as sanções visam reafirmar o compromisso da entidade com o bem-estar dos cavalos, deixando claro que qualquer violação terá consequências severas, independentemente da notoriedade do atleta. Inicialmente suspensa por seis meses de forma provisória, Dujardin só poderá voltar a competir a partir de julho de 2025, com o tempo já cumprido contado na pena. A repercussão do caso levou a atleta a desistir de participar dos Jogos Olímpicos de Paris.

Ademais, quando a infração ocorre durante a competição, a FEI pode determinar a desclassificação imediata do(a) cavaleiro(a) e do cavalo

envolvido, assegurando que as normas de ética e respeito à integridade física e mental dos animais sejam observadas de forma estrita. Esse sistema de fiscalização e punição demonstra o compromisso da entidade com a defesa indubitável do bem-estar animal no esporte equestre, buscando coibir práticas abusivas e promover uma cultura de responsabilidade entre os profissionais do hipismo e de toda sociedade civil.

Além disso, devemos refletir sobre a noção de Licença Social para Operar (LSO), conceito que, embora desprovido de respaldo jurídico formal, adquire crescente centralidade no debate público sobre as práticas equestres. Trata-se de uma espécie de contrato simbólico e dinâmico, cuja validade repousa na aceitação coletiva e na legitimidade conferida pela sociedade civil às atividades que envolvem o uso de animais. No universo do hipismo, seja no salto, no adestramento ou no enduro, essa licença não só condiciona a continuidade do esporte como exige um compromisso inequívoco com a ética, a transparência e o bem-estar animal. A confiança social, nesse caso, constitui-se como elemento estruturante e depende da percepção pública de que os cavalos não são somente instrumentos de desempenho, mas sujeitos de cuidado, cuja integridade física e emocional deve ser salvaguardada. Logo, ignorar esse pacto tácito é arriscar não somente a reputação, mas a própria legitimidade das práticas equestres no mundo contemporâneo (Thompson; McGreevy; McManus, 2020).

Diante da crescente sensibilidade social em relação aos direitos dos animais, é imperativo repensar, de forma crítica e responsável, as práticas hípicas que envolvem os cavalos. Não se trata apenas de seguir protocolos técnicos, mas de internalizar um compromisso ético com a dignidade animal. Os cavalos, seres sencientes, não podem ser reduzidos a uma ferramenta de desempenho esportivo; exigem, ao contrário, um manejo capaz de reconhecer suas necessidades físicas, comportamentais e emocionais. Isso implica treinamento não violento, alimentação adequada, tempo de descanso, cuidados veterinários constantes – elementos mínimos para assegurar o bem-estar desses animais (Rolim, 2021). A adoção efetiva dessas práticas não apenas preserva a saúde e a integridade dos cavalos,

mas também revela a maturidade ética de uma modalidade esportiva que deseja manter seu lugar na sociedade contemporânea, em consonância com princípios de justiça interespécie e responsabilidade moral.

Nesse contexto, a Federação Equestre Internacional (FEI) incorporou, em seus regulamentos, diretrizes voltadas ao bem-estar animal, reconhecendo que os cavalos são mais do que participantes passivos; são atletas não humanos que demandam respeito, cuidado e condições dignas de desempenho (FEI, 2019). Essa perspectiva não surge isoladamente, mas em resposta a uma crescente mobilização de entidades de proteção animal e à pressão da opinião pública – que exigem transformações concretas na relação entre esporte e ética animal.

Assim, a Licença Social para Operar (LSO) deixou de ser um conceito periférico e passou a ocupar lugar central na sustentabilidade das modalidades equestres. Para que o hipismo mantenha sua legitimidade e relevância, treinadores, cavaleiros e organizadores devem assumir o compromisso de investir em formação contínua, buscando atualização constante sobre as melhores práticas de manejo, treinamento e bem-estar equino (Thompson; McGreevy; McManus, 2020). Em um cenário de crescente escrutínio social, a competência técnica deve caminhar lado a lado com a responsabilidade ética. Por outro lado, a perda da Licença Social para Operar (LSO) acarreta não apenas desgaste reputacional, mas também consequências práticas significativas, como sanções sociais, cancelamento de patrocínios, endurecimento de legislações e, em casos extremos, a proibição de competições.

Nesse cenário, manter a LSO deixa de ser um privilégio ou diferencial competitivo e passa a ser uma exigência fundamental para a sobrevivência das práticas hípicas no mundo contemporâneo. Em uma sociedade cada vez mais sensível às questões de justiça interespécie e bem-estar animal, o futuro dos esportes equestres será tanto mais viável quanto mais for construído sobre bases éticas, responsáveis e transparentes. Isso implica não apenas revisar condutas, mas também adotar uma nova cultura: uma em que o cavalo é reconhecido como sujeito de cuidado e não como mero instrumento de conquista.

4 O BEM-ESTAR DE CAVALOS NO ESPORTE

As lesões locomotoras em equinos são uma das principais causas de comprometimento da saúde desses animais, representando uma preocupação significativa tanto na sua gestão quanto no seu desempenho. Esses problemas afetam equinos de diferentes raças, idades e utilidades, conforme destacado por Ross e Dyson (2003). A maior incidência de lesões ocorre nos membros anteriores, responsáveis por suportar aproximadamente 60% do peso corporal do animal. Esse fator torna os membros anteriores particularmente vulneráveis a danos mecânicos. Além disso, conforme Stashak (1988), cerca de 95% das lesões que afetam esses membros têm origem no ambiente de campo, onde os animais estão sujeitos a condições de trabalho mais intensas e variáveis, com um desgaste físico acentuado.

Os cavalos inseridos na modalidade de salto estão particularmente suscetíveis a lesões que afetam diversas estruturas do aparelho locomotor, devido à exigência física imposta por essa modalidade esportiva. Entre as condições mais comuns, destacamos a síndrome do navicular, abscesso de casco, fraturas da segunda falange, osteoartrite do boleto, e traumatismos espinhais e vertebrais (Thomassian, 2005). A dor nessas lesões tem origem principalmente na sobrecarga mecânica resultante da intensa atividade física a que os equinos são submetidos. Essa sobrecarga pode levar à claudicação, cujos sinais variam conforme o tipo e a intensidade da atividade a que o animal está exposto (Ross; Dyson, 2003).

Podemos afirmar que a prevalência da Equine Influenza – Doença Respiratória em Equinos (HPIE) – está diretamente relacionada à intensidade do exercício físico ou à velocidade alcançada pelos cavalos. Estudos de Pascoe (1991) apontam uma ocorrência entre 42% a 85% de casos de HPIE em equinos submetidos a exercícios de alta velocidade. De forma semelhante, Ainsworth e Biller (2000) observaram uma prevalência de 44% a 75% da condição em cavalos de corrida, especialmente nas práticas hípicas. A incidência é mais baixa em outras modalidades, com 40% nos cavalos de eventos e apenas 11% nos de polo. Além das afecções respiratórias, os equinos também estão

sujeitos às doenças de origem infectocontagiosa, como a influenza equina, o garrotilho e o mormo, conforme descrito por Acha e Szyfres (2003), as quais podem comprometer ainda mais a saúde do animal, exigindo cuidados rigorosos e protocolos sanitários apropriados para a prevenção.

Os problemas cardiovasculares ocupam a segunda posição entre as causas mais comuns de intolerância ao exercício em equinos atletas de elite, ficando atrás apenas das afecções musculoesqueléticas e respiratórias. Esses problemas são geralmente multifatoriais, mas, em alguns casos, podem surgir como a única causa do declínio no desempenho do animal. No caso específico da modalidade de salto do hipismo clássico, que combina salto e corrida, os cavalos são constantemente expostos a demandas físicas intensas, o que exige um condicionamento físico de alto nível. Essa sobrecarga no sistema cardiovascular pode, por sua vez, favorecer o desenvolvimento de arritmias e outros distúrbios cardíacos, conforme observado por Diniz, Michima e Fernandes (2011), o que compromete o desempenho e a saúde do animal, tornando essencial a vigilância contínua da condição cardiovascular dos equinos em treinamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, torna-se evidente a demanda jurídico-social com relação ao bem-estar dos equinos, tanto no campo prático quanto no jurídico. A persistência de modelos de manejo que desconsideram as necessidades biológicas e comportamentais desses animais reflete não apenas uma resistência à evolução científica e ética, mas também a insuficiência de um marco normativo robusto e específico, especialmente no contexto brasileiro. As leis, ainda esparsas e fragmentadas, carecem de uma sistematização que assegure proteção efetiva e abrangente aos equinos, particularmente àqueles que desempenham funções no esporte e no trabalho.

A ciência do bem-estar animal já oferece conhecimento sólido e acessível sobre as condições mínimas necessárias para garantir uma vida digna aos cavalos. No entanto, sem respaldo de políticas públicas

consistentes, fiscalização eficiente e, sobretudo, mudança cultural que valorize a vida e a integridade desses seres, os avanços permanecerão restritos ao plano teórico. Portanto, é necessário que a sociedade, em sua totalidade, os legisladores, os profissionais do setor equestre, as instituições de ensino e o público, assumam uma postura mais proativa na promoção de reformas normativas e na adoção de práticas que respeitem os direitos dos equinos. A construção de um novo paradigma, unindo tradição e inovação sob o alicerce do respeito e da ética, é não apenas possível, mas também urgente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Natascha Cristina Ferreira de. A evolução dos direitos dos animais: um novo e fundamental ramo do direito. *Jus Navigandi*, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45057/a-evolucao-dos-direitos-dos-animais-um-novo-e-fundamental-ramo-do-direito>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ACHA, Pedro; SZYFRES, Boris. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre ya los animales: Volumen I. *Organización Panamericana de la Salud*, 2003.

AINSWORTH, D. M.; BILLER, D.; REED, S.; BAYLY, W. Sistema respiratório. REED, SM; BAYLY, W. M. *Medicina interna equina*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 217-249, 2000.

BICALHO, L. M. A.; SALES, J. F.; VIEIRA, G. C.; COSTA, D. S. R.; SANTOS, E. Pinheiro dos; PEREIRA, E. L. O legado do cavalo: representação simbólica equestre presente em troféus e medalhas militares. In: I Congresso Internacional de Educação e Inovação. Montes Claros, MG. *Anais* (on-line). Montes Claros: Unimontes, 2023.

BIRD. *Cuidado natural del caballo*. Vallromanes: Acanto, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 16.590, de 10 de setembro de 1924. Aprova o regulamento das casas de diversão pública. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1924.

BRASIL. Decreto-Lei nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1934.

BRASIL. Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 set. 2020.

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de boas práticas para o bem-estar animal em competições equestres*. Brasília: MAPA/ACE/CGCS, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/doc umentos/camaras-setoriais/equideocultura/anos-anteriores/manual-de-boas-praticas-para-o-bem-estar-animal-em-competicoes-equestres](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/doc%20mentos/camaras-setoriais/equideocultura/anos-anteriores/manual-de-boas-praticas-para-o-bem-estar-animal-em-competicoes-equestres). Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 1095, de 25 de fevereiro de 2019*. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 para estabelecer pena de reclusão a quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; e instituir penas para estabelecimentos comerciais ou rurais que concorrerem para a prática do crime. Brasília, 2019.

CARDOSO, W. M. *A produção do direito dos animais no campo jurídico brasileiro: uma leitura bourdieusiana*. 2022. 233 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

CBH - *Confederação Brasileira de Hipismo*. 2020. Regulamento de Salto. Disponível em: [http://www.cbh.org.br/index.php/comunicados/8780-aten%C3%A7%C3%A3o-regulamen to-de-salto-cbh-2020](http://www.cbh.org.br/index.php/comunicados/8780-aten%C3%A7%C3%A3o-regulamento-de-salto-cbh-2020). Acesso em: 1 maio 2025.

CBH - *Confederação Brasileira de Hipismo. Regulamento de Salto*. Rio de Janeiro: CBH, 2023. Disponível em: https://cbh.org.br/images/pdfs/REGULAMENTO_SALTO_CBH_2023_Ap_CA3_1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

ESPN. Charlotte Dujardin handed one-year ban over horse whipping. *ESPN*, 5 dez. 2024. Disponível em: https://www.espn.com.au/olympics/story/_/id/42790064/charlotte-dujardin-handed-one-year-ban-horse-whipping. Acesso em: 11 mar. 2026.

CINTRA, A. G. C. *O cavalo: Características, Manejo e Alimentação*. 2. Reimpressão. São Paulo: Roca, 2014.

CORRÊA, Caroline; ZAVOISKI, Karlla Maria; RETTIG, Leiluana Camila. Padronização e noções técnicas de instalações visando o bem-estar de equinos estabulados. *Revista Scientia Rural*, v. 1, p. 141-152, 2022.

COSTA, Daniely Santos Ramos; BICALHO, Lucas Matheus Araujo; PEREIRA, Ester Liberato. Sob as Rédeas do Nazismo: Os Cavalos Lipizzaners e o Ideário de Pureza Racial. *História em Revista*, v. 30, n. 1, p. 126-139, 22 jan. 2025.

DINIZ, M. P.; MICHIMA, L. E.; FERNANDES, W. R. Estudo eletrocardiográfico de equinos de salto sadios. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 31, n. 4, p. 355-361, 2011.

DITTRICH, João Ricardo; MELO, Helen Aline; AFONSO, Amanda Moser Coelho da Fonseca; DITTRICH, Rosangela Locatelli. Comportamento ingestivo de equinos e a relação com o aproveitamento das forragens e bem-estar dos animais. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 39, p. 130-137, 2010.

FAO. The role, impact and welfare of working (traction and transport) animals. Rome: *Food and Agriculture Organization of the United Nations - Animal Production and Health Report*, n. 5, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/animalwelfare/pdf/Role_impact_and_welfare_of_working_animals.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

FEI - Federação Equestre Internacional. *FEI Code of Conduct for the Welfare of the Horse*. Lausanne: FEI, 2019. Disponível em: <https://inside.fei.org>. Acesso em: 24 maio 2025.

FEI - Federação Equestre Internacional. *FEI Code of Conduct for the Welfare of the Horse*. 2024. Disponível em: <https://inside.fei.org/sites/default/files/FEI%20Code%20of%20Conduct%20for%20the%20Welfare%20of%20the%20Horse.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2025.

FEI TRIBUNAL - Fédération Equestre Internationale. *Decision of the FEI Tribunal, 19 April 2021(a)*.

FEI TRIBUNAL - Fédération Equestre Internationale. *Fédération Equestre Internationale*. 2013.

FEI TRIBUNAL - Fédération Equestre Internationale. *Terms of the Decision Rendered by the FEI Tribunal, 22 April 2021(b)*. USA: FEI, 2021. Disponível em: [https://inside.fei.org/system/files/2021.04.22 Operative Award in the case of Mr A Kocher.pdf](https://inside.fei.org/system/files/2021.04.22%20Operative%20Award%20in%20the%20case%20of%20Mr%20A%20Kocher.pdf). Acesso em: 1 maio 2025.

FERREIRA, L. M.; ABRÃO, D. C.; ROSA, M. S. Bem-estar de cavalos atletas. 16º Jornada científica e tecnológica e 13º simpósio de pós-graduação do ifsuldeminas, v. 15, n. 3, 2023.

GOLOUBEFF, B.; HERING, C. B. O bem-estar de cavalos de esporte e de carga. *Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 159–190, 2021.

GURGEL, J. P. Pe. M. *Proteção e bem-estar animal: desafios da cooperação entre organizações da sociedade civil e poder público em Fortaleza/CE*. 2022. 144 f. Mestrado Profissional (Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual Do Ceará, Fortaleza, Biblioteca Central, 2022.

MASTROBUONO, M. Marcello Artiaga contesta acusações de maus-tratos. *Revista Horse*, 2024. Disponível em: <https://revistahorse.com.br/marcello-artiaga-contesta-acusacao-de-maus-tratos/>. Acesso em: 12 maio de 2025.

MCGOWAN, T. W.; PINCHBECK, G.; PHILLIPS, C. J. C.; PERKINS, N.; HODGSON, D. R.; MCGOWAN, C. M. A survey of aged horses in Queensland, Australia. Part 2: clinical signs and owners' perceptions of health and welfare. *Australian Veterinary Journal*, v. 88, n. 12, p. 465-471, 2010.

MILLS, D. S.; NANKERVIS, K. *Comportamento eqüino*. São Paulo: Roca, 2005.

OIE - World Organisation for Animal Health. *Terrestrial Animal Health Code: Chapter 7.12 – Welfare of working equids*. Paris: OIE, 2019. Disponível em: https://www.woah.org/fileadmin/Home/eng/Health_standards/tahc/2018/en_chapitre_aw_working_equids.htm. Acesso em 12 mar. 2026.

PASCOE, J. R. Exercise induced pulmonary haemorrhage. In: *Beech, J. Equine Respiratory Disorder*. Pensilvania: Lea & Febiger, 1991.

PESSOA, F. N.; PRADO, C. C. *Larousse dos Cavalos*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.

ROBERTS, M. *O homem que ouviu cavalos*. Bertrand Brasil, 2002.

ROLIM, F. A. L. *Bem-estar animal: princípios e aplicações*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2021.

ROSS, M. W.; DYSON, S. J. *Diagnosis and Management of Lameness in the Horse*. Saunders, Philadelphia, PA, 2003.

SCHOPENHAUER, A. *Tratado sobre o fundamento moral*. Petrópolis: Vozes, 2024.

SILVA, A. A. *Utilização de Princípios da Doma Racional na Conduta Hospitalar Visando o Bem-estar dos Equinos – Revisão de literatura*. 2017. 37p. Monografia. (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, L. C.; MORAES, S. R.; FEITOSA, G. H. M.; DINIZ, J. A. R.; LISITA, J. C. Bem-estar de equinos em estabelecimentos equestres. *Anais da Semana Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária (VET WEEK)*, v. 2, n. 1, 2020.

SMYTHE, R. H. *A psique do cavalo*. São Paulo: Internacional DATA S.A., 1990.

SOUZA, A. C.; SÁ JÚNIOR, F. A. S. *A proteção jurídica dos animais no direito brasileiro*. Fundação Educacional do Município de Assis, 2016.

STASHAK, T. S. *Adam's lameness in the horses*. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins. 1998, p. 645-1037.

THOMASSIAN, A. *Enfermidades dos Cavalos*. São Paulo: Varela, 2005.

THOMPSON, K.; MCGREEVY, P.; MCMANUS, P. *Human-Animal Relationships in Equestrian Sport and Leisure*. London: Routledge, 2020.

THORNE J. B.; GOODWIN, D.; KENNEDY, M. J.; DAVIDSON, H. P. B.; HARRIS, P. Foraging enrichment for individually housed horses: Practicality and effects on behavior. *Applied Animal Behaviour Science*, v. 94, n. 1-2, p. 149-164, 2005.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; MARQUIOLI, S. R.; PEREIRA, E. L. Entre sela e saudade: um estudo das representações sociais da Cavalgada no sertão norte-mineiro (2005-2020). *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 27, n. 3, p. 1-22, 2024b.

VIEIRA, G. C.; BICALHO, L. M. A.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. O Hipismo na Revista do Esporte: Representações Sociais de um Esporte de Elite. CONCEIÇÃO, V. M. (Organizador). *Educação Física: ciência e perspectiva* - volume 2. Londrina: Editora Científica, 2023.

10

Hipismo paralímpico: uma análise da produção científica

Ruth Eugênia Cidade
Elke Lima Trigo
Ciro Winckler

1 INTRODUÇÃO

A equitação apresenta uma história milenar, constituindo-se como elemento central na formação humana e nos rituais de diversas civilizações. Desde a domesticação dos cavalos, por volta de 3.500 a. C., na Ásia, esses animais foram cruciais para locomoção, transporte e conquistas militares. A interação humana com os equinos tem sido intrinsecamente ligada às esferas do trabalho e da guerra, com a equitação militar tendo suas origens remontando a um período estimado entre 4.500 e 2.500 a. C., quando a importância estratégica do cavalo para a velocidade e o poder de choque em confrontos bélicos se manteve predominante até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a ascensão dos veículos motorizados.

Na Grécia Clássica, a atividade física, com forte caráter atlético, buscava a união do corpo e do espírito, sendo valorizada por filósofos e historiadores. Os cavalos figuravam também em competições antigas, conforme registros de Xenofonte sobre os Jogos Olímpicos (Hering, 2020). Xenofonte, militar, historiador e filósofo, foi um expoente da equitação, cujo Manual de Cavalaria defendia a paciência sobre o castigo na doma

de cavalos. Roma, assimilando práticas equestres dos gregos e etruscos, manteve a equitação como atividade proeminente. Contudo, com a decadência do Império Romano, os Jogos da Antiguidade foram encerrados, e os esportes declinaram, mas a equitação se manteve robusta, especialmente ligada ao universo militar.

Durante a Idade Média (por volta de 800 e 1450 d. C.), a equitação ressurgiu com vigor na formação dos cavaleiros, integrando a preparação militar e moral da época. A cavalaria, instituição militar, preparava seus membros intelectualmente (através do xadrez) e fisicamente (para a guerra), personificando ideais de justiça, verdade e lealdade. A Idade Moderna e o Renascimento (século XIV ao século XVII) revitalizaram a importância do exercício físico e da equitação, que passou a ser valorizada como parte da educação integral do indivíduo, culminando no surgimento de diversas escolas e métodos de ensino (Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012; Adestramento Brasil, [s.d.]).

A transição tecnológica não resultou na obsolescência dos cavalos, mas sim em uma revalorização de seu papel, que se expandiu para o esporte, o lazer e, notavelmente, para a terapia, contribuindo para a recuperação e o tratamento de diversas condições de saúde (Maia; Pereira; Mazo, 2024). O hipismo moderno consolidou-se como esporte olímpico (saltos, adestramento e concurso completo de equitação) em Estocolmo (1912), após uma aparição demonstrativa em Atenas (1896).

Essa evolução contínua solidificou a equitação com escolas notáveis como a Espanhola de Viena e a brasileira, por meio da Escola de Equitação do Exército, ressaltando a duradoura relação entre o homem e o cavalo, que influenciou cultural, artística e cientificamente o desenvolvimento de nações (Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012; Hering, 2020). A equitação clássica, originada das práticas da Renascença e do militarismo, desenvolveu-se em modalidades que hoje desfrutam de grande visibilidade global. Esse estilo enfatiza *métodos e processos* de treinamento para alcançar objetivos específicos. As modalidades do hipismo clássico incluem Salto de Obstáculos, Enduro, Volteio, Concurso Completo

de Equitação (CCE), Adestramento e Arelagem. Salto, CCE e Adestramento são disciplinas olímpicas, e todas são regulamentadas pela FEI.

A partir dessas características que envolvem a equitação, emerge a modalidade esportiva designada como *hipismo*, que engloba diferentes disciplinas, sendo as olímpicas (Salto, Adestramento e Concurso Completo de Equitação – CCE) e a paralímpica (Adestramento). As disciplinas hípicas são supervisionadas pela Federação Equestre Internacional (FEI), fundada em 1921, na Suíça, que estabelece normativas sobre dopagem, bem-estar animal e uso de equipamentos. No Brasil, a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) é a entidade responsável e alinhada às regras da FEI, embora historicamente houvesse um foco predominante na modalidade de salto. Essa particularidade fez com que, no Brasil, o termo “hipismo” fosse frequentemente associado somente ao salto de obstáculos, desconsiderando sua abrangência para todas as disciplinas equestres competitivas.

Especificamente, o Adestramento, ou Dressage, é uma disciplina Olímpica e Paralímpica que se destaca pela busca de harmonia, leveza e fluidez entre cavalo e cavaleiro, de modo que os comandos do cavaleiro se tornem praticamente imperceptíveis. Conhecido como o *balé dos cavalos*, o adestramento tem suas origens na Grécia Antiga, quando se pregava uma equitação refinada e sem violência. As provas consistem na execução de uma série de movimentos pré-determinados, as *figuras*, que compõem uma *reprise*. O desempenho é avaliado em uma escala de zero a dez, exigindo discrição na ação do cavaleiro e conforto do cavalo (Adestramento Brasil, [s.d.]; Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012).

No adestramento, o objetivo principal do atleta é executar uma sequência predeterminada de figuras, conhecida como reprise na pista, seguindo as letras indicativas nas laterais. Para isso, o competidor deve ter a rotina memorizada e demonstrar domínio do cavalo, assegurando que o animal permaneça calmo e confiante durante toda a prova. Os movimentos permitidos na competição incluem trote, galope e passo. Os árbitros avaliam a postura, a obediência do animal, além da correta execução das reprises pelo conjunto (IE, [s.d.]; HP, 2008).

As pistas adaptadas para a modalidade diferem das olímpicas por possuírem um piso de areia mais compactado, visando maior segurança, além de uma rampa de acesso para os competidores e letras maiores para facilitar a visibilidade (IE, [s.d.]; Begossi, [s.d.]). A dimensão da pista varia conforme a classe: 20 metros por 40 metros para as classes I, II e III, e 20 metros por 60 metros para a classe IV (HP, 2008). O vestuário padrão inclui jaquetas, luvas, culotes, botas e capacete (IE, [s.d.]). Além disso, são permitidas adaptações específicas dependendo da condição do praticante, como o uso de rédeas com alça ou velcro entre a barrigueira e o estribo do cavalo.

Segundo os critérios estabelecidos pela FEI, os cavalos utilizados no hipismo paralímpico devem atender a requisitos obrigatórios específicos que priorizam a segurança e o desempenho adequado dos atletas. Entre os requisitos obrigatórios estão o temperamento calmo e confiável, a adequação ao nível de deficiência do atleta, a boa saúde e condição física, além do treinamento apropriado à modalidade e da aprovação veterinária. A regulamentação da FEI também prevê flexibilidade na escolha dos cavalos, considerando que a altura deve ser adequada ao atleta específico. Por outro lado, o sexo do cavalo não é restritivo, a raça pode variar conforme a necessidade, e o foco principal está na compatibilidade entre atleta e cavalo. Essa abordagem flexível permite que cada dupla atleta-cavalo seja formada considerando as características individuais e as necessidades específicas de cada competidor, garantindo, assim, o melhor desempenho possível nas competições de Adestramento Paralímpico (FEI, 2024).

No esporte paralímpico, a classificação tem como objetivo garantir uma competição justa e equitativa, agrupando atletas de grau similar de função e de impacto da deficiência no desempenho e na interação entre o atleta e o animal. O sistema de classificação do Adestramento Paraquestre, delineado pela Fédération Équestre Internationale (FEI), organiza os atletas em cinco classes (Graus I a V) para assegurar a equidade competitiva, considerando o impacto funcional de suas deficiências físicas e visuais no desempenho esportivo.

O Grau I abrange atletas com comprometimentos severos em todos os membros e no tronco, frequentemente usuários de cadeira de rodas que executam movimentos exclusivamente ao passo. Já o Grau II é destinado a competidores com deficiência severa no tronco ou moderada em múltiplas extremidades, realizando movimentos ao passo e em parte ao trote. O Grau III inclui atletas com comprometimentos severos nos membros inferiores, ou com comprometimento moderado de múltiplos membros e tronco, ou com deficiência visual severa, demonstrando movimentos ao passo e trote.

No Grau IV, encontram-se atletas com comprometimento severo ou deficiência em membros superiores, comprometimento moderado dos quatro membros, baixa estatura, ou deficiência visual moderada, com provas que incorporam passo, trote e o início do galope. Por fim, o Grau V é composto por atletas com deficiências leves em função ou estrutura de um ou dois membros, ou deficiência visual leve, executando movimentos em todos os andamentos (passo, trote e galope) com exigências técnicas mais próximas às do adestramento convencional. O sistema de classificação visa à equidade do esporte, com foco na habilidade equestre em detrimento do grau de deficiência (FEI, 2024).

Uma curiosidade é que as competições de hipismo paralímpico são sempre mistas, com homens e mulheres disputando juntos, podendo ser realizadas em provas individuais, em duplas ou em equipes de três a quatro atletas (IE, [s.d.]). O surgimento do hipismo paralímpico está intrinsecamente ligado ao propósito de reabilitação, embora sua origem exata seja incerta. Sua formalização como prática esportiva ocorreu na década de 1970, com o desenvolvimento de movimentos paralelos na Escandinávia e na Grã-Bretanha (IE, [s.d.]; HP, 2008). A modalidade fez sua estreia paralímpica em Nova Iorque, em 1984. Contudo, devido ao baixo número de atletas e à popularidade limitada, foi retirada das edições de 1988 e 1992 (HP, 2008; Begossi, [s.d.]).

O primeiro Campeonato Mundial de Hipismo para pessoas com deficiência foi realizado na Suécia, em 1987, demonstrando um esforço

crescente para a sua consolidação (Begossi, sd). O retorno definitivo e bem-sucedido do hipismo aos Jogos Paralímpicos ocorreu em Atlanta, 1996, com a participação de 16 nações – aumento significativo em relação às seis nações que estavam presentes em 1984 (HP, 2008). Apesar de sua importância, o alto custo associado ao hipismo, que o classifica como um esporte elitizado, representa um obstáculo considerável, limitando o número de atletas nas Paralimpíadas (IE, [s.d.]). No cenário paralímpico, a Grã-Bretanha se destaca como uma potência mundial no hipismo paralímpico. O país liderou o quadro de medalhas desde os Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, até Londres, em 2012, onde conquistou um impressionante total de dez medalhas, sendo cinco de ouro.

Diversos atletas marcaram a história do hipismo paralímpico com suas trajetórias inspiradoras. Sophie Christiansen, britânica nascida em 1987 com paralisia cerebral, começou a equitação aos seis anos como terapia. Aos 16, já conquistava bronze nas Paralimpíadas de Atenas (2004). Sua carreira ascendeu com duas medalhas de ouro e uma de prata em Pequim (2008) e mais três ouros (individual, estilo livre e por equipe) em Londres (2012). Por seus serviços ao paradesporto equestre, ela foi agraciada com o prêmio MBE em 2009 e em 2013. Outro nome de destaque é Jose Lorquet, fisioterapeuta belga nascido em 1959, que ficou paraplégico após uma queda de cavalo (HP, 2008).

No Brasil, a fisioterapeuta e psicóloga Gabriele Brigitte Walter foi pioneira na equoterapia. Com o objetivo de reabilitar e fomentar o paradesporto, buscou sua inclusão na Confederação Brasileira de Hipismo (CBH). Esse projeto visionário se concretizou em 2002, em São Paulo, tendo o apoio da CBH para a realização de um curso de fomento (HP, 2008). Em 2003, o primeiro Campeonato Brasileiro de Hipismo Paralímpico foi realizado em Ibiúna, São Paulo (HP, 2008). No mesmo ano, o Brasil fez sua estreia em competições internacionais, participando do Mundial na Bélgica e do Parapan-Americano em Mar Del Plata. No Parapan-Americano de 2003, os atletas Marcos Fernandes Alves (conhecido como Joca), Sérgio Oliva e Paulo Meneses chegaram ao pódio, conquistando ouro no

individual e livre, além de uma prata no individual, com Meneses (HP, 2008). Esses resultados históricos garantiram a presença do Brasil nas Paralimpíadas de Atenas em 2004.

A primeira medalha Paralímpica do hipismo brasileiro foi conquistada em Pequim (2008). Sob a orientação da técnica Marcela Parsons, Marcos Fernandes Alves – o Joca – garantiu duas medalhas de bronze, individual e livre (HP, 2008; Begossi, [s.d.]). Já Sérgio Froés Ribeiro de Oliva teve seu primeiro contato com cavalos via equoterapia, dos 8 aos 11 anos. Ele reingressou no hipismo paralímpico em 2002, destacando-se rapidamente. Foi nomeado o melhor atleta paralímpico de hipismo pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em 2012 e em 2014, acumulando diversos títulos, incluindo campeonatos brasileiros, Parapan-Americano, Sul-americano e um Mundial (HP, 2008; Begossi, [s.d.]). Nos *Jogos Paralímpicos de Pequim* (2008), o Brasil alcançou o 4º lugar por equipes, e Oliva o 10º, no individual (Begossi, [s.d.]). Em 2016, Sérgio Oliva, Rodolpho Riskalla e Carlos Parro representaram o Brasil nos *Jogos Paralímpicos*.

Em Tóquio 2020, realizados em 2021, o Brasil conquistou suas primeiras medalhas históricas na modalidade. O atleta Rodolpho Riskalla destacou-se como o único representante brasileiro no Adestramento, formando uma parceria excepcional com o cavalo Don Henrico. Sua maestria resultou na conquista de duas medalhas de prata – uma na Prova Individual (Individual Championship Test) e outra na Prova Livre (Freestyle Test). A trajetória de sucesso e o legado de Rodolpho Riskalla foram reafirmados nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024. Chegando à competição como uma das figuras proeminentes do Adestramento, Riskalla, agora em parceria com o cavalo Fee Royal Hit, demonstrou novamente sua excelência. Em Paris, ele garantiu uma vaga individual para o Brasil e consolidou sua posição no pódio paralímpico com a conquista da medalha de bronze na Prova Individual (Individual Championship Test), além do 5º lugar na Prova Livre.

Apesar da complexidade da modalidade e sua participação expressiva em Jogos Paralímpicos desde 1994, o desenvolvimento

científico ainda é discreto. Para verificar este panorama, foi realizada uma análise bibliométrica sobre o hipismo paralímpico, equoterapia, atividades equestres adaptadas com base no Repositório do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível⁴⁷.

2 MÉTODO

A coleta de dados e busca das publicações foi realizada no *Repositório do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível*, construído com base na busca de produção relacionada ao paradesporto nas principais bases de busca (*SciElo, PubMed, Scopus, Lilacs*, repositórios etc.). A partir da base completa, com mais de 6.000 trabalhos catalogados, foram aplicados os termos de busca abrangentes em português e inglês (por exemplo, *equoterapia, equine therapy, hippotherapy, therapeutic riding, para-equestrian, para equestrian, Hipismo Paralímpico, equitação adaptada*) combinados com operadores booleanos (*AND, OR*). Foram incluídos artigos originais, revisões, dissertações e teses, relatórios e manuais relevantes.

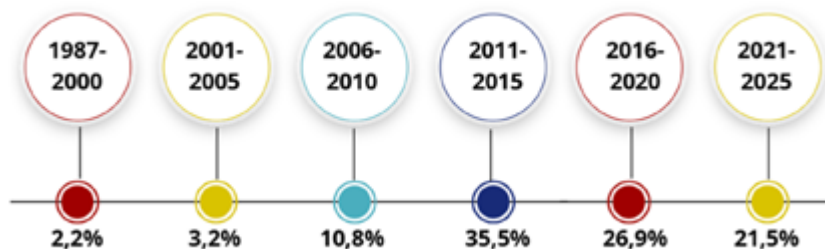
Foram identificadas 93 publicações relacionadas à equoterapia, atividades equestres adaptadas e Hipismo Paralímpico. Cada entrada na base de dados incluía informações como título, autores, palavras-chave, tipo de produção, periódico/evento e ano de publicação. A análise seguiu uma abordagem de bibliometria descritiva e análise de conteúdo, envolvendo as etapas de limpeza e organização dos dados. A análise foi predominantemente manual, com o auxílio de ferramentas de processamento de texto e planilhas eletrônicas para organização, contagem e consolidação dos dados. É importante ressaltar que a profundidade desta análise bibliométrica está limitada pelos dados disponíveis no *dataset* fornecido.

47 Paradesporto Brasil + Acessível. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/>. Acesso em: 14 out. 2025.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

As publicações datam de 1987 a 2025. A distribuição das 93 publicações por data está apresentada na Figura 1, a seguir. A análise temporal da produção científica revela características importantes sobre a evolução e consolidação da área de estudo. O crescimento sustentado das publicações demonstra que, embora o pico de produtividade tenha sido observado no período compreendido entre 2011 e 2015, a área mantém um ritmo robusto de produção nos anos subsequentes. Particularmente notável é o fato de que o período 2021-2025, ainda em curso, já apresenta um volume considerável de publicações, sugerindo um interesse contínuo e crescente por parte da comunidade científica na temática da equoterapia e atividades equestres adaptadas.

Figura 1: Distribuição das publicações ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria.

Este padrão de crescimento sustentado indica a vitalidade do campo de pesquisa, e a sua crescente relevância acadêmica e prática. A manutenção de altos níveis de produção científica após o período de pico sugere que a área atingiu um grau de maturidade que permite a continuidade das investigações em diferentes frentes e abordagens metodológicas. A análise da distribuição temporal também evidencia a atualidade da pesquisa na área, uma vez que aproximadamente 83,9% das publicações concentram-se a partir de 2011. Esta concentração temporal é particularmente significativa, enfatizando a vasta maioria da bibliografia disponível é contemporânea e reflete

as discussões, metodologias e avanços mais recentes no campo. Tal característica confere à literatura analisada uma relevância especial para a compreensão do estado atual do conhecimento, bem como para a identificação de tendências emergentes e lacunas de pesquisa que podem orientar futuras investigações na área da equoterapia e do hipismo paralímpico.

Considerando o tipo de publicação, a maioria da produção analisada (75%) consiste em artigos científicos e resumos em eventos científicos, o que é esperado para um campo de pesquisa ativo, indicando que a área está gerando publicações em periódicos e eventos, buscando a disseminação e revisão por pares (Tabela 1). As dissertações representam uma parcela significativa (quase 23%). A contribuição das dissertações para o corpus de conhecimento da área merece destaque particular, especialmente no contexto da equoterapia, representando uma fonte substancial de produção acadêmica. Esta característica reflete o papel fundamental dos programas de pós-graduação na geração de conhecimento especializado e na formação de recursos humanos qualificados para atuar na área. Não foram encontradas publicações explicitamente classificadas como “Teses de Doutorado” nesse conjunto de dados. A proeminência dos eventos acadêmicos também sugere que parte significativa da produção científica se encontra em estágios iniciais de desenvolvimento ou representa contribuições emergentes que, posteriormente, podem evoluir para publicações em periódicos especializados, constituindo um importante termômetro da dinâmica de produção e circulação do conhecimento no campo.

Tabela 1: Distribuição das publicações pelo tipo de trabalho

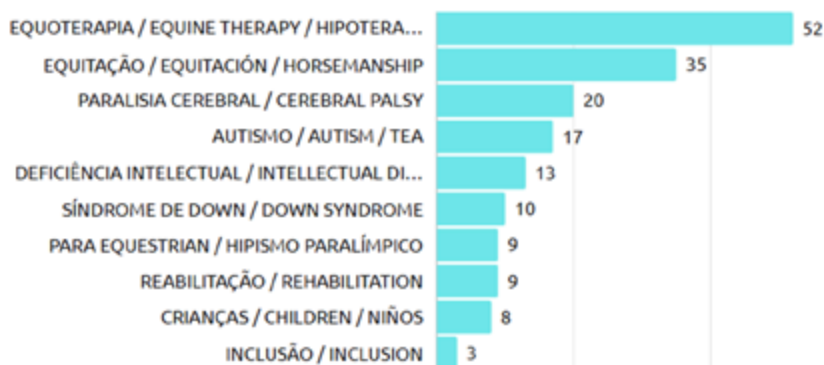
Tipo	Número de Publicações	Percentual (%)
Artigos científicos e resumos	70	75,20%
Dissertações	21	22,60%
Teses	0	0,00%
Outros Documentos	2	2,20%
TOTAL	93	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à autoria e produtividade da área, notamos grande diversidade na composição autoral das publicações analisadas. Embora alguns pesquisadores se destaquem pela frequência de suas contribuições, a análise evidencia que a maioria dos trabalhos é produzida por autores únicos ou por pequenas colaborações pontuais. Esse padrão sugere a existência de uma comunidade de pesquisa ampla e heterogênea, caracterizada por muitos colaboradores independentes que contribuem para o avanço do conhecimento na área.

Tal diversidade autoral é indicativa da natureza interdisciplinar do campo, que atrai pesquisadores de diferentes formações e instituições, mas ainda há a necessidade de expansão e consolidação para gerar contribuições originais a partir de diferentes perspectivas e abordagens metodológicas. A análise das palavras-chave e dos tópicos predominantes nas publicações revela características fundamentais sobre as orientações temáticas da produção científica na área. A proeminência de termos como *Equoterapia* e *Equitação Terapêutica* evidencia que a maior parte da produção científica se concentra nos benefícios e nas aplicações terapêuticas das atividades equestres, foco principal na reabilitação e não no treinamento da modalidade.

Figura 2: Frequência de palavras-chave relacionadas aos trabalhos pesquisados



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao público mais frequentemente investigado, observamos que as pessoas com Paralisia Cerebral ou no Transtorno do Espectro Autista constituem os focos principais dos estudos identificados. Essas condições são seguidas, em ordem de frequência, pela Deficiência Intelectual e pela Síndrome de Down. Esse padrão de distribuição temática sugere que a pesquisa na área tem se direcionado preferencialmente para condições neurológicas e do desenvolvimento que apresentam características motoras, cognitivas e comportamentais, e podem se beneficiar das propriedades específicas da intervenção equoterápica. A concentração de estudos nessas condições também reflete, possivelmente, tanto a disponibilidade de populações clínicas específicas quanto à existência de protocolos de intervenção mais estabelecidos para esses grupos.

Fato visto pela dispersão das publicações em periódicos de diversas áreas do conhecimento, incluindo medicina, reabilitação, educação física, psicologia e esporte, indicando o caráter interdisciplinar neste campo. Um aspecto particularmente relevante da análise temática é a identificação da persistência de uma lacuna significativa na abordagem do aspecto esportivo das atividades equestres adaptadas. Apesar do aumento observado no número total de publicações, os temas relacionados ao *Para Equestrian* ou Hipismo Paralímpico mantêm uma frequência relativamente baixa, representando somente dez trabalhos do conjunto analisado.

Esta disparidade reforça que o aspecto competitivo e esportivo das atividades equestres para pessoas com deficiência permanece substancialmente menos explorado academicamente em comparação com a vertente terapêutica. Tal lacuna representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento de novas linhas de investigação que abordem não apenas os benefícios do esporte paralímpico equestre, mas também as transições possíveis entre a prática terapêutica e a prática esportiva de alto rendimento. Não foram verificados fator de impacto ou número de citações individuais, nem a distribuição geográfica dos autores e da representatividade de países, pois exigiria normalização dos dados e mais informações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica das 93 publicações demonstra o estado atual e as perspectivas futuras do campo de pesquisa em equoterapia e atividades equestres adaptadas. Os resultados evidenciam que se trata de um campo em expansão, mas que necessita de maior engajamento, especialmente com foco nas atividades esportivas. Os dados confirmam que a produção científica mantém um foco primário na vertente terapêutica, sendo fortemente orientada para a investigação dos benefícios terapêuticos e de reabilitação proporcionados pela equoterapia. Essa orientação manifesta-se particularmente através da grande concentração de estudos voltados para condições específicas, destacando-se a Paralisia Cerebral, o Autismo e a Síndrome de Down como os principais focos de investigação. Tal concentração temática reflete não somente a eficácia demonstrada da equoterapia para estas condições, mas também a consolidação de protocolos de intervenção e a disponibilidade de populações clínicas que facilitam a condução de pesquisas sistemáticas.

Um aspecto particularmente relevante identificado na análise refere-se ao hipismo paralímpico como uma oportunidade estratégica significativa para o desenvolvimento futuro da área. A relativa escassez de pesquisas focadas no aspecto competitivo do hipismo paralímpico, representando somente 14 documentos dos 93 analisados, configura uma lacuna que representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade para novos desenvolvimentos acadêmicos e práticos. Essa lacuna sugere a existência de um nicho promissor para a exploração da transição entre a prática terapêutica e o esporte de alto rendimento, área que permanece substancialmente subexplorada na literatura científica.

A natureza interdisciplinar do campo constitui outra característica fundamental evidenciada pela análise. A diversidade observada em termos de autores, periódicos de publicação e tópicos abordados sublinha a necessidade intrínseca de abordagens multidisciplinares que integrem conhecimentos e competências de profissionais oriundos de diferentes

áreas, incluindo saúde, educação, esporte e psicologia. O desenvolvimento de talentos emerge como uma área prioritária, sugerindo que projetos futuros possam focar na criação de percursos estruturados que conduzam indivíduos, inicialmente beneficiados pela equoterapia, à exploração de seu potencial atlético no hipismo paralímpico. Existe um vasto campo para contribuições ao corpo de conhecimento por meio do desenvolvimento e publicação de pesquisas sobre a eficácia de programas de transição entre a terapia e o esporte. Assim como estabelecer diretrizes baseadas em evidências que orientem o desenvolvimento de programas futuros e contribuam para a consolidação dessa área emergente como um campo de conhecimento e prática, reconhecido e respeitado.

REFERÊNCIAS

ADESTRAMENTO BRASIL. *A equitação clássica: histórico e sua aplicação atual*. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://adestramentobrasil.com/wp-content/uploads/2019/04/2-a-equitac387c383o-clc381ssica.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

ALMEIDA, J. J. G.; CARMO, I. A. C. F.; RODRIGUEZ, J. J. H. Hipismo. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (org.) *Esporte Paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012.

BEGOSSI, T. D. Hipismo. In: *NEHME Paralímpico: Catálogo de Esportes*. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/catalogo-esportes/esportes-paralimpicos/hipismo-2/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FEI - Fédération Équestre Internationale. *Para Equestrian Classification Rules: FEI Equestrian Events for Athletes with Impairments*. First Edition January 2018, Updates effective 1 January 2024. Lausanne: FEI, 2024. Disponível em: https://inside.fei.org/sites/default/files/FEI_PE_Classification_Rules_2024_clean.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

HERING, C. B. Da dominação à tentativa de comunicação: uma análise dos métodos de doma para equitação. *Revista LECA*, [S. l.], ano VII, v. I, p. 276–314, jun. 2020. Disponível em: <https://revistaleca.org/index.php/leca/article/view/161>. Acesso em: 14 set. 2025.

IE - Inteligência Esportiva. *Hipismo adaptado*. Inteligência Esportiva. Ministério do Esporte, [s.d.]. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/hipismo-adaptado/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

HP - Hipismo paraolímpico. Página inicial. *Blogspot*, 2008. Disponível em: <http://hipismoparaolimpico.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MAIA, J.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Narrativas do hipismo paralímpico brasileiro: uma revisão narrativa. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 25, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2024. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/15433>. Acesso em: 16 set. 2025.

PARADESPORTO BRASIL + ACESSÍVEL. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/>. Acesso em: 14 out. 2025.

PEREIRA, E. L.; BERTOLDI, R. Do equestre ao paraequestre: representações sociais nas memórias de um salto hípico. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral, 2016.

11

Equoterapia no Amazonas: notas a partir de fontes do Regimento de Policiamento Montado – Coronel Wilde de Azevedo Bentes

Rodrigo Naranjo de Oliveira
Giandra Anceski Bataglion

1 INTRODUÇÃO

As práticas com a presença do cavalo como recurso terapêutico têm seus primórdios na Primeira Guerra Mundial, quando esses animais eram utilizados como facilitadores no processo de reabilitação dos soldados lesionados, devido à grande batalha (Medeiros; Dias, 2008). De acordo com Carlos e Domingues (2015), esse método, desenvolvido inicialmente pelos países escandinavos, obteve muitos resultados satisfatórios, estimulando a criação de centros para a prática equoterapêutica na Alemanha, França e Inglaterra. Esse método foi consolidado pelo Hospital Universitário de Oxford, onde criaram grupos de atendimento equoterapêutico (Gomes *et al.*, 2021). Atualmente, é uma prática realizada por mais de 50 países, destinada a pessoas com deficiência e

aqueles com transtornos neurológicos, proporcionando o desenvolvimento global do indivíduo.

Segundo Pereira, Bataglioni e Mazo (2020), os primeiros registros da equitação terapêutica estão ligados a Hipócrates, o pai da medicina (458-337 a.C.), que recomendava a prática equestre com o propósito de regenerar e promover melhorias na saúde humana, atuando como tratamento para a insônia. Além disso, Asclepiades, da Prússia (124-40 a.C.), indicava o cavalo para pacientes com epilepsia e paralisia, enquanto Galeno (130-199 d.C.) utilizava a equitação como meio de cura e reabilitação de pessoas. Esses primeiros registros evidenciam a compreensão ancestral dos benefícios terapêuticos da interação entre o homem e o cavalo.

A equoterapia é um método terapêutico e educacional desenvolvido com cavalos que visa desenvolver os aspectos biopsicossociais de pessoas com deficiência, capaz de promover funcionalidade e melhorias na qualidade de vida dos praticantes (ANDE-BRASIL, 2025). Essa prática terapêutica foi regulamentada como método de reabilitação para pessoas com deficiência no Brasil em 13 de maio de 2019, através da Lei n.º 13.830 (Brasil, 2019). Atualmente a ANDE-BRASIL proporcionou a ampliação da equoterapia no País, ao certificar profissionais das áreas da saúde, da educação e da equitação em cursos básicos e avançados em equoterapia (ANDE-BRASIL, 2025). De acordo com os dados obtidos no site da associação, existem 409 Núcleos de Equoterapia agregados e filiados à ANDE-BRASIL, dois deles no estado do Amazonas e localizados na cidade de Manaus. Com base nesses apontamentos iniciais, este estudo tem como objetivo mapear dados acerca das composições históricas da Equoterapia no estado do Amazonas.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como documental, por realizar uma análise histórica de documentos oficiais e registros institucionais (Minayo, 2015). Nas pesquisas historiográficas, as fontes documentais representam

a matéria-prima para o desenvolvimento do trabalho (Bacellar, 2010). Para a coleta de dados deste estudo, foram utilizadas as seguintes fontes documentais: a Revista Equo, elaborada em 2022, pelo Núcleo de Equoterapia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), em comemoração aos 30 anos de funcionamento da instituição, contando a história do processo de criação do núcleo, apresentação dos profissionais e praticantes, disponível apenas em formato digital, o qual foi acessado via e-mail da instituição.

Além disso, foram utilizados como documentos oficiais dois decretos estaduais de instauração e reestruturação da Cavalaria de Manaus, e uma lei e um projeto de regulamentação da prática da equoterapia no estado do Amazonas. Ademais, foram coletadas informações do *site* oficial da PMAM⁴⁸. As informações coletadas foram analisadas seguindo as orientações da técnica da análise documental (Bacellar, 2010). De tal modo, inicialmente foi realizado o fichamento dos documentos, constituindo-se uma linha do tempo relativa à composição do Núcleo de Equoterapia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e dispondo as informações em categorias. Em seguida, empreendeu-se a análise dos documentos, visando contextualizar e buscar os significados das fontes. Abaixo, os resultados do estudo são apresentados e discutidos à luz das fontes e da literatura acessadas até o presente momento.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

No estado do Amazonas, o desenvolvimento da Equoterapia surge após a implementação do Esquadrão de Polícia Montada, instaurado por meio do Decreto n.º 11.015, de 24 de março de 1988 (Amazonas, 1988), assinado pelo Governador Vivaldo Frota. A unidade foi criada pelo Comandante-Geral Coronel PM Pedro Rodrigues Lustosa, que designou

48 Polícia Militar do Amazonas. Equoterapia. Disponível em: <https://pm.am.gov.br/portal/pagina/equoterapia>. Acesso em: 20 set. 2025. O site disponibiliza informações sobre a história do Núcleo de Equoterapia da PMAM, a localidade e a organização do funcionamento da instituição, como órgão filantrópico de assistência as famílias amazonenses.

inicialmente 94 policiais e 70 cavalos para compor as instalações do quartel militar construído na rua Tiradentes, conjunto Dom Pedro I, em Manaus-AM. Em 2002, através da reestruturação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), o Esquadrão recebeu o *status* de Regimento de Policiamento Montado – Coronel Wilde de Azevedo Bentes, em homenagem ao primeiro comandante do Esquadrão, conforme o Decreto n.º 22.774 de 22 de julho de 2002 (Amazonas, 2002; Polícia Militar do Amazonas, 2025).

O Núcleo de Equoterapia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) foi fundado em 1992, por meio do Esquadrão de Polícia Montada, localizado na Cavalaria de Manaus (Polícia Militar do Amazonas, 2025). As práticas foram iniciadas devido ao interesse do comandante da Cavalaria, Coronel Mario Silva, que tinha como objetivo fortalecer os vínculos entre a comunidade e a Cavalaria. O então aspirante (atualmente Coronel) Augusto Magno Soares, recém-formado em um curso de policiamento montado em Brasília/DF, foi nomeado para ser o primeiro chefe do Núcleo de Equoterapia da PMAM (Torres, 2022).

O aspirante Augusto Magno deu início às atividades equoterapêuticas de maneira empírica, uma vez que naquela época não havia acesso à *internet* e não existiam artigos publicados que pudessem servir como referência para a prática terapêutica com equinos (Torres, 2022). No ano seguinte, em 1993, Augusto Magno viajou até a sede da ANDE em Brasília/DF para realizar o curso básico de Equoterapia. A partir dessa capacitação, ele passou a compreender a importância da terapia no processo de reabilitação de pessoas com deficiência.

Em entrevista concedida em 2022 para a *Revista Equo*, o Coronel Augusto Magno aponta que, na cavalaria, havia uma alta demanda no serviço da equoterapia (Torres, 2022). Os atendimentos foram iniciados com 60 praticantes, o que levou à necessidade de estabelecer uma lista de espera para novos participantes. Ainda nesta entrevista, o Coronel relata que o serviço era oferecido após o expediente militar, a partir das 17h, por meio do voluntariado dos policiais. Os equinos

terapeutas pioneiros na Equoterapia no Amazonas foram Hobe, Setur e a égua Paraná, escolhidos devido ao porte e à docilidade. Essa escolha foi baseada nos conhecimentos sobre cavalos do aspirante Augusto Magno, que também atuava como equitador na Escolinha de Equitação Tiradentes (ETT), organizada pela Cavalaria.

Desde a implementação do Núcleo de Equoterapia da PMAM, em 1992, as atividades são oferecidas de forma filantrópica (Polícia Militar do Amazonas, 2025) e conta, até os dias de hoje, com o apoio por meio de doações de entidades públicas e privadas. Em 2006, o novo chefe da Equoterapia, o Tenente Azevedo (atualmente coronel), assumiu a responsabilidade de formalizar o registro/cadastro do Núcleo de Equoterapia junto à Associação Nacional de Equoterapia ANDE-BRASIL. De acordo com o Coronel Augusto Magno, entrevistado pela Revista Equo (Torres, 2022), isso se tornou necessário devido à existência de outros locais que ofereciam Equoterapia de maneira inadequada, visando apenas interesses financeiros.

Durante esse período, foi implementada a equipe interdisciplinar de Equoterapia, com o apoio do médico Dr. Antônio Magela, bem como de outros profissionais das áreas de saúde, educação e equitação (Torres, 2022). Essa medida foi instaurada para garantir a qualidade e a integridade das práticas terapêuticas oferecidas no Núcleo de Equoterapia, além de atender às exigências estabelecidas pela ANDE-BRASIL para o vínculo da instituição amazonense com a associação.

Nesse ano de 2025, o Núcleo de Equoterapia da PMAM completou 33 anos de existência, oferecendo serviços filantrópicos à sociedade amazonense. Em 2020, inauguraram-se novas instalações no Regimento de Policiamento Montado, dedicado à Equoterapia, localizado no Comando de Policiamento Especializado (CPE), no bairro Dom Pedro I, Manaus/AM. As instalações incluem um picadeiro coberto com solo arenoso, salas de atendimento clínico, salas espera para pais e responsáveis, banheiros, rampas de acessibilidade e estacionamentos (Oliveira; Contreira, 2022).

Figura 1: Picadeiro arenoso e coberto da PMAM, inaugurado em 2020



Fonte: Arquivo dos autores (2025).

As práticas ocorrem semanalmente, com duração 20 minutos para cada praticante, nos arredores do CPE e entre as instalações do Núcleo de Equoterapia da PMAM. O atendimento é realizado por uma equipe interdisciplinar composta por psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, profissionais de Educação Física e equitadores. Aproximadamente 160 crianças, jovens e adultos com deficiência, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Paralisia Cerebral (PC), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down (SD), pessoas com sequelas do Acidente Vascular Encefálico (AVE), pessoas com síndromes raras, deficiência visual e/ou auditiva, entre outras, fazem parte do quadro de praticantes (Polícia Militar do Amazonas, 2025).

Conforme o estudo de Oliveira *et al.* (2024), o Núcleo de Equoterapia da PMAM tem proporcionado benefícios e promovido saúde e inclusão às pessoas com deficiência (PCD) no Amazonas. Os autores destacam que as principais contribuições são a funcionalidade no

desenvolvimento de atividades diárias e a inserção e participação efetiva dos praticantes em diferentes contextos sociais. De acordo com a Polícia Militar do Amazonas (2025), o Programa de Equoterapia da PMAM já beneficiou mais de mil praticantes e mantém uma lista de espera com mais de 200 interessados. Para formalizar e regulamentar essa atividade terapêutica, o Projeto de Lei, n.º 545 de 2020 (Amazonas, 2020) aprovado pelo governador Wilson de Miranda Lima, por meio da Lei n.º 6.159, de 28 de dezembro de 2022 (Amazonas, 2022), autoriza a prática da equoterapia em âmbitos públicos e privados com exigências capazes de tornar o atendimento eficaz, seguro e de qualidade.

Com o objetivo de apresentar o Programa de Equoterapia da PMAM, em 2022, o então Chefe do Núcleo de Equoterapia da PMAM, Capitão QOPM Jonatas Torres, idealizou a criação de uma revista científica denominada *Revista Equo*, lançada em agosto de 2022, durante a comemoração dos 30 anos de existência do Núcleo de Equoterapia. Isto possibilitou o registro das memórias da instituição, preservando-a ao longo dos anos – por meio da elaboração desse material, disponível para acesso em formato digital, mediante contato e a solicitação junto à instituição. Nessa revista, é possível identificar os profissionais da equipe multiprofissional, o número de atendimentos e os programas de atendimento terapêutico da PMAM (denominados como fases: 1ª) hipoterapia, 2ª) educação, 3ª) pré-esportiva e 4ª) esportiva).

Na busca por preservar as memórias do Núcleo de Equoterapia da PMAM, na *Revista Equo* há uma entrevista com o Coronel Augusto Magno. Outrossim, neste material, é apresentado o projeto voltado a condecorar praticantes que dominam as habilidades de equitação. Nessa proposta, colocada em prática, aqueles que participam do curso de policiamento montado adquirem a espora prateada; os que realizam o curso de choque montado, a espora preta; e o mais alto grau de equitação, a espora dourada, é destinada àqueles que passam a ser instrutores de equitação. A partir dessas informações, idealizou-se a espora azul, um símbolo que marcou a experiência e o domínio dos praticantes que atingiram a fase mais avançada do programa de Equoterapia da PMAM (4ª Fase – Esportiva).

Figura 2: Espora Azul, concedida aos praticantes da 4ª Fase



Fonte: Arquivo dos autores (2025).

Silva (2024) destaca o trabalho desenvolvido no *Núcleo de Equoterapia da PMAM*. Graduada em Fisioterapia, a autora afirma que, durante as sessões, são aplicadas tarefas psicomotoras aos praticantes, com o objetivo de promover melhorias motoras e psicológicas, como ganhos de força muscular, avanços na funcionalidade e coordenação motora, maior autonomia no desenvolvimento de tarefas, foco, concentração, melhora na tomada de decisões, segurança e autoestima, favorecendo o bem-estar pessoal. Sua atuação contribui de forma eficaz para a evolução das condições físicas e psíquicas dos praticantes. As atividades propostas no *Núcleo de Equoterapia da PMAM* favorecem não apenas os aspectos motores, mas também os aspectos socioafetivos, como o fortalecimento das habilidades emocionais, proporcionando melhorias na qualidade de vida dos praticantes durante o processo de reabilitação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros apresentados neste capítulo evidenciam a trajetória da prática da equoterapia no Amazonas, cuja origem remonta ao *Núcleo de Equoterapia da PMAM*, idealizado no âmbito da Cavalaria de Manaus/

AM em um movimento conduzido pela corporação militar. Atualmente, o *Núcleo de Equoterapia da PMAM* encontra-se consolidado, com 33 anos de funcionamento, reunindo um número expressivo de praticantes, profissionais qualificados e uma nova estrutura física destinada ao atendimento. Essa consolidação reforça a relevância da iniciativa dos militares, ainda no período de instauração do *Regimento de Policiamento Montado*, ao estabelecer vínculos com a sociedade amazonense por meio de um projeto social inovador como a equoterapia, voltado ao cuidado, à inclusão e ao desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Este texto foi elaborado a partir da análise documental de fontes do *Regimento de Policiamento Montado – Coronel Wilde de Azevedo Bentes*. Cabe pontuar que este *corpus* documental contempla o primeiro passo do mapeamento das composições históricas da Equoterapia no estado do Amazonas. O estudo visa alcançar outras fontes documentais, impressas e digitais, de modo a possibilitar o estabelecimento de cruzamentos e articulações entre os indícios encontrados em tais registros. Outrossim, visto que esses registros podem apresentar *ausências*, esperamos lançar mãos de fontes orais para a obtenção de informações, o que possibilitará o confronto das evidências levantadas nos diferentes tipos de fontes.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto nº 11.015, de 24 de março de 1988. Instauração do Esquadrão de Polícia Montada. *Polícia Militar do Amazonas*. Manaus, AM. 1988.

AMAZONAS. Decreto nº 22.774 de 22 de julho de 2002. Reestruturação da Polícia Militar Do Amazonas. *Polícia Militar do Amazonas*. Manaus, AM. 2002.

AMAZONAS. Lei N.º 6.159, de 28 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a regulamentação da prática de equoterapia por instituições públicas ou privadas no Estado do Amazonas. *Plenário Da Assembleia Legislativa Do Estado Do Amazonas*, Manaus, AM. 2022.

AMAZONAS. Projeto de Lei, Nº 545 de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da prática de equoterapia por instituições públicas ou privadas no Estado do Amazonas. *Plenário Da Assembleia Legislativa Do Estado Do Amazonas*, Manaus, AM. 2020.

ANDE-BRASIL. Disponível em: <https://equoterapia.org.br>. Acesso em: 20 set. 2025.

BACELLAR, C. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B; (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010.

BRASIL. Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019. Dispõe sobre a prática da equoterapia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 4, 14 maio 2019.

CARLOS, L. C. M.; DOMINGUES, C. C. (2015). Pedagogia Aliada À Equoterapia: União Capaz De Produzir Conquistas No Processo De Aprendizagem. *Revista Perspectivas Online: Ciências humanas e sociais aplicadas*, Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 5, p. 36- 44, 2015.

FARIAS, K. S. Programa de equoterapia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM): a relação entre cavalo, praticante e equipe multiprofissional. In: *Anais do I Edhamazonia: Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia*. Manaus (AM) UFAM, 2024.

GOMES, A. R. F.; SILVEIRA, A. C. P.; PAULA, A. L. A. de; MARTINS, K. A.; ARRIAGADA, S. A. J. A equoterapia: o que é, como é realizada e seus benefícios. *Boletim Técnico IFTM*, Uberaba-MG, ano 7, p. 43-48, 2021.

MEDEIROS, M.; DIAS, E. *Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos*. Rio de Janeiro: Revinter. 2008.

MINAYO, M. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, R. N.; CONTREIRA, A. R. A participação da Educação Física na equipe multidisciplinar de equoterapia: possibilidades e valorização profissional. *Revista Equo*. v. 1, n. 1. p. 32, 2022.

OLIVEIRA, Rodrigo Naranjo de; CONTREIRA, Andressa Ribeiro; AMORIM, Minerva Leopoldina de Castro; BATAGLION, Giandra Anceski. Programa de equoterapia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM): promovendo saúde e inclusão de pessoas com deficiência. In: *Anais do I Edhamazonia: Encontro*

Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia. Manaus (AM) UFAM, 2024.

PEREIRA, E. L.; BATAGLION, G.A.; MAZO, J. Z. Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 879-897, 2020.

POLICIA MILITAR DO AMAZONAS. *Equoterapia*. Disponível em: <https://pm.am.gov.br/portal/>. Acesso em: 20 set. 2025a.

SILVA, S. S. O profissional de fisioterapia na equipe interdisciplinar de equoterapia. In: *Anais do I Edhamazonia: Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia*. Manaus (AM) UFAM, 2024.

TORRES, J. Entrevista: Cel Augusto Magno Soares. *Revista Equo*. ed. 1, V.1. n.1, p.7-9, 2022.

Relatos de estudantes de Educação Física sobre a trajetória paradesportiva de Itano Figueiredo no paraequestre

Kimberly Dias da Rosa

Maria Eduarda Oliveira Tavares

José Denisson dos Santos Olimpio

Vitória Crivellaro Sanchotene

1 INTRODUÇÃO

O hipismo é uma modalidade que está incluída nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos. Segundo Pereira e Bertoldi (2016), existem nove estilos de provas cancelados pela Confederação Brasileira de Hipismo: Salto, Adestramento, Concurso Completo de Equitação, Enduro, Rédeas, Atrelagem, Volteio, Tambor e Paraequestre. No paraequestre⁴⁹, existe a prova de para-adestramento, uma modalidade paralímpica praticada por pessoas com deficiência física ou visual (Brasileiro,

49 Fizemos uso da nomenclatura *paraequestre* baseando-nos no site da Confederação Brasileira de Hipismo (2025).

2024). Com relação à quantidade de pessoas com deficiência no Brasil, relatórios estimam que há um total entre 14,4 milhões e 18,9 milhões. Mesmo com esse grupo social numericamente significativo, ainda há poucos registros desse contexto em pesquisas científicas. Portanto, visualizamos a importância de escritos acadêmicos como uma das formas de reflexão sobre a temática, bem como de sua divulgação.

O para-adestramento inclui homens e mulheres com deficiência e, para disputarem as competições do esporte paralímpico, esses(as) atletas passam por avaliações que os classificam funcionalmente. Nessa modalidade, as classificações funcionais são: Grau I, para pessoas cadeirantes com comprometimento severo nos quatro membros; Grau II, para pessoas cadeirantes ou andantes com boa funcionalidade dos braços e atletas com comprometimento unilateral severo ou cegos; Grau III, para pessoas andantes com comprometimento unilateral moderado nos quatro membros ou severo nos braços, bem como atletas com deficiência visual severa; Grau IV, para atletas com comprometimento leve em um ou dois membros ou deficiência visual moderada; e Grau V, para atletas com comprometimento leve em um ou dois membros ou deficiência visual leve (CPB, 2025).

Essa modalidade adaptada, segundo Esportiva (2025), em seus primeiros registros, demonstrou ter o intuito de reabilitação, mesmo que não se conheça ao certo o momento exato de seu início. Há relatos que apontam o seu início na década de 1970, na Grã-Bretanha e na Escandinávia. Foi incluída como modalidade nos Jogos Paralímpicos apenas na edição de Nova Iorque, em 1984.

No Brasil, a modalidade começou a ser praticada no final do século XX, e os indícios apontam para um início competitivo em 2003 (Esportiva, 2025). Atualmente, o Paraequestre ainda é pouco divulgado, principalmente no que se refere à literatura científica (Maia; Pereira; Mazo, 2024). No cenário atual, a modalidade Paraequestre da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) é liderada pela diretora Claudiane Pasquali. Em uma entrevista publicada no *site* da CBH (2025, p.1), a diretora relata que “vem realizando um importante trabalho de fomento à modalidade nos últimos

quatro anos no Brasil”, com cursos para novos treinadores, contato com federações e instituições esportivas nacionais e internacionais, além de ações de incentivo às competições e à adesão de novos competidores.

Essa escassez de estudos também foi evidenciada por nós na realização da presente pesquisa. Com a intenção de explorar ainda mais esse assunto, nosso estudo é um relato de experiência de um grupo composto por três estudantes e uma professora do curso de graduação em Educação Física Bacharelado, da disciplina de Educação Física Adaptada, na Faculdade SOGIPA (Porto Alegre-RS). Na disciplina, foram realizadas aulas teóricas (expositivas-dialogadas) e práticas (vivências), com leituras dirigidas, obrigatórias e complementares, além de discussões e reflexões sobre conceitos-chave da temática que contou com avaliações.

Uma das avaliações da disciplina foi a apresentação, em comunicação oral, com *slides*, de diferentes aspectos relacionados a uma modalidade paralímpica, a saber, sua história, classificação funcional, regras e curiosidades. Dessa forma, o grupo teve a iniciativa de entrevistar o atleta e campeão brasileiro de para-adestramento Grau II, 2023 e 2024, Itano Figueiredo, a fim de conhecer sua vida e história, compreendendo que o atleta é um dos protagonistas do Movimento Paralímpico. Com o contexto supracitado, o objetivo do presente artigo foi relatar a experiência de três estudantes de graduação em um trabalho avaliativo da disciplina de Educação Física Adaptada, do curso de Educação Física Bacharelado, da Faculdade SOGIPA.

2 METODOLOGIA

Este trabalho, de caráter descritivo e qualitativo, está vinculado ao gênero relato de experiência. De acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), essa forma de escrita é uma das possibilidades metodológicas de divulgação científica por meio de registros com reflexão crítica e, no caso do presente documento, a partir de vivências de ensino. Para tal, é importante destacar a sequência cronológica e organizada dos fatos. O relato

parte da construção de um trabalho avaliativo da disciplina de Educação Física Adaptada, realizado por três graduandos da Faculdade SOGIPA (Porto Alegre/RS) – dois acadêmicos do terceiro semestre e um do segundo –, todos do curso de Educação Física Bacharelado, orientados pela professora da disciplina.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física Bacharelado (Faculdade Sogipa, 2025), essa disciplina está inserida no terceiro semestre e tem como ementa o Estudo da Educação Física para pessoas com deficiências. Ela aborda a recreação, a dança, os paradesportos e os esportes paralímpicos, na formação corporal e na inclusão; a discussão de estratégias de ensino coerentes às especificidades de cada deficiência e às questões educacionais, sociais e psicológicas envolvidas no desenvolvimento dessas pessoas, além de apresentar a Educação Física como agente de inclusão social.

A avaliação da disciplina envolvia escolher um esporte paralímpico e apresentar, em forma de comunicação oral, com *slides*, à turma, a classificação funcional, o histórico, as regras, as curiosidades da modalidade escolhida e as referências utilizadas no trabalho. Porém, o grupo de estudantes demonstrou a intenção de se aprofundar ainda mais na modalidade do Paraequestre com a iniciativa de dialogar e conhecer pessoalmente o atleta campeão brasileiro Itano Figueiredo e sua história de vida. O primeiro contato via *WhatsApp* ocorreu em 11 de março de 2024, e o participante da pesquisa retornou de imediato. Com a autorização do Comando do Exército, mediada pelo atleta, o grupo de estudantes realizou a visita ao 3º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Osório, em 19 de março de 2024.

Foi nesse contato que ocorreu a entrevista. Para a apresentação em sala de aula, o grupo coletou informações dos sites oficiais, dos artigos científicos da plataforma *Google Acadêmico* e do relato do atleta. A apresentação foi realizada para a turma da referida disciplina em 27 de março de 2024, na Faculdade SOGIPA. O atleta assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que explicava a pesquisa, a fim de possibilitar a publicação. Além disso, concordou com a cessão das imagens. Itano Figueiredo também

teve acesso à última versão do texto, podendo suprimir, adicionar ou editar o que fosse necessário em sua perspectiva.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da entrevista realizada com um atleta paralímpico, em decorrência de uma avaliação acadêmica. Para tal, a seguir, descrevemos como foi a aproximação entre o grupo de estudantes e o atleta, discorrendo sobre a visita ao local de treinamento e, em seguida, sobre a apresentação oral da avaliação em sala de aula. A partir da solicitação do trabalho em sala de aula, foi necessário estudar aspectos relacionados a modalidade Paralímpica Paraequestre. A partir disso, o grupo buscou contato via *Whatsapp* com um indivíduo que é/era proprietário de um espaço com equoterapia.

A equoterapia é uma técnica que utiliza o cavalo como instrumento para efeitos terapêuticos e educacionais, a partir de uma abordagem multidisciplinar associada a um ambiente multissensorial, proporcionando, assim, estímulos sensório-motores e buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras ou não de necessidades especiais. O grupo tinha a intenção de saber mais sobre um atleta paralímpico. Como descrito na metodologia, o grupo entrou em contato com o atleta Itano Figueiredo, e ele aceitou dialogar sobre suas experiências e trajetória paradesportiva.

Após trocas de mensagens sobre a vida do atleta e o esporte praticado, o atleta concedeu uma entrevista, pessoalmente no local de treinamento. Itano Figueiredo é um atleta com deficiência física e é 3º Sargento. O atleta está classificado funcionalmente como Grau II que, segundo CPB (2025, p. 1), inclui “cadeirantes ou andantes com boa funcionalidade dos braços, atletas com comprometimentos unilaterais severos ou com deficiência visual”. As redes sociais do Para-adestramento Militar descrevem que o atleta “recebeu do Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil o título de Melhor Militar Paratleta Masculino – 2025” (Militar, 2025, p.1).

Cabe ressaltar que, no hipismo paralímpico, o para-adestramento é a única prova do programa e pode ser individual, estilo livre individual ou por equipes. Na prova individual técnica, o conjunto apresenta movimentos obrigatórios pré-determinados pelo Comitê Internacional Paraequestre (IPEC). No estilo livre, o atleta e o cavalo são acompanhados por música, e o conjunto pode fazer sua apresentação de forma criativa, incorporando os movimentos obrigatórios. Para um país participar como equipe em competições internacionais, é obrigatório que o time seja formado por 3 ou 4 atletas, dos quais pelo menos um deve pertencer ao Grau I ou II. Os atletas dos Graus I, II e III apresentam suas reprises (exercícios) em pistas de 20m x 40m, enquanto os de Grau IV e V, em pistas de 20m x 60m² (CPB, 2025).

Então, em 19 de março de 2024, os estudantes compareceram ao 3º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Osório para uma conversa com o atleta. Ao chegarem ao local, foram recebidos por um Sentinela do Exército Brasileiro e registraram os dados pessoais para entrar no Regimento. Após a conferência dos dados, os estudantes foram direcionados à recepção da Cavalaria, onde foram acolhidos por Itano Figueiredo. A conversa se desenvolveu em uma parte mais reservada do local, em uma sala, onde o atleta respondeu ao questionário elaborado pelo grupo. Dentre as perguntas, destacamos aquelas relacionadas à história de vida, à deficiência do atleta, à rotina de treinamentos e às dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Ademais, foram abordadas questões relacionadas à modalidade Paralímpica. O atleta relatou que iniciou no esporte a cavalo em 2018, no estado do Rio Grande do Sul, através da prova do Cavalo Criolo. Já a inclusão no Para-adestramento no exército a partir de 2023.

No momento da entrevista com o atleta, um assunto foi destaque: “Como os participantes hípico transportam seus animais de treinamento para competições/campeonatos em outros estados ou países?” A dúvida relacionava-se ao transporte rodoviário (trailers, caminhões e reboques para cavalos), aéreo e marítimo. Foi relatado que, em todas as provas nacionais nas quais competiu, o transporte foi realizado em rodovias por caminhões.

Nas competições internacionais fora do Brasil, os custos são muito altos, sendo obrigatório seguir várias regras para locomover um animal de grande porte, como o cavalo. As regras, ditas pelo atleta, para transportar o animal, consistem em apresentar exames de anemia e mormo e tirar a Guia de Trânsito Animal (GTA), atendendo às normas sanitárias. Além disso, para competições oficiais, os cavalos precisam de passaporte.

Figura 1: Atleta e cavalo em competição



Fonte: Acervo cedido por Itano Figueiredo (2024).

Com isso, a equipe do Brasil geralmente aluga cavalos no local onde são as competições, devido ao alto custo de transporte, optando, assim, por ir somente o competidor, o que é considerado um desafio, pois ele compete sem o animal com o qual está habituado a treinar. O atleta Itano Figueiredo sublinha que essa configuração é uma desvantagem em relação aos demais competidores, uma vez que o cavalo é parte significativa da prova. Por outro lado, os atletas locais utilizam seus próprios animais, apresentando maior familiaridade e sincronia com o parceiro de prova. Isso ocorre devido à

conexão estabelecida entre o equino e o humano, que favorece os atletas nessas provas – podemos dizer que o cavalo também é um atleta. Nessa relação, são necessários a ligação, a afinidade, a cumplicidade, o treinamento etc. Ambos precisam estar alinhados para que a prova seja realizada com sucesso. Na Figura 1, compartilhamos o registro fotográfico enviado pelo atleta, que ilustra sua relação com o cavalo Habilidade do Rincão.

Os estudantes estabeleceram uma conexão com a experiência vivenciada a partir da visita e da entrevista e observaram, de forma concreta, como qualquer problema de saúde ou condição clínica pode impactar diretamente o desempenho paradesportivo e a qualidade dos treinos. No dia da visita, o cavalo Habilidade do Rincão estava com pneumonia e, por conta disso, não foi possível realizar os treinos naquela semana. O atleta Itano Figueiredo precisou treinar com outro animal do Regimento.

A escolha do tema pelo grupo de estudantes foi feita logo de imediato, pois perceberam que seus colegas demonstraram interesse principalmente em esportes coletivos ou mais conhecidos. Por outro lado, os alunos, autores deste relato de experiência, quiseram se aprofundar em uma modalidade pouco conhecida por eles e pelos colegas. Durante a montagem dos *slides* para a apresentação, chamou a atenção dos acadêmicos o fato de ser um esporte composto por equipes mistas, nas quais há representantes de equipe, como cavaleiros e amazonas. Outro ponto que despertou interesse no grupo foi o fato de ser a única modalidade que combina as habilidades de um atleta e um animal.

Em um estudo bibliográfico sobre pessoas com deficiência no esporte e na educação física, Cardoso *et al.* (2024) afirmam que há predominância de estudos qualitativos. Os assuntos mais tratados são qualidade de vida e inserção das pessoas com deficiência na sociedade. A partir desse encaminhamento, a professora aproveitou para questionar os estudantes sobre o que significa ser atleta e as respostas foram:

Ser atleta é doar seu tempo e disponibilidade em busca de um objetivo, comparado com os milhares de atletas que existe no Brasil, poucos são capazes de chegar ao topo. Ser atleta é abrir mão de momentos com amigos, familiares e pessoas que amamos com um

único objetivo futuro. Com isso, a vida de um atleta torna disciplina e com regras que no futuro terão bons resultados (Estudante 1).

Ser atleta é muito mais do que praticar um esporte. Ser atleta é abdicar de distrações, momentos de lazer e muitas vezes abrir mão da vida pessoal. É entender que para chegar no tão sonhado primeiro lugar, será necessário enfrentar muitos medos, desconfortos, lesões e muitas derrotas. Ser atleta se resume em disciplina, é necessário vencer a si mesmo todos os dias (Estudante 2).

Ser atleta é se dedicar fisicamente e mentalmente. É manter uma rotina com compromisso, dedicação e grande determinação. É tomar decisões que, às vezes, podem mudar sua vida, sendo necessário ter coragem e estar disposto a superar limites – como se afastar da família, morar em outro estado ou até em outro país. Também é saber que haverá lesões e que será preciso superá-las para continuar e manter o foco no sonho. Uma frase que resume bem essa jornada é: você vai cair, levantar, corrigir os erros e seguir em frente. E ser atleta paralímpico é ainda mais do que competir ou superar. É preciso enfrentar todos os tipos de desafios, que vão muito além das barreiras físicas. É lidar com o preconceito, com as limitações impostas pela sociedade, e mesmo assim continuar lutando, mostrando força, garra e inspiração cotidianamente e em cada dia (Estudante 3).

Com isso, finalizamos esta seção com mais uma imagem enviada pelo atleta Itano Figueiredo, sublinhando o seu protagonismo no paradesporto hípico militar:

Figura 2: Campeão brasileiro de para-adestramento



Fonte: Acervo cedido por Itano Figueiredo (2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi relatar e descrever a vivência de um grupo de estudantes do curso de Educação Física Bacharelado dedicado a aprofundar conhecimentos relacionados à modalidade Paraequestre. Apesar do trabalho avaliativo da disciplina de Educação Física Adaptada ser teórico, os estudantes exploraram mais do que o solicitado, somando, a isso, a experiência prática. Essa iniciativa propiciou uma troca positiva, extrapolando os “muros da faculdade”, destacando-se na trajetória acadêmica e profissional desses estudantes e enriquecendo as associações e assimilações teórico-práticas, como uma oportunidade única.

Além disso, ressaltamos a importância de dar visibilidade e valorização à presença e à permanência de atletas paralímpicos em diferentes âmbitos, preservando sua memória, uma vez que contribuem para a história do esporte e da cultura do País. Identificamos que são necessárias mais publicações sobre a temática e sugerimos que novos estudos sejam realizados, contribuindo para minimizar a lacuna existente sobre a Educação Física Adaptada, principalmente no que se refere à modalidade do Paraequestre. Diferentes frentes podem ser pesquisadas, como a história de vida de atletas, treinadores(as), árbitros e outros agentes envolvidos no esporte.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Comitê Paralímpico. *Hipismo*. 2024. Disponível em: <https://cpb.org.br/modalidades/hipismo/>. Acesso em: 23 maio 2025.

CARDOSO, L. T.; PEREIRA, S.; LIMA BONFAT, D.; FREITAS, R. R.; NASCIMENTO, A. C. S.; DAS GRAÇAS, M. C. S. S. Produção de conhecimento sobre atividade física adaptada, qualidade de vida e saúde para pessoas com deficiência. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, SP, v. 25, n. 2, p. 291–306, 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO (CBH). Modalidade Paraequestre/

Paradestramento no Brasil em contínua ascensão: Claudiane Pasquali destaca as principais ações e metas. 27 Mar. 2025. Disponível em: <https://cbh.org.br/index.php/noticias-geral/10784-modalidade-paraquestre-para-destramento-no-brasil-em-continua-ascensao-claudiane-pasquali-destaca-as-principais-acoes-e-metas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). *Hipismo*. 2025. Disponível em: <https://cpb.org.br/modalidades/hipismo/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ESPORTIVA, Inteligência. *Hipismo adaptado*. 2025. Disponível em: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site_api/arquivos/hipismo1.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

FACULDADE SOGIPA. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Educação Física. Porto Alegre: Faculdade Sogipa, 2025.

FIGUEIREDO, I. *Documentos pessoais (2024)*. Acervo cedido por Itano Figueiredo, Porto Alegre, 2024.

MAIA, J; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Hipismo paralímpico brasileiro: uma revisão narrativa. *Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.*, Marília, v. 25, n. 1, p. 1-18, jun. 2024.

MILITAR, Para Adestramento. #TBT: título de “melhor militar paratleta masculino 2025”. 31 jul. 2025. *Instagram: Paradestramento_militar*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DMymzMHTnQL/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MUSSI, R. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista práxis educacional*, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

PEREIRA, E. L.; BERTOLDI, R. Do equestre ao paraequestre: representações sociais nas memórias de um salto hípico. *XIII Encontro Nacional de História Oral*, [s. l], p. 01-08, maio 2016.

13

Cavaleiros e amazonas invisíveis: hipismo paralímpico a partir de lentes midiáticas

Lucas Matheus Araújo Bicalho
Luís Fernando de Souza Alves
Guilherme Carvalho Vieira
Stefany Reis Marquioli

1 INTRODUÇÃO

Pesquisadores assumem que pessoas com deficiência eram marginalizadas no mundo antigo e não recebiam apoio em suas respectivas comunidades. Essa perspectiva está baseada na crença de que sociedades agrícolas antigas precisavam ser estratégicas diante de recursos limitados. Alguns historiadores, a partir de escritos de Plutarco, Platão e Aristóteles, argumentam que os gregos praticavam o infanticídio de indivíduos considerados incapazes para a vida (Sneed, 2021). Em “A vida de Licurgo”, na obra *Vidas paralelas*, por exemplo, Plutarco descreve o infanticídio como algo praticado em Esparta, em que o legislador decretava que recém-nascidos fossem levados ao *lesche*, provavelmente um edifício público, para serem examinados por anciãos:

[...] Os filhos não eram criados segundo a vontade do pai, mas eram levados por ele a um lugar chamado Lesche, onde os anciãos das tribos examinavam oficialmente a criança e, se ela fosse bem constituída e robusta, ordenavam ao pai que a criasse e lhe atribuíam um dos nove mil lotes de terra; mas se fosse malformada e deformada, eles a enviavam para o chamado Apothetae, um lugar semelhante a um abismo no sopé do Monte Taigeto, na convicção de que a vida daquele que a natureza não havia equipado bem desde o início com saúde e força não era vantajosa nem para si mesmo nem para o Estado [...] (Plutarch, 1967, p. 255, tradução nossa).

Conforme Plutarco, isso ocorria porque crianças deformadas eram vistas como um fardo para Esparta, cidade-estado conhecida por seu rigoroso espírito bélico. Há pesquisadores que questionam essas informações, uma vez que o autor viveu muitos anos após os eventos que descreveu (Sneed, 2021). Independentemente de como tenha sido, afirmações e modos de pensar semelhantes a esses, carregados de preconceitos, tendem a se fazer presentes em parcelas da sociedade e em diferentes períodos da história, de modo que pessoas com deficiência são vistas como problemas, não importantes para a sociedade e indignas de viver (Alves, 2024). Diante dessas questões, este capítulo inicia problematizando tendências, teorias e práticas que vão contra pessoas com deficiência, além de apresentar, nas próximas linhas, práticas esportivas contemporâneas realizadas por pessoas com deficiência.

2 PARALIMPÍADAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

O esporte paralímpico, para além de uma manifestação atlética adaptada, é uma expressão concreta de resistência, inclusão e reconstrução de identidades. Surgindo após a Segunda Guerra Mundial – com os Jogos de *Stoke Mandeville*, de 1948, organizados pelo médico Ludwig Guttmann, com vistas a reabilitar soldados com lesões medulares –, o esporte Paralímpico evoluiu para um movimento global com impacto social e político (Howe, 2008). A cada edição dos Jogos Paralímpicos, cresce a participação de atletas, nações e modalidades, o que aponta para

o potencial dos esportes como meio de inclusão e de transformação de paradigmas sobre a deficiência.

Com a crescente evolução institucional, os esportes paralímpicos ainda enfrentam desafios relacionados à visibilidade, ao financiamento e ao reconhecimento social, sobretudo em modalidades que fogem do eixo mais tradicional de popularidade midiática. O hipismo paralímpico, por exemplo, conhecido como *para-dressage*, é uma dessas modalidades. Integrado ao programa dos Jogos Paralímpicos desde Atlanta, em 1996, o paraequestre envolve apresentações de adestramento individual, com movimentos técnicos e artísticos, realizados em sintonia entre cavaleiro/amazona e cavalo (FEI, 2023). Assim, atletas com diferentes tipos de deficiência física ou neurológica competem organizados em graus de funcionalidade (de I a V), e muitos utilizam equipamentos adaptados como rédeas elásticas, selas ortopédicas ou comandos de voz.

A prática do hipismo paralímpico demanda alta exigência técnica, controle corporal, sensibilidade e confiança mútua entre atleta e animal. Mesmo com tais fatores, a cobertura midiática sobre essa modalidade é mínima, restrita a períodos olímpicos e, muitas vezes, marcada por estereótipos, como a narrativa da superação individual, o que pode contribuir para a invisibilização de aspectos técnicos, esportivos e estruturais da prática. Esse modo de enquadramento pode reforçar discursos capacitistas e comprometer a construção de uma imagem esportiva plural e profissional dos atletas (Seron; Malagodi; Greguol, 2021).

Diante dessa realidade, este capítulo propõe investigar como o hipismo paralímpico é representado na mídia brasileira. Partimos do seguinte problema de pesquisa: quais discursos predominam na cobertura midiática do hipismo paralímpico e quais efeitos simbólicos produzem sobre sua visibilidade? Para responder tais questões, a investigação será orientada por estudos culturais e de representação cultural do sociólogo Stuart Hall (2003, 2016), que compreende a mídia como produtora de sentidos culturais, e pelas contribuições de autores que discutem a relação entre deficiência, mídia e esporte. Assim, o capacitismo

mediático, que se refere ao enquadramento da pessoa com deficiência como *herói* ou *exceção*, pode levar a um esvaziamento das dimensões esportiva e institucional.

Este estudo tem como propósito ampliar as discussões sobre a visibilidade de esportes adaptados menos abordados, como o hipismo, contribuindo para práticas jornalísticas inclusivas e formativas. Um dos exemplos é o cavaleiro Sérgio Alivia, atleta com paralisia cerebral, representante do Brasil em quatro Jogos Paralímpicos. O cavaleiro, apesar de sua longa carreira no esporte e das classificações expressivas, tem presença midiática geralmente superficial, limitada a menções pontuais, sem aprofundamento técnico ou contextual. Ao analisar como o hipismo paralímpico é retratado na mídia nacional, o estudo oferece uma crítica ao modelo atual de cobertura jornalística, buscando promover práticas que fortaleçam a pluralidade e a valorização do paradesporto como campo esportivo.

3 METODOLOGIA: ALINHANDO ABORDAGENS E CONCEITOS

Neste capítulo, adotamos a abordagem qualitativa para a análise cultural das representações do Hipismo Paralímpico na mídia brasileira. O foco é compreender como essa modalidade esportiva é simbolicamente construída nos meios de comunicação e quais sentidos são atribuídos aos atletas, aos cavalos e ao próprio esporte. A perspectiva da representação cultural, entendida como um processo por meio do qual significados são produzidos, compartilhados e negociados socialmente (Hall, 2016, 2003) é, portanto, aqui utilizada, de modo a indicar como a mídia tem o potencial de informar, desinformar, produzir imagens, valores e discursos sobre o que é um atleta paralímpico, o papel do corpo com deficiência no esporte e o lugar do hipismo nesse universo.

Além disso, esta pesquisa está fundamentada nas abordagens teóricas relacionadas a estudos de mídia e nas teorias das representações sociais, que compreendem a comunicação não apenas como transmissão

de informações, mas como processo simbólico e discursivo de construção da realidade social. Sustentamos que a mídia desempenha um papel ativo na produção, circulação e legitimação de sentidos, contribuindo para a formação de imaginários coletivos, identidades sociais e estereótipos (Charaudeau, 2006; Vale; Barros, 2021). Isso é demonstrado a partir de uma análise interpretativa das matérias e reportagens jornalísticas públicas em portais de notícias brasileiros.

Com isso, o recorte temporal abrange o período entre os *Jogos Paralímpicos* de 2016, no Rio de Janeiro, e os de 2024, em Paris, com o objetivo de mostrar como o hipismo paralímpico foi tratado em diferentes momentos e contextos. Esta investigação identifica temas recorrentes, narrativas vinculadas aos atletas e ao esporte, metáforas e silêncios. O foco não é quantificar, mas interpretar os sentidos culturais implícitos ao modo como o hipismo paralímpico é representado, discutindo de que forma essas imagens e narrativas reforçam ou questionam estereótipos relacionados à deficiência, à superação e ao esporte de alto rendimento.

4 ESPORTES PARALÍMPICOS: UMA CONQUISTA AINDA RECENTE

Os esportes paralímpicos constituem uma conquista relativamente recente no cenário esportivo internacional, cuja consolidação ocorre de forma progressiva, marcada por avanços importantes e desafios persistentes. Desde a realização dos primeiros Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960, quando cerca de 400 atletas de 23 países competiram em oito modalidades (Valerio; Araújo; Almeida, 2024; Cardoso; Denardin; Gaya, 2014), observamos um crescimento substancial no número de participantes, na diversidade de modalidades e no reconhecimento social. Recentemente, os Jogos de Tóquio de 2020 reuniram mais de 4.400 atletas de 162 países, o que aponta para a expansão do movimento paralímpico e a sua crescente relevância no campo do esporte de alto rendimento (Figueiredo, 2025).

Esse processo de ampliação está conectado ao desenvolvimento tecnológico e à produção científica aplicada ao esporte paralímpico. Equipamentos adaptados, que incluem próteses biomecânicas avançadas e cadeiras de rodas especializadas, aliados a pesquisas em biomecânica, fisiologia do exercício e ciência do esporte, têm promovido o aumento do desempenho de atletas com deficiência. Apesar disso, ainda observamos lacunas, sobretudo no que concerne à prevenção de lesões específicas e ao desenvolvimento de protocolos de treinamento adequados a diferentes tipos de deficiência.

O hipismo paralímpico é uma modalidade relativamente nova no contexto brasileiro, desenvolvida ao longo do século XX. Embora a utilização de cavalos com propósitos terapêuticos esteja vinculada às origens do adestramento paraequestre, remontando a cerca de 460 a. C., a consolidação do paradesporto equestre cristalizou-se na década de 1970, com os primeiros indícios da prática de adestramento centralizado em pessoas com deficiência ocorrendo no Reino Unido e em países da Escandinávia (Maia; Pereira; Mazo, 2024).

No Brasil, o desenvolvimento do adestramento paraequestre tem suas raízes na equitação clássica e na equoterapia, práticas introduzidas no País por meio da atuação dos militares e dos policiais militares (Pereira; Bertoldi, 2024). Tempos depois, essas atividades, inicialmente concentradas em instituições militares, passaram a ser, gradativamente, absorvidas pela sociedade civil, com civis ganhando destaque em competições esportivas da modalidade.

Somente em 2002 o hipismo voltado a atletas com deficiência passou a integrar formalmente o escopo da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), marcando um avanço institucional para a modalidade no País (Pereira; Bataglion; Mazo, 2020). A partir desse reconhecimento oficial, diversas iniciativas foram implementadas para capacitar cavaleiros e amazonas ao nível competitivo, com foco na inserção do Brasil em eventos esportivos internacionais.

Como resultado desse processo, o País participou pela primeira vez dos Jogos Paralímpicos na edição de 2004, em Atenas, Grécia,

representado pelo atleta Marcos Fernandes Alves, conhecido como Joca. Em 2008, durante os Jogos de Pequim, na China, o Brasil estreou na competição com uma equipe completa na modalidade. Nessa ocasião, Joca obteve destaque ao conquistar duas medalhas de bronze, uma na prova individual e outra na disputa por equipes. O desempenho brasileiro foi novamente consagrado nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, quando o cavaleiro Sérgio Oliva também garantiu duas medalhas de bronze, reafirmando a crescente competitividade da delegação nacional no cenário do adestramento paraequestre (Maia, Pereira; Mazo, 2024).

Diante dessas informações, é possível afirmar que a consolidação do hipismo como modalidade paralímpica no Brasil ainda é um processo em construção, especialmente quando comparada a outras práticas esportivas adaptadas que se estabeleceram no País ao longo do século XX. O desenvolvimento do adestramento paraequestre ainda enfrenta entraves estruturais e institucionais. De acordo com Pereira e Bertoldi (2016), o cenário atual da modalidade apresenta limitações estruturais que dificultam a sua expansão, o que exige investimentos que promovam formação e apoio de atletas em diferentes regiões do território nacional.

Segundo Pereira e Bertoldi (2016), o crescimento do esporte depende diretamente do fomento à participação, do acesso a patrocínios e da descentralização das práticas, o que amplia as oportunidades para novos talentos. Além disso, é necessário considerar peculiaridades logísticas e técnicas da modalidade, que impõem desafios adicionais para competidores e treinadores, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, ao transporte de animais e à qualificação profissional específica.

5 HIPISMO NAS PARALIMPÍADAS: RIO DE JANEIRO (2016) E PARIS (2024)

A construção de representações sociais e culturais em torno dos esportes paralímpicos, sobretudo em modalidades de menor visibilidade, como o hipismo, está associada a discursos midiáticos que definem quais

corpos, narrativas e desempenhos devem ser legitimados no imaginário coletivo. Stuart Hall (2003, 2016) afirma que a representação não é um processo neutro, porque está configurada como um sistema de produção de sentidos no qual os meios de comunicação desempenham o papel de reforçar, disputar ou reconfigurar significados.

Analisar como o hipismo paralímpico foi e é representado em coberturas midiáticas de Jogos Paralímpicos, como os do Rio de Janeiro, em 2016, e de Paris, em 2024, envolve considerar a mídia como espaço discursivo em que se negociam identidades e valores culturais e sociais. Durante os Jogos do Rio, em 2016, a cobertura midiática brasileira das modalidades paralímpicas esteve marcada por uma oscilação entre o reforço de estereótipos tradicionais, como os da superação ou da vitimização, e a tentativa de consolidar uma abordagem mais esportiva, focada no desempenho dos atletas.

A partir da cobertura fotográfica do evento pelo jornal *Folha de São Paulo*, é possível notar uma predominância de imagens que reforcem uma narrativa heroica e uma preferência por determinados perfis de atletas, como homens e mulheres amputados, o que revela um padrão de visibilidade seletiva (Santos *et al.*, 2018). Embora o hipismo paralímpico tenha integrado o programa dos jogos e contado com atletas brasileiros de destaque, como Sérgio Oliva, a modalidade recebeu cobertura marginal, tanto em termos de exibição como de profundidade das matérias jornalísticas.

Segundo Schantz e Gilbert (2012), mesmo com a crescente profissionalização do esporte paralímpico, a mídia recorre a enquadramentos simbólicos que oscilam entre o *herói* e o *sofredor admirável*, padrões que ainda estavam presentes, embora declinando, nas narrativas de 2016. Nos Jogos de Paris, em 2024, houve uma mudança no esforço institucional para transformar representações públicas de atletas paralímpicos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em parceria com o Comitê Paralímpico Internacional, publicaram um manual global voltado para profissionais da mídia, com

diretrizes para evitar estigmatizações e promover narrativas inclusivas e respeitosas (Unesco, 2024).

Essa ação sugere uma tentativa de deslocar a centralidade do discurso da deficiência para uma abordagem que priorize o esporte em si, respeitando as subjetividades de atletas sem reduzi-los a uma figura de superação. Assim, o discurso midiático passa a ser tensionado entre a lógica do espetáculo e a ética da representação (Hall, 2003). Apesar das iniciativas, ainda há espaço para problematizar a invisibilidade de certas modalidades paralímpicas na cobertura jornalística, como o adestramento para equestre.

O hipismo carece de investimento técnico, estrutura para o transporte de animais, bem como para a sua manutenção, além de treinadores especializados, elementos que, somados à baixa compreensão pública sobre a modalidade, contribuem para a marginalização no espaço midiático. Além disso, Stuart Hall (2003, 2016) argumenta que a hegemonia cultural opera por meio da repetição de signos dominantes que naturalizam a ausência de determinados corpos e práticas. Assim, a ausência de cobertura sobre o hipismo paralímpico pode ser interpretada como uma questão editorial e como parte de uma estrutura mais ampla de produção simbólica, que hierarquiza quais modalidades e atletas merecem atenção pública.

A análise das representações do hipismo paralímpico em 2016 e 2024 revela que avanços em políticas de comunicação e em discursos institucionais inclusivos ainda enfrentam barreiras no plano das práticas midiáticas concretas. Embora haja progressos no sentido de ampliar a visibilidade e o respeito a identidades de atletas paralímpicos, essas transformações não se consolidam de forma homogênea, especialmente em modalidades pouco populares. Portanto, o desafio atual reside na articulação entre políticas de representação, práticas jornalísticas e recepção cultural, para que o hipismo paralímpico não apenas ocupe mais espaço, mas também seja considerado de forma crítica, plural e verdadeiramente representativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente capítulo, demonstramos que o hipismo paralímpico brasileiro enfrenta questões como inclusão, invisibilidade e negociação simbólica. Embora haja avanços em níveis institucionais, de visibilidade e participação de atletas, a cobertura midiática evidencia assimetrias na forma como deficiência e esporte são representados. A partir de Stuart Hall, notamos que o discurso midiático constrói significados que moldam o imaginário coletivo.

No Brasil, narrativas jornalísticas acerca do hipismo paralímpico oscilam entre silêncio, marginalização e narrativas heroicas ou enfatizam a tragédia, frequentemente ignorando dimensões técnicas e profissionais do esporte. Essas práticas simbólicas perpetuam a reprodução de discursos capacitistas e reforçam hierarquias de visibilidade que privilegiam alguns corpos e modalidades em detrimento de outros.

Apesar disso, iniciativas como a da Unesco, para uma cobertura midiática inclusiva, ensejam uma consciência emergente das responsabilidades éticas da representação. Assim, é necessário que diretrizes, nesse sentido, se façam presentes em práticas jornalísticas. Além disso, o texto demonstrou que o esporte equestre paralímpico enfrenta restrições estruturais, incluindo questões logísticas e infraestruturais, as quais podem contribuir para limitar ainda mais seu desenvolvimento e sua presença nos meios midiáticos.

É necessário o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas, informativas e críticas sobre o hipismo paralímpico brasileiro, deixando de lado narrativas sensacionalistas e passando a reconhecer esses atletas como profissionais envolvidos em um esporte exigente. A mídia pode contribuir para uma transformação cultural ampla. Essa mudança é essencial para a superação de suposições capacitistas, além de afirmar a legitimidade do hipismo paralímpico como um esporte de alto rendimento, digno de visibilidade, investimento e respeito.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. F. de S. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.
- CARDOSO, V. D.; GAYA, A. C. A classificação funcional no esporte paralímpico. *Conexões*, v. 12, n. 2, p. 132-146, 2014.
- CHARAUDEAU, P. O que quer dizer informar. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FÉDÉRATION ÉQUESTRE INTERNATIONALE. *Para Dressage Rules*. Lausanne, 2023. Disponível em: https://inside.fei.org/sites/default/files/Para%20Dressage%20Rules%202023_clean.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.
- FIGUEIREDO, T. H. Autorrepresentação online: análise do perfil de Daniel Dias no Instagram durante os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020. *Revista Famecos*, v. 32, n. 1, p. 1-13, 2025.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALL, S. *Cultura e representação cultural*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- HOWE, D. *The Cultural Politics of the Paralympic Movement: Through an Anthropological Lens*. London: Routledge, 2008.
- MAIA, J; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Hipismo paralímpico brasileiro: uma revisão narrativa. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 25, n. 1, p. 1-18, 2024.
- PEREIRA, E. L.; BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, p. 879-897, 2020.
- PEREIRA, E. L.; BERTOLDI, R. Do equestre ao paraequestre: representações sociais nas memórias de um salto hípico. In: Encontro Nacional de História Oral, 13., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral. p.1-8. 2016.

PLUTARCH. *Plutarch's Lives*. Cambridge: Harvard University, 1967. v. 1.

SANTOS, S. M.; FERMINO, A. L.; QUARANTA, A. M.; SOUZA, D. L. de. Esportividade, melancolia, nacionalismo e deficiência: a cobertura fotográfica dos jogos paralímpicos pelas lentes da Folha de São Paulo (1992 – 2016). *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 56, p. 76-99, 2018.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. Heroes or zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport. In: *International Paralympic Committee Collection*. IPC, 2012.

SERON, B.; SOUTO, E.; MALAGODI, B. M.; GREGUOL, M. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista – dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. *Movimento*, v. 27, p. 1-16, 2021.

SNEED, D. Disability and Infanticide in Ancient Greece. *Hesperia*, v. 90, n. 4, p. 747-772, 2021.

UNESCO. *Media coverage of persons with disabilities in sports: guidelines for fair representation in the Paris 2024 Paralympic Games*. Paris: Unesco, 2024.

VALE, R. P. G.; BARROS, C. C. O sensacionalista: uma mídia pelo método confuso. *Palimpsesto*, v. 20, n. 35, p. 268-290, 2021.

VALERIO, D. L.; ARAÚJO, P. F.; ALMEIDA, M. A. B. A perspectiva teórica bourdieusiana na análise do comitê paralímpico brasileiro no interior do esporte paralímpico do Brasil. *Movimento*, v. 30, p. 1-18, 2024.

14

Minha vida com cavalos: memórias no hipismo

Juliana Macedo Ribas

1 INTRODUÇÃO

Neta e filha de fazendeiros, cresci cercada de cavalos desde cedo, convivendo com eles no campo como parte natural da minha infância. Mas a primeira vez que estive em uma hípica foi no Clube Marapendi, no Rio de Janeiro, durante um campeonato nacional. Guardo na memória a cena do cavaleiro olímpico Luiz Felipe Azevedo, vencendo a prova mais alta e celebrando com entusiasmo, sendo calorosamente aplaudido pelo público. Naquele momento, eu soube que queria praticar hipismo – senti, com clareza, que queria praticá-lo. Foi meu pai, também apaixonado por cavalos, quem me levou até lá, apresentou-me ao esporte e me incentivou a dar os primeiros passos na equitação.

Comecei no hipismo aos 10 anos e, desde então, nunca mais fiquei longe dos cavalos. Aos 12 anos, ganhei meu primeiro cavalo e, desde então, sempre tive ao menos um companheiro para praticar. A única pausa aconteceu durante a preparação para o vestibular, quando precisei me afastar dos treinos. Mesmo assim meu cavalo permaneceu em um haras, à minha espera, até que eu pudesse voltar. Na faculdade, optei por cursar Design Gráfico, em vez de Medicina Veterinária ou Zootecnia, cursos mais diretamente ligados ao universo equestre. Assim que passei no vestibular, voltei aos treinos e às competições de salto. Depois de formada, passei um ano em Nova York para me especializar na área profissional. A princípio,

aquela viagem parecia não ter nenhuma ligação com cavalos, mas não demorou para eu encontrar uma escola de equitação e até assistir a um campeonato de salto em Long Island.

De volta ao Brasil, mergulhei novamente na rotina da hípica. Embora minha formação fosse no design, logo encontrei maneiras de unir minha profissão à minha paixão. Hoje, grande parte dos meus clientes vem do mercado equestre: equipes de hipismo, haras, escolas de equitação, federação de hipismo, veterinários e até fabricantes de roupas e equipamentos. Além disso, criei o *Hipismo&Co*, inicialmente, um blog para compartilhar minha paixão e minhas experiências no esporte. Com o tempo, ele cresceu e se transformou em uma marca. Hoje abrange um sistema de inscrições e resultados online para provas hípicas e até uma linha de papeleria com tema equestre.

2 UMA VIDA MARCADA POR CAVALOS

Desde que me conheço por gente, os cavalos estiveram comigo. Eles me ensinaram, me desafiaram e me transformaram. É impossível imaginar quem eu seria sem eles: não só moldaram a amazona que me tornei, mas também a pessoa e a profissional que sou hoje. Não sei se os praticantes de outros esportes sentem o mesmo, mas nós, do hipismo, vivemos quase obcecados por essa paixão. Talvez seja porque os cavalos são animais tão intensos e cativantes que nos envolvem por completo. Quem é dos esportes equestres sabe: nossas conversas giram em torno deles, nossos pensamentos estão sempre voltados ao mundo equestre e, basta ver qualquer objeto com a figura de um cavalo, que sentimos imediatamente o desejo de tê-lo. Costumo relembrar as fases da minha vida pelos cavalos que estiveram ao meu lado:

- Meu primeiro companheiro foi o Golden Drop, ainda na pré-adolescência. Foi com ele que descobri que realmente gostava do esporte e que não iria desistir. Caí muitas vezes de sua sela, mas sempre me levantei e segui em frente.

- Logo depois, já entrando na adolescência, veio o baio assustado Luagem, que me ensinou a ter coragem.
- Na época das festinhas de 15 anos, era com o Astor que eu competia, saltando 1,20m.
- Meu primeiro namoro coincidiu com a fase do castanho Delgado.
- Durante os anos de faculdade, quem me acompanhava nas competições era o alazão Oklahoma.
- Quando iniciei minha vida profissional, tive ao meu lado a irreverente Rita Lee, que marcou esse período com muitas medalhas, troféus e pódios.
- Mais tarde, já com meu próprio trabalho e podendo bancar meus cavalos, tive a égua Ruiva do Canto.
- Aos 30 anos, chegou o Mufassa, meu grande cavalo tordilho, que me levou para um novo caminho dentro do hipismo: o adestramento.

3 RITA LEE: MINHA ÉGUA CAMPEÃ

A Rita Lee foi uma anglo-árabe que marcou para sempre meu caminho no hipismo. Quando chegou, trazia um nome árabe com o qual nunca me identifiquei e que, para ser sincera, já nem lembro mais qual era. Decidi batizá-la de Rita Lee, porque sua pelagem alazã avermelhada me lembrava os cabelos ruivos da eterna Rainha do Rock, de quem sempre fui fã. E a semelhança não parava na cor da pelagem. Minha Rita Lee tinha muito da personalidade da cantora: autêntica, ousada, irreverente e cheia de talento. Era veloz, corajosa e incansável. Com ela, conquistei inúmeras provas de salto ao cronômetro. Em provas-show, o público chegava a fazer bolões para apostar em quem venceria, e eu e Rita éramos quase sempre as favoritas.

Até hoje, muitas pessoas ainda me chamam de Ju da Rita Lee, e confesso: “Isso me enche de orgulho”. Ela foi aposentada já perto dos 20 anos, não por causa de uma lesão, mas porque merecia viver como um cavalo de verdade. Sempre faço questão de respeitar os cavalos que envelhecem e oferecer a eles uma aposentadoria digna, com liberdade e tranquilidade. Rita foi para a fazenda, onde pôde correr solta pelos campos e até experimentar a maternidade. Infelizmente, seu potrinho, Beto Lee, nasceu prematuro e não resistiu. Pouco tempo depois, também chegou o dia em que ela se deitou no campo e partiu. Assim como a cantora que lhe deu nome, minha Rita deixou sua marca no mundo, pelo menos no meu mundo.

Figura 1: Salto com Rita Lee, em São Paulo



Fonte: Acervo da autora.

4 MUFASSA: PARCEIRO DE NOVAS CONQUISTAS

O Mufassa entrou na minha vida em um momento em que eu ainda estava no salto. Na época, enfrentava dificuldades com uma égua

nas provas de 1,20 m, e foi quando me apresentaram aquele cavalo enorme, de 1,80 m de altura. Confesso que ele não me chamou a atenção à primeira vista, mas bastou uma volta montada para eu me apaixonar. Apesar de sua imponência, era leve e confortável, uma delícia de montar. Meu pai decidiu presentear-lo a mim. Que presente maravilhoso eu recebi!

Figura 2: 1ª prova de salto com o Mufassa



Fonte: Acervo da autora.

Com o Mufassa, comecei competindo em provas de 1,10 m, avançando até 1,20 m. Até que, em um treino, errei a distância em um obstáculo duplo. Meu grandão tentou saltar, mas não conseguiu cobrir a largura. Caímos juntos, demos uma cambalhota até o chão. Eu apaguei por alguns segundos, ele ficou atordoado, mas, felizmente, nenhum de nós se feriu gravemente. Depois desse acidente, tanto eu quanto ele ficamos inseguros com obstáculos. Meu instrutor da época sugeriu mudar de ambiente e, assim, o

leve para o Centro Paranaense de Arte Equestre, onde, além de piquetes e bom manejo, havia também treinamento em adestramento. No início, não pensei em colocá-lo nessa modalidade, mas logo os treinadores do local sugeriram experimentar. Para minha surpresa, o Mufassa se saiu muito bem!

Foi no adestramento que realmente nos encontramos. Eu, que vinha do salto há mais de 25 anos, comecei do zero junto com ele. Juntos, conquistamos títulos de campeões estaduais nas categorias Preliminar, Média I e Média II, além de vitórias nacionais como o 3º lugar na Preliminar, em 2013, o título de Campeões Brasileiros na Média I, em 2015 e a conquista do Desafio Brasil, em 2021, na Média II. No final de 2023, decidi aposentá-lo. O evento de despedida foi uma prova especial, no encerramento da temporada de adestramento. Escolhi competir na Forte I, o nível mais alto que alcancei. Mais do que competir, quis saborear cada minuto: o som dos cascos no piso molhado, o ritmo do galope, a conexão única entre nós. Foi uma celebração da parceria e da jornada que compartilhamos no hipismo ao longo de 13 anos.

À medida que me aproximava do final da minha apresentação, uma lembrança se instalou em minha mente: “Aquele momento poderia ser a despedida da sela do meu querido cavalo”. Após esse dia, ele nunca mais estaria em uma pista de competição. Foi nesse instante que um nó se formou em minha garganta. Não era de tristeza, mas talvez uma antecipação da saudade que sentiria daquela sensação de galopar com ele. Prefiro acreditar que era um choro de gratidão, agradecendo por ele sempre ter dado o seu melhor para mim e por ter enfrentado tantos desafios ao meu lado.

Sempre me questionava ao assistir àquelas homenagens em provas para cavalos que estavam se aposentando... Perguntava a mim mesma por que as pessoas choravam. Pensava que era para ser um momento feliz, não triste, afinal, aquele cavalo agora teria a felicidade de ser apenas um cavalo no pasto. No entanto, acredito que estava equivocada, pois, agora, compreendo que as lágrimas não são de tristeza, mas de agradecimento. Relembrando o choro que surgiu em mim, naquela despedida das pistas, chego a pensar que talvez tenham sido lágrimas

de egoísmo, pois, sem o Mufassa trabalhando, não teria mais o prazer de treinar meu cavalo diariamente.

Talvez seja uma tristeza ao saber que os treinos e a conexão diária não farão mais parte da minha rotina. Em contrapartida, sinto tranquilidade no coração ao saber que estou fazendo o melhor para meu cavalo, que tanto fez por mim. Ele sempre encarou com disposição os desafios e as aventuras que eu apresentava para ele. Foi o melhor parceiro que eu poderia ter na pista. Hoje, tenho a alegria de vê-lo desfrutando do piquete, em meio a outros cavalos, vivendo a vida como todo cavalo merece viver.

Figura 3: Na companhia de Mufassa



Fonte: Acervo da autora.

5 OS APRENDIZADOS QUE OS CAVALOS NOS POSSIBILITAM

Conviver com cavalos é uma verdadeira escola de vida:

- Com eles aprendi paciência: cada conquista exige dedicação e respeito ao tempo do outro.
- Descobri o verdadeiro significado de respeito e empatia: cada cavalo tem seus limites, vontades e emoções.
- Entendi o valor da resiliência: cada tombo é seguido do desafio de levantar-se e recomeçar.
- Ganhei responsabilidade e compromisso: cuidar de um cavalo exige constância, mesmo em dias de frio, chuva ou cansaço, eles precisam de nós.
- Aprendi a ter coragem: enfrentar um obstáculo mais alto ou um cavalo desafiador me mostrou que a vida pede ousadia.
- Aprendi a lidar com frustrações: nem sempre o treino sai como o esperado e nem toda prova termina em vitória, mas sempre existe um aprendizado.
- Compreendi o valor da disciplina: horários, rotinas e treinos regulares são a base do progresso, dentro e fora da pista.
- Aprendi a celebrar pequenas conquistas: cada avanço, por menor que pareça, é motivo de alegria, porque mostra evolução.
- Descobri a humildade: por mais que nos preparemos, sempre dependemos do outro ser vivo que está ao nosso lado, e isso nos ensina a não ter controle absoluto sobre tudo.
- E talvez a lição mais bonita: viver o momento presente. Cavalos nos conectam com a simplicidade da vida, seja em um galope com o vento no rosto, seja em um silêncio compartilhado no campo.

No hipismo, não vivi apenas vitórias. Também experimentei derrotas e lágrimas. Saí eliminada de pistas, muitas vezes com o coração

apertado. Mas aprendi que cada fracasso traz consigo um ensinamento e o maior deles foi este: “Devemos respeitar nossos companheiros. Cada cavalo tem seu tempo, suas limitações e sua forma de aprender. Cabe a nós respeitá-los e seguir em frente, com humildade e gratidão”.

6 APRENDI A ESCUTAR CRÍTICAS

Em uma das minhas primeiras competições de adestramento, saí da pista feliz com meu cavalo. Não lembro da nota ou da colocação, mas jamais esqueci a conversa com a juíza, que me disse: “A categoria que você escolheu não está de acordo com o nível do seu cavalo; você deveria pensar em descer de categoria”. Naquele momento, fiquei irritada e não quis aceitar, afinal, não foi fácil ouvir uma crítica direcionada ao meu querido companheiro de pista. Mas depois de refletir, percebi que ela estava certa.

Essa observação, que inicialmente soou como uma crítica dura, acabou se tornando um incentivo para que eu quisesse melhorar. Passei a treinar com mais foco, buscando evolução passo a passo junto com meu cavalo. E, para minha surpresa, alcancei aquilo que antes parecia impossível: cheguei à categoria Forte, um nível que eu jamais imaginei que seria capaz de conquistar. Hoje, só tenho a agradecer àquela juíza. Esse episódio me ensinou a valorizar críticas e a absorvê-las de forma construtiva, lição que levei não só para o esporte, mas também para a vida profissional.

Como designer gráfica, atuando no mercado equestre, muitas vezes entregava projetos de identidade visual e recebia de volta uma lista de ajustes. No início, ficava brava, queria convencer o cliente de que a minha versão era a correta. Com o tempo, percebi que cada crítica e sugestão de mudança não diminuía o meu trabalho, pelo contrário, era uma oportunidade para aprimorar o projeto. Hoje, aprendi a encarar os feedbacks com leveza. Entendo que eles não são obstáculos, mas caminhos para melhorar o resultado. No fim das contas, são justamente essas trocas que tornam o trabalho melhor e mais completo.

Figura 4: Mufassa no adestramento



Fonte: Acervo da autora.

7 O DESAFIO DE SE MANTER NO HIPISMO

O hipismo é um esporte apaixonante, mas também exige muito investimento. Estabulagem, alimentação, equipamentos, cuidados veterinários, competições, aulas e tantos outros detalhes tornam sua prática bastante cara. Houve momentos em que pensei em encarar o hipismo apenas como uma atividade física, algo comparável a frequentar a academia algumas vezes por semana. Mas logo percebi que não era a mesma coisa. O que realmente me move não é apenas o exercício, e sim a conexão única com o cavalo, algo que nenhuma outra prática pode oferecer. É por isso que sigo tendo um cavalo próprio, com quem treino, aprendo e cresço a cada dia.

Figura 5: Em conexão com Mufassa



Fonte: Acervo da autora.

8 VALORES QUE AS CRIANÇAS PODEM APRENDER COM OS CAVALOS

Os cavalos são grandes mestres silenciosos e têm um papel fundamental na formação de caráter das crianças. Mais do que um esporte, o hipismo é uma escola de vida. O contato diário com os cavalos ensina de forma prática valores que, muitas vezes, os adultos tentam transmitir apenas em palavras. Com eles, as crianças aprendem autoestima, ao perceberem que são capazes de conduzir um animal de 500 kg com confiança. Aprendem também responsabilidade, já que o cavalo depende de cuidados constantes que não podem ser ignorados.

No convívio das hípicas, o contato com tratadores e funcionários desperta a cortesia e o respeito pelo trabalho dos outros. As competições

ensinam humildade e integridade, seja ao reconhecer os erros, seja ao respeitar os adversários ou aceitar as regras do esporte. Além disso, o hipismo desenvolve perseverança diante das dificuldades, mostra a importância do otimismo, mesmo após uma derrota, reforça o respeito pelo cavalo como ser vivo, exige disciplina nos treinos e horários e desperta a compaixão, ao perceber e valorizar os sentimentos e o bem-estar do animal.

Figura 6: Treinando com o Mufassa



Fonte: Acervo da autora.

9 UMA ESCOLA DE VIDA

O hipismo é muito mais do que um esporte. É uma escola de vida. Ensina que ganhar é gratificante, mas perder também pode ser um aprendizado. Ensina que cada erro é uma oportunidade de recomeçar mais forte. Ensina que nunca é tarde para começar, afinal, é um esporte inclusivo, que acolhe pessoas de todas as idades. E, acima de tudo, ensina que cavalos não são objetos. São parceiros, seres vivos que merecem respeito, cuidado

e gratidão. É por isso que digo, sem medo de errar: “Eu sou quem sou por causa dos cavalos. E continuo aprendendo com eles, todos os dias”.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, amamos os cavalos. O esporte é o caminho que nos aproxima deles, nos desafia, nos disciplina e nos mostra a importância da dedicação. Mas, no fim das contas, são eles, os próprios cavalos, que realmente nos transformam. Mais do que vitórias ou derrotas, são os aprendizados silenciosos que eles nos oferecem todos os dias que moldam quem somos: a paciência de esperar o tempo certo, o respeito aos limites do outro, a resiliência de levantar-se depois de uma queda, a coragem de tentar de novo e o amor incondicional que só quem convive com um cavalo sabe explicar. O hipismo é, sem dúvida, uma grande escola. Ele nos ensina técnica, disciplina, superação. Mas são os cavalos que dão sentido a tudo isso. São eles os nossos maiores mestres, aqueles que, com sua nobreza e sensibilidade, nos ensinam a ser melhores cavaleiros e, acima de tudo, melhores pessoas.

15

Grandes eventos e o Complexo Hípico de Deodoro

Alex Titan Lima da Silva
Rodrigo Barros
Telmo Santiago Borges
Márcio da Silva Finamor
Gislane Ferreira de Melo

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tratamos dos grandes eventos esportivos e do Complexo Hípico de Deodoro, na Vila Militar. Vamos tratar especificamente das alterações e do legado ocorridos nos três grandes eventos que foram sediados no Parque Equestre General Eloy Menezes: os Jogos Panamericanos Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares/2011, bem como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016.

2 METODOLOGIA

Este capítulo baseia-se em uma abordagem autoetnográfica, situada no campo da pesquisa qualitativa. A partir de uma experiência pessoal vivida durante os grandes eventos esportivos, sediados no Complexo Hípico de Deodoro, Parque Equestre General Eloy Menezes, que foram os Jogos Panamericanos de 2007, o Mundial Militar de 2011 (CISM) e os Jogos

Olímpicos do Rio de 2016, buscamos refletir sobre suas implicações subjetivas e coletivas. Assumindo o lugar de sujeito e pesquisador, recorro às narrativas em primeira pessoa como instrumento metodológico de análise e construção de sentido. O relato foi elaborado a partir de registros pessoais e memórias, dialogando com fontes históricas e acadêmicas que contextualizam o período. A escolha dessa abordagem se justifica pela sua capacidade de integrar vivência e reflexão, contribuindo para a compreensão de processos sociais a partir da experiência individual.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir de 2007, o Complexo Hípico de Deodoro passou por mudanças significativas, que culminaram na recepção das Provas de Hipismo da XXXI edição dos Jogos Olímpicos – os Jogos do Rio 2016. Neste capítulo, vamos tratar dessas mudanças estruturais e da participação de militares e civis na construção e operação deste legado.

O Complexo Hípico de Deodoro é uma área de aproximadamente 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados), situada dentro da Vila Militar de Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro, onde se concentram muitas Organizações Militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira. Esse oásis de segurança propiciou, durante décadas, a formação de oficiais, praças e civis nos cursos de Instrutor e Monitor da Escola de Equitação do Exército e, até a data de publicação deste capítulo, a única pós-graduação em hipismo, reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), entidade governamental e regulatória do ensino nacional.

O parque equestre está localizado no bairro da Vila Militar Deodoro, no Rio de Janeiro. As construções remontam ao início do século XX (1908), durante o governo do Presidente Afonso Pena. Sua construção começou como parte de um projeto de modernização e reorganização das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro. A área foi escolhida por suas características topográficas, proporcionando treinamentos de

campo, com grandes efetivos. Atualmente é considerada uma das maiores guarnições militares da América Latina.

Possui um clima tropical, com médias de temperatura de 24°C, média anual mínima em torno de 21°C e máxima de 27°C. Precipitação anual média em cerca de 1.070 (mil e setenta milímetros), com período chuvoso concentrado entre dezembro e março e forte ocorrência de tempestades. O período seco ocorre durante os meses mais quentes e, mesmo com chuvas esparsas, mantém a umidade elevada.

Tabela 1: Resumo dos dados climáticos e pluviométricos da Vila Militar

Aspecto	Valores típicos (Vila Militar / Rio)
Temp. média anual	~24 °C
Temp. mín. média anual	~21 °C
Temp. máx. média anual	~27 °C
Temp. extrema mínima	até 6–8 °C (eventos extremos)
Temp. extrema máxima	até 40–43 °C (eventos extremos)
Pluviometria anual	~1 070 mm, com máxima concentração no verão

Fonte: Elaboração própria.

Todos esses fatores agregados fizeram com que, na Vila Militar, se concentrassem, para além de muitos equinos do Exército Brasileiro, também o desenvolvimento de diversas atividades equestres. Cabe ressaltar que, entre a Avenida Brasil e a linha de trem, existiam quatro campos de polo e um centro hípico (Clube Militar de Polo), com uma pista de salto e baias destacadas. Até 2007, as instalações do Parque Equestre se constituíam da Pista Principal (Pista *Ten Lagreca*), de uma pista coberta (Pista *Gen Continentino*), de um *Derby*, de um campo de *Cross* e de três picadeiros de adestramento (20 m x 60 m).

Para os Jogos Panamericanos de 2007, a pista *Ten Lagreca* foi redimensionada, e a área de Cross foi preparada com plantio de grama e irrigação automatizada. Houve a intenção de construir um hospital veterinário, porém devido a contingências de tempo e orçamentárias, foi adequado um hospital modular de contêineres, com um Centro Cirúrgico adaptado de emergência. Uma das grandes questões para a escolha de Deodoro como sede do hipismo não era apenas por causa da forte tradição hípica, mas principalmente para a obtenção de soluções menos traumáticas para questões complexas. A locação de um espaço como a Sociedade Hípica Brasileira, por exemplo, além de aumentar os custos, causava transtorno aos sócios e proprietários de animais, pois implicava na transferência desses animais da Lagoa, bairro onde está localizada a SHB, para outro destino. Em Deodoro, essa questão estava controlada por todo efetivo de equinos ser de um único proprietário (o Exército Brasileiro), e as modificações permanentes serem obras de benfeitorias para a União.

Além da questão estrutural, a questão de biossegurança também estaria controlada, tornando o Parque Equestre de Deodoro em uma espécie de área alfandegária temporária, onde cavalos estrangeiros poderiam vir e permanecer por um curto tempo sem necessariamente cumprir as exigências de quarentena que incidem de forma diferente sobre cavalos de diversos países da América. Essa problemática foi ajustada pelas Portarias Normativas homologadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Aprovada a questão estrutural, outros desafios se avizinhavam: a preparação técnica do pessoal e a especificação esportiva do local. Afinal, era a primeira vez, em 40 anos, que os jogos seriam realizados em outra magnitude no País – em 1963, São Paulo sediou a IV edição dos Jogos Panamericanos.

Considerando o ineditismo da empreitada e a inexperiência do corpo técnico nacional, foram realizados, nos anos anteriores aos jogos, diversos cursos homologados pela Federação Equestre Internacional (FEI), visando à preparação adequada para a recepção de jogos de alto rendimento, nunca, então, realizados no País. A FEI ainda caminhava na sua

estruturação técnica de organização de concursos. Nos Jogos do Rio 2007, pela primeira vez, a Federação homologou, em um grande evento, o plano de gerenciamento de crises, possibilitando um enquadramento global para qualquer nível de acidente que ocorresse ao longo das provas. Cabe ressaltar que, nesta época, os números de incidentes fatais no hipismo, em particular nas provas de *Cross Country*, eram considerados altos, e a preocupação com a imagem do esporte, no que tange ao suporte aos cavalos e cavaleiros acidentados, já se configurava como uma preocupação da entidade.

No que tange à preparação da instalação, podemos considerar que foi um verdadeiro desafio técnico a montagem e a manutenção das instalações para o evento. Um dos principais quesitos tratou da preparação do piso e da contratação da empresa especializada na construção de obstáculos. Era a primeira vez que um evento desse porte, naquela época, acontecia no hemisfério sul. Sendo assim, algumas métricas de planejamento não se adaptaram à realidade e à inexperiência nacional. Um grande exemplo disso foi o plantio da grama do *Cross Country*. Nos países do hemisfério norte, havia um dado médio de planejamento de que seriam necessárias quatro primaveras para o plantio de uma grama que proporcionasse um piso seguro para que todos os conjuntos completassem a prova com uma mesma condição de piso, além disso, somava-se o fato de que alguns implementos agrícolas não eram de conhecimento e muito menos de fácil importação à época dos jogos.

Nosso clima tropical proporcionou um plantio de grama satisfatório, com a coordenação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que coordenou o plantio da grama, criando soluções e proporcionando um resultado satisfatório para realização da competição. Como todo processo inédito, houve falhas que estruturalmente, ou pela falta de experiência, coordenação e planejamento, aconteceram, mas em nada interferiram na boa imagem do Parque Equestre e da competição.

Entre os Jogos Panamericanos de 2007 e Jogos Olímpicos de 2016, o Parque Equestre sediou os Jogos Mundiais Militares de 2011. A empreitada, desta vez, foi um pouco mais desafiadora, tendo em vista

principalmente a necessidade de se administrar poucos recursos financeiros para um evento restrito à coordenação do Conselho Internacional dos Esportes Militares (CISM) – além da expectativa de que os Jogos do Rio 2016 acontecessem nessas instalações.

As vilas militares receberam novas edificações que, após os jogos, serviriam de alojamento para arbitragem dos jogos olímpicos e, após os Jogos do Rio 2016, seriam residências funcionais para militares do Exército, Marinha e Força Aérea. Houve uma manutenção dedicada, visando deixar, dentro das possibilidades orçamentárias, os pisos das pistas e dos obstáculos em condições de receber os atletas militares num evento que é o maior de sua categoria.

A preparação e a utilização de pessoal militar especializado contaram com forte planejamento e atuação da Escola de Equitação do Exército. A coordenação da prova de hipismo ficou a cargo do Coronel Milton Mosqueira, que também adaptou as regras de forma que os cavaleiros de todas as forças, membros do CISM, pudessem participar. Especificamente, para a prova de salto, foi criado um sistema de sorteio de cavalos que permaneceu inalterado até os dias atuais.

O evento foi um sucesso, e a referência aos Jogos do Rio 2011 permanece ainda hoje como exemplo de gerência e administração de recursos para o hipismo militar. Nessa sequência de grandes eventos, chegamos à nossa *cereja do bolo*. Em 2011, o Brasil foi escolhido para sediar a XXXI edição dos Jogos Olímpicos do Rio 2016. Enfim, após tantas tentativas e derrotas, o Brasil era selecionado para ser o anfitrião do maior evento esportivo do planeta.

A preparação foi criteriosa. No fim de 2011, o comitê organizador passou pela sua primeira de muitas ondas de expansão. Essa primeira expansão ocorreu com a seleção dos observadores para os jogos olímpicos de Londres 2012. Esses profissionais, criteriosamente selecionados em 7 etapas de testes e entrevistas, foram para os Jogos de Londres colher material e verificar, no site, a preparação e operação dos ingleses para realização das competições. No hipismo, a pessoa

selecionada foi Alex Titan, então capitão do exército, instrutor da Escola de Equitação e que participou ativamente das duas competições anteriores (No Rio 2007, foi o responsável pela confecção do Plano de Gerenciamento de Crises e, no Rio 2011, atuou como auxiliar do gerente de competição).

Apesar do evento em Londres ter uma característica distinta e particular, muitos exemplos puderam ser adaptados e adequados para o Rio 2016. Cabe ressaltar que as instalações do hipismo em Londres eram temporárias, e, no Rio, seriam permanentes. Nove anos pós 2007, as especificações técnicas e a velocidade de informação mudaram completamente. 2016 não seria um *Pan melhorado*. O Comitê Organizador tinha uma responsabilidade e, agora, uma chancela olímpica para honrar.

A preparação e atuação da *equipe*, durante dois anos (2012/13), foi de responsabilidade do Gerente de Cluster, do Coronel Cerqueira Lima e de Alex Titan. Elas passavam pelo suporte de 42 áreas funcionais (filmagem, alimentação, transporte, logística, recursos humanos, tecnologia, comunicações, apuração de resultados, estrutura de instalações, segurança, tickets, alojamentos etc.) e o planejamento pontual (em minutos de hora) de toda operação. Rapidamente fomos tomados pela consciência da grande operação que estávamos envolvidos – tendo, a reboque, o planejamento conjunto dos jogos paralímpicos, que ocorreriam na sequência dos jogos olímpicos. Optamos por fazer um planejamento conjunto, algo inédito na história dos jogos, que foi levado como legado para os jogos subsequentes (Tokio, Paris e Los Angeles).

A partir do segundo ano de operação, a equipe foi aumentada. Foram definidos os gerentes de competição. Nesses dois anos restantes, começou a operacionalização dos Jogos. As entregas, que deveriam começar a ser conferidas, e o planejamento *descentralizado* das áreas funcionais iriam se alinhar num único objetivo: a entrega específica do serviço naquela instalação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o macro, concluímos que cada esporte dos jogos possui a sua característica específica. No caso do hipismo, o diferencial está no transporte e alojamento de um atleta não humano, no qual características muito específicas, no que tange à saúde e ao bem-estar animal, devem estar rigorosa e detalhadamente brigadas e atuantes para que uma instalação receba os melhores cavalos do mundo no maior evento esportivo do planeta. Sendo assim, não apenas árbitros e não apenas atletas e suas comissões técnicas devem estar alinhados, mas toda uma instalação que, diferentemente de todas as outras nos jogos, atua 24 horas por dia, e onde, em média, os atletas e treinadores humanos passam a maior parte do tempo. Essa entrega gera uma demanda de planejamento e operação muito semelhante à Vila Olímpica.

Os cavalos foram transportados por uma empresa especializada que, ao pousar no aeroporto, iniciou uma operação conjunta, envolvendo não somente a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), como também a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), a Receita Federal, o MAPA, a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Aérea Brasileira (FAB), o Exército Brasileiro (EB), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBERJ). Dessa forma, mais de 300 cavalos olímpicos e paralímpicos chegaram, passaram em média 15 dias e retornaram aos seus países de origem sem nenhuma alteração. Imensa parte desse trabalho se deve à dupla de veterinárias responsável pela estrutura veterinária dos Jogos: Juliana Freitas e Luciana Almeida.

Apesar de alguns problemas pontuais com relação ao plantio de grama, as provas de hipismo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foram consideradas um sucesso, não somente pelas belíssimas imagens, mas pelo aprendizado colhido junto à Federação Equestre Internacional e pelos nomes por ela indicados para auxiliar na coordenação: Tim Haddaway (gerente de grandes eventos), Alec Lochore (Delegado Técnico

da prova de Concurso Completo) e Catrin Norinder (gerente de Jogos olímpicos). Eles nos proporcionaram não só o conhecimento, mas também facilitaram o contato ao longo dos 5 anos de preparação com a mais alta administração do esporte de alto rendimento no planeta.

Esses aprendizados foram repassados ao longo dos anos e muitos dos que participaram do processo galgaram posições dentro do esporte nacional e internacional. Nesse contexto, a Escola de Equitação do Exército permanece como guardiã do legado olímpico, mantendo, aprimorando e passando grande parte do conhecimento adquirido aos alunos de seu estabelecimento de ensino, mantendo as instalações com os padrões de qualidade possíveis, recebendo ao longo do ano, eventos institucionais, estaduais, nacionais e internacionais, tornando-se, assim, ainda que de maneira silente, a guardiã desse legado histórico e esportivo, patrimônio da história esportiva nacional e internacional.

16

Linha do tempo: o Brasil no hipismo olímpico – das primeiras rédeas às grandes conquistas⁵⁰

Marco Osório
Alex Titan Lima da Silva

1 A ESTREIA – LONDRES, 1948

O ano de 1948 marcou a estreia do hipismo brasileiro nos Jogos Olímpicos, realizados em Londres. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o esporte equestre renascia em todo o mundo, e o Brasil – movido pelo entusiasmo militar e pelo espírito esportivo – enviava, pela primeira vez, uma delegação para competir nas provas de Hipismo Completo e de Salto. A equipe brasileira era composta inteiramente por militares. À frente da delegação, estava o General Edgar Amaral, acompanhado pelo Capitão Darcy Villaça, responsável pela veterinária dos animais. Na modalidade Salto, representaram o País o Tenente-Coronel Franco Pontes, montando o cavalo Itaquay; o Capitão Rubem Continentino Dias Ribeiro, com Bon Soir; e o Capitão Eloy Menezes, montando Sabu. Na modalidade Concurso Completo de Equitação (atual Hipismo Completo), competiram o Capitão

⁵⁰ Texto classificado como memorialista esportivo, organizado no formato de Linha do Tempo, com o objetivo de narrar, cronologicamente, a participação do Brasil no hipismo nos Jogos Olímpicos.

Aécio Morrot Coelho, montando o cavalo Guapo; o Tenente Renyldo Pedro Guimarães Ferreira, com Índio; e o Capitão Anísio da Silva Rocha, com Carioca.

O transporte dos cavalos para os Jogos Olímpicos de Londres foi, por si só, uma epopeia. A bordo de um navio do *Lloyd Brasileiro*, os animais cruzaram o Atlântico em uma viagem de trinta e dois dias até a Inglaterra, acompanhados por parte da equipe. Já em Londres, cavaleiros e montarias foram alojados na tradicional Escola Militar de *Sandhurst*, onde se realizariam as provas do Hipismo Completo. Às vésperas da estreia, um episódio curioso alterou o destino da competição: o cavalo Guapo, montaria de Eloy Menezes, foi cedido ao Capitão Aécio Morrot Coelho, enquanto Menezes assumiu o cavalo reserva Sabu.

A troca mostrou-se acertada. O conjunto Aécio Morrot e Guapo alcançou o sétimo lugar individual, resultado que permaneceria como o melhor desempenho brasileiro até os Jogos Olímpicos de Sydney, na Austrália, em 2000. No Salto, o Tenente-Coronel Franco Pontes obteve o 10º lugar individual, garantindo o melhor desempenho do País naquela edição dos Jogos Olímpicos. Assim teve início uma trajetória marcada por disciplina, superação e paixão pelo cavalo – virtudes profundamente enraizadas na tradição militar brasileira.

Figura 1: Capitão Aécio Morrot Coelho, no *Concurso Completo de Equitação* – Olimpíadas de Londres (1948)



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco que mostra o cavaleiro Capitão Aécio Morrot Coelho, montado em seu cavalo, durante uma prova de salto do Concurso Completo de Equitação nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948. A imagem registra o momento exato em que o conjunto ultrapassa um obstáculo, com o público observando ao fundo. A legenda indica que o cavaleiro conquistou o 7º lugar na competição.

2 HELSINQUE, 1952 – ÀS PORTAS DA GLÓRIA

Quatro anos após a estreia nos Jogos Olímpicos em Londres, o Brasil retornava às pistas olímpicas com uma equipe mais experiente, coesa e determinada. Nos Jogos Olímpicos de Helsinque, na Finlândia, em 1952, o País foi representado, nas provas de Salto, por Eloy Menezes, com o cavalo Biguá; Álvaro de Toledo, com o Eldorado; e Renyldo Ferreira, com o Bibelot. Na modalidade de Concurso Completo de Equitação (CCE), o Capitão Pércles Cavalcanti, montando Destino, defendeu as cores verde-amarelas com bravura.

O conjunto Eloy Menezes e Biguá protagonizou uma das atuações mais memoráveis da história do hipismo nacional. Em meio a uma disputa acirrada com os melhores cavaleiros do mundo, Menezes avançou ao desempate pela medalha olímpica. No entanto, uma falta leve de Biguá – quase imperceptível, mas decisiva – afastou o sonho do pódio. O Brasil encerrou aqueles Jogos com o quarto lugar individual e o quarto lugar por equipe, marcas notáveis que permaneceriam inigualadas por décadas. Mais do que números, aquele resultado simbolizou o amadurecimento técnico e emocional de uma geração que unia a disciplina militar à paixão pelo cavalo. A façanha em Helsinque projetou o nome de Eloy Menezes como um dos grandes cavaleiros da história olímpica brasileira e consolidou o País no mapa do hipismo internacional – um feito que ecoaria, por muitos anos, nas pistas e nos corações daqueles que sonhavam em seguir as mesmas rédeas da glória.

Figura 2: Capitão Pércles Cavalcanti montando Destino – Olimpíadas de Helsinque (1952)



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco que mostra o Capitão Pércles Cavalcanti montado em seu cavalo Destino, durante uma prova equestre nas Olimpíadas de Helsinque, em 1952. O cavaleiro aparece em posição ereta e concentrada, conduzindo o animal com elegância e firmeza, enquanto o público observa atentamente nas arquibancadas ao fundo.

3 ESTOCOLMO, 1956 – O PRIMEIRO CIVIL

Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, na Suécia, em 1956, o Brasil foi representado por Eloy Menezes, com Biguá; Renyldo Guimarães Ferreira, com Bibelot, e Nelson Pessoa, montando Relincho. Nelson Pessoa, o lendário Neco, foi o primeiro civil a integrar uma equipe olímpica de hipismo pelo Brasil. Sua trajetória teve início nas pistas da Escola de Equitação do

Exército, em Realengo, onde lapidou o talento que o tornaria uma lenda mundial. Na competição, Renyldo terminou em 42º lugar, Eloy em 41º, e Neco Pessoa em 33º. Mais do que resultados, a participação brasileira em Estocolmo simbolizou a transição do hipismo militar para o civil, unindo duas tradições em torno de um mesmo ideal: a excelência equestre.

4 ROMA, 1960 – A CONTINUIDADE DA TRADIÇÃO

Na década de 1960, o hipismo brasileiro manteve presença constante nos Jogos Olímpicos. Na edição do evento em Roma, a equipe foi composta por Francisco Rabelo, montando o cavalo Sultão; Oscar Sotero, com Cerrito; e o experiente Coronel Renyldo Ferreira, agora com Marengo. O cavaleiro Fernando Monzon atuou como reserva. O espírito militar e o amor pelos cavalos continuavam sendo o elo invisível que unia os integrantes da equipe – uma herança das primeiras delegações que haviam aberto caminho para o Brasil nas arenas olímpicas.

5 PEQUIM (HONG KONG), 2008 – O CAMINHO DA SELEÇÃO: HONRA, DETERMINAÇÃO E SUPERAÇÃO

Sessenta anos após a estreia em Londres, o hipismo brasileiro voltava a figurar entre as dez maiores potências do mundo nos Jogos Olímpicos de Pequim, na China, em 2008, cujas provas equestres foram realizadas em Hong Kong. O Brasil alcançou o 10º lugar por equipe na modalidade Concurso Completo de Equitação (CCE). A equipe era formada por cavaleiros civis e pelo Tenente-Coronel Jeferson Sgnaolin, montando Escudeiro do Rincão – primeiro animal da criação da Coudelaria de Rincão, pertencente ao Exército Brasileiro, a competir em uma Olimpíada. Sgnaolin e Escudeiro obtiveram o 39º lugar individual, e, apesar dos contratempos enfrentados pelos demais integrantes, o conjunto demonstrou maturidade, técnica e espírito de superação – virtudes herdadas das gerações que o precederam.

A despeito dos resultados alcançados pelos atletas brasileiros, cabe retomar e descrever como foi a preparação para a participação no evento, uma vez que se diferenciou dos anos anteriores. O processo seletivo para a equipe de hipismo que representaria o Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, teve início em janeiro desse ano e culminou na realização da última prova na Escola de Equitação do Exército, em Deodoro, Rio de Janeiro. Sete conjuntos estavam qualificados e habilitados a disputar as vagas que definiriam os representantes brasileiros na França, onde se realizaria a fase final do processo seletivo. O destino foi a tradicional Escola Militar de Fontainebleau, marco histórico da equitação mundial que, por dois meses, abrigou os cavaleiros, os cavalos e toda a equipe técnica brasileira.

Durante esse período, foram alugadas duas casas: uma destinada à equipe técnica e outra aos sete cavaleiros que disputavam as cinco vagas olímpicas. À frente da delegação, estava o Coronel Cyro, chefe da equipe, acompanhado por um técnico francês, cuja experiência e olhar estrangeiro ajudaram a lapidar os últimos detalhes da preparação. Foi ele quem sugeriu que os cavaleiros brasileiros participassem da Prova de Vittel, o Campeonato Francês de Concurso Completo de Equitação (CCE) – competição que serviria como avaliação final para definir a equipe nacional.

A Federação Francesa de Equitação autorizou a participação dos brasileiros, criando uma classificação paralela no interior da competição. Um detalhe curioso marcou o evento: naquele fim de semana, os tratadores dos cavalos estavam de folga, cabendo a cada cavaleiro cuidar pessoalmente de seu animal. O gesto, simples à primeira vista, reforçava a essência da equitação militar: a relação direta e disciplinada entre o homem e o cavalo.

Antes da prova, foi realizado o sorteio para definir a ordem de largada dos brasileiros. O sorteio, feito de maneira simbólica, utilizou a cartola de um dos cavaleiros, e o Tenente-Coronel Jeferson Sgnaolin tirou o número dois. Montando Escudeiro do Rincão – cavalo de criação da

Coudelaria de Rincão, pertencente ao Exército Brasileiro –, Sgnaolin destacou-se logo no início, obtendo a melhor nota no adestramento entre os sete competidores nacionais.

Na etapa de cross-country, o percurso se tornava invisível a partir do obstáculo número seis ou sete, quando adentrava uma densa mata. O primeiro cavaleiro partiu, seguido, cinco minutos depois, por Sgnaolin e Escudeiro. No obstáculo número sete, uma exigente combinação de água, o conjunto sofreu um refugo – um momento crítico que poderia comprometer toda a campanha. Naquele instante, Sgnaolin acreditou que sua sonhada vaga olímpica havia escapado. Ainda assim, reagiu com firmeza. Reposicionou o cavalo, utilizou o chicote com precisão e fez Escudeiro transpor o obstáculo com autoridade. Logo em seguida, enfrentou o obstáculo número oito, conhecido como o *olho* – considerado o mais difícil da prova. Ali veio o segundo refugo e, com ele, a quase certeza de que seria cortado da equipe. Mas, o militar brasileiro não desistiu.

Guiado por seu espírito de honra e superação, decidiu seguir até o fim: “Eu sabia que precisava terminar aquela prova, acontecesse o que acontecesse” – recordaria mais tarde. “Tudo o que eu havia feito até ali, o treinamento, o sacrifício, a dedicação, merecia ser honrado com a chegada ao final”. E assim o fez. Com garra e serenidade, completou o percurso, passou pela inspeção veterinária e retornou às baias. Enquanto cuidava pessoalmente de Escudeiro, percebeu a ausência do cavaleiro brasileiro que havia largado antes dele – sinal de que algo não havia saído conforme o esperado. Pouco depois, um terceiro cavaleiro chegou e iniciou uma conversa com Sgnaolin, revelando que também havia cometido dois refugos no mesmo obstáculo, o que lhe rendeu 60 pontos de penalidade, contra 40 pontos do militar brasileiro, que havia falhado em obstáculos distintos.

Quando os resultados foram confirmados, a surpresa se transformou em consagração. Jeferson Sgnaolin conquistava, com bravura e humildade, sua vaga na equipe olímpica de Pequim 2008. Como ele mesmo sintetizou, anos depois: “A vaga veio não por ter sido perfeito, mas

por ter ido até o fim. Corri pela honra, por tudo o que representei ali – e por cada sacrifício que me levou até aquele momento”. O feito não apenas garantiu ao Brasil mais um representante nas Olimpíadas, como também marcou a primeira participação de um cavalo nascido e criado pela Coudelaria de Rincão em uma competição olímpica – um símbolo de excelência e da continuidade da tradição equestre militar brasileira.

6 ATLETAS DO PROGRAMA DE ALTO RENDIMENTO

A partir de 2008, o Governo Federal criou o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), que permite o alistamento voluntário de atletas com base em seus resultados em competições nacionais e internacionais. Desde então, o hipismo recebeu dois atletas do PAAR, na modalidade Adestramento, Sargento Luíza Almeida e Sargento João Victor Marcari Oliva; e quatro atletas na modalidade Salto, Sargento Rhavy, Sargento Paulo Miranda, Sargento Raphael e Sargento Passamani.

7 A PRESENÇA FEMININA E O NOVO TEMPO DO ADESTRAMENTO

Entre as páginas mais inspiradoras da história do hipismo brasileiro está a de Luíza Tavares de Almeida, primeira amazona militar e também a mais jovem atleta a representar o Brasil nos Jogos Olímpicos. Integrante do PAAR, Luíza estreou nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, montando o cavalo lusitano Samba, e conquistou o 39º lugar geral no Adestramento. Quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, voltou a representar o País com o cavalo Pastor, também da raça lusitana, terminando na 47ª colocação. Mais do que resultados, sua presença marcou um avanço histórico: a inserção feminina nas fileiras do hipismo militar e o reconhecimento do talento das amazonas brasileiras no cenário olímpico.

8 RIO 2016 – O TALENTO EM CASA

Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Sargento João Victor Marcari Oliva, atleta do PAAR, representou o Brasil na modalidade Adestramento (*Dressage*), montando o garanhão Puro-Sangue Lusitano Xamã dos Pinhais, de criação nacional da Coudelaria Alegria dos Pinhais. O conjunto alcançou o 46º lugar, reafirmando o Brasil entre as nações de tradição equestre. Infelizmente, o País não pôde formar equipe, mesmo após conquistar a vaga, por não dispor de cavaleiros com o MER (*Minimum Exigibility Required*), índice mínimo exigido para compor o grupo.

9 TÓQUIO 2021 – O MELHOR RESULTADO DA HISTÓRIA

Após o adiamento dos Jogos Olímpicos, devido à pandemia, João Victor Marcari Oliva retornou às pistas em Tóquio, em 2021, conquistando o melhor resultado da história do Brasil na modalidade: o 26º lugar individual, montando o garanhão Escorial, um Puro-Sangue Lusitano nascido em 2009, de criação portuguesa da Coudelaria Santa Bárbara. O conjunto, ainda recente – era apenas a quarta prova de Oliva com Escorial –, mostrou sintonia surpreendente, mesmo sem a presença do público devido às restrições sanitárias. O feito consagrou o amadurecimento do adestramento nacional e reafirmou o valor dos programas de formação de atletas vinculados ao Exército Brasileiro. Repetindo o cenário da Olimpíada anterior, o Brasil não pôde competir por equipe, pois não havia outros conjuntos com o índice técnico exigido para participar dos Jogos.

10 EPÍLOGO – O LEGADO DAS RÉDEAS VERDE-OLIVA

Do embarque heroico em um navio rumo a Londres, em 1948, às pistas modernas de Hong Kong, Londres e Tóquio, o hipismo brasileiro construiu uma trajetória de dedicação, técnica e amor ao cavalo. Cada montaria, cada obstáculo e cada uniforme verde-oliva representam mais

do que competição: são símbolos de tradição, disciplina e espírito de corpo. Os cavaleiros e as amazonas que defenderam as cores do Brasil nas Olimpíadas escreveram, com suor, coragem e elegância, um dos capítulos mais nobres da história esportiva nacional — um legado que continua a inspirar novas gerações, unidas a fim de um mesmo ideal: a eterna harmonia entre o homem e o cavalo.

ORGANIZADORES

ESTER LIBERATO PEREIRA

Professora efetiva do Departamento de Educação Física e do Desporto (DEFD) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Unimontes e editora-chefe do periódico Caminhos da História – Revista do PPGH da Unimontes. Doutora em Ciências do Movimento Humano pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências do Movimento Humano pelo PPGCMH/UFRGS. Especializada em Equoterapia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Licenciatura plena em Educação Física pela ESEFID/UFRGS. É bolsista de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico (BIPDT), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e foi contemplada com o Prêmio Mulheres em Destaque na Ciência, na categoria Pesquisadora Jovem, na área das Ciências Humanas, promovido pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em 2024.



LUCAS MATHEUS ARAÚJO BICALHO

Mestre no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde também se graduou em História – Licenciatura. Integra o Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF) e o Centro de Memória do Esporte (CEMESP), ambos da Unimontes. Pesquisa as interseções entre gênero, imprensa e cultura, com foco na história social das mulheres, imprensa sensacionalista, representações do crime e mídia.



GUILHERME CARVALHO VIEIRA

Doutorando em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História Social (2024) e licenciado em Educação Física (2021) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).



ALEX TITAN LIMA DA SILVA

Coronel de Cavalaria do Exército, Bacharel em Ciências Militares, pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN/2000, pós graduado em hipismo pela Escola de Equitação do Exército – (EsEqEx/2004), auxiliar de Gerente de Competição do Hipismo nos jogos panamericanos Rio 2007, instrutor e chefe da Divisão de Ensino da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx) em 2011/12 e 2023/24, MBA em gestão esportiva pelo Comitê Olímpico do Brasil (CAGE), em 2013, Gerente de Competição do Hipismo nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, Mestre em Educação Física com ênfase em psicologia do esporte pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 2020. Atualmente é doutorando em Educação Física com ênfase em psicologia do esporte na Universidade Católica de Brasília (UCB/DF).



JANICE ZARPELLON MAZO

Doutora em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto (Portugal). Pós-doutorado em História. Professora Titular da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e do Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da UFRGS. Líder do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME). Diretora do Centro de Memória da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (CEME ESEFID UFRGS) e do Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos (OPES). Integra a Rede de Pesquisadoras sobre Mulheres no Paradesporto.



SOBRE OS AUTORES

ALYSSON CARLOS RIBEIRO GOMES

Possui licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná (2005). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). É doutorando (2024-2027) em Educação Física pelo Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Católica de Brasília (PPGEF/UCB). É Professor de carreira na rede pública municipal de Palmas, em Tocantins, desde 2005. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar. É associado ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) - Secretaria do Tocantins. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Novas Tendências e Tecnologias da Educação Física (LANTTEF-PPGEF/UCB).



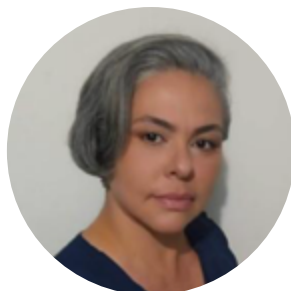
ANA PAULA OLIVEIRA LOPES

Nutricionista graduada pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte). Pós-graduada em Práticas Integrativas e Complementares, com ênfase em Fitoterapia e Plantas Medicinais. Acadêmica do curso de Educação Física pelo Instituto Prominas de Educação Superior (Prominas) e nutricionista efetiva da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, exercendo a função de responsável técnica em saúde coletiva. Docente das disciplinas de Saúde Pública e Coletiva no Curso Técnico em Agentes de Saúde, pelo Governo de Minas Gerais, e professora no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Graduada em Licenciatura em História e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).



ANDRÉIA LUCIANA RIBEIRO DE FREITAS

Educadora Física com licenciatura e bacharelado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com mestrado em História e estudante de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professora da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Pesquisadora com interesse no resgate das trajetórias esportivas de mulheres, na história dos esportes e das práticas corporais; no gênero e na antropologia urbana relacionada às corporeidades.



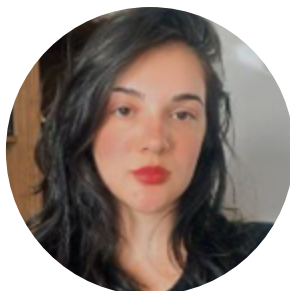
CIRO WINCKLER DE OLIVEIRA FILHO

Professor Titular da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando no curso de Graduação em Educação Física e no programa de pós-graduação Stricto-Sensu de Ciências do Movimento Humano e Reabilitação. É mestre e doutor em Educação Física, com foco na área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ao longo de sua carreira, desempenhou papéis de destaque no cenário esportivo, tendo sido Coordenador Técnico de Atletismo do Comitê Paralímpico Brasileiro de 2004 a 2016 e exerceu a função de Coordenador de Ciências do Esporte de 2017 a 2020. Seu campo de estudos concentra-se na área de Educação Física, com ênfase na Atividade Física Adaptada e no Esporte Paralímpico. Sua atuação acadêmica e de pesquisa visa entender os processos de adaptação física e reabilitação de indivíduos com deficiência, além de desenvolver estratégias e abordagens específicas para a prática esportiva no âmbito paralímpico. Ciro é reconhecido por suas contribuições no ensino e na pesquisa da Educação Física Adaptada, bem como por sua dedicação à promoção da inclusão e da qualidade de vida de pessoas com deficiência por meio da atividade física e do paradesporto.



DANIELY SANTOS RAMOS COSTA

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Mestranda em História Social (PPGH/Unimontes). É membra do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF), do Projeto Interinstitucional de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil (HIPPOS BR), do Centro de Memória do Esporte (CEMESP) e do Núcleo de Pesquisa Odisseia (Unimontes).



ELKE LIMA TRIGO

Doutora pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Santos), mestre em Educação Física e bacharel em Esporte pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). Integrante do projeto Paradesporto Brasil + Acessível (UNIFESP) e do Projeto Paradesporto Brasil em Rede (Núcleo Gestor-UFMG). Docente do curso de Educação Física no Centro Universitário SENAC. Árbitra Internacional de Paranação (WPS-IPC). Atuou nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, Tokyo 2020, e nos Jogos Parapan Americanos Lima 2019 e Santiago 2023.



GIANDRA ANCESKI BATAGLION

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCiMH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenadora do Observatório do Paradesporto do Amazonas (FEFF-UFAM).



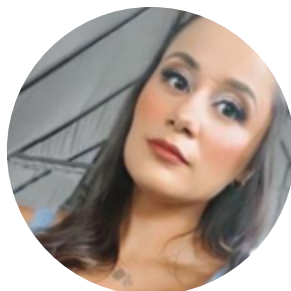
GISLANE FERREIRA DE MELO

Pós-doutorado na Universidade da Carolina do Norte (Estados Unidos) e na Universidade de São Paulo (USP), doutorado e mestrado em Educação Física na Universidade Católica de Brasília (UCB) e graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem interesse nos temas: Psicologia do Esporte; Psicometria; Câncer e Exercício Físico.



JÉSSICA FAGUNDES SALES

Mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com graduação em Direito – Bacharelado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Membro ativo do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF) vinculado ao Departamento de Educação Física e Desporto (DEFD) e ao PPGH. Também integra o Centro de Memória do Esporte (CEMESP).



JOANA ROSA BELLOLI

Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no curso de Educação Física. Bolsista de Iniciação Científica do Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS.



JOSÉ DENISSON DOS SANTOS OLIMPIO

Estudante de Educação Física na Faculdade SOGIPA. Atleta profissional de alto rendimento de Ginástica Artística do Clube Grêmio Náutico União. Atua como professor estagiário em projetos sociais de ginástica artística, com experiência nos processos de ensino-aprendizagem, iniciação e desenvolvimento esportivo, integrando, de forma contínua, a prática esportiva à formação acadêmica. Campeão Brasileiro de Salto (2023), campeão dos Jogos da Juventude (2022), campeão individual geral e por equipe, campeão por aparelho (argolas, salto, paralelas e barra fixa). Recebeu o Prêmio Brasil Olímpico (2022) como Destaque Masculino dos Jogos da Juventude.



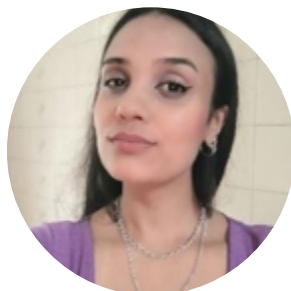
JULIANA RIBAS

Designer gráfica, social media e amadora, Juliana sempre foi apaixonada pelo mundo equestre. Une a sua trajetória profissional em design e comunicação com o universo dos cavalos, desenvolvendo projetos que valorizam o esporte, a cultura e a conexão entre cavalo e cavaleiro. Atleta de adestramento e autora do Hipismo&Co, também atua na gestão de conteúdo e na criação de identidade visual para marcas equestres em todo o Brasil.



KIMBERLY DIAS DA ROSA

Estudante do curso de Educação Física na Faculdade SOGIPA. Trajetória marcada pelo interesse e envolvimento com a dança como prática corporal, expressão cultural e ferramenta de promoção da saúde. Integrante do projeto de extensão Dança 60 da comunidade IAPI, no município de Porto Alegre/RS. Concluiu cursos voltados às músicas gaúchas e participou de workshops na área.



LUÍS FERNANDO DE SOUZA ALVES

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais na Universidade de Jaén e Universidade Internacional de Andaluzia, Espanha (2025). Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Especialista em Ciências da Religião e em Orientação Educacional e Supervisão Escolar pela Faculdade Alcance (2025). Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília (2018). Licenciatura em História (2022) e estudante de Letras Inglês pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor e pesquisador de Arqueologia, História, Teologia, Filosofia, Inglês e Espanhol, além de tradutor.



MÁRCIO DA SILVA FINAMOR

Doutor em Administração e Mestre em Ciência da Informação. Atualmente é gestor da informação no Exército Brasileiro. Possui experiência em Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento, com ênfase em processos organizacionais. Seus interesses de pesquisa incluem dinâmicas e processos de liderança, voz e silenciamento organizacional.



MARCO OSÓRIO

Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, oficial do Exército Brasileiro, é pós-graduado em Instrução de Equitação pela tradicional Escola de Equitação do Exército, instituição que simboliza a excelência equestre militar no País, sendo também pós-graduado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Nasceu em Brasília, Distrito Federal. Pertencendo à quarta geração de sua família a concluir o curso de Instrutor de Equitação, dá continuidade a uma linhagem profundamente ligada à cavalaria e à tradição do hipismo militar brasileiro. Sua trajetória reflete o compromisso com a preservação dos valores, técnicas e princípios que moldaram a arte de montar no Exército. Admirador da história e da arte equestre, tanto do Brasil quanto do mundo, dedica-se ao estudo e à difusão do legado cultural dos cavalos e cavaleiros que marcaram a formação da identidade nacional.



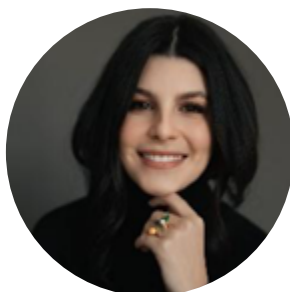
MARIA EDUARDA OLIVEIRA TAVARES

Estudante de Educação Física na Faculdade Sogipa, instrutora de Pilates e ex-atleta de Ginástica Artística. Obteve resultados em competições estaduais, nacionais e internacionais. Representou o Brasil em um Campeonato Sul-Americano (2017) e conquistou medalha de prata por equipe. Ao longo de sua carreira esportiva, adquiriu vivência em treinamento sistematizado, preparação física e desenvolvimento corporal, experiências que hoje fundamentam sua atuação profissional.



NÁGILA ZOMER MERELES

Natural de Joinville/SC, é advogada formada pela Universidade Católica de Santa Catarina. É pós-graduada em Direito Previdenciário (EBRADI) e em Direito dos Contratos (FGV). Atua nas áreas de Direito Contratual, Previdenciário e Civil, com experiência na formalização de contratos e prevenção de litígios. Autora do capítulo Cultura do “não vai acontecer” no hipismo brasileiro: a urgência da formalização jurídica para a profissionalização do esporte, une sua trajetória profissional à vivência no universo equestre, contribuindo para a consolidação da memória e evolução do hipismo no Brasil.



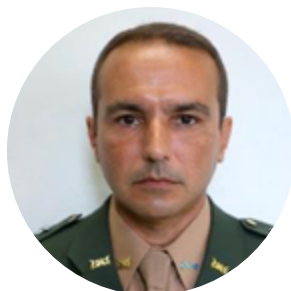
RENATO PEREIRA GOMES

É Coronel R1, oficial do Exército da arma de cavalaria, formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 1996, com curso de altos estudos militares na Escola de Comando e Estado-maior em 2011 e 2012. É especializado em equitação pela Escola de Equitação do Exército em 2000 e Juiz de adestramento da Confederação Brasileira de Hipismo. Coursou Fundamentos da Administração Esportiva, do Comitê Olímpico Brasileiro; e Movimento Paralímpico Brasileiro, do Comitê Paralímpico Brasileiro, ambos em 2023. É, atualmente, gestor do hipismo da Comissão de Desportos do Exército e chefe da equipe de Paradestramento do Exército. Foi comandante da Escola de Equitação do Exército (2020/22).



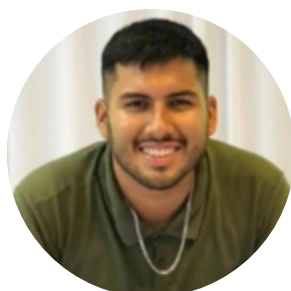
RODRIGO BARROS DE OLIVEIRA

Tenente-Coronel de Cavalaria, Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN/2004), pós-graduado em hipismo pela Escola de Equitação do Exército (EsEqEx/2008), mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO/2013) e doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME/2024). Em 2015, realizou o curso de Manobra para Capitães de Carreira no Exército dos Estados Unidos da América, com sede no Fort Benning, no estado da Geórgia. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras entre os anos de 2014 e 2018. Detentor de diversos títulos Nacionais e Internacionais pelo hipismo militar e civil, é o atual comandante da Escola de Equitação do Exército.



RODRIGO NARANJO DE OLIVEIRA

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCiMH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de Educação Física licenciado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Professor de Educação Especial pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). Tem interesse nas áreas: Equoterapia, Atividade Física e Saúde, Atividades Motoras Adaptadas, Educação Especial e Inclusiva.



RUTH EUGÊNIA CIDADE

Mestre e Doutora em Educação Física pela Unicamp. Graduada em Educação Física e Fisioterapia. Especialista em Educação a Distância. Foi pesquisadora nos Jogos Paralímpicos em Atlanta e Sidney. Integrante da delegação brasileira nos Jogos Mundiais da Special Olympics. Coordenadora de equipe colaboradora do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Desde 2022 participa na elaboração e produção de material pedagógico do Projeto Paradesporto Brasil + Acessível da UNIFESP/Santos e Secretaria Nacional do Paradesporto, onde é curadora do Repositório. Autora de diversos livros, manuais e capítulos de livros. Em 2023, o seu trabalho foi reconhecido com a Honraria Manoel José Gomes Tubino, concedida pela Comissão Nacional do Esporte.



STEFANY REIS MARQUIOLI

Mestra em História Social (2024) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e licenciada em História (2021) pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pesquisa temas relacionados à história das mulheres e às relações de gênero.



TELMO SANTIAGO BORGES

É Tenente-Coronel de Cavalaria e graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN/2005). Pós-graduado em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO/2014). Mestre em Ciências Militares, com ênfase em Defesa pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME/2024). Atualmente é coordenador de pós-graduação e subcomandante da Escola de Equitação do Exército.



TUANY DEFAVERI BEGOSSI

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), na linha de pesquisa Representações Sociais do Movimento Humano, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2022). Mestra em Ciências do Movimento Humano pelo PPGCMH/ESEFID/UFRGS (2017). Bacharela em Educação Física pela ESEFID/UFRGS (2015). Licenciada em Educação Física pela ESEFID/UFRGS (2013). Vice líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME)(NEHME/UFRGS), membro do Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos (OEPES/UFRGS) e do Centro de Memória do Esporte (CEME/UFRGS). Pesquisadora da Academia Paralímpica Brasileira (APB), braço científico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).



VITÓRIA CRIVELLARO SANCHOTENE

Licenciada em Educação Física (ESEFID/UFRGS). Bacharela em Educação Física (ESEFID/UFRGS). Mestra e Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME/UFRGS). Integrante do Centro de Memória do Esporte (CEME/ESEFID/UFRGS). Professora da Faculdade Sogipa.

